

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – Stritu senso
Doutorado

Roseana Maria Medeiros

Com a Palavra a Mulher Negra - [a vez] e a voz de Enfermeiras Afro-Descendentes a respeito de suas Representatividades Discursivas: um fio condutor para uma nova abordagem educativa

São Leopoldo

2010

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – Stritu senso
Doutorado

Com a Palavra a Mulher Negra - [a vez] e a voz de Enfermeiras Afro-Descendentes a respeito de suas Representatividades Discursivas: um fio condutor para uma nova abordagem educativa

Tese apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em Educação - UNISINOS - como
requisito para a obtenção do título de Doutora em
Educação.

Linha de Pesquisa – IV

Orientadora: Professora Doutora Edla Eggert

Roseana Maria Medeiros

São Leopoldo

2010

Em memória de:

- Olina (Lina) – mãe amada e exemplo de mulher negra a ser seguido.
- Dario (Tota) – pai amado e homem atento à sensibilidade das mulheres que o amam.
- Flávio (Lalo) – irmão e parceiro das cumplicidades que só existem entre os verdadeiros irmãos.
- Iacha, Mynkus e Nalim: pela entrega, pelo amor puro e por ensinar-me a ter coragem.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela força dada para superar os momentos críticos e dolorosos que vivi durante o curso.

Meus sinceros agradecimentos e afetuosidade:

- ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, em particular aos Educadores:

- Prof^o Dr. Áttico Chassot
- Prof^a Dr^a Maria Clara Fischer
- Prof^a Dr^a Gelça Knijnick
- Prof^a Dr^a Maura Corcini Lopes
- Prof^o Dr. Lucio Kreutz
- Prof^a Dr^a Maria Beatriz Fischer
- Prof^o Dr. Danilo Streck.

Aos Prof^o Doutores (as) que constituíram minhas Bancas de Qualificação e de Defesa de Tese, pelas excelentes contribuições:

- Prof^a Dr^a Dinamara Feldens
- Prof^a Dr^a Beatriz T. Daudt Fischer
- Prof^a Dr^a Valéria Corbelini
- Prof^o Dr. Danilo Streck

- um profundo agradecimento à minha orientadora Prof^a Dr^a Edla Eggert. Mais que paciência e disposição teve a sensibilidade e o respeito necessários para que, como aprendiz, eu fosse adquirindo segurança para escrever, refletir, analisar, rir, chorar..., e acreditar em minha proposta. Pelas cumplicidades de práticas e olhares de mulheres; *parceiras na luta pela visibilidade de todas nós*;

- um forte afeto e carinhoso abraço à Professora Mestre Maria Eugênia Turra da Universidade de Caxias do Sul – UCS: tua perseverança, tua força, teu apoio, tuas contribuições são, desde os anos oitenta, minha fortaleza e meu amparo. Muita luz à você minha querida companheira de jornada;

- aos pares e colegas do Doutorado – turma de 2006: um especial carinho às colegas: Cláudia, Vera (*in memoriam*), Aline e Márcia;

- à Secretaria do Programa: em particular à Sayonara e à Loinir e demais, pela paciência e sensibilidade constantes que tiveram para com minha pessoa;

- à Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn/RS pela autorização ao acesso aos periódicos da REBEn;

- Ao Diretor da Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves – FACEBG da Rede CNEC, Professor. Mestre Vercino Franzoloso pelo incentivo e pela crença irrevogável ao ser humano.

- Às colegas Enfermeiras do Curso de Graduação em Enfermagem da FACEBG: Vera, Jane e Núbia B.

- a todas as mulheres, em especial às negras que carregam o peso e também a honra de dar voz às suas histórias;

- às colegas enfermeiras negras que colaboraram com o estudo, através de suas narrativas históricas;

- ao Ricardo, irmão e companheiro no confronto de lutas cotidianas;

- ao Ricardo Júnior, sobrinho e parceiro nas discussões, após leituras e pela excelente vontade em apoiar-me a localizar o Frantz;

- a Sissy, Teka, Pérola e Leona: companheiras nas brincadeiras e nos desprendimentos;

RESUMO

O estudo analisa discursos sobre enfermeiras e a ausência de discursividades em torno de enfermeiras negras na Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn. A pesquisa é de abordagem qualitativa e valeu-se de perspectivas contemporâneas para problematizar as questões macro estruturais de Preconceito e Discriminação Racial na Enfermagem e na Sociedade Brasileira. Em nível micro estrutural a pesquisa buscou desenrolar a questão da subjetividade das mulheres negras, a partir de sua histórica exclusão social. A constituição da pesquisa levou em consideração as seguintes categorias adjacentes na ótica da Educação: Gênero Feminino; temática ao redor de Mulheres; Diferença/Diferente; Etnia/Raça e Exclusão/Inclusão. O Método da Análise Discursiva, baseada nas obras de Michel Foucault, serviu de pano de fundo para o desencadeamento analítico. Para a análise da empiria foram utilizados três desdobramentos: a seleção e a análise criteriosas de artigos, resumos de teses, de dissertações e editoriais da REBEn que tratassem da temática *Enfermeiras e ou Enfermeiras Negras*; depois, utilizou-se a Entrevista Narrativa para argumentar a respeito de como enfermeiras afro-descendentes se vêm na Enfermagem, representadas discursivamente. Das mesmas informantes realizou-se um Grupo Discussão para melhor compreender as representatividades discursivas instituídas no contexto coletivo-social. O estudo despontou, em especial, para a emergência de construção subjetiva e, por lógica, de uma identidade coletivo-social para as mulheres afro-descendentes.

Palavras-Chave: Discurso. Mulheres/Enfermeiras Negras. Identidade Coletivo-Social. Subjetivação. Educação.

ABSTRACT

The Study analyses speeches on nurses and the absence of speech around black nurses in the Brazilian Magazine of Nursing – REBEn. The research is of qualitative approach and on the basis of contemporary perspectives for problematizing the macro structural questions of Prejudice and Racial discrimination in the Nursing and in the Brazilian Society. In micro structural level the research looked for unrolling the question of the subjectivity of the black women, from their historical social exclusion. The constitution of the research took into account the following adjacent categories: the viewpoint of Education: feminine type; theme around Women; Difference/Different; Ethnicity/Race and Exclusion/Inclusion. The Method of the Discursive Analysis, based on the works of Michel Foucault, served as backdrop for the analytical unrolling. For the analysis of three empirical ramifications were used: the discerning selection and the analysis of articles, summaries of theories, of dissertations and editorials of the REBEn that were treating Nurses as theme and or Black Nurses; then, the Narrative Interview was used to argue as to as how descending-Afro nurses see each other in the Nursing, represented discursively. Of some informants a Group Discussion happened better to understand the discursive representation established in the social-collective context. The study emerged, specially, for the emergence of subjective construction and, for logic, of a social-collectively identity for descending-Afro women.

Key words : Speech. Women/black nurses. Social-collective Identity. Subjectivity. Education.

RESUMEN

El estudio analiza discursos sobre enfermeras y la ausencia de discursividades en torno a enfermeras negras en la Revista Brasileña de Enfermería – REBEn. La investigación es de tipo cualitativo y se basó en las perspectivas contemporáneas para problematizar las cuestiones macroestructurales de Prejuicio y Discriminación Racial en la Enfermería y en la Sociedad Brasileña. En nivel microestructural, la investigación buscó desarrollar la cuestión de la subjetividad de las mujeres negras, a partir de su histórica exclusión social. La constitución de la investigación consideró las siguientes categorías adyacentes desde del punto de vista de la Educación : Género Femenino ; temática alrededor de Mujeres ; Diferencia/Diferente ; Etnia/Raza y Exclusión/Inclusión. El Método de la Análisis Discursiva, basada en las obras de Michel Foucault, sirvió de telón de fondo para el desencadenamiento analítico. Para la análisis del empírico, fueron utilizados tres desdoblamientos : la selección y la análisis criteriosas de artículos, resúmenes de tesis, de disertaciones y editoriales de la REBEn que trataran de la temática Enfermeras y o Enfermeras Negras ; a continuación, fue utilizada la Entrevista Narrativa para argumentar a respecto de cómo enfermeras de descendencia africana se encuentran en la Enfermería, representadas discursivamente. Con las mismas informantes, se realizó un Grupo de Discusión para mejor comprender las representatividades discursivas instituidas en el contexto colectivo-social. El estudio despuntó, en especial, para la emergencia de construcción subjetiva y, por la lógica, de una identidad colectivo-social para las mujeres de descendencia africana.

Palabras clave : Discurso. Mujeres/Enfermeras Negras. Identidad colectiva-social. Subjetividad. Educación.

RÉSUMÉ

L'étude analyse des discours à propos des infirmières et l'absence du thème autour d'infirmières noires dans la Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn (Revue Brésilienne de Nursage). La recherche est d'approche qualitatif et s'est servi de perspectives contemporaines afin de causer les questions macrostructurales de Préjugé et Discrimination Raciale au Nursage et dans la société brésilienne. Au niveau microstructural la recherche a traité de déployer la question de la subjectivité des femmes noires à partir de sa remarquable exclusion sociale. La constitution de la recherche a considéré les catégories adjacentes suivantes le point de vue de l'éducation : Genre Féminin ; thématique autour de Femmes ; Différence /Différent ; Ethnie/ Race et Exclusion /Inclusion. La Méthode d'Analyse Discursive, basée dans l'oeuvre de Michel Foucault, a servi d'arrière-plan au déroulement analytique. A l'analyse de l'empirisme ont été utilisés trois déploiements : la sélection et l'analyse précises d'articles, de résumés de thèses, de mémoires, de dissertations et d'éditoriaux de la REBEn dont le thème étaient Infirmières et ou Infirmières Noires ; ensuite on a utilisé l'Interview Narrative pour argumenter la manière par laquelle des infirmières afrobrésiliennes s'aperçoivent dans le Nursage, représentées dans le discours. Des mêmes témoignages on a réalisé un Groupe de Discussion dans le but de mieux comprendre les représentativités discursives instituées dans le contexte collectif-social. L'étude a surtout signalé l'urgence de construction subjective et par logique, d'une identité collective-sociale des femmes afrobrésiliennes.

Mots-clés : Discours. Femmes/Infirmières Noires. Identité Collectivesociale. Subjectivité. Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Caracterização das Informantes.....	191
------------------------------------------------	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 A DIFÍCIL TAREFA DE COMEÇAR 13

1.1 DA METODOLOGIA 13

2 DA ESTUTURA DO TRABALHO 25

2.1 Significando a caminhada da Investigação 25

2.2 Juntando algumas [outras] peças – isto significa [des] construir uma legitimidade? 27

2.3 Na Trama de Fios – articulando Discurso e sua Análise 32

2.4 Sobre Conflitos e Incertezas 41

PARTE I - REFERENCIAL TEÓRICO

3 QUE IDÉIA?! ESCREVER SOBRE ENFERMEIRAS E [AINDA POR CIMA] NEGRAS?! 47

3.1 Posições e Lugares vivenciados a partir de minhas constituições: analisando questões de Identidade e Diferença 50

3.2 Posições e Lugares vivenciados na pele: analisando questões de Exclusão/Inclusão Social 65

3.3 Identidade de Mulheres Enfermeiras Negras vista sob as lentes de uma *contra história* 83

4 MULHERES E A ENFERMAGEM – analisando pontos conflitivos em torno do Discurso 95

4.1 Fronteiras e Territórios vividos pelas Mulheres – uma retomada das análises de Gênero Feminino e Teorias Feministas 96

4.2 Uma Re-leitura da Enfermagem na ótica de uma profissão para Mulheres – sobre história, saberes e poderes. 105

4.3 Subjetividade de Mulheres Enfermeiras e Negras produzida através de Discursos 116

5 COMPREENSÕES DA NOÇÃO DE DISCURSO – [re] visitando alguns teóricos e suas abordagens 127

5.1 Algumas Contribuições Teóricas sobre Discurso 127

5.2 Enunciados, suas condições de aparecimento e Discursos. 135

PARTE II – ANÁLISE DA EMPIRIA

6 O QUE DIZEM E COMO DIZEM OS MATERIAIS ENCONTRADOS NA REBEn	142
6.1 Mulheres Enfermeiras Escrevendo Sobre Mulheres Enfermeiras	143
6.2 Considerações ao redor dos Materiais da REBEn – minhas impressões sobre narrativas ali presentes a respeito de Mulheres Enfermeiras	165
6.3 Condições de Possibilidade I – a ausência de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn retrata uma realidade cruel: o preconceito e a discriminação racial habitam o imaginário social do Brasil	181
6.4 Condições de Possibilidade II – a ausência de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn não é somente um problema de preconceito, de discriminação racial, de exclusão/inclusão sociais; mas, de subjetivação e identidade coletiva das afro-descendentes.	189
6.4.1 Como as narrativas de Enfermeiras Negras localizam seus lugares sociais e profissionais, discursivamente.	192
6.4.2 Da Detenção pela Escravidão Negra à Pseudo-Liberdade – não é nenhum exagero afirmar que as mulheres negras são consideradas ‘seres inferiores’ no cenário político-social do Brasil	201
6.4.3 Como dizem as Narrativas emergidas do Grupo de Discussão	211
7 DESCOMPRIMINDO ALGUMAS COMPREENSÕES SOBRE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAIS, A PARTIR DO GRUPO DE DISCUSSÃO (GD) – articulações com a Entrevista Narrativa.	221
7.1 Sujeições e Identidade – uma ‘trama macabra’ na construção de mulheres negras	232
CONCLUSÃO	
8 PERGUNTAS SEM RESPOSTAS OU RESPOSTAS PRONTAS?	244

REFERÊNCIAS	267
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	280
APÊNDICE B – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA NARRATIVA (EN)	281
APÊNDICE C – ROTEIRO PARA O GRUPO DE DISCUSSÃO (GD)	283

INTRODUÇÃO

1 A DIFÍCIL TAREFA DE COMEÇAR!

Interessante como cada ser humano descobre formas para produzir intelectualmente e contribuir para a melhoria da compreensão intelectual e social.

Quer se trate de produção material como a do artefato, a industrial, a artística ou a desenvolvida pela escrita, há uma similaridade em se olhar perspectivas.

Quero de imediato livrar-me do risco de ser mal interpretada quando saliento a escrita. Esta é um fragmento da intelectualidade humana e, portanto, é preciso lembrar que as demais produções são também e obviamente intelectuais.

Produzir alguma coisa exige ‘olhos famintos’ de quem tem por ofício ler e realizar argumentações sobre o que pretende compartilhar e socializar.

As dificuldades iniciais para escrever repousam geralmente na série de etapas necessárias atribuídas à construção de um texto. Lógico que não se pode escrever qualquer coisa, de qualquer jeito sob pena de o leitor habilmente recusar-se a ler.

As etapas metodológicas para o registro escrito são importantes, mas em momento algum elas fornecem ‘pistas’ de como escrever de modo a fazer-se entender.

1.1 Da Metodologia

Desenhar uma proposta de trabalho é uma tarefa, muitas vezes, recheada de dificuldades e desafios. Escolhi o sentido do termo ‘desenho’ por entender que uma escrita, para além de sua simbologia, significa de certa maneira, ‘desenhar’. Traçar linhas e transformá-las; significa dar sentido a alguma coisa.

Para uma pessoa como eu que não tem habilidade para desenhar, embora tivesse o desejo em tê-lo, o deslocamento do sentido do termo representa, no momento, ‘desenhar a escrita’.

Desenhar linhas escritas para instituir sentido à proposta metodológica representa então, abraçar um compromisso com a atividade lúdica de escrever. Circunstância que, por vezes, gera processos conflitantes em quem se encontra na posição de produzir uma tese.

O registro inicial de algumas preocupações tem a ver em parte com minha responsabilidade docente na área de Enfermagem. Além de outras atividades inerentes com as funções de professora, trabalho com Metodologia de Pesquisa na graduação e pós-graduação, o que me torna, talvez, uma exigente exacerbada com as características metodológicas.

Inventar e associar sentidos para o que cientificamente intitulamos de Metodologia de Trabalho, com graduandos e pós-graduandos permitiu que fosse visualizando e criando 'outras formas' de nomear a metodologia propriamente dita. E isto, tem sido uma experiência importante para mim porque retira 'o fardo' tradicional de nos depararmos com a complexidade inicial de construir esta etapa de pesquisa.

De outro modo e sem receio, penso que as dificuldades em construir a proposta repousaram nas multiplicidades de idéias ao redor da temática, às quais exigiram critérios claros de como centralizar o objeto de investigação, assim como também retirá-lo de lugares pressupostamente prontos.

Traçadas as primeiras tentativas de escrever, o passo seguinte está relacionado com a suspensão deste mesmo objeto de estudo. Sua suspensão trata de fazê-lo emergir de um cerceamento em que geralmente se encontra nas situações em que ele passa a ser entendido por um viés de ciência tradicional.

Também entra em jogo na escolha do tema e seu objeto, a idéia construída por Humberto Eco (2003). O tema, disse Eco, deve procurar responder aos interesses de quem constrói a investigação. Minha tese girou sobre Discursos produzidos historicamente na Enfermagem a respeito de Enfermeiras Negras. A escolha ancorou-se no fato de eu ser mulher, negra e enfermeira.

A questão dos negros no Brasil, particularmente das mulheres negras, suscita refletir sobre a participação destas mulheres na Enfermagem, considerando que na história da profissão a questão do racismo foi uma das circunstâncias *nebulosas* que permanecem sem maiores e mais profundas análises como problemática de quem deveria ou não tornar-se enfermeira.

Importante refletir, conforme vejo hoje, que a temática sobre Mulheres Negras encontra-se ainda em um processo de enclausuramento, pois esta discussão parece, em um primeiro momento, interessar apenas aos afro-descendentes no que tange a questões de exclusão/inclusão dos negros em termos de igualdade nas sociedades racistas.

Pretendi com a proposta me valer de uma lógica de análise que não pertencesse à visão tradicional de compreender certos fenômenos, o que significou assumir desde o início da caminhada, lidar com muitas incertezas.

Aprender a lidar com as incertezas representou um dos grandes desafios deste estudo. Procurei dar um tratamento metodológico à investigação operando com o sentido de abertura, visto que o tema escolhido não apresenta recorrência no cotidiano acadêmico ou de publicações político-sociais, ao menos, comparado a outras temáticas.

Quem argumenta sobre negros e mais particularmente sobre mulheres negras? Quem tem domínio sobre esta questão?

Em uma primeira tomada de rumo, os próprios negros e as negras, através de suas histórias de vida e de suas experiências como pessoas que vivem historicamente o processo de exclusão social na dimensão étnico/racial no Brasil.

São os negros e as negras que, ao experimentarem a exclusão, ao serem tratados como 'diferentes' e desprovidos das mesmas possibilidades econômico-político-sociais de outras etnias/raças, tornam possível marcar um processo de resistência, denunciando suas condições de vida.

Contribuir para o debate ao redor da [in] visibilidade social em que vivem as mulheres negras foi um grande desafio. Em especial, ao redor de enfermeiras negras, pois como o leitor verá ao longo do trabalho, pouca expressividade teórica existe a respeito do assunto.

Uma forma, encontrada por mim em termos de contribuição, foi justamente a de argumentar sobre Discursos produzidos na Enfermagem ao redor de Enfermeiras Negras. Dentro do contexto de estudo a que me propus, minha tese circulou dentro do que Umberto Eco concebeu em termos de cientificidade: "uma tese serve, sobretudo para ensinar a coordenar idéias, independentemente do tema tratado" (p.15)

Como bem discutiu Geruza de Fátima Tomé (2008), para que a luta política pela igualdade de negros e outras etnias/raças seja humanamente emancipatória, embora politicamente emancipados, faz-se necessário repensar radicalmente os lugares e as posições que os afro-descendentes se encontram em um país racista como o Brasil.

O fato é que as argumentações sobre a presença de mulheres negras na Enfermagem ainda representa uma condição de pouca expressividade social e

profissional, a não ser em situações onde elas se encontrem em posições acadêmicas ou em organizações de movimentos negros; ou ainda, em outras parcelas sociais a quem o tema possa instigar o interesse de desvelar esta problemática histórica.

A questão das mulheres negras quer em termos de etnia/raça, quer na perspectiva de discursos produzidos a respeito de sua presença social no Brasil revela a continuidade de reprodução social pela via de aceitação passiva de que estas mulheres e também os homens negros são pessoas socialmente concebidas como 'diferentes' por não serem brancos, nem aparecerem em classes sociais privilegiadas.

A apresentação da proposta de investigação requer que eu sinalize sobre algumas precauções ao redor de minha concepção em torno do pesquisar.

A respeito dos elementos de uma pesquisa, ou seja, a proposta em si de um estudo e a multiplicidade de idéias que culminam com o objeto de pesquisa, creio, torna-se a marca de uma trajetória de tese. Frente a tais constatações propus o estudo sobre a temática registrada.

O tema da tese desenrolou-se com o problema de investigação 'discurso' tomado em sua materialidade através de editoriais, artigos, resumos de teses e de dissertações da Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn. O objeto 'discurso' emergiu no sentido de tratá-lo como prática histórica e social como o concebeu Michel Foucault (2005).

A proposta inicial era analisar materiais da REBEn que contemplassem discursos sobre mulheres enfermeiras e, em seguida, sobre enfermeiras negras.

A partir das sugestões e observações da Banca de Qualificação, a tomada do mesmo problema foi reconstruída através de duas vertentes. Uma pela análise discursiva de artigos, editoriais e outros materiais referentes a enfermeiras, seguido da análise a respeito de enfermeiras negras na REBEn. Outra, pela localização de lugares e posições sócio-políticos estabelecidos para as enfermeiras negras, através de suas narrativas sobre a temática de escolha e o problema proposto.

Assim, a metodologia enveredou por dois caminhos que convergiram para a resolução do problema da investigação. A análise sobre os discursos produzidos historicamente no campo de saber da Enfermagem, a respeito de lugares e posições que enfermeiras negras e não negras poderiam ocupar, discursivamente na revista.

Como desdobramento, deu-se a aproximação da mesma análise com a das manifestações concretas expressadas por enfermeiras negras que aceitaram fornecer informações a respeito de como elas entendiam 'ser discursadas ou não na mesma revista', o que refletiu sua visibilidade ou [in] visibilidade na prática profissional-social.

A proposição em analisar discursos sobre enfermeiras de outras etnias e enfermeiras negras e, confrontá-los com narrativas de profissionais afro-descendentes sobre o significado de ser mulher negra e enfermeira pretendeu, em uma compreensão mais ampla, entender como os discursos operaram saberes. Os quais foram se constituindo na Enfermagem em relação aos lugares e posições ocupados por enfermeiras afro-descendentes ou não na profissão.

A experiência de ser mulher negra e enfermeira é singular quando concebo a questão das históricas discriminações, em suas múltiplas interfaces, contra as mulheres e articulo-as também com questões discriminatórias contidas na história da Enfermagem Brasileira. Muito em particular, sobre a presença de enfermeiras negras.

Campos, Oguisso e Freitas (2007) que serão apresentados, entre outros autores, na primeira parte deste trabalho enfatizaram que o processo de exclusão de mulheres negras na Enfermagem, em seus primórdios no Brasil, teve sua raiz histórica no fato de as mulheres negras terem sido as primeiras a cuidar de pessoas. Cuidado este quer pela via de amamentar filhos alheios, quer em razão da condição escrava a que esta mulher foi submetida.

O estudo dos autores mostrou que a Enfermagem reproduziu o que a sociedade brasileira usou como padrão de comportamento social. Uma sociedade e, por decorrência, uma profissão, com características essencialmente racistas e discriminatórias.

A singularidade em se compreender a presença da mulher negra na Enfermagem e, por lógica da presença sócio-cultural das mulheres negras no Brasil, foi construída através das seguintes noções analíticas: Raça/Etnia, Gênero Feminino, Identidade, Diferente/Diferença, Exclusão/Inclusão.

Como objetivo geral, propus-me analisar discursos em seus sentidos ditos contidos em editoriais, artigos e outros materiais registrados na REBEn, aproximados e rearticulados analiticamente às narrativas das enfermeiras que aceitaram participar do estudo.

O objeto de estudo – o *discurso* – não teria razão em ser analisado sem os pressupostos em torno das categorias adjacentes por mim escolhidas. Genericamente, fiz uso das categorias citadas, a fim de construir o foco do estudo.

A aparente amplitude do trabalho, ao utilizar várias categorias analíticas, ao redor do problema de pesquisa, torna-se melhor compreendida, por exemplo, através de Heleieth Saffioti (2004), que apresentou uma discussão sobre *Diferença ou Indiferença* nas categorias de raça/etnia, gênero e classe social.

Na reflexão, a autora sinalizou com muita propriedade que tais categorias devem ser argumentadas a partir da própria experiência de quem pesquisa, pois segundo ela, o sujeito se constitui socialmente, forjado na e através das relações sociais.

As recorrências de olhares sobre minha experiência como mulher, negra e enfermeira, articuladas ao *vazio* em que me encontrava em termos de uma possível proposta de pesquisa, aceleraram a escolha pelo referido tema.

Escolhi investigar os editoriais e os artigos da Revista Brasileira de Enfermagem, em razão da importância histórica que este meio de comunicação assumiu no campo de saber da Enfermagem. Portanto, a escolha pela revista não se deu de forma aleatória. Afinal, enfermeiras são habilitadas para gerenciar todas as atividades de Enfermagem, tendo com uma interface importante a produção de artigos e outros, materializados em periódicos da profissão.

Dentro da acepção exposta acima, analisar uma rede complexa de categorias ao redor de discursos sobre mulheres negras é uma forma importante de se pensar a Educação no Brasil, pensando que a inexpressividade de discursos sobre enfermeiras negras em periódicos como a REBEn retrata a histórica condição do preconceito e da discriminação racial no Brasil, mas também permitiu rever, sob uma ótica diferente, o que já se sabia a respeito dos lugares atribuídos socialmente aos homens e mulheres negros. Daqui, a questão da Educação sobre os papéis sexuais atribuídos culturalmente às mulheres e [aos homens] fez o estudo enveredar para condições de produção de discursos sobre as mulheres negras, como verá o leitor, ainda não tratadas no meio intelectual e social no Brasil. O que em outro sentido, favoreceu que eu enxergasse modos de subjetivação da mulher negra.

Tudo isto exigiu não apenas a competência técnico-científica, mas a coragem e a ousadia para enfrentar atitudes e posturas de preconceito racial e discriminação

de raça/etnia, de gênero feminino, de diferente/diferença e de exclusão/inclusão sociais.

O primeiro critério empírico que assumi foi considerar a importância e a tradição da REBEn como veículo de comunicação; um meio de não apenas atualizar as produções do campo de saber da Enfermagem, mas fundamentalmente como um meio de educação. A revista passou a circular no cenário profissional a partir do ano de 1926, três anos após o surgimento da primeira Escola de Enfermagem no Brasil, a Anna Néri, no Rio de Janeiro.

A escola foi oficializada por historiadores da Enfermagem como a primeira Escola de Enfermagem, já que a Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, criada em 1890 não é aceita como a primeira, por ter sido criada por profissionais médicos e a REBEn foi a primeira revista de interesse social-científico da Enfermagem Brasileira.

Ao associar as duas dimensões: a da REBEn nascida da Escola Anna Néri com o fato de ser o primeiro veículo a divulgar as produções do campo de saber da Enfermagem, pressupus a existência de editoriais, artigos e outros materiais voltados para a questão das mulheres enfermeiras. E, em particular, enunciados e ou discursos sobre enfermeiras afro-descendentes.

Como suspeitas escolhi as seguintes circunstâncias:

- 1º) como as enfermeiras aparecem produzidas discursivamente na REBEn ?
- 2º) que posições e lugares discursivos as enfermeiras negras ocupam na mesma revista?
- 3º) os discursos produzidos a respeito de enfermeiras negras aparecem em nivelamentos enunciativos similares em relação a outros sobre enfermeiras não negras?
- 4º) na escassez ou ausência discursiva sobre enfermeiras negras, quais as principais condições de possibilidade/produção de discurso colaboraram para esta situação?

Como objetivo geral, propus-me: - Analisar discursos em seus sentidos ditos contidos em editoriais, artigos e outros materiais registrados na REBEn, aproximados e rearticulados analiticamente às narrativas das enfermeiras que aceitaram participar do estudo.

Como objetivos específicos, propus-me a:

- a) Analisar posições e lugares ocupados pelas enfermeiras negras no cenário discursivo da revista.

b) Averiguar quais as principais condições de possibilidades/produções impediu o registro de discursos sobre estas mulheres na constatação desta.

Após a discussão dos itens 1º, 2º, 3º e 4º, estão apresentadas as análises e exemplos de protocolos de falas que emergiram das narrativas das informantes, através de entrevistas individuais e da discussão em grupo.

A busca por enfermeiras afro-descendentes no micro contexto do Rio Grande do Sul, mais especificamente na região nordeste do estado e na capital não foi tarefa fácil. A escolha pelo micro contexto regional foi uma escolha pessoal, considerando que resido na região e ainda, pelas condições em conciliar tempo: trabalho e estudo.

Além do mais, boa parte das enfermeiras contatadas argumentou a dificuldade de horários, devido trabalhar em mais de um emprego. A precariedade inicial em buscar possíveis participantes obrigou que eu fizesse a localização destas enfermeiras em mais de uma cidade ou que dificultou, em muito, reuni-las para uma discussão coletiva. Após muitas e frustrantes tentativas cinco (05) enfermeiras afro-descendentes aceitaram colaborar com a pesquisa.

O critério de escolha das informantes foi: ser negra e atuar como enfermeira, independente da área de atuação: curativa, preventiva, ensino, empresarial, pesquisa, outras.

As informantes receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo a Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde que preconiza as orientações bioéticas e legais de pesquisa com seres humanos. Cada participante assinou um termo, ficando com uma via. A outra via ficou em posse da pesquisadora (Apêndice A).

Foram realizadas cinco (05) entrevistas individuais previamente agendadas e registradas por cada informante¹ e posterior discussão de grupo. As questões semi-estruturadas (Apêndice B) nortearam a Entrevista Narrativa.

¹ As informantes expressaram preferência ao registro individual escrito, ao invés de suas narrativas serem gravadas.

A técnica utilizada para a análise discursiva foi feita através da marcação textual de significados relacionada ao tema e ao problema de pesquisa, tomando por base os referenciais de Michel Foucault e de Eni Orlandi.

O Método da Entrevista Narrativa (EN) – foi baseado na perspectiva de Sandra Jovchelovith e Martin W. Bauer (2002). Esta técnica, de acordo com os autores, deve dar conta de contextualizar um acontecimento, instituindo uma seqüência lógica para a experiência. Por ela é possível encontrar possíveis explicações para fenômenos investigados. Representa ‘dar voz intencional’ a quem narra alguma coisa através da reconstrução de fatos que tenham significado singular.

Jovchelovith e Bauer alertaram que por ser a entrevista narrativa “motivada por uma crítica do esquema pergunta-resposta” (p.95) é necessário que o pesquisador procure dar à técnica uma versão menos ortodoxa. Daí, permitir-se, uma mínima influência do entrevistador e do ambiente sobre a organização interna das respostas do informante. A intenção em utilizar a EN, foi dar voz a cada uma das participantes como representação das mulheres negras.

Para compreender as narrativas coletivas, utilizei a técnica do Grupo de Discussão baseado em Wivian Weller (2005-06). A fim de facilitar a interação com o Grupo de Discussão utilizei um roteiro com duas (02) questões norteadoras, conforme o Apêndice C.

Os grupos de discussão foram introduzidos na pesquisa social empírica pela Escola de Frankfurt nos anos 50 do século XX (WELLER, 2005-06). O método foi ancorado no interacionismo social, na fenomenologia social e na etnometodologia (p.244). Trata-se, portanto, de um método, segundo a própria autora, cujo instrumento de exploração enfatiza as opiniões coletivas.

As opiniões de grupo não são formuladas, apenas atualizadas no momento da entrevista, em decorrência de vivências ou experiências constituídas em base comum que perpassam a vida de múltiplos indivíduos.

O caminho metodológico deste método também dá relevância à opinião do grupo, referente às orientações oriundas do contexto social. O grupo, neste caso, é representante do meio social em que vivem e não apenas detentores de opiniões (p.245).

O Grupo de Discussão concretiza posições que refletem as orientações coletivas ou as visões de mundo do grupo social ao qual o entrevistado pertence

(WELLER, 2006, p.245). Deste modo, o Grupo de Discussão presta-se para a reconstrução do modelo de orientação por meio, do qual, os integrantes do grupo interagem. O pesquisador aqui, pode verificar a emergência e a processualidade dos fenômenos interativos. Ao mesmo tempo este grupo permite a análise da representatividade desses fenômenos interativos em uma determinada estrutura (p.26). A discussão oriunda do encontro foi filmada, mantendo-se em sigilo a identificação das participantes. O objetivo do registro por filmagem foi garantir, ao máximo possível, informações para a análise das narrativas.

Posterior ao registro individual e coletivo das informantes, os fatos narrados ao redor do tema e do problema da pesquisa, foram transcritos pela pesquisadora,

No segundo momento, após a interpretação dinâmica e crítica das respostas, realizei a marcação de enunciados voltados à centralização do problema, através de narrativas sobre discursos produzidos ou não na REBEn, ao redor das enfermeira negras.

O terceiro momento representou a separação sistematizada de enunciados e ou conjuntos discursivos que permitissem encontrar sentidos para a compreensão crítica de ser mulher negra e enfermeira.

No quarto momento deu-se a aproximação e a rearticulação entre artigos, editoriais e outros voltados à abordagem sobre mulheres enfermeiras negras com as narrativas emitidas pelas informantes, o que fez emergir a análise crítica ao redor do tema e seu problema.

A partir de constatações ao redor das suspeitas, concebi que o estudo poderia culminar, em termos do objeto de pesquisa, no mapeamento de práticas discursivas, que apontassem encadeamentos a respeito daquelas posições e lugares instituídos às enfermeiras não negras e, principalmente, às enfermeiras afro-descendentes.

Chamo ainda a atenção para duas situações que estruturam o Referencial Teórico. Uma relativa à argumentação ao redor de Discurso e a outra em relação ao referencial teórico, pois antecipadamente alerto o leitor para o fato de não ter encontrado na REBEn absolutamente nenhum material sobre enfermeiras negras.

Assim, dentro da suspeitas, a de condições de possibilidades/produções circulou em torno das noções discutidas no referencial teórico, onde procurei na análise dos dados, dar vazão a algumas condições que não aparecem em outros

estudos, reflexões e análises de autores utilizados neste trabalho. Isto representou lidar com certas *nuances* que apareceram no decorrer da análise.

Acredito que as condições de possibilidade puderam ser enxergadas de uma maneira diferente pela busca de formas de circulação, difusão e apropriação que os discursos sobre enfermeiras foram assumindo ao longo da evolução profissional.

Assim, algumas dificuldades para quem se coloca a desenvolver a escrita, localizam-se na preocupação, por vezes excessiva, de fazer pela escrita, o leitor entender o que se pretende dizer e como quer dizer. Não se trata apenas de escrever bem, mas de bem escrever. Esta foi a difícil tarefa de começar!

Quem escreve, além da preocupação de fazer-se entender, tem que antes procurar um estilo lingüístico. Não para impressionar, mas para simplesmente se fazer entender, visto a necessidade de elaborar pensamento e escrita e vice-versa.

Este exercício tem um alto custo. Um gasto significativo de energia, a preocupação constante de registrar realmente o que tem a dizer e como fazê-lo; e, de tentar ‘ganhar’ o leitor pelo seu ‘modo de expressar-se para dizer o que tem a dizer! Isto representa criar um estilo lingüístico. Mais que isso, significa constituir-se como sujeito de *histórias*.

Quando me refiro a um estilo lingüístico estou fazendo referência ao que lucidamente Tomaz Tadeu da Silva registrou em um artigo publicado em 2002: para escrever, disse Silva, não é preciso invocar a autoridade de teóricos ilustres. Quando houver necessidade de citá-los, basta citá-los. Mas, Silva defendeu também que em um trabalho acadêmico como uma tese, as citações são importantes e parte integral da construção do texto.

Escrever uma tese exige muito mais que citações. Exige a construção criteriosa de argumentações através da disciplina de quem escreve e o contínuo fazer e refazer a escrita, até julgá-la *dizível*.

A construção de uma tese, para além de um estilo de escrita, e da preocupação em dizer o que tem que ser dito de maneira clara e amadurecida, carece ser refletida, no sentido de ‘escancarar meticulosamente’ o que foi proposto. Agora em forma de teorização e análise do concreto, a fim de aproximá-la com as pressuposições e averiguar se os objetivos propostos foram contemplados.

Escrever sobre uma temática e, dela, abstrair conjecturas, invariavelmente exige tomadas de posições, tempo, paciência, tesão e ,claro, muito rigor na seleção sobre o já produzido.

Daí atribuir a uma produção escrita um cuidado primordial pelo qual, subentende-se a necessidade de critérios claros onde a produção em si, ou o pensamento elaborado, deve estar cuidadosamente registrado, de modo que quem se põe na posição de leitor, possa compreender o pensamento de quem diz em sua relação com o discurso escrito.

Penso que a 'difícil tarefa de escrever' não está tanto na questão do estilo de escrita – apesar de ela ser importante em respeito a quem lê – mas muito mais porque quem registra a escrita tem o desejo em ser compreendido. Esta é sua tarefa e sua responsabilidade. Fazer-se entender.

Quem escreve, mesmo com dificuldades visíveis para esclarecer por escrito tudo que vivenciou no caminho construtivo do texto, atreve-se a desnudar e desvendar o que por um tempo esteve a amadurecer. Daqui, a aventura de quem escreve está na tentativa de clarificar seu pensamento, suas posições, suas críticas.

Espero poder entregar este registro com a propriedade de quem, ao procurar desenvolver sua tese, aprendeu muito mais do que escrever, a se re-significar como Mulher Negra e Enfermeira.

2 DA ESTRUTURA DO TRABALHO

O estudo apresenta-se em duas partes. Na Parte I, discuto e analiso o Referencial Teórico, onde argumentei a respeito de reflexões primeiramente sobre minha compreensão a respeito do pesquisar.

Em seguida, procurei articular o tema da pesquisa com o desenrolar de tais reflexões. Assim, a noção de discurso foi aproximada com as de Gênero Feminino e as principais temáticas sobre Mulheres, Inclusão/Exclusão, Diferença/Diferente, Etnia/Raça e Identidade.

A Parte II do estudo apresenta os achados empíricos da REBEn, onde, após a apresentação e discussão dos mesmos, realizei a argumentação destes materiais, aproximando-os da etapa seguinte, que foi a análise das narrativas das informantes.

Por fim, nas Considerações Finais busquei realizar o fechamento do estudo, resgatando a questão dos discursos/condições de possibilidades-produção com a análise geral do trabalho.

2.1 Significando a caminhada da Investigação

Para argumentar a respeito da noção de discurso, tomei por empréstimo algumas significativas reflexões ao redor de sua problematização utilizando os autores: Eni Orlandi (2000) e Michel Foucault (1971, 1982, 1985, 1991-2-6-7, 2001-7). Tais reflexões foram por mim apropriadas fazendo delas uma escavação inicial: por que buscar certas verdades sobre lugares e posições de enfermeiras negras narradas na história do campo de saber da Enfermagem no Brasil?

O desafio foi o de justamente desacomodar-me. Isto representou mais que uma aventura. Implicou em romper com medos, certezas e vestir-me de certa dose de coragem para perceber o que até então parecia estar devidamente colocado em um lugar fixo e sossegado no que tange a posições e lugares ocupados por enfermeiras negras em discursos na REBEn.

Em outros desdobramentos do trabalho e, sem perder de vista o objeto do estudo e as suspeitas em torno dele posicionei-me a respeito do discurso a partir de meu olhar como mulher negra e enfermeira. Defendi, inicialmente, que estes, podem apresentar-se de maneira recorrente no sentido de buscar 'firmar' o campo de saber no seu decurso evolutivo com o objetivo de adquirir certo status social.

Neste íterim, conforme veremos pelas posições de Foucault e Orlandi, as práticas discursivas tomadas verticalmente podem corresponder inicialmente àquilo que Foucault (1996), por exemplo, nomeou de tradicional por seguir, a rigor, imperativos sócio-históricos, através de *vontades de verdade*.

A este respeito Foucault manifestou-se com o seguinte posicionamento:

essa vontade de verdade está apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional que tende a exercer sobre os outros discursos [...] uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”(p.18).

Os enunciados e conjuntos de discursos aqui estudados permitiram o desencadeamento da análise de como as mulheres enfermeiras e negras aparecem “visibilizadas” na conjuntura político-social brasileira. Pensar por este viés, exigiu um exercício analítico bastante complexo do trabalho articulado com as categorias adjacentes.

Diante da reflexão foi possível fazer o seguinte questionamento: não estaria aqui situado o primeiro grande movimento que poderia realizar? Um movimento de compreender pelos discursos, práticas no campo de saber da Enfermagem que podem ter colaborado para que enfermeiras negras não fossem contempladas discursivamente, mostrando seus não lugares e posições na REBEn?

A respeito das mulheres e, em se tratando das afro-descendentes a problemática assumiu, via análise discursiva, um complexo problema que pode ser refletido na perspectiva proposta por Foucault (1992) no sentido de que discursos e, saber-poder encontra-se contido num ‘emaranhado’ contexto sócio-histórico.

A prerrogativa que assumi foi possível em razão de, como pesquisadora, localizar-me na experiência pessoal, profissional e social, enfrentando dificuldades e resistências comuns que os negros no Brasil sofrem em termos de preconceito e de discriminação racial.

É necessário alertar, porém, que, nas várias passagens a que faço alusão às minhas posições de mulher-negra e enfermeira, esta não traz somente o enfoque subjetivo. Muito além, as expressões subjetivas traduzem em várias passagens da pesquisa as relações intersubjetivas, nas quais e com as quais, tornou-se possível entender melhor a problemática do preconceito e da discriminação étnico-racial.

O momento em que vivemos de banalização da violência social, do aparente desinteresse por questões sobre mulheres, negros e profissionais enfermeiras, mesmo se mostrando como um desencanto é de outra maneira, um tempo propício para que se possa compreender mais claramente o vazio do cotidiano sobre os lugares e posições que enfermeiras negras representam na profissão. O que as torna legítimas representantes na [in] visibilidade das mulheres negras no Brasil. Isto somado ao fato da ausência de discursos sobre este grupo étnico na REBEn.

Se, de certo modo, o século que se seguiu após a Abolição da Escravatura, mostrou-se através de um imobilismo de produção intelectual sobre os afro-descendentes, isso em parte, deveu-se ao ‘silêncio consentido’ a respeito de discursos que pudessem narrar sobre onde e como mulheres e homens negros foram e continuam sendo [des] legitimados em discursos escritos.

Ser mulher negra e enfermeira vem ao encontro de uma questão que me incomodava há algum tempo: o que dizem e como dizem os discursos sobre enfermeiras negras. Se não o dizem, Guacira Louro (2002) apropriadamente me fornece algumas pistas: “A ausência e o silêncio feminino nos registros históricos só podem ser uma história mal contada” (p.12).

Procurar desvendar o que acontece sobre a produção discursiva em torno das mulheres enfermeiras e o “silencia discursivo” ao redor das negras é no mínimo *[re] desenhar*, a partir do já existente, o que está registrado sobre esta temática em termos de narrativas históricas.

2.2 Juntando algumas [outras] peças – isto significa [des] construir uma legitimidade?

A atitude do pesquisar requer um despojamento pelo qual se torne possível tematizar sobre questões investigativas pouco exploradas, como é a situação ao redor de discursos a respeito de enfermeiras [e mulheres] negras.

A partir da tematização, quem se põe a investigar passa a assumir um lugar privilegiado já que a retirada de ‘lentes’ exige a emergência de competências antes inexistentes. Falo de uma competência que não se limite ao ambiente acadêmico.

Ao contrário, concebo competência como uma disposição interna de reagir, de “virar de cabeça para baixo”, concepções naturalizadas por um pesquisar tradicional.

Pedro Demo (1998) argumentou que para pesquisar é preciso que haja o aprimoramento do sujeito que pesquisa porque ele também *se pesquisa*. Demo argumentou ainda que para pesquisar é preciso ter uma especialidade. Não aquela entendida como “saber vertical contida em esfera restrita, mas também a maneira própria de cada um de manejar conhecimento e a intervenção” (p.18). Demo propôs que a atitude do pesquisador é a de superar a especialização excessiva, “que sabe tudo de quase nada” (p.18).

Neste envolvimento de ir aprendendo a desfazer os ‘nós’ através do desenrolar de fios, quem se propõe a pesquisar passa a ocupar posições de menos miséria intelectual. Não se trata de desmerecer possíveis pesquisas que possam ser categorizadas como ‘verticais’, mas compreender que é a atitude do pesquisador que deve superar o entendimento mais estreito de uma investigação.

Boaventura de Souza Santos (2003) analisou sobre a necessidade de, na pesquisa, empreender-se um debate em torno dos indícios relativos à crise paradigmática da ciência devido a problemas e dificuldades gerados pela própria modernidade.

Por esta lógica, perpassam, conforme Souza Santos, questões do pesquisar, na dimensão filosófica, epistemológica e metodológica, cujo limiar da crise está posto justamente na passagem do século XX para o século XXI. Aliás, comentou Souza Santos, a crise paradigmática do final do século XX para o XXI, é resultado de um período de profundas mudanças e transformações ocorridas ao final do século XIX e ao longo do século XX.

Na análise intitulada *Um Discurso sobre as Ciências* (2003), Souza Santos propôs que neste fim de um ciclo hegemônico de uma ordem científica, nada mais prudente, que exercitar a pesquisa através de um esforço “conduzido sobre um fio de navalha entre a lucidez e a ininteligibilidade de uma resposta” (p.19).

Assim, parece emergente priorizar a busca por algumas respostas, em caráter provisório, desvendando o que pressupostamente está pronto e definido como verdade. O abalo profundo nas formas de entender, explicar e analisar o mundo pela pesquisa permitiu que os sistemas explicativos, as verdades estabelecidas fossem postas em suspeição.

Neste sentido, a ciência como hoje ainda concebida, representa uma espécie de camisa de força, isto é, a construção de verdades, cujo consenso parece não permitir a investigação por outros caminhos, visto que a excessiva racionalidade do

pensamento humano parece não permitir a si mesma a possibilidade de achar possíveis trajetórias que não as aceitas de maneira incondicional.

Investigar de *cabeça para baixo* é uma aventura que implica em desfazer toda uma construção de olhares e práticas que foram se construindo no caminhar de uma prática profissional. Isto representa, sim, [des] legitimar o que está posto.

Enfermeira há mais de vinte e quatro anos e mais da metade deste período como docente, levei um tempo, talvez longo, mas necessário, para entender que pesquisar é o oposto do que geralmente aparece no campo de saber da Enfermagem. Proposições essas que geralmente expõem análises de fenômenos já dados.

Ao me propor investigar discursos produzidos sobre enfermeiras e compreender, por eles, a ausência de discursos ao redor de enfermeiras negras fui adquirindo a consciência de que acabei revirada, de cabeça para baixo.

Inicialmente porque o tema escolhido e sua problematização parecem não contribuir para a socialização de saberes em minha área profissional. Entretanto, justifico parcialmente esta observação no fato de que muitas pesquisas na Enfermagem referem-se a questões da prática profissional, mais especificamente sobre questões técnicas.

A aventura começou exatamente por me propor caminhar em sentido contrário. A quem interessa conhecer a respeito de discursos sobre enfermeiras negras? A todos que, inconformados como eu, negam o pesquisar como um caminho reto e legitimam as encruzilhadas existentes nas trajetórias sinuosas sempre presentes na desafiadora aventura da construção de saberes em torno de fenômenos mais ou menos previsíveis.

A *revirada* na forma de investigar apontou para um panorama nada previsível. Primeiro, em razão, de o estudo não tratar de questões técnicas do saber da Enfermagem. Depois, por conceber outro contorno para o tema e o problema de pesquisa. Isto tudo propiciou tornar cristalinas algumas interfaces até então propositalmente mantidas na opacidade pelos discursos tradicionais.

O cenário passou a ser, de certo modo, [des] legitimar aquilo que a ciência moderna legitimou como verdade absoluta. Até pelo fato de que se essa absolutização pudesse dar conta de todas as verdades, os discursos produzidos sobre enfermeiras negras estariam postos na *vitrine*, como quaisquer outros a

respeito da vida e sobre mulheres, cuja tradição é mantê-las na ‘periferia social’, como é a situação das mulheres negras.

No entanto, não é isto que se observa empiricamente. As mulheres produzem, contestam, contribuem social e economicamente, mas ainda são ‘visibilizadas’ como produto de qualidade inferior ao dos homens.

Em se tratando de mulheres negras e Enfermagem, a situação torna-se ainda mais precária. Pelo fato da cor da pele e em razão, também, de a Enfermagem ainda ser interpretada socialmente como uma profissão meramente prática.

Quando me refiro a pesquisar pelo avesso penso sobre algumas posições que Zygmunt Bauman (2005) assumiu quando teceu fios sobre suas pesquisas. Para ele “começamos guiados por uma esperança de solução – apenas para encontrarmos novos problemas” (p.70).

Pesquisar ao avesso é um processo de criação, através de abalos e fissuras. É uma aventura, não porque constata algo a ser transformado e legitimado como verdade absoluta. Mas, por favorecer a abertura para novos horizontes, novos caminhos, novos jeitos de compreender a mesma história.

A brecha deixada sobre a participação das mulheres no mundo e sobre a profissão de Enfermagem exposta pela modernidade, me impulsionou a pensar se, de fato existiam discursos sobre enfermeiras negras em editoriais, artigos e outros materiais da REBEn.

Como nada pode ser constatado a respeito, avançar para a compreensão de como estes discursos posicionaram as enfermeiras não negras, enviaria o estudo para ‘o que tais discursos dizem’, já que como argumentou Michel Foucault (2007): “quem diz ou pronuncia alguma coisa é o desenrolar do discurso ou uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível” (p.6).

Além dos trabalhos de Foucault sobre discurso, também os de Eni Orlandi (2000), defenderam que a posição que o discurso vem ocupando na modernidade é a de uma estratégia contida nas leis e nas instituições.

Partindo da noção de um discurso atrelado a questões de legislação e também das de ordens institucionais, Foucault (1996), por exemplo, argumentou que um discurso, preso a estes aspectos de tradição do período moderno mostra-se, em termos de procedimentos de análise, como uma *exclusão*.

Aproximando a perspectiva foucaultiana com o que Robert Castel (1997) discutiu sobre as *minorias excluídas* e, respeitando-se questões epistêmicas de um e outro trabalho, é possível pensar através de Castel sobre as mulheres negras excluídas, no que diz respeito aos discursos, pela seguinte questão:

Quaisquer que sejam as razões que o tenham conduzido a esta exclusão e a distância de onde ele se encontra, [...] a margem de manobra é estreita [...]. (p.38)

Aprender novos caminhos investigativos me possibilitou olhar ao avesso os discursos já produzidos sobre enfermeiras. Por lógica, a ausência discursiva sobre enfermeiras negras poderia traduzir como elas se enxergam na concretude das relações sociais e profissionais.

Como veremos posteriormente na Parte II, nenhum discurso foi encontrado a respeito de enfermeiras negras. Destas constatações passei a analisar as principais condições de possibilidades/produções que tornaram possível o anulamento de tais discursos.

Condições de possibilidade, em termos gerais, representaram para Foucault (2005), todas as circunstâncias viáveis de produção ou não de um discurso, suas relações com outros discursos, suas localizações como práticas sociais e mesmo a inexistência de determinados discursos.

O apagamento discursivo sobre as enfermeiras afro-descendentes foi determinado, obviamente por questões históricas centralizadas no racismo, na discriminação racial, em questões relacionadas à presença das mulheres na história, mas e ainda por questões de constituição de subjetividade das enfermeiras negras.

De outro modo, o que desejei encontrar nas narrativas das participantes da pesquisa foi entender sobre seus lugares e posições sócio-políticos na profissão: o que dizem e como dizem acabou se tornando uma tarefa de confirmar a subalternidade histórica das mulheres, em particular das negras que foram colocadas em lugares e posições praticamente de invisibilidade, inclusive à custa dos próprios movimentos feministas.

A pressuposta legitimidade de apagamento discursivo em torno de enfermeiras negras favoreceu, em outro sentido, que o estudo contribuísse para [des] legitimar algumas circunstâncias a respeito de discursos históricos, quer em

termos de valorização ou não, da luta das mulheres sobre sua participação na profissão de Enfermagem.

2.3 Na Trama de Fios – articulando Discurso e sua Análise

Entre os múltiplos desafios que a atitude do pesquisar provoca a escolha por um método de análise adequado representa, talvez, um dos mais salientes. A preocupação com uma metodologia de trabalho, como foi o caso deste trabalho, não significou apenas seguir criteriosamente os aspectos inerentes a um método coerente.

Mais que isto, implicou em risco, porque os caminhos que foram trilhados não correspondem com a tradição de uma pesquisa cujos resultados possam ser controlados.

A primeira tomada de decisão, no pesquisar de *cabeça para baixo*, é lembrar constantemente que a escolha de um método envolve aquilo que Rosa Maria B. Fischer (2002) assumiu como emergência na pesquisa. A “necessidade de operarmos cuidadosamente sobre os materiais empíricos – pois aí reside, a riqueza e a originalidade [...] da mesma” (p.49).

Como toda a investigação que não se envereda para caminhos tradicionais é sempre provisória, decidi escolher como método a Análise Discursiva para os achados da REBEn inspirada nos trabalhos de Michel Foucault e Eni Orlandi..

Para a argumentação das narrativas das informantes utilizei a Entrevista Narrativa – EN e para a compreensão do que emergiu em grupo a técnica do Grupo de Discussão – GD.

A análise discursiva que perpassou a EN e o GD foi mais inspirada nas obras de Foucault. Isto representou não desmerecer Orlandi ou outros estudiosos sobre linguagem. A questão é que o discurso a que me refiro envolve mais do que questões de estrutura ou semântica. E ainda, porque também Orlandi utiliza-se da perspectiva foucaultiana, assim como outros autores aqui convidados a dialogar sobre o tema e o problema de pesquisa.

Defendi a perspectiva da análise discursiva enquanto prática histórica e social. Sentido este muito bem trabalhado e aprofundado nos trabalhos foucaultianos.

A Análise Discursiva a partir das obras de Foucault, como dimensão metodológica, parte de uma prerrogativa que considero muito prudente. Para Foucault (2007) utilizar a Análise Discursiva como método investigativo é pensar que as grandes transformações não ocorrem de fora para dentro, de cima para baixo, mas a partir do “de dentro”.

Além do mais e, embora eu tenha partido de categoriais adjacentes, na perspectiva daquele teórico, argumentar em torno de uma temática, requer lidar-se com o que vai se constituindo ao longo da estruturação da análise, o que fornece a garantia de que as informações e dados a serem analisados não estarão contaminados, nem encaixotados em alguma ‘regra pronta’.

Assim, o recurso metodológico inspirado na Análise Discursiva foucaultiana e, digo inspirado, porque não é possível seguir a ‘rigor’ o próprio método de Foucault, visto que ele se desenha no andar da própria análise, tornou-se uma possibilidade de articular elos contínuos e descontínuos do próprio discurso.

Uma das preocupações iniciais nos trabalhos de Foucault foi a de procurar estabelecer uma ‘rede de relações’ que pudesse demonstrar que os discursos produzidos historicamente fixaram a concepção do que era contado, de modo, a estabelecer a própria história como inquestionável e totalizante, gerando como ‘produto’ final, a legitimação ou [des] legitimação de saber-poder.

A representação que a noção de saber-poder assumiu aqui foi a de ser uma compreensão genérica da trama que se estabelece, dentro de práticas sociais e políticas, como no caso das relações argumentadas entre categoriais adjacentes, o tema e o problema da presente pesquisa.

Foucault em todos os seus trabalhos teve a preocupação de pensar que analisar discursos, pressupõe a formação de saberes. Uma importante preocupação em sua construção teórica foi a de buscar estabelecer condições de existência de um determinado saber.

Por outro lado, as noções de representação como as de etnia/raça, mulheres, identidade, diferença/diferente, exclusão/inclusão, nesta perspectiva superam o “a priori” histórico, procurando desta maneira condições intrínsecas das práticas sócio-históricas que se apresentam como saberes, onde o campo político aparece nitidamente e sempre como ponto de tensão (FOUCAULT, 2005).

A Análise Discursiva baseada nas obras de Foucault aparece como um saber ‘desqualificado’ pela noção de poder. É aqui que o campo de lutas e enfrentamentos

dos discursos e, nos quais, o sujeito se concretiza que os saberes não aceitos como científicos ou verdadeiros, tomam força desbancando discursos aceitos de maneira incontestável. A análise discursiva como estratégia, possibilitou gerar inquietações em termos de sua materialidade de algo pronunciado ou escrito e mesmo o não dito.

Vale destacar também que a análise discursiva é um recurso para se enxergar possíveis discursos que rompem com regras pré-estabelecidas. Por exemplo, o discurso analisado por Foucault (2007) não é uma unidade de sentido, mas, desdobra-se em múltiplos sentidos, pois que dependem de onde ele é dito e de quem o diz.

Foucault discutiu a questão da unidade discursiva não para descaracterizá-lo, mas para melhor caracterizá-lo em uma trama com outros discursos produzidos.

Quando da construção do projeto de tese, no que tange a análise discursiva, parti da pressuposição de que se existissem enunciados ou conjuntos discursivos sobre enfermeiras negras na REBEn, tais discursos seriam *desviantes*, ou como relatou Foucault (1996), discursos que não estão na ordem das leis, na solenidade de uma narrativa aceita como científica ou oficial.

Os achados da REBEn analisados na segunda parte da tese permitiram que pudesse inferir que os discursos sobre mulheres enfermeiras se situassem na questão de que os mesmos discursos que, “indefinidamente, para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1996, p.22).

Foucault na obra *A Ordem do Discurso* (1996) estabeleceu análises muito lúcidas sobre quais discursos entram na ordem estabelecida e quais são rejeitados.

A respeito da *ordem de um discurso* em sua formação, o autor destacou que alguns discursos são interditados. Todo discurso que ameaça ou é perigoso é uma narrativa a ser interditada, disse o teórico.

A interdição é colocada justamente para que certas narrativas não contraponham, nem representem riscos contra a ordem estabelecida. Foucault lembrou que discursos que são excluídos e interditados são separados e rejeitados por representarem perigo. Justamente porque não se quer reconhecer o lugar que eles ocupam. São discursos que retornam ao ruído, como foi caso de discursos sobre a loucura, as prisões, as sexualidades, os hospitais, estudados pelo teórico.

O discurso em sua análise é rastreado a partir do próprio discurso. Por isto, deve ser escavado, tensionado, questionado, criticado de seu interior para o exterior.

Dos discursos presentes na REBEn, a respeito de mulheres enfermeiras , veremos na Parte II, que os mesmos apareceram em recorrência, em especial a respeito de ‘novos lugares e das novas posições’ sócio-políticas que estas mulheres passaram a assumir, frente aos movimentos femininos que emergiram a partir dos anos oitenta do século passado.

Foucault insistiu que um discurso que se repete, ou um discurso recorrente é aquele “que diz por si mesmo”. É um discurso que ingressa em uma determinada ordem. Isto é, ele se torna prescritivo e normativo.

Prescritivo porque conduz, envia e encaminha os movimentos da vida para uma modalidade de um *viver homogêneo*. Normativo porque ao circular e se disseminar, o discurso estabelece normas. O que estiver fora da prescrição e da norma não é válido. Não é aceito por não se configurar com o estabelecido.

Foucault (1996) suspeitou que o perigo de um discurso narrado às avessas dos aceitos como ‘verdades absolutas’, encontra-se no aspecto de ele não poder ser controlado, selecionado, organizado nem redistribuído por certo número de procedimentos que têm como função conjurar seus poderes.

A inexistência de narrativas sobre enfermeiras negras determinou, na análise de discurso sobre enfermeiras, que a existência deste tipo de discurso descortinasse “não simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (p.10).

Discursos não visibilizados na forma de enunciados, desnudam por si, condições de possibilidades/produções que tomaram força para que se pudesse compreender o porquê da invisibilização destas mulheres. Nesta circunstância, seu aparecimento ocorreu pelo princípio de exclusão discursiva.

Quando há exclusão de um discurso, esse, além de sofrer interdição também é rastreado por princípios processuais de separação e rejeição. Separação por não corresponder ao que deve ser dito e rejeição por não poder circular, não ser acolhido, por não autenticar atos ou práticas de verdades aceitas como senso comum (FOUCAULT, 1996). Neste caso, os discursos que foram ‘escondidos’, tiveram a lógica política de não revelar algo, coisas e não poderem ser ouvidos. Eles ainda estão por ser ditos.

A ênfase da pesquisa foi tentar encontrar qualquer enunciado, qualquer dizer que pudesse revelar o reconhecimento de enfermeiras negras na Enfermagem como sujeito constituído pelo próprio discurso.

A possibilidade de que eles, se presentes, pudessem estar localizados em oposição a quaisquer outras narrativas ou, diferentemente posicionados em relação a discursos sobre enfermeiras de outras etnias/raças, mostrou a face perversa do sistema capitalista. Ali, na análise a respeito dos achados da REBEn argumentei como a perversidade se põe a serviço da macroestrutura.

Para que o leitor compreenda mais claramente minhas posições ao redor do tema e do problema do estudo torna-se importante expressar por qual razão estou utilizando o termo etnia/ raça.

Situo o sentido de etnia/raça através de algumas idéias concebidas por Kabengele Munanga (2003). Percorrendo a etimologia do conceito raça, o autor registrou que:

Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. Infelizmente, desembocam numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo (p.2).

Rastreando o eixo de conceito e classificação, Munanga constatou que nos vários séculos em que as tentativas de conceituar e classificar raças humanas, o século XX graças aos progressos de Genética Humana foi o marcador. Porém, as contribuições da genética culminaram com a explicação científica de que, apesar de todas as tentativas de dividir o ser humano por raças, elas são praticamente inviáveis porque os critérios de cor da pele, morfológicos e químicos dão dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças.

No campo genético, disse Munanga, os estudiosos chegaram à conclusão de que raça não é uma realidade biológica e sim um conceito inoperante para explicar a diversidade humana.

A insistência, em dividir o ser humano por raças, está na hierarquização de valores entre as chamadas raças. Os conteúdos doutrinários da noção de raças saíram dos círculos intelectuais e acadêmicos e difundiram-se no tecido social das populações ocidentais dominantes (MUNANGA, 2003).

O autor considerou também que o sentido de raça está muito internalizado nas sociedades. Um exemplo vem pela maioria dos pesquisadores brasileiros que “atuam na área das relações raciais e interétnicas” (p.12) que recorrem com frequência ao conceito de raça. A partir de exemplificações sobre a diversidade e

genética humana, o autor inferiu que a noção de raça é um modo *infeliz* de conjugar a diversidade étnica e cultural.

Em termos do sentido de etnia, o autor fez uma separação do de raça. Sua posição é de que, embora não se possa considerar ‘a risca’ a noção de raça, essa tem um conteúdo morfo-biológico enquanto e o de etnia é de caráter sócio-cultural, histórico e psicológico: “Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias” (p.12).

Revelou ainda que uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, tem um ancestral comum; tem uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território. Isto não representou para o autor, porém uma regra geral. Munanga lembrou que muitas etnias constituíram sozinhas nações.

A utilização do sentido etnia/raça na tese serviu como fio condutor para que se pudesse pensar socialmente a questão de mulheres e homens negros na conjuntura histórico-política, em termos de racismo e discriminação racial, na articulação com as questões de diferença/diferente, exclusão/inclusão social e a temática a respeito das mulheres.

Na investigação e na existência de discursos ao redor do tema, tornar-se-ia importante ter o cuidado de, pela análise discursiva, procurar saber o que diziam e como diziam tais discursos, sem, no entanto, dogmatizar estas narrativas sob o risco de também pela análise discursiva, acabar gerando outros processos estanques de interpretação e análise. Mesmo assim, como veremos, a análise dos materiais da REBEn, das narrativas das informantes e as reflexões do GD sofreu um tratamento procurando não transformá-la em um caráter de irrevogável.

Ancoro-me outra vez em Foucault (1996) para destacar que a Análise Discursiva como estratégia metodológica procura verificar práticas reais e efetivas de saberes que se constituíram pelos discursos através de enunciados.

Nesta abordagem tanto o caráter *arqueológico* criado por Foucault para escavar, abrir camadas de camadas, quanto de realizar a *genealogia*, isto é, o estabelecimento de uma rede complexa de relações, o objetivo foi o de demonstrar como certos enunciados aparecem e não outros em seu lugar. Também em função de entender como esses enunciados surgem em seus sentidos múltiplos.

A genealogia proposta por Foucault tem o cuidado de separar, cortar, esmiuçar e dali rearticular os fragmentos, a fim de que se possa ter uma *cartografia*

de um acontecimento. É aqui, disse Foucault, que se encontra a singularidade das coisas, [des] aprisionada da própria verdade.

A partir do tema da pesquisa o que passou a emergir na argumentação através dos achados, foi justamente a presença feminina na Enfermagem, onde os discursos o dizem, dando ‘saliências’ sobre enfermeiras. Isto implicou em entender, além da clássica questão do racismo e da discriminação racial contra enfermeiras negras, dois desdobramentos. Um que envolveu a compreensão de porque as agendas políticas das mulheres não contemplaram o problema das mulheres negras. O outro viabilizado na questão da identidade das mulheres negras, pelo viés da subjetivação.

Ao propor como problema de pesquisa os discursos tive a intenção de olhar outros sentidos destes discursos e como eles operaram saberes que foram se constituindo, firmando e, talvez, fixando saberes/poderes a respeito do campo de saber da Enfermagem em relação aos lugares ocupados por enfermeiras. Mas a questão centralizada em torno de enfermeiras negras permanecia ‘pululando’.

Infelizmente as constatações discursivas sobre mulheres [enfermeiras] negras ainda giram ao redor da macroestrutura, onde o racismo e a discriminação racial continuam sendo a ‘tônica e a tensão política’, mesmo com os avanços já conquistados por este grupo étnico. Em consonância com a macroestrutura, a dimensão micro estrutural foi argumentada no estudo tomando por base as narrativas das informantes e as reflexões que emergiram no GD.

Em busca prévia feita na Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) – seção RS – foram selecionados e analisados os seguintes editoriais, artigos e outros sobre mulheres assim distribuídos.

- Ano 42: nº 1, 2, 3 e 4: Jan/Dez de 1989²
- Ano 43: nº 1, 2, 3/4; Jan/Dez de 1990.
- Ano 44: nº 1; Jan/Mar de 1991.
- Ano 45: nº 1; Jan/Mar de 1992.

² As diferenças de registros de *ano e volume*, são decorrentes de adaptações legais de produção e disseminação de assuntos na revista. A REBen foi inicialmente intitulada de *Amnaes de Enfermagem* de 1932-1941; *Anais de Enfermagem* de 1946-1954. Não houve publicação de 1941 à 1946. Suas indexações: Medline, LILACS e CINAHL.

- Ano 45: nº 2/3, 4; Abr/Set de 1992.
- Ano 45: nº 4; Out/Dez de 1992.
- Vol 46: nº 1,; Jan/Mar de 1993.
- Vol. 46 nº 2; Abr/Jun de 1993.
- Vol. 46: nº 3/4; Jul/Dez de 1993.
- Vol 47: nº 1; Jan/Mar de 1994.
- Vol 47: nº 2; Abr/Jun de 1994.
- Vol. 47: nº 2; Abr/Jun de 1994.
- Vol 47: nº 3; Jul/Set de 1994.
- Vol. 48: nº 1; Jan/Mar de 1995.
- Vol. 48: nº 2; Abr/Jun de 1994.
- Vol. 48: nº 3; Jul/Ag/Set de 1995.
- Vol. 48: nº 4: Out/Dez de 1995.
- Vol. 49: nº 1; Jan/Mar de 1996.
- Vol 49: nº 2; Abr/Jun de 1996.
- Vol 49: nº 3; Jul/Set de 1996.
- Vol 49 nº 4; Out/Dez de 1996.
- Vol 50, respectivamente nº 1, 2; Jan/Mar; Abr/Jun de 1997 à Vol 61, nº 1, 2, 3, 4 e 5 : Jan/Fev; Mar/Abr; Jul/Ag; Set/Out de 2008³.

Como comentei anteriormente, o interesse pelo problema proposto emergiu a partir de minha própria constituição. Re-afirmar que como mulher negra e enfermeira, posso argumentar também a partir de minhas próprias vivências as múltiplas dificuldades que sempre se apresentam no cotidiano de trabalho e de vida das mulheres negras, tornou-se, sem dúvida, importante interface de esclarecimento sobre o preconceito e a discriminação racial. Particularmente no que se refere as suas articulações com questões sobre as mulheres redificadas com outras categorias analíticas adjacentes.

³ As referências descritas não puderam ser escaneadas. Na ABEn-RS, diariamente, permanecesse uma Secretária para atendimento e que não tem permissão para liberar o material do local. Os materiais anteriores a 1989 e posteriores a 1996, tratam de questões voltadas a abordagens técnicas da profissão.

A fim de compor o estudo, parti do pressuposto de que os discursos construídos na história da Enfermagem Brasileira, são produções localizadas em ‘certa ordem universalizante’, como diria Foucault (1992). Às quais supervalorizam uma realidade que não corresponde a questões como a de que as mulheres-enfermeiras [e negras] foram ensinadas/*fabricadas* para cuidar a partir de uma *extensão doméstica* deste mesmo cuidado.

Em aparência, pensar a relação mulheres-enfermeiras e cuidado em Enfermagem como extensão doméstica, não aponta para relações sobre a presença das mulheres no mundo e a [in] visibilidade discursiva sobre enfermeiras negras.

Entretanto, é possível pensar sobre uma importante e inequívoca articulação entre as questões de constructo social sobre as mulheres – condição histórica ainda muito presente na Enfermagem – com a questão dos não lugares e posições sobre estas mesmas enfermeiras.

Quando retomo a sugestão de Foucault (1992) a respeito de uma supervalorização da realidade que não corresponde, nem responde a certas circunstâncias histórico-sociais materializadas nas mesmas relações histórico-sociais, as questões das construções sociais e a dos lugares e posições discursivas torna-se inequívoca.

A questão norteadora da investigação partiu de uma pergunta aparentemente simples, mas sempre recorrente em minha experiência cotidiana: por que parece haver pouca expressividade de produção discursiva sobre a participação de enfermeiras negras na Enfermagem?

Em um sentido mais genérico a metodologia que procurei desenvolver na proposta necessitou primeiramente verificar como os discursos posicionavam as enfermeiras; depois descortinar principais condições de possibilidade para o anulamento discursivo a respeito de enfermeiras negras.

O eixo norteador foi: o que dizem e como dizem estes discursos. Aqui, ingressou a questão ao redor do processo histórico-social das mulheres, em particular discursos sobre esta categoria analítica.

O passo seguinte foi estabelecer dois recortes: um primeiro, localizando discursos sobre enfermeiras e o processo de feminização, quer na ‘ótica equivocada e extensiva’ do espaço doméstico, quer ao avesso, pela perspectiva teórica a respeito das mulheres na profissão. A partir dali articulei a categoria de análise

mulheres negras e enfermeiras com as de diferente/diferença, identidade das mulheres negras, exclusão/inclusão social.

Meu lugar, durante a trajetória de construção da tese foi inicialmente partir de minhas próprias constituições onde eu mesma, em relações com o *outro*, me vejo no conflito constante de compreender certas [e dadas] reações que se apresentam quando as pessoas me conhecem e enxergam minha materialidade de mulher, negra e enfermeira. Nestas condições, acabo sempre surpreendendo o outro, por minha *negrice*, associada a minha posição profissional como docente e coordenadora de cursos de Bacharelado em Enfermagem já há alguns anos.

A utilização do termo *negrice* nada tem a ver com aquele sentido que apela para o pejorativo que as pessoas lhe atribuem. *Negrice* para mim significa assumir quem sou de fato. Implica utilizar de minhas qualidades, como sujeito-enfermeira, para ser respeitada, mesmo que isto possa representar, por vezes, indisposições e desconfortos múltiplos aos outros. Tais reações têm significado para mim, algumas das condições de possibilidades que foram criadas à luz de uma história tradicional narrada na modernidade e no campo de saber da Enfermagem sobre enfermeiras.

Traçadas as primeiras 'linhas' de compreensão sobre enunciados, em seus conjuntos discursivos e os silêncios a respeito de enfermeiras negras, tentei pela utilização da análise discursiva, estabelecer uma rede de compreensão sobre a temática proposta. A trama que emergiu foi pela argumentação sobre discursos localizados na REBEn e por eles desvendar o anulamento do sujeito enfermeira negra, confrontado com as narrativas das informantes e com a discussão materializada do grupo.

2.4 Sobre Conflitos e Incertezas

A provisoriedade em analisar discursos pela análise discursiva representou conflitos e incertezas através do rastreamento inicial de enunciados e conjuntos de discursos nos editoriais, artigos e outros materiais da Revista Brasileira de Enfermagem.

A análise discursiva baseada em Foucault apresenta-se em duas grandes dimensões: a Arqueológica e a Genealógica. A *arqueológica*, também utilizada por Orlandi e, respeitadas as características próprias de cada pressuposto teórico, tem o sentido de estabelecer uma outra lógica de compreensão das relações sócio-

culturais. Nas interdições das fortes e profundas questões em torno do político, das relações de poder, do saber, do jurídico e das instituições que compõem o 'social' em Foucault e ao redor do caráter semântico e de acontecimento também em Orlandi.

Através do método de análise arqueológico, Foucault passou a estabelecer a noção de que os saberes se transformam. Ele rompeu com a idéia de que o conhecimento é uma verdade absoluta, pronta, bem como tem um sujeito fundador. Se de um lado a Modernidade acomodou os saberes, Foucault inaugurou a [des]acomodação destes.

O sentido que Foucault (2007) atribuiu à *arqueologia* foi o de um procedimento de “escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de idéias, conceitos, discursos talvez já esquecidos” (p.154).

Logo após o período da arqueologia, ainda nos anos setenta, Foucault passou a revisar seus estudos e introduziu a *genealogia* como um outro método de análise mais minucioso para realizar suas investigações. Este forte impacto sobre as investigações sócio-culturais acabou representando uma fissura entre, a concepção de ciência focada em uma visão positivista, com esta 'outra lógica' que não vê uma relação direta e inequívoca entre causa e efeito dos movimentos da vida.

A questão que passou a se apresentar a partir da proposta metodológica arqueológica e, depois, a genealógica foi a de interromper com o caminho de tais verdades em sua absolutização. A articulação de ambas permitiu a condição inicial para derrubar o insuspeitável na ciência, mais em particular, os discursos produzidos na trajetória histórica.

A revisão dos próprios trabalhos permitiu que Foucault se ocupasse com mais intensidade do método genealógico, pois, em consonância com o teórico, a genealogia se presta, mais que a arqueologia, a ser minuciosa porque ela separa, corta, fragmenta a verdade, apontando por essa, a singularidade de como os acontecimentos se mostram. A genealogia liberta do aprisionamento a mesma verdade. Daí, como expressou Foucault:

para a genealogia, um indispensável demorar-se marca a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; descaracterizá-los lá onde menos se esperava e naquilo que é tido como não possuindo história [...]; apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenharam papéis distintos; e até definir o ponto de sua lacuna, o momento em que eles não aconteceram (1992, p.15).

Utilizando como pano de fundo as bases genéricas das concepções de arqueologia e de genealogia decidi problematizar os discursos históricos da Enfermagem dentro da seguinte observação que Foucault (1992) fez como provocação:

Ponto totalmente recuado e anterior a todo conhecimento positivo ela [a história tradicional] tornará possível um saber que, contudo, a recobre e não deixa, na sua tagarelice, descaracterizá-la; ela estaria nesta articulação inevitavelmente perdida onde a verdade das coisas se liga a uma verdade do discurso que logo a obscurece, e a perde (p.18-9).

O sentido de genealogia, por sua vez, e sua articulação com a história, representou para Foucault um momento fundamental para entender, por outra lógica, como a ciência instituiu uma trama de saber-poder validada por discursos aceitos como inquestionáveis.

Os horizontes que se delinearam, nos 'achados não discursivos', a respeito de enfermeiras negras representaram, de fato, esta outra lógica em entender pela mesma história lugares e posições discursivas que estas enfermeiras não ocupam na REBEEn e que representam de um lado o que já se sabia sobre o disfarce a respeito da situação dos negros na sociedade brasileira. E, por outro, como as enfermeiras negras percebem a questão do apagamento discursivo a respeito de seus lugares e suas posições sociais na profissão e, por decorrência na sociedade.

Em termos genéricos, entender sobre a não participação e as não contribuições via discurso, que enfermeiras negras oferecem historicamente à Enfermagem Brasileira, permitiu enxergar fronteiras por onde a Enfermagem Brasileira tem transitado, desde seu nascimento. Foi nesta passagem de argumentação teórica que visualizei mais especificamente a análise a respeito de saberes e poderes que foram se apresentando ao longo da evolução do campo de saber da Enfermagem.

O que foi possível prever antecipadamente é que os saberes da Enfermagem não são neutros. Seus territórios foram marcados por sentidos construídos à luz de uma história que, na superfície, nega poder ser dispersa e descontínua.

Foi em função de ter utilizado a arqueologia e posteriormente a genealogia, que Foucault questionou a linearidade histórica. Ao realizar a escavação dos fatos e olhá-los dispersivamente, Foucault fez a rearticulação deles com outros aspectos da prática social, através dos discursos. Isto deu a conotação, respectivamente, de uma metodologia imprimida inicialmente pela arqueologia e depois, genealogicamente. A partir desta, tornou-se possível estabelecer redes circunstanciais de saber-poder com verdades irrevogáveis.

Quando Foucault (1971) imprimiu o sentido de disperso ele afirmou que “temos o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos” (p.17). Ao invés disto, argumentou, é imprescindível aceitar, em primeira, instância, “um conjunto de acontecimentos dispersos” (p.18).

Foucault (1971) analisando a dispersão e a descontinuidade histórica de certos saberes, que se encontravam mascarados como prontos e absolutos, acabou atribuindo para a ciência uma lógica também questionável.

Para o teórico, a ciência, ao invés de ser alguma coisa completamente acabada é um acontecimento e, como tal, sujeita a ser revisada e revirada.

Apoiada em pressupostos metodológicos de Foucault acabei considerando a ciência da Enfermagem também produzida como um acontecimento. O significado de acontecimento para Orlandi é o mesmo proposto por Foucault, já que para estes teóricos o acontecimento traduzido por discursos, faz emergir novos sentidos, outros olhares: ou o esfacelamento desses sentidos, desses olhares.

O ponto nevrálgico, pela dimensão metodológica, para a Enfermagem em termos de ciência surgiu à medida que este campo de saber buscou se revelar como um campo que produz um cuidado que pudesse dar conta em mostrar-se através de uma prática interdisciplinar. Suas ações práticas, porém, se construíram de forma determinista, no sentido em que se resumem em atividades que normatizam e normalizam seus saberes.

Em outras palavras, a prática discursiva construída historicamente, particularmente pelo fazer, sedimentou e ‘enterrou’ outras possibilidades de compreensão dessa ciência, o que a instituiu como um saber-poder definitivo. E,

dentro desta perspectiva encontra-se a ausência de discurso sobre enfermeiras negras.

Os termos normatização e normalização para Foucault (1996), representaram respectivamente, o estabelecimento de regras que regulam a circularidade dos discursos e a naturalização destes, gerando como efeito relações viciadas de saber-poder.

Um dos importantes agenciamentos no fazer na Enfermagem e, que contribuiu para que essa se tornasse o que é no presente, foi o fato de ela ter se desenvolvido em seus primórdios como prática hospitalar e como extensão do espaço doméstico atribuído ao feminino.

Quando tomo a produção discursiva histórica da Enfermagem, pelo viés do mero fazer e a articulo com os critérios estabelecidos para as candidatas ao ingresso nesta ciência e, ainda, o fato de as práticas iniciais da profissão terem surgido em instituições hospitalares, o que se estabelece, é uma rede bastante oportuna. Em termos de compreender, pela lógica *ao avesso*, algumas condições de existência dos saberes em Enfermagem. Em particular, através do apagamento discursivo em torno de enfermeiras negras. E o apagamento, por sua vez, também entendido pela interface de uma complexa e perversa rede de saber-poder.

Neste dobramento e desdobramento da ausência de discurso ao redor de enfermeiras negras é preciso conceber que o apagamento discursivo a respeito delas e outros discursos que inviabilizaram o aparecimento de tais enunciados são processos relativizados e não totalizadores.

Concebo uma relativização que não associe inquestionavelmente o exercício da profissão como extensão de papéis tradicionais e historicamente construídos para a mulher, como os de afazeres domésticos ou os de mãe. Esta observação emergiu a partir do próprio surgimento da Enfermagem no Brasil como produto de Escolas no cenário norte-americano.

As primeiras escolas norte-americanas, talvez em razão da própria característica de uma sociedade racionalista e racista, construíram suas propostas de formação de enfermeiras em uma visão hospitalocêntrica e funcionalista.

Para escavar “lugares enunciativos” sobre enfermeiras negras, tornou-se necessário questionar sobre a ausência de discursos produzidos sobre elas e como este anulamento colaborou para a constituição de saberes, os quais posicionam essas enfermeiras em ‘lugares ocultos’, diferentes aos instituídos sobre enfermeiras

não-negras. Isto em razão, ainda, de o discurso ser uma contingência na história. Ele é ao mesmo tempo algo imutável, mas e também algo em constante mutação, porque transgride, circula, movimenta, sacode, abala.

O que pôde ser localizado nos materiais da REBEn, transformou-se em oportunidade ímpar da pesquisa, pelo fato de ‘esmiuçar’ sobre enfermeiras, a partir dos lugares e das posições por elas ocupados socialmente e pela ausência discursiva em torno das afro-descendentes.

No estudo foram utilizadas obras oportunas e atuais sobre a questão do negro na Sociedade Brasileira, mas esta circunstância, em um olhar empírico, é ainda bastante precária no campo de saber da Enfermagem. O porquê desta condição precária sobre as enfermeiras afro-descendentes no campo de saber profissional, desencadeou argumentações a respeito de suas subjetivações, culminado com um problema de identidade coletivo-social.

O que, de outra forma, elucidou uma compreensão *ao avesso* sobre as maneiras como os discursos aparecem e posicionam enfermeiras não negras na REBEn. Como decorrência, emergiu uma Enfermagem conotada como ela é hoje.

Os conflitos e as incertezas que permearam a análise dos achados da REBEn, eclodiram em uma outra análise crítica, pela via de narrativas e discussão de grupo, em como as enfermeiras negras se vêem ou não representadas na própria Enfermagem.

PARTE I – REFERENCIAL TEÓRICO

3 QUE IDÉIA?! ESCREVER SOBRE ENFERMEIRAS E [AINDA POR CIMA] NEGRAS?!

Início minhas argumentações sobre a temática dos Discursos produzidos na História da Enfermagem sobre Enfermeiras Negras, resgatando uma breve passagem feita por Jussara Francisca de Assis em artigo produzido em Agosto de 2008.

A respeito da inserção de mulheres negras, como trabalhadoras no espaço empresarial, Assis afirmou que: “Temos conhecimento das condições sociais que permeiam a maioria da população negra no país, já que é protagonista de índices desfavoráveis no que se refere à pobreza, educação, trabalho, qualidade de vida, saúde, etc.” (p. 148).

Ciente de que essas e outras observações registradas pela autora representam de fato, mas não de direito, a vida dos afro-descendentes brasileiros pus-me a refletir se a condição social das negras e dos negros no Brasil, não tinha, de certo modo, a ver com discursos que foram produzidos ao longo da história do país. Discursos problemáticos porque reproduzem uma condição social de inferioridade e submissão e, ao mesmo tempo em que mascararam posições e lugares ocupados por estes mesmos negros na sociedade.

O problema do mascaramento a respeito de processos discursivos sobre os afro-descendentes é uma maneira implícita e explícita de pensar sobre mulheres negras, representadas por enfermeiras desta etnia.

Há uma pluralidade de produções sobre a questão da participação das mulheres, quer pela argumentação do gênero feminino quer pela ampliação a respeito da temática sobre as mulheres, bem como sobre enfermeiras, mas publicações sobre mulheres negras na Enfermagem não têm a mesma recorrência.

Faço esta afirmação baseada em minha experiência profissional. Como leitora assídua de periódicos oficiais de Enfermagem e, antes de viabilizar a pesquisa de tese, já mantinha dúvidas acerca de produções enunciativas na forma de discurso que salientassem ou fizessem alusão à importância de enfermeiras afro-descendentes na profissão. Afinal, somos um *país miscigenado*.

Retomando lembranças de não ter lido qualquer coisa a respeito destas mulheres e enfermeiras debruçei-me sobre o problema de pesquisa.

Os 'primeiros rumos' de operação mental para a construção do estudo foi pensar que, a ausência de discursos sobre enfermeiras negras fosse, talvez, em razão de as mulheres, em relação ao 'mundo do gênero masculino' ainda serem menos significantes, em termos de matérias que possam analisá-las para além da referência de seu gênero ou classe social.

A respeito de textos sobre enfermeiras negras, de antemão, previa que a ausência de discursos ao redor delas era uma condição histórica imposta pelo ranço de sociedades como a brasileira, que finge não ser racista nem discriminar alguém por sua cor. Entretanto, para afirmar ou reafirmar tal situação seria necessário escavar a questão, visto que nem sempre o que se tem como 'irrevogável' representa de fato uma realidade.

Assim, ao lidar com o 'óbvio', questões articuladas ao problema do preconceito e da discriminação racial, e na mesma ordem de importância em termos de elucidação emergiram.

Prudente ainda esclarecer que nunca pretendi remeter a análise sobre mulheres negras e enfermeiras aos dois mundos em termos de relação binária: o do gênero feminino em oposição ao masculino, relação à qual, para a temática que desenvolvi não faria sentido, ao menos na primeira tomada de posição sobre a escolha do assunto.

De outra maneira é fato que as produções e os registros sobre as mulheres geralmente são construídas pelas próprias mulheres. Um exemplo disto foi a vasta produção teórica sobre os estudos de gênero e a temática *mulher* que se alastrou mundo afora a partir de meados da década de oitenta do século XX, contribuindo para a compreensão e o aprofundamento sobre as condições sócio-históricas das mulheres, e rompendo com o paradigma que as enxergava em posições submissas e de assujeitamentos a um universo masculino. Daí também a escolha por tentar compreender sobre a existência de discursos a respeito delas.

Entretanto, a pertinência em rastrear a existência de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn repousou para além da possibilidade de não perceber alguns destes discursos. Referiu-se, reforço, as minhas posições e lugares como mulher negra e enfermeira. Com isto quero dizer o que Foucault (2007) apropriadamente referiu sobre processos discursivos. A compreensão de um

discurso deve vir de dentro. Neste caso, de mim mesma a partir de minhas constituições.

O apagamento de discursos em torno de enfermeiras negras implicou ainda em argumentar sobre como é ser mulher negra e enfermeira a partir de um olhar do já produzido discursivamente, a partir de bases discursivas ao redor de enfermeiras não negras.

Mas a questão inicial do problema de pesquisa continuava 'pululando'. Em sua inexistência que condições de possibilidades/produção estariam 'alocados' para o anulamento dos mesmos?!

Para concretizar uma abordagem teórica que pudesse sustentar o tema e o problema de pesquisa argumentei sobre algumas teorizações ao redor da problemática questão de mulheres e homens negros no Brasil

Ancorei-me, inicialmente, nos argumentos de Milton Santos (2003) a respeito da hipocrisia permanente que o Brasil vive em termos de ambivalência que a sociedade branca dominante mostra ao reagir sobre o problema do negro. "Toda a discussão ou enfrentamento do problema torna-se uma situação escorregadia, sobretudo, quando o problema social e moral são substituídos por referências ao dicionário" (p.2).

Santos defendeu a prerrogativa de que sobre preconceitos e discriminações contra os afro-descendentes brasileiros, perde-se um valioso tempo analisando questões semânticas, como que a desviar uma realidade cruel posta historicamente sobre estes mesmos afro-descendentes. Assim, Santos fez a seguinte pergunta constrangedora: Ser negro no Brasil o que é?

O pano de fundo analisado por Santos serviu também para as questões que propus como investigação.

Ao me referir sobre o estudo de discursos não pretendi analisá-los sob a perspectiva semântica, mas como uma das interfaces na ordem do político, como ação prática, cujas narrativas ao serem aceitas como verdades inquestionáveis socialmente estabelecem complexas redes de saber-poder, como propôs o próprio Foucault em toda sua vasta obra.

Parafraseando as idéias de Milton Santos e, deslocando-as para o problema de discursos sobre enfermeiras negras, apropriei-me de algumas de suas contribuições, a fim de melhor compreender o que diziam os discursos históricos produzidos no campo de saber da Enfermagem.

Pela mesma via em que Santos problematizou a questão do racismo e da discriminação racial no Brasil, o problema da inexistência de discursos sobre enfermeiras afro-descendentes [des] cortinou em outro mundo.

Existem diferenças marcantes entre ser uma leitora ou leitor que procura informar-se em relação à profissão a respeito do contexto de trabalhadora da saúde e educação e, ser uma leitora ou leitor mais atenta (o) ao que pode significar o anulamento de discurso em torno de minorias como é o caso de enfermeiras afro-descendentes. Principalmente quando se quer *escavar* questões conflitivas como as relacionadas ao ‘ocultar sobre’, para além do clássico racismo e da tradicional discriminação racial no Brasil.

A centralidade da argumentação ao redor de discurso, pela inexistência deste enfatizando a presença negra na Enfermagem, deslocou-se para o entendimento macro e micro-estruturais, pois nestas vertentes foi possível argumentar a respeito de outros discursos em suas passagens do dizível – termo bastante utilizado por lingüistas referidos nesta proposta – para o nomeado.

Portanto, o convite ao leitor na chamada introdutória deste capítulo é provocador porque quando iniciei o desafio de analisar discursos sobre enfermeiras negras, alguém me interpelou justamente com esta crítica. Que idéia! Escrever sobre enfermeiras e [ainda por cima] negras.

3.1 Posições e Lugares vivenciados a partir de minhas constituições: analisando questões de Identidade e Diferença

Minha história com o processo de Doutorado em Educação iniciou no ano de 2000, na cidade de Salvador, Bahia. Na verdade, após a conclusão do Mestrado fiquei *suspensa* por algum tempo porque procurava outro contexto acadêmico e alguma linha de pesquisa que pudesse dar motivação para estudar discursos.

Ingressei na Universidade Federal da Bahia e, na metade do curso tive que retornar às pressas ao Rio Grande do Sul para encerrar um grande momento de minha vida: a perda de minha mãe. De volta ao sul, resolvi trancar o curso porque passava por muitas adversidades que tinha que resolvê-las sozinha.

Mas, ter morado em Salvador requereu uma *virada*. Olhar de um outro ângulo, posições aprendidas no sul e, de certo modo, desfeitas lá, porque os *afro-*

descendentes bahianos parecem não se incomodar com nada, levando a vida numa boa.

Muitas vezes, lá, quando me colocava a *acelerar* coisas do cotidiano, ouvia insistentemente: *não se estresse gaúcha; há tempo pra' fazer tudo; até ir, no mesmo dia estudar, trabalhar e dançar forró.*

Compreender e passar a ser parte de uma rede de cultura onde, as posições de um grupo cultural, divergiam totalmente das que até então havia vivido como gaúcha provocou em mim inquietações sobre aquelas posições.

Por múltiplas ocasiões me questionava: Como poderia me identificar com minha própria etnia e compreender este grupo cultural, sem pelo menos, tentar ser um deles? E ser um deles estaria significando que não era? Que era outra coisa? Que tinha, até ali, outra identidade étnico/racial?

As inquietações, naquele momento, localizavam-se no aspecto de eu ser a *estranha*, mesmo sendo também afro-descendente. Talvez estivesse, de certo modo, interrogando qual seria minha identidade étnico/racial.

Não que negasse o fato de ser negra. Mas justamente por ser negra como poderia sentir-me tão estranha em um contexto cultural constituído eminentemente de afro-descendentes?

Valendo-me de estudo realizado por Homi Bhabha (1998) fui entendendo que meus conflitos referiam-se a outras questões. Analisando o conflito racial histórico entre brancos e negros, o autor teceu argumentações, através da obra de Frantz Fanon, intitulada *Pele Negra, Máscaras Brancas* de 1983, citado por Bhabha no livro *O Local da Cultura* (1998).

De acordo com Fanon, argumentado por Bhabha, o problema da discriminação entre o branco e o negro não tem sua ontologia na essência do ser humano. A questão é mais radical. Trata-se, de compreender como a imagem do negro e do branco, do Eu e do Outro são entendidas e assimiladas no meio cultural, discursivamente.

Para tecer sua perspectiva, Fanon (2008) posicionou-se, afirmando que a divisão histórica entre os sujeitos coloniais – negro/branco, eu/outro, em termos de identidade está para além do “alinhamento familiar dos mesmos sujeitos” (p.89). Alinhamento este que passa a ser perturbado por meio de uma brecha. Esta brecha refere-se ao tensionamento da identidade racial do branco e do negro que é, na verdade, dispersa. Nesta pausa, a identidade serviria para afirmar uma identificação,

que não é individual nem coletiva, mas uma imagem criada culturalmente. Daí a problemática racial que, historicamente instituiu uma divisória entre brancos e negros, simbolizando respectivamente a civilidade humana para o branco e, para o segundo, a primitividade, segundo o próprio Fanon.

A função da história, ali, foi a de estabelecer narrativas sobre a superioridade branca e a inferioridade negra. Isso representou para Fanon “uma ‘constelação de delírio’ que medeia as relações normais de seus sujeitos” (p.74) .

Olhando esta perspectiva sobre a problemática da identidade dos negros e pensando no que Bhabha e Fanon consideraram sobre a questão deste e de outras “raças” como um agenciamento cultural através do discurso, minhas inquietações de ser a *estranha* puderam ir sendo desveladas.

O desvelamento ocorreu em razão de a produção da imagem cultural branco/negro, eu/outro, como Bhabha argumentou não ser uma condição ontológica, nem antropológica, mas encontrar-se enquanto imagem, diluída discursivamente. O que está colocado nos pressupostos de Bhabha, (1998) é a questão do lugar discursivo e também disciplinar da identidade, para além das questões de signo e de símbolo.

Instigado pela obra de Fanon, Bhabha nomeou o discurso sobre o negro e o branco, através de narrativas que impõem a cisão entre o eu e o outro como *colonial* para destacar que este discurso instituiu uma cultura sobre o negro centrado em estereótipos. Este ‘discurso racista’, além de fantasiar sobre a figura do negro e desprezá-lo por sua cor, está baseado em uma cisão produtiva de saber e exercício de poder.

A fantasia gerou tanto o mito de que o negro deveria ser submetido ao branco, quanto o próprio branco estaria sujeitado a uma imagem de superioridade. Fantasia esta que se esvazia através do próprio discurso quando o negro e o branco, o eu e o outro em e por oposição, são analisados em termos de identidade, como defendeu Fanon.

Neste cenário, nada mais prudente pensar que os discursos, mesmo que seus sentidos não se apresentem em conformidade com o que deve estar na *ordem*, são dispositivos que, de outra maneira, geram poderes. O poder de acomodar, aceitar passivamente, mas também de transgredir, de rebelar, de contestar de reinventar.

Daí, como argumentou Foucault (1992), o poder ser alguma coisa muito positiva. Dele e por ele os saberes são criados, às vezes substituídos; outras vezes, passam a ser agregados a outros discursos. Mas sempre produzindo coisas, de algum lugar e em algum momento da história.

Na perseguição de Bhabha a respeito de identidade, genericamente ela é uma espécie de passaporte para a identificação, mas uma e outra não buscam concretizar o sujeito em sua essência. Servem, sim, para a fixação de imagens em termos culturais. Porém, o esvaziamento que o discurso colonial instituiu sobre uma e outra identidade – a do branco e a do negro – possibilitou que a condição do branco e a do negro, do eu e do outro fosse analisada em termos de posições culturais.

O que pude tomar por empréstimo a respeito do olhar de Bhabha, em relação a meu estranhamento quando residi em Salvador, é que minhas inquietações não diziam respeito a problemas de identidade étnico/racial somente. Este é apenas um fragmento, frente à problemática que passei a projetar sobre mim mesma.

Tais inquietações referiam-se, em especial, a certas posições que passei a ocupar lá, como uma *estranha*. Se, se tratasse de identidade étnico/racial apenas em uma ordem individual, não teria tido tantas inquietações, porque mesmo sendo uma *estranha* seria *um deles*.

No período em que residi em Salvador fui me dando conta de que as experiências culturais que lá aprendi eram muito distintas das que passei a experimentar no Estado do Rio Grande do Sul, quando retornei. O lugar por mim ocupado naquele momento na Bahia era o de alguém buscando inserir-se em um contexto cultural diferente, procurando estabilizar-se em termos de posições de sujeito.

A respeito de posições do sujeito Michel Foucault (2005) ofereceu a argumentação de que tais lugares são instituídos através de relações histórico-sociais que se estabelecem entre o sujeito, a verdade e a constituição de experiência. Ele argumentou que o sujeito constitui-se a partir de produções e articulações de saber-poder e relações consigo mesmo. Trata de outra maneira, de considerar, pelas posições ocupadas pelo sujeito, como este mesmo sujeito está subjetivado no emaranhado de relações sócio-culturais. Uma subjetivação, disse Foucault que estabelece tanto o assujeitamento quanto a libertação deste sujeito no que diz respeito ao saber-poder.

Sobre as minhas posições de sujeito residindo na região nordeste do Brasil, estas apareceram em forma de conflitos que estavam localizados tanto no assujeitamento quanto na liberdade que sentia por estar tentando assimilar uma cultura diferente e também por querer me sentir *um deles*. Estava procurando afirmar a mim que, sendo negra era uma estranha, não pelo viés étnico/racial, mas, porque ocupei, naquele momento, outros lugares sócio-culturais.

Ao retornar para o Rio Grande do Sul, além da mudança de região, de clima e de questões de ordem sócio-cultural, fui aprendendo rapidamente a lidar com o aspecto de que aqui era sempre olhada também de maneira diferente.

Diante disto, perguntava-me recorrentemente o que poderia estar acontecendo para ser olhada diferentemente em relação às outras pessoas. Que estranhamento estaria eu agora provocando?

Nasci gaúcha, absorvi uma cultura *eclética*. Aprendi muitas coisas: o hábito alimentar gaúcho e italiano – já que nasci em uma região de predominância de descendentes italianos no Rio Grande do Sul.

Mas a absorção parcial da cultura local não me tornou alguém sem consciência de minhas raízes. Em minha família, por exemplo, não existiu a obrigatoriedade de opção religiosa, apesar de ter havido uma tendência maior ao catolicismo, o que também prova a influência sócio-cultural da região onde nasci.

Diante de dois pólos aparentemente opostos, mas ao mesmo tempo tão aproximados, já que estava sendo a *estranha* lá e aqui, minhas inquietações se intensificaram centradas na questão sócio-cultural, pelas diferentes posições que ocupava em uma e outra região. Aqui estaria, talvez, a chave-mestre de meus conflitos. Como discursos estabelecem verdades ‘aparentes’ sobre lugares e posições que um sujeito possa estar ou vir a ocupar socialmente?

Na tentativa de entender melhor estas aparentes ambigüidades e contradições fui lembrando de minha infância e refazendo algumas trajetórias de vida. Neste momento, o que mais aflorou foi meu período escolar. Desde os tempos de escola aprendi a ser vista como a *outra*. Às vezes de maneira mais incisiva e agressiva: o que uma *negrinha* poderia estar querendo, estudando em uma escola eminentemente branca e constituída de classes sociais, média e alta?

O que a sociedade local tentava sempre “negar” era que, mesmo sendo negra, também minha família tinha uma estrutura sócio-econômica que *não*

combinava com a condição de pobreza e subalternidade dos poucos negros que ali viviam.

Muitas vezes ouvia estas conversas na escola. A imagem do negro em minha cidade de origem não era diferente daquela sentida e concretizada no meio social brasileiro expressada por um cinismo ou, escancarada pelo racismo.

No cenário étnico/racial do Brasil, ao menos na região de predominância de descendentes italianos ainda existe no cotidiano das relações sociais *um discurso racista* de que o negro deve estar em posição subalterna ao branco. Estudar é coisa para poucos negros. Aliás, é exceção para os negros. Fui desde a infância uma *estranha*.

Como mulher e negra aprendi no seio familiar a ter sempre dignidade. A aceitar-me como negra e não me deixar calar quando era ofendida. Aprendi com meus pais a defender-me e, daí talvez, ter surgido precocemente uma força extra para superar obstáculos e mais que tudo, a buscar constantemente superar os obstáculos e, a mim mesma. Entendi ainda, que para ser mulher, não bastavam as características sexuais. Sempre foi importante, através da educação de meus pais, que me aventurasse e me firmasse como *mulher negra*.

A aprendizagem de tornar-me mulher também foi constituída primeiramente na família. Lembro-me de que entre tantas afirmações que aprendi junto ao meu contexto familiar houve um período em minha fase de adolescência onde minha mãe passou a reivindicar salário por ser *dona de casa*:

“[...] há muito a fazer todos os dias. ‘Fulana’ é paga para isto, mas, a atenção e a administração que dedico a você e aos nossos filhos, merecem um salário. E digno! [...]”.

Assim, manifestava-se a subjetividade de minha mãe naquela época. Esta aprendizagem, sem dúvida, foi determinante para minhas compreensões sobre ser mulher negra dentro da perspectiva do gênero feminino.

Penso que a primeira articulação que consegui fazer sobre gênero iniciou-se ali. Em minha própria casa. Após algum tempo de ‘greve’ em casa, meu pai rendeu-se. A cada mês mamãe regiamente recebia um salário que, orgulhosa, espalhava a notícia pelo bairro onde residíamos e ‘incitava’ a todas as donas de casa a também fazerem o mesmo.

Nesta época, além de aprender a ser mulher na ótica do gênero, pelas 'agendas' políticas que minha mãe punha em suas práticas na esfera do privado, fui compreendendo também que a identidade não é algo isolado, mas articulado a outras questões sócio-culturais.

A mudança da região sul para o nordeste, anos mais tarde após estas efetivas aprendizagens em como ser mulher negra, e desta para o sul, novamente desencadeou em mim uma profunda crise.

Estive como que andando em círculos, tentando fazer emergir que conflito era este tão intenso a ponto de me deixar muito desconfortável frente a expectativas de viver a própria intensidade. Mas, quais sentidos eu procurava ir resolvendo: o de mulher negra? O de enfermeira? O de identidade étnico/racial?

As mudanças de localizações e de diferentes posições vividas, entre o ir e o vir, tinham gerado uma "dupla descentração: a de meu lugar social e cultural" como afirmou Stuart Hall (2004, p. 9).

A respeito da questão de temáticas sobre as mulheres, também oportuno refletir que, além dos conflitos que experimentei em termos de posições de sujeito na ocasião em que residi em Salvador e depois no retorno ao Sul, foi preciso aceitar ainda o fato de que vinha me constituindo como alguém centrada e estável em termos de produção científica.

O significado de 'centrada' foi tomado emprestado de Stuart Hall (2004). Para esse estudioso contrariamente ao que afirma a ciência tradicional, não somos centrados, devido nossa condição cultural apontar para o fato de sermos resultado de como somos vistos na própria cultura, o que nos torna fragmentos.

Como sujeitos, estamos nos deslocando constantemente. Além do mais, afirmou Hall, os deslocamentos são resultantes de discursos que nos constituem e nos instituem em termos de lugares e posições. Isto resulta, no caso de nós mulheres, em certos redobramentos de atenção quando se quer problematizar a interface sobre posições e lugares ocupados, sociais e discursivos, por enfermeiras afro-descendentes.

Parte da compreensão sobre os conflitos vivenciados emergiu em termos étnico/raciais. Aqui no sul ou em outro local, sempre e de certo modo seria uma *estranha*. Não exclusivamente por ser negra, mas justamente pelas posições flutuantes que ocupei e ocupo como mulher e enfermeira. Tudo isto foi exigindo que

eu construísse novos olhares e me constituísse por *novas* posições a partir das que já me constituíam: como mulher negra e enfermeira.

No retorno para o Rio Grande do Sul fui percebendo que em rodas de conversas sociais havia sempre uma fala recorrente das pessoas a meu respeito: por que você voltou para cá? Justamente uma região com frio intenso, onde os homens são machistas e as pessoas no geral, racistas?

Os olhares recorrentes tinham a ver com minha posição de mulher negra. Esta situação tornou-se ainda mais recorrente quando fixei residência na região serrana do Rio Grande do Sul, onde resido e trabalho atualmente.

O lugar a que me refiro é aparentemente de maioria branca. A persistência de olhares foi gerando em mim muitas reflexões e questionamentos. O que havia de tão estranho no fato de ser mulher e negra?

Neste ponto de minhas reflexões em torno do desenvolvimento da investigação já havia percebido mais e outras coisas. Encontrava-me a questionar o tempo inteiro que *loucura* estaria cometendo comigo a ponto de abalar minha vida, remoendo em coisas que *aparentemente* encontravam-se *adormecidas ou anestesiadas*.

Isto, lógico, pela a ótica de uma concepção conservadora de entender o campo de saber da Enfermagem pelas produções discursivas sobre “posições e lugares ocupados por mulheres enfermeiras afro-descendentes na história”.

Ciente de que meus conflitos tratavam-se inicialmente de lugares e posições que ocupei quando de transferência para a Bahia e desta para o Rio Grande do Sul, mesmo assim ainda me incomodava com o fato de buscar saber qual minha identidade. E a qual delas? A que vivi e, de certo modo, absorvi em Salvador com *meus pares negros* ou a que vivi e também absorvi como gaúcha e com *pares não negros*?

Pensando por este viés, lembrei-me de algumas obras de Zygmunt Bauman (2005). Em particular fui reencontrar seu trabalho sobre identidades. Bauman contribuiu com minha busca por compreensão quando, na sua obra *Identidades*, iniciou sua análise afirmando ser prudente não “buscar respostas tranqüilizadoras nos “textos consagrados” do pensamento crítico” (p.8) a respeito desta problemática.

Para o sociólogo identidades sociais, sexuais e culturais são líquidas devido sua transitoriedade. Se houver possibilidade de caracterizá-las, firmou Bauman, o pensamento crítico a respeito delas entrará em um beco sem saída. Seguiu

estabelecendo que a identidade é alguma coisa ambivalente: “nostalgia do passado conjugada à total concordância com a “modernidade líquida” ”(p.13).

Na mesma obra, Bauman alertou para os riscos de se pensar a identidade como algo estanque e de relevância política, por exclusividade. A questão central dela, afirmou o sociológico, está em olhar por uma outra lógica, que não a decorrente do capitalismo e da globalização desenfreados. É necessário compreender a passagem e a transposição que ocorre da identidade individual para a de dimensão social articulada àquilo que ele nomeou de *pólos gêmeos*: a opressão e a libertação.

Travando esta luta *interior (negro/branco; mulher/enfermeira)*, escolho para o momento a seguinte perspectiva. Bauman afirmou, pela sua experiência pessoal, que também trava constantemente uma luta sobre a questão da identidade. O autor tem sua identidade judaico-polonesa, mas reside a muitos anos na cidade de Londres.

Por ocasião de homenagem que recebeu na Inglaterra e, ao ser agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa*, quando consultado sobre qual hino deveria ouvir, esbarrou na seguinte questão: quem sou de fato, a que lugar eu pertença?

Para o sociólogo a escolha pelo referido hino veio de uma posição muito simples. Sua esposa sugeriu que fosse tocado o hino europeu!

A aproximação e o distanciamento vividos por Bauman bateram novamente muito fortes sobre minha pessoa. É possível inferir a existência de certas semelhanças que vivi com a experiência vivida por Bauman. Penso que tal vivência ocorre em termos de sentimentos de estar próxima aos meus pares negros e, ao mesmo tempo, me sentir distante.

Em meu caso, não se tratava de escolher um hino, nem mesmo de ser agraciada por alguma coisa. Mas, Bauman respondeu parcialmente ao problema por mim vivido, ao afirmar que:

Tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (p.17).

Para o sociólogo a idéia de pertencimento não pode se perpetuar como destino, como única alternativa possível. É este aspecto peculiar que poderá dar a noção de identidade pessoal e coletiva, disse ele.

Stuart Hall (2004), por sua vez, afirmou que a identidade se distingue por aquilo que ela não é sendo marcada pela diferença e estabelecendo também e ainda uma identidade comum, ou seja, a partir de como esta se constitui enquanto uma espécie de “guarda-chuva”.

Há, porém, que se pensar, considerou Hall, que a diferença é sustentada pela exclusão. “Se você é de uma determinada raça e etnia não pode ser de outra” (p.10). Desta maneira, a identidade representa, de certo modo, uma oposição, “pela qual aquilo que a cultura [...] tem em comum é colocado em contraste [...] com outras culturas” (p. 10).

Frente a tais observações tomadas por empréstimo de Bauman (2005) e Hall (2004) passei a refletir sobre minhas posições a partir das já constituídas como mulher negra e enfermeira. Levando em conta minhas ‘descobertas’ a respeito de: identidade, diferença, posições e lugares sociais ocupados em uma e outra região onde residi, fui me dando conta de que boa parte da luta que travei comigo mesma estava também sedimentada na questão da *exclusão*. Experiências estas vividas por toda a pessoa que é olhada diferente e, de certa maneira, mantida na periferia histórico-social, justamente por ser *diferente* e também mulher.

Margarita Pisano (2004) realizou uma instigante proposta sobre a questão do sentido de ‘diferente’ em termos de gênero feminino e masculino. A autora posicionou-se teoricamente ao redor da consciência política e ética e, ela mesma, definiu sua posição política como que atravessando o simbólico.

O pensamento político da autora é o de não negociar “espaços sagrados”, como instituições familiares, religiosas e outras legitimadas no decurso da história e de poder macroestrutural, pois segundo ela, estes são espaços masculinos.

Em outro trabalho, Pisano (2001) argumentou que a macro cultura está sustentada na supremacia da masculinidade, na lógica do domínio e no entender a vida como uma luta. Ela questionou fortemente estes mesmos espaços procurando descobri-los. Ao refleti-los, Margarita Pisano alertou para o fato de que as instituições se comportam de acordo com estabelecimentos históricos e assim, “o estabelecido tem se alimentado sempre de suas marginalidades” (p.13).

Em aparência, os espaços institucionais representam limites intransitáveis que o patriarcado impôs. Daí argumentou a autora, ser necessário olhar a questão do gênero feminino e das mulheres, sempre constatado culturalmente como diferente e de fora.

Pisano (2004) concebeu a possibilidade de *olhar de fora* o processo histórico-cultural das mulheres, como uma maneira de tentar retirar toda a impregnação masculinizada atribuída a elas, já que considera “perigoso tudo que se estudam com as ferramentas, os conhecimentos, os olhos e as técnicas do patriarcado” (p.18).

Conforme a autora, o que se tem analisado e discutido sobre o gênero feminino e a respeito das mulheres ainda está cerceado de uma timidez que tem algumas dificuldades para ‘retirar-se’ de processos patriarcais devido a conseqüências importantes como a ambigüidade e a contradição de estar e não estar no patriarcado. Daí atribuir ao termo ‘diferente’ toda uma profundidade analítica.

Pisano (2004) analisou que o olhar de fora propicia que a mulher se perceba como diferente em termos de força para lutar e superar toda uma cultura patriarcal. Esta circunstância histórico-cultural do patriarcado, de desqualificar as mulheres como pensantes as [des] legitima e acaba dando continuidade ao domínio masculino que aparece particularmente através da simbologia criada em torno delas.

Ao propor estar ‘fora’, Pisano reivindicou que as mulheres possam desprender-se das armadilhas patriarcais que as faz *diferentes*, a fim de desmontar a ordem simbólica existente, mas sem estar fora do mundo.

Simbolicamente as mulheres são significadas e reconhecidas através da ordem maternal, desaparecendo como pessoas pensantes, autônomas. O lugar social de mãe institui um amor incondicional, absoluto, pleno de sacrifícios, irracional, cego e definitivo, paradigma para as demais relações sociais (PISANO, 2004, p.32).

Pisano (2001) pensou também que as feministas têm o desafio de aprofundar estratégias de sobrevivência, tornar coerente o discurso feminista, tanto em sua análise crítica, como em suas práticas políticas, para instalar um diálogo entre as diferentes correntes feministas e, deste modo, ir construindo uma história visível, essa genealogia que ‘nos falta’ para existir como proposta cultural.

A autora seguiu afirmando que algumas das revoluções feministas que aconteceram no século XX têm subterfúgios para camuflarem e fazerem crer que se está em atuação feminista e que ‘temos feito grandes avanços’.

Não restam dúvidas que é desgastante ‘ir e vir’ pelos pequenos poderes da masculinidade ditatória, os pactos entre mulheres, ou bem, ditos pactos vão ampliando – se neste trânsito, refletiu a autora. Temos repetido as mesmas lutas por séculos, afirmou ela, e certa onipotência, nos faz crer que nossos pequenos avanços se traduzem em grandes trocas.

É certo que em alguns momentos as mulheres se instalam em lugares de poder que são lugares masculinos como a política, a cultura, a economia, a academia, etc., mas sempre socializadas, focalizadas no espaço romântico-amoroso a serviço dos interesses da masculinidade e em suas mesmas leis de domínio. O discurso amoroso reconstrói constantemente o espaço da feminilidade configurando-se em uma das âncoras que nos fazem retornar sempre ao processo do domínio masculino, inclusive submetendo-se a violência (PISANO, 2001).

O que fazer para superar este estigma de ser diferente pelo fato de ser mulher?

Das múltiplas interfaces que Pisano (2004) concebeu em torno do gênero feminino, a da violência simbólica foi a que mais se fortaleceu na proposta realizada pela autora. O fundamento da violência simbólica, para ela não reside em consciências engajadas, mas em disposições que se ajustam às estruturas de dominações das quais são produtos.

Da mesma violência simbólica contra as mulheres, defendeu Pisano, não se pode esperar uma ruptura de cumplicidade que a vítima da dominação simbólica concede ao dominante, mas através de uma transformação radical das condições sociais de produção destas disposições que induzem aos dominados a adotar respeito aos dominantes e respeito a si mesmos. Talvez, dali o sentido de diferente possa ser superado.

Pisano não chegou a fazer esta consideração. Suspeito que esta seja uma possibilidade considerando que ela propõe que a grande aventura de nosso tempo é ensaiar formas e outros códigos:

para nos relacionarmos e assim desmontar esta cultura e suas dinâmicas(...) permeadas de orgulho histórico-cultural. Sem esta experiência somente daremos voltas (...) como saltimbanco (p.35-6).

A 'estas alturas' de meus conflitos e reflexões me dei conta de que, uma das questões mais proeminentes sobre identidade e diferença/diferente, vem sendo, como já comentado, às relacionadas a posições e lugares ocupados pelos indivíduos, socialmente. A isto, quero referir que a problemática do estudo proposto esteve dimensionada na questão dos discursos produzidos, mas sofreu o desdobramento circunstancial pela ausência de narrativas sobre enfermeiras negras nos materiais de REBEn.

Analisar efeitos a respeito do apagamento discursivo a respeito de enfermeiras afro-descendentes tornou-se a prerrogativa mais saliente da pesquisa por envolver uma outra questão que encerra a análise. A questão da identidade individual/coletiva das enfermeiras negras. Tudo isto, enviou-me até minha experiência como enfermeira. Percorrendo minha trajetória profissional fui fazendo emergir a questão de tais posições e lugares no campo de saber da Enfermagem. E, daqui, também nasceu outro desdobramento do estudo.

Escavar por quais razões discursos ao redor de enfermeiras negras não aparecerem materializados na REBEn implicou em realizar desdobramentos deste foco para outros intimamente a eles articulados como as categorias adjacentes já registradas como proposição.

Em razão do apagamento de discursos referentes às enfermeiras afro-descendentes, tornou-se necessário esmiuçar sobre como a questão do negro no Brasil vem sendo discutida. Em um contexto geral, os estudos mostram a problemática da exclusão desta etnia.

Maria Stela Assunção da Silva (2000) em artigo intitulado *Movimento Negro e Educação* resgatou que a problemática da abolição da escravatura negra não se resolveu ao longo dos séculos XIX e XX, por força da exclusão a que os descendentes africanos foram submetidos em termos de escolarização. Aspecto este que, de acordo com a autora, poderia emancipar os ex-escravos.

A autora sugeriu que, mesmo com a criação de escolas noturnas ofertadas a todo indivíduo que desejasse ou necessitasse ingressar no mundo do trabalho, aos negros era vetado este ingresso. O máximo que os filhos de ex-escravos poderiam fazer era ter acesso à instrução elementar, conforme Projeto de Lei de 1870.

Em 1872 o Ministério da Agricultura passou a enviar recursos a estabelecimentos públicos, visando ofertar educação aos descendentes dos negros.

Silva ressaltou que isto praticamente não ocorreu porque os proprietários de escravos acabavam não entregando as crianças – descendentes de escravos – ao Estado e nem mesmo possibilitavam que as mesmas tivessem acesso à Educação Escolar (SILVA, 2000).

A autora sugeriu ainda que, devido a Lei do Ventre Livre não ter deixado claro algumas circunstâncias como, por exemplo, facultar ao proprietário o direito de explorar o trabalho de crianças que nascessem livres, isto deu margem para que estas crianças crescessem excluídas da formação escolar. Este é um dos fortes aspectos da histórica exclusão dos negros em termos de educação formal no Brasil, segundo a teórica.

Quando faço uma analogia entre o processo histórico de *desescolarização* dos descendentes de escravos com a questão da ausência de discursos em torno de enfermeiras afro-descendentes não fica difícil entender, embora seja inaceitável, porque as pessoas se surpreendem com a presença de afro-descendentes ocupando posições e lugares sociais, geralmente atribuídos a outras etnias.

A isto, significo que a inexistência de discursos ao redor de enfermeiras negras fez emergir, de outro modo, a legitimação histórica do racismo e da discriminação racial, pois as próprias narrativas históricas continuam a visualizar os negros e as negras como pessoas desprovidas de capacidades intelectuais.

Fanon (2008) traduziu melhor meu pensamento quando argumentou que “uma sociedade é racista ou não é” (p.85).

Em algumas outras argumentações de Maria Stela A. da Silva (2000) ela vai reafirmando minhas observações, ao inferir que “o abandono a que foi relegada a população negra brasileira no que se refere à educação escolar” (p.137) é fato preponderante para se entender a condição ainda atual de exclusão social de boa parte dos descendentes negros.

É inquestionável, historicamente, que o acesso à Educação é que vai permitir a geração de pessoas críticas, inseridas no desenvolvimento de uma sociedade. Assim, também não é difícil perceber pelas idéias construídas pela autora, que aos descendentes afro-brasileiros tem sido negado, deste a abolição, o acesso à escolarização. O que inviabiliza qualquer possibilidade de que negros tenham as mesmas possibilidades sócio-econômicas que às oferecidas a outras etnias/raças.

Também relativamente fácil perceber porque as pessoas ainda se “chocam” quando se deparam com certas posições e lugares ocupados por uma parcela mínima de negros, circunstância social convencionalmente atribuída aos não negros. E mais. O reflexo econômico brasileiro é decorrente da disparidade de escolarização entre brancos e negros no Brasil.

Sarah T. Rassi (2006) ao discutir a exclusão do negro brasileiro, através de dados do IBGE demonstrou que os indicadores econômicos no Brasil apontam para a intensa exploração negra, ao longo da história, o que resultou na desigualdade de distribuição de renda, oportunidade e escolaridade entre estas etnias.

Mesmo que, nos últimos anos, o Governo Federal venha investindo em políticas afirmativas, objetivando tornar menos distantes as ofertas de inserção social entre brancos e negros, as disparidades ainda permanecem visíveis. O que implica em continuidade de exclusão de negras e de negros, quer seja no mercado de trabalho, mas, e principalmente no que tange ao ingresso às oportunidades de escolarização como forma de inclusão social. Por este viés, a Enfermagem, profissão ainda eminentemente feminina, vem historicamente absorvendo mulheres negras, mas somente após um período significativo de não ingresso destas mesmas mulheres na profissão.

Rassi argumentou ainda que uma tentativa de superar a exclusão a que os negros são submetidos na sociedade brasileira, são as cotas universitárias. Para ela este caminho político é controverso porque não supera a questão da exclusão negra, embora, talvez, amenize. Julgo muito problemática esta forma de superar a exclusão, visto que o Brasil é um, se não o maior e mais miscigenado país do planeta.

No mesmo trabalho, aprofundando dados extraídos do IBGE, a autora argumentou que entre 1992 e 1999 enquanto o analfabetismo entre brancos permaneceu ao redor de dez por cento (10%), com os negros o percentual continuou elevado, girando em torno de vinte e sete por cento (27%).

No contexto analítico, Rassi registrou outra passagem bastante oportuna, quando fez importantes articulações entre as políticas educacionais e suas desigualdades em termos raciais. De acordo com a autora, a desigualdade educacional entre brancos e negros continua a ser a mais marcante. No presente, a falta de acesso à educação escolarizada parece ser um dos aspectos mais importantes para o processo de perpetuação histórico-social sobre os negros no

Brasil, em particular para as mulheres negras. Em desvantagem sócio-econômica em relação a mulheres e homens brancos. Circunstância que também contribui para entender a inexistência de discursos relativos a enfermeiras afro-descendentes.

O que é possível pensar através da exposição acima é que de um lado os descendentes afro-brasileiros permanecem à margem. Excluídos, insignificantes política e socialmente. De outro, este fato representa uma forma discriminatória introjetada no imaginário social, através da recorrência de ‘discursos outros’ de que os negros são e serão sempre ‘analfabetos’ e menos significativos no tecido histórico-social, ocupando posições de trabalho informal ou de mão de obra no trabalho doméstico. E esta tem sido uma maneira politicamente equivocada de visualizar as negras e os negros. Em posições subalternas como que a dar continuidade a histórica reprodução escravista.

Esta mesma sociedade que separa e exclui surpreende-se ao deparar-se com uma outra história: a da possibilidade de que, infelizmente ainda poucos negros e poucas negras, lutem e se incluam na coletividade.

Dentro do desdobramento da exclusão, esta é um problema certamente muito complexo visto desdobrar-se por muitas interfaces. A que desenvolvo neste contexto argumentativo refere-se a questões de educação por concordar com a análise que Silva (2000) realizou.

A perspectiva acima se liga direta ou indiretamente à análise sobre o anulamento de enfermeiras negras, pelo viés discursivo. Por tratar-se especificamente de uma *parcela mínima* que tem acesso à educação formal e, por ocupar posições muito diferentes e distantes da maioria negra no Brasil.

3.2 Posições e Lugares vivenciados na pele: analisando questões de Exclusão/Inclusão Social

Percorrer a análise circunstancial relativa ao apagamento de discursos sobre enfermeiras negras implicou adentrar em terrenos, cuja circulação discursiva, torna-se imprescindível em termos de esclarecimentos a respeito de discursos, em termos de posições e lugares instituídos às enfermeiras de outras etnias.

A temática, por si só, referenda que instituir significados a discursos ‘menos tradicionais’, como os em relação às enfermeiras negras, parecem localizá-los como defenderia Pierre Achard (1999) em terrenos periféricos ou vizinhos, em relação a

outros discursos mais recorrentes ou, mais tradicionais, que são evocados de maneira explícita.

Achard construiu seus argumentos sobre a linguagem destacando que os discursos recorrentes são explicitamente legitimados porque suas enunciações apresentam-se em lugares situacionais. Isto é, adquirem estatutos que se materializam e são reproduzidos como verdades absolutizadas. Já, discursos menos recorrentes, mas, em particular aqueles que não se materializaram, dependeriam de serem evocados através de seus estatutos implícitos, o que os denotaria com estatutos *diferentes* dos explicitamente legitimados.

As relações de discursos que Achard realizou foram construídas no campo da lingüística, mas a breve alusão que fiz serve como tomada de posicionamento sobre o tema em argumentação.

O que quero firmar aqui, ao redor da ausência de discursos referentes às enfermeiras negras é que, para além do já fixado historicamente, em termos de negação social da presença dos negros e das negras na sociedade brasileira, o problema remete à reflexão que Milton Santos (2003) fez de como o Brasil continua enxergando a questão do racismo e da discriminação racial.

Santos considerou que pensar sobre Ser Negro no Brasil hoje é uma questão que não é tratada eticamente, pois, é preciso ultrapassar o “palavratório retórico e os gestos cerimoniais e alcançar uma ação política conseqüente” (p.2).

Para o autor, o problema dos negros no Brasil continua a ser interpretado por três dados de base: a corporeidade, a individualidade e a cidadania. Sobre a individualidade e a cidadania ele posicionou-se, fazendo as seguintes referências. A individualidade é uma conquista demorada e sofrida, devido ser formada de heranças e aquisições culturais, de atitudes aprendidas e inventadas e de formas de agir e de reagir, circunstância essa ao mesmo tempo social.

Ao aproximar a questão da individualidade com a da cidadania, essa significou para o autor, um problema emblemático porque os interesses político-sociais do país permanecem cristalizados na lógica escravocata que não ficam no limite do “simbólico, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais” (p.5).

O corpo como materialização da individualidade e da cidadania culmina por ter um peso maior do que o espírito na formação da sociabilidade e da socialidade. Por sua vez, a cidadania dos negros depende entre outros aspectos, de seu corpo (SANTOS, 2003).

Estas questões destacadas pelo autor imprimem um corpo que se impõe como marca visível e, no caso do Brasil, geralmente ele é privilegiado pela aparência como condição inicial de objetivação e julgamento. Isto cria, conforme suas palavras, uma linha demarcatória, que identifica e separa e, portanto, esta marca se exerce em função da posição relativa de cada um na esfera social.

Fazendo uma analogia do que Santos defendeu com algumas argumentações sobre o corpo construídas por Michel Foucault (1992), penso que a questão deste 'corpo objetivado' realmente serve de intermediação para a construção de certos discursos e o estabelecimento de relações de saber-poder.

Foucault inferiu que o corpo no decorrer do século XIX assumiu um novo princípio. Este corpo passou a ser protegido, assepsiado, assumindo também a consciência de que é investido pelo poder. Uma forma oportuna de subjugá-lo foi através do *controle-estimulação* que substituiu a de *controle-repressão*.

A respeito da questão do controle-estimulação Foucault deteve-se mais na questão da sexualidade, mas para as análises presentes neste estudo, os corpos concebidos por Santos e Foucault servem de incitamento para aquilo que Foucault (1992) nomeou de pedagogização. Um corpo pedagogizado e que pedagogiza é um corpo que produz saber, produz novos poderes. Ele serve de aprovação ou interdição de discursos a serem ou não aceitos socialmente.

No que tange a questão problemática do anulamento de discursos relativos às enfermeiras afro-descendentes e vendo-a pelo viés da corporeidade, aquela é muito fortemente evidenciada pela exclusão.

Autores que analisaram a história da Enfermagem como Telma Geovanini et al. (2002), também mostraram claramente o problema do racismo, simbolizado pelo (a) 'corpo/imagem' inserida na questão do ingresso de futuras profissionais enfermeiras.

Do parágrafo acima infiro que o corpo é uma outra maneira de materializar-se pelo discurso ou anular-se por ele. Assim, a identidade é uma noção estritamente tramada com a exclusão nas relações saber-poder.

Zygmunt Bauman (2000) defendeu a prerrogativa de que a identidade deve ser entendida em sua transposição individual para a de dimensão social em termos de opressão e liberdade. O sociólogo abraçou a idéia de que a exclusão é, de certo modo, uma questão de identidade, pois ela não é alguma coisa fixa e de relevância política por exclusividade. Mais que isto, Bauman enxergou o problema da

identidade como algo *líquido*, argumentação que ‘sacudiu’ o pensamento social no que se relaciona às conexões entre manifestações do etos público e a exclusão.

Se a identidade e a diferença são concebidas em termos de lugar discursivo, como defendeu Homi Bhabha (1998) e outros autores até aqui utilizados, isto implica em se pensar que aqueles discursos que renovam a premissa de uma supremacia branca, revogam, porém, historicamente e ao mesmo tempo, a legitimidade dos mesmos discursos abrindo pistas para que outros discursos, em lógica contrária, possam vir a ser construídos.

Os mesmos discursos que delineiam a imagem dos negros e das negras na sociedade, conotando a exclusão social desta etnia/raça, viabilizam que em algum momento aquele discurso que esteve apagado venha à superfície e sirva como meio de transformação.

As posições de identidade, para Stuart Hall (2004), são de que ela é marcada pela diferença e sustentada pela exclusão. Hall enfatizou que etnia/raça determinam o lugar onde a pessoa se encontra sócio-culturalmente e, portanto, estariam em sentido contrário a outras etnias/raças na mesma tentativa de referência de diferença e exclusão.

A exclusão também vem pelas contribuições de Michel Foucault (2005). Este teórico considerou, a respeito de posições sociais que estas determinam os lugares sociais do sujeito. Estes lugares, por sua vez, são instituídos através de relações históricas que subjetivam e assujeitam a pessoa em uma complexa rede de relações.

No que diz respeito à noção de exclusão, em material organizado por Bader Sawaia (2006), este realizou uma ampla discussão, através da contribuição de vários autores. Em um dos artigos, no material organizado por Sawaia e intitulado *Refletindo sobre a Noção de Exclusão*, Mariangela Belfiore Wanderley procurou atravessar o terreno da Exclusão Social através de noções contemporâneas do referido termo.

No artigo Wanderley buscou algumas compreensões sobre o sentido epistemológico de exclusão social, resgatando de início, que este conceito apareceu em 1974, na França por René Lenoir, cuja preocupação naquele momento foi a de atribuir à exclusão social, sentidos sociais, ultrapassando, desta maneira os de individualidade.

Wanderley ponderou que é preciso pensar que a noção de exclusão diz respeito não apenas a restrições que emergiram a partir da transformação do mundo do trabalho, mas e ainda, referindo-se a circunstâncias resultantes de modelos e estruturas econômicas.

A exclusão social representa grandes e profundas desigualdades no processo de qualidade de vida das pessoas tanto em países pobres como os ditos países ricos. Sua noção está vinculada ao processo de globalização a partir da *virada* que o capitalismo vem impondo. No estudo de Wanderley são apresentadas algumas idéias sobre o conceito de exclusão tomando como cenário os anos 90 do século XX.

Ao argumentar que a exclusão social é uma interface perversa da globalização, a autora defendeu que a noção que mais tem prevalecido é a de uma exclusão que captura boa parte da população do planeta justamente pelo processo de globalização.

Foi a partir da década de 90, disse Wanderley, que múltiplas atribuições ao sentido de exclusão social apareceram superando seu sentido mais estrito – o de marginalização – para então, reivindicar o significado de um processo imbricado nas relações sócio-culturais e, certamente políticas, envolvendo todas as camadas sociais. Em se tratando de entender exclusão social como processo, há que inserir sua compreensão no duplo exclusão/inclusão.

A partir da contextualização de como a noção de exclusão social emerge através de vários autores, Wanderley inseriu outro contexto articulado ao da origem do termo, desta vez, retomando o cenário da globalização mundial pelo viés dos paradigmas do Capitalismo e do Socialismo.

Através dos dois contrapontos, Wanderley discutiu a necessidade de sempre atualizar a noção de exclusão social, já que também as noções de Estado Nação e Estado Providência modificaram-se e parecem encontrar-se diluídas nas mais diversas argumentações críticas sobre exclusão social.

Para a autora a temática sobre exclusão social deve indicar um espaço e um tempo histórico, como referências, o que implica não considerá-la como categoria de análise fundamental.

As principais problematizações sobre a noção de exclusão social apontadas por Wanderley requerem inicialmente provocar uma fissura entre esta noção e seu

equivocado sinônimo, o de pobreza. Foi a partir dos anos 90 que uma e outra noção passaram a ser separadas, em termos de entendê-las epistemologicamente.

O que anteriormente era tido como sinônimo, no contemporâneo precisa ser revelado por uma outra lógica, por conta que a própria noção de pobreza também mudou. Instituída agora como a nova pobreza, essa, deve inserir ainda “desempregados de longa duração, que vão sendo expulsos do mercado produtivo e, os jovens, que não conseguem nele entrar impedidos do acesso ao “primeiro emprego”” (WANDERLEY, 2006, p.19).

O refinamento da análise sobre exclusão social e pobreza foi realizado por Wanderley utilizando a realidade do Brasil, cuja origem afirmou ela, é o período escravista que além de excluir etnicamente, excluiu também sócio-cultural e politicamente.

A noção de exclusão social no Brasil surgiu nos anos 80 por estudos de Hélio Jaguaribe e mais recentemente por estudos realizados por Sposatti em 1996, conforme o que constatou Wanderley.

No que tange ao cenário brasileiro, Wanderley argumentou que a noção de exclusão social e suas questões adjacentes e conflitivas, em especial a pobreza, assumem uma dimensão mais ampla e profunda devido a plurais nuances históricas envolvidas.

A fim de contemplar um quadro menos abstrato sobre a noção de exclusão social, a autora tomou emprestados conceitos de matrizes psicológicas e sociais francesas para compor de maneira mais concreta a problematização da exclusão social e pobreza, a saber:

a) **Desqualificação** – conceito originado de Serge Paugam (1991,1996 e 2004) que adverte que a pobreza é uma invenção social, ou, um constructo social e, ao mesmo tempo problema de integração normativa e funcional, especialmente pela questão do emprego.

b) **Desinserção** – conceito resgatado de Vincent DeGaujelac e Isabel Taboada Leonetti (1994), representando o oposto de integração, onde os indivíduos são interpretados não apenas pelo viés do desemprego e pobreza, mas ainda despossuídos de acesso a questões simbólicas.

c) **Desafiliação** – retirada de análises de Robert Castel (1997), significando indivíduos sem vínculos sociais, quer por insuficiência de recursos materiais quer por instabilidades ou ausências de estabilidades relacionais.

d) **Apartação social** – noção retirada de Cristóvão Buarque (1993), cujo sentido é o de desigualdade e não semelhança.

Em termos genéricos, a pobreza contemporânea articulada a exclusão social, não diz respeito apenas à falta de acesso a bens materiais pela ausência de renda, mas como referiu Wanderley, deve ser entendida como um fenômeno multidimensional porque atinge os clássicos pobres e ainda vários outros segmentos sociais. Assim, a nova pobreza envolve o difícil acesso a bens de serviços bem como a ausência de poder de ação.

De outra maneira, a autora não rejeitou o fato de que o acesso ao trabalho continua sendo importante já que a falta de produção salienta o processo de exclusão social. Para ela, as questões de exclusão social e de pobreza foram naturalizadas por ciclos repetitivos de tais situações o que gerou uma histórica fragilização do vínculo societal e, este por sua vez, fabricou aquilo que Wanderley nomeou como estigma.

Estigmatizado é todo indivíduo marcado e retificado como excluído. Nesta circunstância, encontra-se a inserção do negro. Alguém excluído historicamente, estigmatizado pelo passado. Isolado na própria coletividade a que pertence e visualizado como alguém que deve continuar nas 'margens'.

A questão que se colocou a partir das reflexões de Wanderley é que noções contemporâneas de exclusão social e sua tensão, vinculada às noções de pobreza e estigmatização, apontam de fato, para a perversidade do processo de exclusão social. Já que o excluído ou, como diria Bauman (2005), o *refugo humano*, parece tender a continuar desengajado dos processos de produção e inserção sociais.

Mesmo que os últimos anos venham possibilitando aproximações humanas virtuais, pela minimização de distâncias geográficas através do progresso tecnológico, pelo acesso a conhecimentos e intercâmbios culturais, o problema emergente é o excesso de contingente humano, desnecessário às cadeias produtivas. Isto tudo me leva a pensar que ao invés de se produzir inclusão, a exclusão é que é produzida, visto que parece ser esta necessária ao projeto de uma 'sociedade contemporânea', muito em função de que o progresso econômico encolhe, subtraindo indivíduos a serem excluídos.

A perversidade do processo de exclusão como é o da realidade brasileira é que os indivíduos 'em excesso', perseguindo as idéias de Bauman (2005), são declarados redundantes pelo fato de serem dispensáveis (p.20).

Em outro material sobre exclusão, Luciano Oliveira (1997) iniciou sua análise fazendo considerações sobre a miséria urbana pela qual foi instituída a noção de excluídos, dentro daquilo que ele considerou como uma “dramática situação social no Brasil de hoje” (p.51).

No texto intitulado *Os Excluídos ‘Existem’?* – Notas sobre a elaboração de um novo conceito, o autor penetrou na questão dos excluídos pelo olhar da vida urbana e da banalização da vida, pela exclusão social.

A julgar pela forma com que o Brasil vem desenvolvendo seu sistema econômico, Oliveira na mesma análise, sugeriu ao leitor que as disparidades sociais, sobretudo a brasileira, apareceram com muita força a partir do chamado ‘milagre brasileiro’. Dali o conceito de excludente emergiu pelos argumentos de Kowarick (1987) e, mais adiante por Zaluar (1991). Oliveira fez uso principalmente da proposta de Zaluar, penetrando na compreensão dos excludentes da periferia do Rio de Janeiro.

O autor também defendeu que a questão da exclusão social não é uma problemática somente de países pobres. Ao contrário, disse ele, tal questão abrange ainda países ricos, como é o caso da França, cuja tessitura social passou a chamar a atenção já a partir da década de 50 quando uma considerável parcela de pessoas sem acesso ao emprego foi posta à margem do desenvolvimento econômico-social.

Esta parcela de *excluídos*, ao invés de continuar sendo denominada de residual passou a representar uma questão muito mais profunda. A referente a questões estruturais do sistema de produção e distribuição econômica, cuja assimetria entre aqueles com possibilidade de acesso ao emprego e condições dignas de vida, demonstram uma grande brecha em relação aos menos favorecidos.

Para Oliveira esta problemática representou, no caso do Brasil, o fracasso do modelo econômico. O autor não se deteve na questão da exclusão social como via única do cada vez mais crescente empobrecimento da população brasileira. Este fragmento é de certo modo, resultado de um cenário mundial assustador que vem permitindo a emergência daquilo que o autor nomeou como nova cisão entre incluídos e excluídos.

A fim de significar o que representa o conceito de exclusão social, Oliveira se enveredou para referenciais teóricos ao redor do referido conceito. O primeiro passo que o autor tomou, em termos de pressupostos teóricos foi o de “limpar” o termo

exclusão social, já que o mesmo, de acordo com o mesmo autor, tem se prestado a diversos entendimentos.

Para Oliveira é preciso ter cautela com o uso terminológico de exclusão social, pois que além de conceituar as clássicas minorias de negros, índios e, posteriormente moradores e meninos e meninas de rua, a utilização inadequada do termo pode induzir para certas compreensões, nem sempre possíveis de dar uma interpretação mais criteriosa ao referido termo.

É preciso analisar que um excluído é todo aquele fora do mundo do trabalho. Porém, como entender por este viés, como é o caso do Brasil, a existência de milhares de pessoas tentando sobreviver em um mercado paralelo de trabalho, o chamado informal? A presença de excluídos socialmente também aparece em análises intelectuais, como que a ocupar ali um não lugar, argumentou o autor.

Oliveira analisou dois pontos importantes para um conceito possível de exclusão social. Um deles referente aos excluídos como 'desnecessários' ao mundo formal do trabalho. O outro adjetivando que estes mesmos excluídos acabam sendo estigmatizados como excluídos.

O problema que se pôs, argumentou o autor, é como se vê tal termo nomeado, já que as principais análises teóricas em torno desta compreensão se enveredam em conformidade com perspectivas sócio-teóricas, como a marxista que dá o entendimento ao sistema econômico, inserindo as chamadas classes sociais; ou a perspectiva funcionalista americana que traduz a mesma questão pelo esboço de estratificação social.

É fato que quando se trata de 'limpar' o termo usualmente utilizado para denotar múltiplas conotações, seu sentido é assumido de acordo com o lugar de onde ele é visualizado.

A análise do conceito de exclusão social que vai se desenhando pelas mãos do autor assumiu, para a realidade brasileira, o sentido de duplicidade, ou de acordo com o próprio Oliveira, o sentido de "dualidade: não por oposição, mas por profunda articulação, pois que a exclusão depende da inclusão e vice-versa para o acúmulo do capital" (p. 53).

Os 'excluídos', neste caso, estão ali, continuarão a existir e a crescer por conta dos incessantes movimentos de parcelas produtivas ou, por forças dos 'incluídos'. Não se trata de conceber a idéia de que a existência dos excluídos se dá graças a dos incluídos. Essas categorias analíticas, defendidas no decurso do texto,

são interfaces de uma mesma lógica histórico-social cuja origem emerge, em parte, pelo sistema econômico, mas não por exclusividade deste.

No caminho percorrido por Oliveira, a lógica da existência de excluídos e de sua crescente quantidade está na condição de eles estarem ali, no tecido social, *naturalizados como excluídos*, movimentando indiretamente o acúmulo de lucros e cada vez mais o enriquecimento dos já nomeados ricos.

Também importante inferir, pelas argumentações do teórico, que, mesmo que o excesso de excluídos chegue a um ponto intolerável – condição que pressupõe o extermínio destes – a contínua existência da exclusão social, move – mesmo que tal lógica pareça ser anti-humana – a contínua inserção dos incluídos.

A partir da passagem acima, Oliveira resgatou algumas importantes idéias de Hannah Arendt (2005) que pontuou seus estudos, pensando nos judeus que não têm lugar algum no mundo.

Em sentido análogo ao proposto por Bauman e outros autores aqui referendados, Oliveira expressou que os excluídos representam “a existência de seres humanos desnecessários economicamente e passíveis de ser eliminados, para os quais [...] parece não haver “um lugar peculiar no mundo”” (p.57). Contraditoriamente, mesmo que o excesso de excluídos chegue a um ponto intolerável, a cadeia parece não ter fim, visto a necessidade de existência dos excluídos/incluídos.

Por fim, Oliveira estabeleceu que a análise da exclusão social e dos excluídos não pode ser concebida somente como fenômeno sócio-econômico. Há que se refletir a questão ética envolvida nesta análise. Uma ética que se preocupe em dar conta da compreensão dos excluídos para aquilo que também Foucault (1985) chamou atenção: a ética só pode ser pensada e analisada quando se busca compreender o sujeito em uma constante trama articulada de epistemologia e política, isto é, um sujeito enredado em relações de saber-poder.

A partir da constatação sobre os judeus, feita por Oliveira, o autor baseado na obra *A Condição Humana* (2005) de Hannah Arendt, registrou um clássico exemplo de exclusão.

Hannah Arendt construiu argumentações a respeito da história do povo judeu, às quais aparecem pela análise da identidade étnica, que culmina em um processo de exclusão. No capítulo chamado de *A Teia de Relações e as Histórias Humanas*, Arendt iniciou sua análise em torno da identidade fazendo a seguinte observação:

Embora plenamente visível, a manifestação da identidade impermutável de quem fala e age retém certa curiosa intangibilidade que frustra toda tentativa de expressão verbal inequívoca. No momento em que desejamos dizer *quem* alguém é nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer *o que* esse alguém é (...); (p.194).

Dois aspectos iniciais necessitam ser pensados a partir do posicionamento de Arendt. Primeiro, a questão do discurso, que ao invés de enunciar alguém, declara o que este alguém é denotando aquilo que a própria autora pretendeu argumentar sobre a identidade. Em outras palavras, as pessoas são identificadas por sua etnia/raça e não por sua condição de identidade pessoal que poderia lhe dar a conotação de um sujeito, em termos de singularidade e especificidade.

Em seguida, um discurso para Arendt, ao expressar a identificação do que a pessoa é, acaba colocando-a em uma condição de exclusão social.

A autora não realizou suas argumentações sobre questões de linguagem, tampouco sobre discurso. Ela aproveitou a força discursiva a fim de expressar, no campo da filosofia política, a problemática da identidade/diferença e a exclusão sofrida por etnias como a dos judeus.

O problema de alguém ser identificado por sua etnia/raça é frustrante, diz Arendt, porque é notória a impossibilidade filosófica em responder uma definição de homem, “uma vez que todas as definições são determinações ou interpretações do *que o homem é*” (p. 194).

Ao invés disso, a filosofia deveria procurar responder quem é o ‘homem’ em função de suas particularidades, defendeu Arendt. O termo ‘homem’ foi mantido por respeito a sua utilização pela própria autora.

Hannah Arendt, ao se deparar com a complexidade sobre as questões de identidade e exclusão, posicionou-se afirmando que a dificuldade em resolver este problema filosófico situa-se na impossibilidade de *solidificar em palavras* a essência da vida da pessoa.

A condição humana, para a autora, tornou-se uma espécie de conspiração, porque mesmo que alguém nomeie o outro por aquilo que ‘ele é’ e não por ‘quem é’, o problema da exclusão está ali, interditando e mediando duas ou mais pessoas. Disto resultou aquilo que Arendt denominou de teia do real, devido às relações humanas que imperam.

A revelação da identidade através do discurso e o estabelecimento da ação do real acabam deste modo, incidindo sempre sobre uma teia já existente, o que dificulta cada vez mais a possibilidade de identificar alguém por sua singularidade e especificidade de indivíduo. Por isso, uma pessoa passa a ser identificada por suas semelhanças com outros, com aquilo que partilha com seus pares, através do sentido de exclusão, insistiu Arendt.

Por fim, Oliveira analisando os aspectos de exclusão/inclusão social inspirado na obra citada sinteticamente de Arendt, inferiu que a questão da exclusão, da maneira como vem ocorrendo atualmente, parece ser um problema que tende a continuar, pois ela seria necessária para a permanência da inclusão. Uma questão de assimetria social, já que conforme afirmou Oliveira, existem muito mais excluídos que incluídos, cuja tendência parece aumentar.

Outro trabalho oportuno sobre a exclusão/inclusão social vem através Eleonora Menicucci de Oliveira e Lucila Scavone (1997). Apoiadas em pressupostos sobre a exclusão/inclusão social, as autoras remeteram sua análise concebendo a existência real dos excluídos. As teóricas organizaram diversos artigos sobre questões de corpo, trabalho e gênero, com os quais analisaram relações complexas entre estas três categorias de análise.

De acordo com Oliveira e Scavone não há como negar a exclusão, enquanto elemento que impõe condições de diferenças entre homens e mulheres em relação ao trabalho remunerado, além da clássica análise sobre o trabalho doméstico imposto às mulheres. Também procuraram imprimir a idéia de que a exclusão se dá pela globalização do trabalho que se utilizaria do *corpo excluído social e sexualmente*. O sentido de exclusão para estas pesquisadoras assumiu um caráter de transversalidade, já que esta mesma exclusão passa a ser referência de separação e discriminação nas relações de trabalho e gênero.

A exclusão, nesta perspectiva, acontece quando mulheres e homens perdem o direito à produção e remuneração laboral, em função das chamadas doenças ocupacionais, pois conforme Oliveira e Scavone, estas doenças afetam muito mais mulheres do que homens, devido à dupla ou tripla jornada de trabalho a que as mulheres são forçadas a desempenhar.

A 'dinâmica' do trabalho globalizado que exclui mulheres e homens do mercado formal de trabalho, de outra maneira, contribui para o excesso de

contingente de pessoas excluídas do mesmo mercado de trabalho e, por ele, excluídas dos mais diversos exercícios de cidadania.

Por sua vez, Avelino da Rosa Oliveira (2004) analisou no trabalho intitulado *Marx e a Exclusão*, o fenômeno da exclusão em um contexto ampliado de argumentação teórica. Oliveira utilizou-se de ferramentas propostas pela perspectiva filosófica social marxiana discutidas no decurso do livro.

No capítulo O Lugar da Exclusão numa Teoria Abrangente, o autor resgatou o percurso marxiano do significado de exclusão no sistema capitalista. Oliveira considerou que no início da construção analítica da concepção do *capital*, o termo remetia estritamente a questão relacional do dentro e do fora, já que as primeiras incursões de Marx foram inspiradas nas reflexões hegelianas.

A respeito da questão de construção de análise ao redor do capital, Oliveira constatou a necessidade sentida por Marx de avançar e aprofundar a análise para além do ‘abstracionismo’ que Hegel se pôs a pensar. Se bem que, como resgata o próprio Oliveira, os trabalhos de Hegel em sua forma ‘abstrata’ foram importantes porque deles geraram-se significativas idéias.

Marx, conforme argumentou Oliveira, ao invadir reflexiva e meticulosamente as relações sócio-econômicas – a partir da emergência do capital como forma do movimento da vida – preferiu compreender a pluralidade com que o capital se estabeleceu, tomando o concreto das relações sociais de onde emergiram questões como a da exclusão. O aparecimento da exclusão veio através da materialidade com que o ‘novo sistema’ se impôs, obrigando as classes sociais a se incluir no referido sistema ou a sujeitarem-se ao mesmo.

Dali, uma primeira e superficial forma de exclusão apareceu na vasta obra de Marx. Entretanto, insatisfeito com esta precária dimensão de entendimento sobre como o trabalhador poderia estar incluído num sistema que exclui, Marx construiu sua teoria concebendo uma totalidade e complexa rede pela via econômica, concentrando-se no problema da inclusão/exclusão subordinada, de acordo com o que Oliveira verificou.

Mas subordinada a quê e por quê? Marx percebeu que o Estado privilegiou, pelo capital, algumas classes sociais em detrimento de outras, o que provocou nele a concepção de uma sociedade de classes, cuja relação Estado-Capital desenvolveu a premissa de que o trabalhador não é um *ente*, mas um processo de *coisificação* que se configurou no valor do trabalho pela produção. E, cuja instância

última, é o acúmulo do próprio capital que vai se refinando e concedendo lugares a quem pode estar ou não incluído.

Trata-se, portanto, como bem resgatou Oliveira (2004), de uma exclusão total já que no capital não existe um trabalhador, de cuja interioridade deveria emergir a própria autonomia e o direito de escolha. Ao invés disto, estabelecem-se condições de possibilidade de que a produção concreta represente definitivamente este mesmo trabalhador. Os nomeados interesses universais de acesso para poucos incluídos determinaram em Marx penetrar nos movimentos políticos franceses do século XIX.

Daqui por diante, segundo Oliveira (2004), com um cenário teórico bastante denso, Marx aventurou-se a dar consistência e refinamento ao seu método de análise, o que lhe conferiu a possibilidade de que a inclusão/exclusão subordinada é um dos mais importantes princípios do sistema capitalista, portanto constitutivo deste, de acordo com o que o próprio Oliveira analisou.

Não bastasse esse desvelamento histórico-concreto, ou nas palavras marxianas (termo esse usado pelo próprio Oliveira) histórico-lógico, Marx também inverteu o processo de reflexão sobre o capital.

O que anteriormente foi analisado como plenamente excluído caindo numa espécie de reducionismo quantitativo-econômico, passou em seguida, a ser re-introduzido como um “processo de *redução ontológica*. Portanto, o *princípio de exclusão-inclusão* é posto a nu como *condicionante necessário da lógica processante do capital*” (OLIVEIRA, 2004, p.145).

Deste *processo genealógico*, Marx, segundo Oliveira, fez do conceito de exclusão o lugar de onde é possível analisar as categorias imanentes do modo de produção do capital mesmo: o sistema político e as representações simbólicas cuja ontologia está justamente nas relações econômicas.

Oliveira afirmou a necessidade de operar com o conceito de inclusão e exclusão, pois que nascem de uma mesma operacionalização da lógica capital.

A respeito de uma teoria abrangente que dê conta de assumir o fenômeno da exclusão, Oliveira estabeleceu algumas etapas analítico-metodológicas, a fim de averiguar tal possibilidade.

Inicialmente é importante pensar que o sentido de exclusão não pode nomear uma totalidade complexa e ampla da realidade devido à trama de relações que se estabelece resumidamente em três universos: o das relações econômico-produtivas; o das relações político-sociais e o das relações simbólico-culturais. Também porque

a mesma exclusão está inserida na lógica do capital ou, de certa forma, é imanente a este. Cada uma e várias destas interconexões e intersecções que formam uma rede estabelecem interações que se apresentam sob múltiplas formas: de subjugação, opressão, de estigmatizações, etc.

A etapa seguinte que Oliveira propôs foi a de analisar a exclusão em sua conjugação – *aparência e essência* – o fenômeno e a coisa em si.

O ponto de tensão ali foi [des] ocultar a abstração da concretude do pensante. Quem pensa o faz de dentro, embora o domínio capitalista conceba o sujeito em sua superficialidade da mesma maneira que julga o próprio sistema capital como representação.

Uma terceira etapa analítico-metodológica ensaiada por Oliveira foi que a razão dialética entre aparência e essência não está na oposição de uma e outra e sim na possibilidade de uma existir pela outra. Ou seja, pela aparência é possível escavar até se chegar à essência.

Para poder pensar o lugar da exclusão, dentro da abrangência teórica levantada, Oliveira capturou como condição possível que a exclusão pode ser um *conceito descritivo*. As formas com que este conceito operaria estariam ligadas, no caso da concepção capitalista, aos modelos econômico-produtivos, exclusão massiva do mercado de trabalho, múltiplas formas de exploração, expropriação do direito ao teto, a terra, à escola, à saúde, não acesso à cultura, ao saber. Enfim, toda uma vasta gama de “manifestação invertida da lógica imanente do sistema do capital que é de inclusão subordinada” (OLIVEIRA, 2004, p.154).

Como *conceito interpretativo* o autor defendeu que a exclusão deve ser analisada dentro de uma complexa rede que dê uma interpretação clara sobre a realidade social.

O *conceito operativo* de exclusão, segundo o que considerou Oliveira, é o mais usualmente requerido e, neste caso, o mais suscetível de escorregar em termos de análises. Sua utilização independente de referencial teórico abrangente pode enviar o sentido para distorções como fenômeno e essência sendo coincidentes. Para que este equívoco epistemológico seja evitado e ainda tornar possível um conceito amplo de exclusão, o autor sugeriu o debate da construção do espaço da exclusão mesma, recuperando-a como negação da negação como fonte de resistência ao capitalismo contemporâneo.

Pensando através das contribuições descritas sobre exclusão humana, concebo que a exclusão, via discurso, pelo anulamento deste, como uma exclusão muito apropriada, dentro das práticas capitalistas.

A exclusão discursiva da enfermeira negra encontrar-se-ia na mesma razão dos negros no Brasil, que ainda são considerados “refugio humano”, conforme o concebuu Bauman (2005) e ou uma etnia/raça interpretada como desnecessária em concordância com as proposições de Wanderley, Oliveira e outros autores aqui discutidos.

Na obra *Vidas Desperdiçadas*, Bauman (2005) fez uma oportuna analogia entre o acúmulo de lixo no planeta com o problema do *refugio humano*.

A produção deste refugio defendeu o sociólogo, diz respeito às redundâncias ou excessividades humanas daqueles que não puderam ser reconhecidos socialmente. Esta questão para Bauman é um produto inevitável e inseparável da modernidade.

O sociólogo salientou que a exclusão ou o refugio humano “é um inescapável efeito colateral da construção da ordem onde algumas parcelas de pessoas são “indesejáveis”” (p.12).

Como excluído, por ser judeu-polonês, a experiência vivida por ele a partir da Segunda Guerra Mundial permitiu-lhe que pudesse analisar a marginalidade com que algumas populações ainda são tratadas no planeta. Estas populações, conforme ele argumentou, estão fora do jogo econômico e tecnológico no século XX, daí serem nomeadas como refugio.

Fabíola Zioni (2006) ao re-visitar questões de Exclusão Social, propôs uma análise do termo *exclusão* como noção, condição a qual concordo, já que os estudos sobre discurso, em particular os de Foucault, dão preferência à utilização deste sentido, ao invés de um conceito. Isto porque a exclusão pensada como noção atribui ao termo uma dimensão processual, isto é, uma compreensão em constante modificação.

A autora defendeu a noção de exclusão buscando instituir-lhe um status metodológico. Porque, defendeu Zioni, na contemporaneidade há quase uma ausência de reflexões e análises globais sobre coesão social.

As controvérsias ao redor de conceitos de exclusão permitiram que a autora procurasse esclarecer a posição que a noção de exclusão ocupa nos estudos sociológicos. Percorrendo vias legitimadas sobre a noção de exclusão como os de

pobreza, marginalidade e irredutibilidade, Zioni partiu em defesa do resgate de diferentes orientações sobre integração social, para considerar a possibilidade de que a exclusão social pode assumir um status metodológico, daí também porque nomear o sentido daquela como noção.

Zioni atravessou teorias e análises sobre a exclusão inspirada em Paugam (2004), Castel (1997), Nascimento (1994) e outros. Ao realizar recortes teóricos daqueles autores, a estudiosa reconheceu as dificuldades em torno de uma explicação mais plausível para o sentido de exclusão, mas considerou como possível exercitar seu significado, no campo metodológico, visto que a noção de exclusão viria, desta maneira, representar um processo de conhecimento utilizado como imagem para a explicação do real.

O que chama atenção na análise de Zioni é que ela destacou em todo seu artigo a importância de se visualizar exclusão como noção. Neste sentido ela está muito aproximada da perspectiva de noção atribuída por Foucault nos seus trabalhos. Primeiro, pelo fato de que também este teórico utilizou-se do sentido de noção por entender que conceituar exclusão serviria para uma análise 'tradicional'. O que favoreceria a *contaminação* do significado do termo.

Segundo, porque ao utilizar o sentido de noção e não de conceito tanto Zioni quanto Foucault estabeleceram a possibilidade de analisar fenômenos da vida por uma lógica completamente diferente daquela imprimida por análises mais tradicionais ou presas a uma verticalidade de compreender os movimentos histórico-sociais.

Defendo a perspectiva de noção para significar o termo exclusão por entender que, no presente estudo, a ausência de discursos ao redor de enfermeiras negras, fez emergir lugares e posições de enfermeiras de outras etnias, expondo, em outros sentidos os desdobramentos periféricos na conjunta sócio-histórica das mulheres negras.

Além do mais, a partir da análise de algumas condições de possibilidades/produções na dimensão macro e micro estrutural, as argumentações ao redor do tema e do problema assumiram, dentro da lógica de investigar 'ao avesso', novas perspectivas de compreender como as enfermeiras negras posicionam-se, por suas narrativas, a respeito da ausência de discursos na REBEn.

Foucault (2007) foi consistente, ao sugerir que o sujeito ocupa lugares que não são fixos, mas em constantes movimentações. A mobilidade visualizada pelo

teórico representou posições e lugares emaranhados em relações sociais. Portanto, a preocupação com as argumentações foucaultianas aqui, foi a de analisar tais lugares e posições a partir de um sujeito que contesta e é contestado pelas circunstâncias sócio-culturais e políticas.

Não há irredutibilidade do sujeito, mas um indivíduo constituído de *delinqüências*, desviado. Um indivíduo que somos nós mesmos e os outros. Um indivíduo que pensa diferente. Ou que tem diferentes formas de pensamento o que lhe confere a possibilidade de estabelecer relações, de imprimir uma outra verdade. Não uma verdade inquestionável, mas uma outra rebuscada de interfaces, de contingências e incontingências, de desdobramentos, de caminhos desviantes.

Há pouco, quando registrei os aspectos de lugares e posições, ali, estas noções não se referem aos discursos sobre enfermeiras negras, pois estes não apareceram no material investigado. Refere-se sim, as mesmas noções deslocadas para o que as enfermeiras negras narraram em suas entrevistas e na discussão de grupo.

O olhar sobre o negro certamente é sempre o de diferença e de diferente. Diferença e diferente por tratar-se de ser negro, por representar uma ameaça, por não ser aceitável. Por não pertencer claramente a uma concepção sócio-cultural de inclusão. Ou seja, o diferente como refugio, como menos, inferior.

Dentro da categoria de análise sobre o anulamento de discursos a respeito de enfermeiras negras há uma inequívoca articulação com a questão sobre exclusão justamente por esta visível *diferença* imposta aos negros e por serem interpretados diferentes no cenário histórico-social do Brasil.

Tomaz Tadeu da Silva (2000), Stuart Hall (2004) e Kathryn Woodward (2000) também defenderam que a diferença é sustentada pela exclusão: quer seja exclusão no sentido que trato no momento em termos de etnia/raça; quer se trate de relações sócio-culturais sobre os gêneros feminino e masculino, quer e também se trate de ser enfermeira. Estes teóricos assumiram que a identidade, em seu sentido mais estreito, pode revelar reivindicações essencialistas sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário. Woodward (2000) avançou nesta análise e propôs ainda que a identidade seja entendida como relacional – que institui a concepção do *diferente*.

O que quero dizer, nesta passagem, é que a exclusão social para além de algumas compreensões refletidas até aqui, também envolve a questão da identidade. Não uma identidade na ordem psicológica, mas na individual/social.

Lembro que para Foucault (2001) indivíduo é o sujeito em processo de sujeição. Ou atrelado a complexas relações de saber-poder. O indivíduo ou o sujeito para Foucault (2001) é aquele que está sujeito a complexas relações de saber-poder.

Neste olhar, a identidade, de fato, é algo para além das representações psicológicas, visto que este mesmo sujeito está constantemente enredado em uma trama social. Por este prisma a identidade seria fixa e imutável. Mas, ela também pode funcionar baseada na natureza étnica e de raça. E aqui ela funcionaria através de uma concepção essencialista da história passada, representada também por uma verdade imutável.

Pensando nas fortes e inequívocas relações que se estabelecem entre etnia/raça, identidade, diferença/diferente, gênero feminino e mulheres, exclusão/inclusão social, tornou-se importante discutir a questão da identidade das mulheres negras como uma maneira de transversalizar as demais categorias inseridas no estudo.

3.3 Identidade de Mulheres Enfermeiras Negras vista sob as lentes de uma *contra história*

Na subseção anterior procurei analisar a questão da exclusão, na qual estão inseridos *emaranhados* em torno das noções de diferença/diferente, etnia/raça, gênero feminino/mulheres e de identidade.

Fazendo agora um recorte intencional sobre as mesmas noções, percebo que para existir a diferença e o diferente é preciso pensá-los pela via da identidade no sentido que vários autores, aqui apresentados, a concebem.

Stuart Hall (2004) enxergando a identidade pela ótica laciana, afirmou que ela não é algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Ao contrário, objetou Hall, a identidade é uma noção que o sujeito adquire ao longo do tempo através de processos inconscientes e, portanto e de certo modo, ela é algo imaginário ou fantasiado sobre sua unidade. Hall propôs que a identidade é sempre uma noção incompleta, por estar sempre sendo formada:

Assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma *falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior* (...) (p.39).

Nesse ‘descentramento’ da noção de identidade, segundo o próprio Hall, associada à questão psicanalítica da mesma, encontrar-se-ia a linguagem, através do sistema lingüístico. A respeito da língua, Hall declarou que ela não significa apenas expressar o pensamento de alguém, mas representa acionar a imensa gama de significados que já estão embutidos na própria língua. Além do mais, os significados das palavras não são fixos. Eles surgiriam das relações de similaridade e diferença que as palavras têm no interior do código da língua.

No que tange a questão da identidade, pelo significado das palavras, o sujeito sabe quem é pela relação que mantém com o outro, culminando no ‘dar-se conta’ de que existe diferença de um para outro sujeito.

Hall desenhou a seguinte proposição: quem fala não pode nunca fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade. O significado é algo instável; apesar de ele procurar o fechamento que é a identidade, ele é constantemente perturbado pela diferença.

As palavras são “multimoduladas”. Elas sempre carregam ecos de outros sentidos que elas colocam em movimento, apesar dos melhores esforços para cerrar o significado (HALL, 2004, p.41). Por haver a multiplicidade de sentidos, as palavras, quer sejam expressas em forma de discurso oral ou quer escrito, sempre subverterão as tentativas para criar mundos fixos e estáveis. De outro modo, a diferença seria estabelecida por uma marcação simbólica, em relação a outras identidades. Ela estaria vinculada a condições sociais e materiais.

Em relação à questão de identidade e seu sentido prático lingüístico, retomo Kathryn Woodward (2000) que defendeu que a marcação simbólica é “o meio pelo qual damos sentidos a práticas e a relações sociais, definindo [...] quem é excluído e quem é incluído” (p.14). Então, a identidade é uma noção que se modifica conforme seu processo de construção vai sendo ampliado ou modificado.

Em passagens anteriores, procurei situar o leitor a respeito de relações estabelecidas entre as categorias adjacentes com o tema e o problema de pesquisa.

Acredito ter deixado claro também que trago a abordagem histórica em seu sentido tradicional, como defendeu Foucault (1999). Uma história que aparentemente é pronta, intocável, mas que a um olhar mais atento permite que se percebam fissuras, nas quais ingressaria discursivamente uma outra lógica de compreensão, ou uma contra-história, como a estou denominando para este momento.

Baseada nos autores até aqui discutidos que afirmam ser a identidade nomeada pela diferença, penso que esta afirmação é ainda mais acentuada em se tratando de mulheres negras.

Angélica Basthi em artigo publicado em agosto de 2007 no Jornal Irohin, responsável pela disseminação sobre Políticas de Ações Afirmativas, esclareceu que o protagonismo político das mulheres negras no cenário nacional tem sido cada vez mais evidente. Desde a década de 70, numa freqüência relativamente continuada, esse protagonismo vem sendo decisivo para a sedimentação de um novo lugar de fala deste grupo, afirmou ela.

O que pode significar artigos como o de Basthi em termos de identidade de mulheres negras? Uma forma de resistência étnico/racial, mas em especial, uma maneira de firmar sua identidade como sujeito social.

Ao procurar firmar essa identidade, esses artigos e outros textos a que tive acesso a respeito de mulheres negras, denunciaram, a partir dos lugares e posições sociais ocupados pelas afro-descendentes, desigualdades raciais e de gênero. Em outro sentido, ao procurarem analisar a identidade das mulheres negras estes vários artigos e textos percorreram a diferença sócio-cultural com que estas mulheres são olhadas e concebidas.

Dimensionaram também que a sociedade brasileira, ao admitir a diversidade étnico/racial, imprimiu a continuidade de reprodução social a respeito da diferença de raça e gênero, imposta quase que impiedosamente às negras. Trata-se, portanto, de pensar que a identidade negra, em particular a das mulheres, é uma questão de identificar, de outra forma, a diferença entre estas mulheres em relação à de outras etnias/raças. Motivo mais que suficiente para incluir as negras em um nível de desigualdade perversa na dimensão social – em particular, pela inexistência de discursos a respeito destas mesmas mulheres. Condição desigual que finda com a exclusão.

Maria Aparecida Laia e Maria Aparecida da Silva (2008) em artigo publicado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo,

registraram que estruturalmente as mulheres negras quando comparadas as não-negras têm mais dificuldades de enfrentar os mecanismos discriminatórios que geram e alimentam as desigualdades de gênero, principalmente em se tratando de mercado de trabalho. O que se traduz na submissão das negras dentro de um processo perverso de exclusão social.

Para traçar um esboço em termos de noção de identidade das mulheres negras, primeiramente parece ser necessário pensar que a questão da identidade dessas não pode ser analisada independente da noção de exclusão/inclusão social. Mais especificamente, a questão da exclusão não é meramente separar quem é 'igual e quem é diferente' Refere-se a uma entroncada rede de relações histórico-sociais pela qual perpassam múltiplas e plurais dimensões.

A identidade assim emergiria a partir de sistemas classificatórios, podendo sugerir neste viés, o problema da exclusão dos negros e das negras, que revela como as redes de relações sociais se organizam e se dividem em termos de quem está excluído e de quem se encontra incluído na rede social.

José de Souza Martins (2003) argumentando sobre a questão da exclusão, salientou que o termo "excluído" é apenas um rótulo abstrato, que não corresponde a nenhum sujeito de destino, porque historicamente não existe um destino histórico (p.30).

Para ele, excluído e exclusão são construções, projeções de um modo de ver próprio de quem se sente e se julga participante dos benefícios da sociedade em que vive:

por isso, julga que os diferentes não estão tendo acesso aos meios e recursos a que ele tem acesso. O discurso sobre a exclusão é o discurso dos integrados, dos que aderiram ao sistema, tanto à economia quanto aos valores que lhe correspondem. Dificilmente se pode ver nele um discurso anti capitalista, embora ele certamente seja um discurso socialmente crítico (p.31).

Martins, a partir destas reflexões, propôs que a categoria exclusão deva ser concebida através de duas orientações interpretativas opostas: uma orientação transformadora e uma orientação conservadora. Sobre a orientação transformadora, Martins a registrou como aquela nascida da militância política, dos agentes de pastoral, dos partidos e mesmo da academia, ainda que, "indevidamente, ao que

agora se chama de “excluídos” aquilo que é próprio da *situação de classe do operário*” (p.31).

Ao se referir ao operário, o autor, argumentou que, enquanto trabalhador coletivo, aquele é portador de uma possibilidade história de transformação social que personifica a contradição entre o caráter social da produção e a apropriação privada dos resultados da produção.

A questão que aparece entre o caráter social da produção e a apropriação privada é justamente a desigualdade da apropriação da riqueza, condição que Martins denominou de virtualidade da transformação.

A realização desigual da riqueza apresenta-se como a orientação conservadora, que, ao mesmo tempo, abre uma possibilidade concreta de que: “quem não está incluído não pode ser protagonista das virtualidades de transformação da sociedade, de realização daquilo que é historicamente possível” (p.32).

Olhando para as posições que Martins realizou a respeito das noções de exclusão e excluídos, posso inferir que a questão da identidade das mulheres negras, incluindo as enfermeiras desta etnia na orientação conservadora, é de exclusão historicamente legitimada. Deste fragmento posso também inferir que há uma outra identidade, vinda através da orientação transformadora.

Quando as mulheres enfermeiras negras aparecem *discursadas* como excluídas e marginalizadas, quer por desigualdade de gênero, quer de raça, a identidade destas mulheres projeta-se, de outra forma, através da exclusão, para uma ordem identitária que as posiciona em uma condição menos diferenciada.

Mas o problema de posicionar as mulheres negras em condições mais diferenciadas em relação a sua etnia/raça tem como centralidade como romper com a invisibilidade destas mulheres em termos de aceitação e respeito sociais, em se tratando de desvelar a inexistência de discursos, a seu respeito, em particular das enfermeiras afro-descendentes.

Pensar o significado de ser mulher enfermeira e negra compreende também pensar a complexidade da trama social que legitima sua exclusão e, ao mesmo tempo, legitima a própria captura que limita a participação e a inserção destas mulheres para além dos resíduos produzidos pela sociedade que as discrimina.

O que é possível pensar é que a identidade da mulher enfermeira negra, ao emergir da noção e das plurais implicações da exclusão social, acaba colocando

estas mesmas mulheres em patamares de análise que [des] legitimam os lugares e as posições a elas atribuídos pela ótica conservadora da sociedade. Isto acaba impondo, de certo modo, uma releitura da condição do gênero feminino e a temática sobre as mulheres pelo viés da etnia/raça.

O que quero dizer com tudo isto é que uma identidade possível para as mulheres enfermeiras negras pode ser concebida se, perpassada pela análise do gênero feminino e as temáticas centrais e adjacentes sobre a participação social das mulheres e pela etnia/raça, no sentido da categoria gênero como expressou Heleieth Saffioti (1997): como o regulador das relações entre sujeitos históricos e como conjunto de representações centrais na sociedade, ou seja, gênero além de se referir às categorias masculina e feminina reporta ao sentido de normatização das relações sociais.

Em relação à questão da etnia/raça há que se pensar em superar a realidade da falta de acesso à escola e ao emprego ainda tão presentes para os negros e as negras no Brasil. Uma razão maior está em as mulheres enfermeiras negras continuarem a carregar na sua história a carga da discriminação de gênero, etnia/raça e de relações patológicas de trabalho, conforme veremos na análise dos materiais da REBEEn e pelas narrativas das informantes do estudo.

Kabengele Munanga (1994) ofereceu sustentação à minha posição ao afirmar que:

As diferenças unem e desunem... Elas surgem de conflitos e de inúmeras manipulações sócio-econômicas e político-ideológicas. Quanto mais crescem, as dificuldades favorecem a formação dos fenômenos de etnocentrismo que são pontos de partida para a construção de estereótipos e de todos os tipos de preconceitos, inclusive raciais (p.177).

A questão da identidade das mulheres enfermeiras negras, pela exclusão social, parece configurar-se, em termos de uma *contra-história*, a partir da análise a respeito da inexistência de discursos sobre elas.

Além do mais, como enfermeiras, as mulheres negras absorvem, além das cargas de gênero e etnia/raça, a questão do 'ser Enfermeira'. Categoria de trabalho configurada historicamente como profissão para mulheres brancas, filhas de elites.

Paulo Fernando de S. Campos, Taka Oguisso e Genival F. de Freitas (2007) enfermeiros da Universidade de São Paulo elaboraram artigo a respeito da cultura

dos cuidados de Enfermagem. Ali, os autores expuseram claramente que a Enfermagem no Brasil teve início com o processo de exclusão de mulheres negras.

O artigo apontou que os processos de origem da Enfermagem Brasileira, a respeito dos cuidados, resultaram em uma profissão com características essencialmente racistas e discriminatórias. Os autores mostraram que as mulheres negras exerciam os cuidados junto aos doentes antes da profissionalização da Enfermagem no Brasil. O pano de fundo para as argumentações dos teóricos foi a produção historiográfica que tratou sobre ações e acontecimentos praticados por mulheres, em especial as afro-descendentes.

O interesse dos autores foi o de dar visibilidade às mulheres excluídas do processo de sistematização da Enfermagem como ciência no Brasil. Em particular, pelo fato de o país ser caracteristicamente de 'mistura de etnias/raças'.

Campos, Oguisso e Freitas (2007) partiram da suposição de que as mulheres negras foram duplamente segregadas devido à condição feminina de submissão e pela descendência africana, motivos mais que suficientes para impedir o ingresso dessas mulheres na referida profissão. O fato histórico de as mulheres negras terem sido representadas como escravas, amas-de-leite, praticantes de sexo com seus "sinhozinhos", aspectos aliados aos afazeres domésticos, se tornou, sem dúvida, o mais importante para o processo de exclusão das mulheres negras na Enfermagem.

Avaliar o processo de exclusão/inclusão de mulheres negras na enfermagem profissional, bem como a resistência das mulheres negras frente aos juízos intolerantes e fabricações discursivas que as desqualificam, torna-se fundamental para o estudo de formação da identidade profissional da enfermagem brasileira (CAMPOS, OGUISSO e FREITAS, p.35).

Diante do exposto pelos autores acima, percebo que a profissão de Enfermagem, além de negligenciar a importância sobre a participação de mulheres negras no seu campo de saber, contribuiu para a reprodução de estereótipos a respeito dessas mulheres. Condição que entendo ter sido decisiva para que os discursos históricos sobre elas sejam nulos.

Os contornos de análise a respeito do apagamento discursivo sobre enfermeiras afro-descendentes tornaram-se imprescindíveis para atestar mais uma vez que as mulheres negras, em particular enfermeiras afro-descendentes, são

consideradas num plano de discussão e inserção social secundários. Nesta situação, as enfermeiras negras, talvez na história da Enfermagem, tenham sido uma 'espécie de rescaldo' de uma história, perversamente mal contada.

Campos, Oguisso e Freitas (2007), lembraram ainda que a questão da exclusão de mulheres negras na Enfermagem Brasileira, em seus primórdios, também teve como origem as representações sociais atribuídas aos negros: naturalmente ignorantes: viciosos e indolentes. Incapazes de atingir o progresso requerido à sociedade brasileira, assim como a manutenção da ordem econômica e social.

Os autores expressaram que o paradigma darwinista-social que fundamentou as ações políticas na Primeira República (1899-1930), reiterou *discursos normativos* que afirmavam ser a população afro-descendente naturalmente degenerada, fator que os projetava como tipos desviantes, anormais. Estes critérios determinavam quem deveria ser incluído na sociedade e, por lógica, na Enfermagem.

Os autores propuseram ainda que o processo de exclusão de afro-descendentes, em particular, as mulheres negras na Enfermagem, esteve estreitamente ligado à questão do bio-poder que atingia os aspectos de habitação, higiene, alimentação, sexualidade, religião e literatura.

A noção de bio-poder foi inaugurada por Foucault (1992). Ao aprofundar relações de práticas sociais, o sujeito e a verdade, este teórico criou a compreensão de um poder ou uma relação saber-poder que se expressa discursivamente.

Analisando as instituições sociais através da filosofia e do sistema jurídico, a perspectiva foucaultiana mostrou que a filosofia é um discurso de verdade que formalmente inscreve no corpo social o poder, enquanto o direito, pelo sistema jurídico, é historicamente responsável pela produção e fixação dos limites deste poder.

Quando as noções de 'limpeza social' surgiram na França a partir do século XVIII, quer no sentido mais estrito de higiene coletiva quer no sentido de ordem simbólica, o poder foi transformado em algo mais notório por uma complexa rede de bio-poder, ou seja, a disciplinarização social passou a ocorrer a partir do corpo, disseminando-se socialmente.

Do poder da soberania, tendo como personagem central o rei ao poder industrial, tendo como prerrogativa as forças produtivas do trabalho, não foi o jurídico em si, mas as instituições tomadas juridicamente como o soberano, os

aparelhos sociais, as instituições, a própria lei e seus regulamentos, enfim, o corpo social que em seus interstícios passaram a exercer o poder. E se exerceram por ele, através da dominação. Este poder não é de domínio de um sobre o outro, mas sim, assumindo-se como característica de multiplicidade porque o poder circula (FOUCAULT, 1992).

A esta complexa rede do bio-poder, Foucault a nomeou de *micro-política*. A micro-política, por sua vez, se dá por técnicas, por dispositivos táticos, por mecanismos que, em sua multiplicidade, geram discursos historicamente introjetados e aceitos como verdade.

Dentro da prerrogativa foucaultiana a respeito do bio-poder, em particular através de práticas discursivas, o campo de saber da Enfermagem também se solidificou pelo bio-poder. Também neste sentido, o corpo de enfermeiras e pacientes serviu como um 'corpo social' para ser utilizado como instrumento de trabalho, tendo, por sua vez, as práticas da profissão se estabelecido como *discursos aceitos na estrutura social*. De outro modo, as práticas discursivas que não são aceitas socialmente, ficaram à margem do que deveria ser aceito oficialmente como prática social.

Pode-se, objetar que a exclusão de negras no início da profissão de Enfermagem no Brasil, pelas práticas discursivas e a continuidade deste anulamento teve, de fato, a intenção de 'ocultar' a presença de enfermeiras negras na profissão. O que, de outra maneira, rendeu a elas o estigma histórico do processo de preconceito e discriminação racial instituído aos negros.

Os modos de exclusão racial na Enfermagem e, portanto também de identidade de mulheres negras e enfermeiras, no aparecimento da profissão no Brasil, estiveram apoiados no que o 'padrão de enfermeira' preconizou, através das origens da profissão por Florence Nightingale. Estendidos e disseminados pela imposição de critérios filtrados por enfermeiras norte-americanas que implantaram o modelo nightingaleano no país.

No mesmo estudo, Campos, Oguisso e Freitas (2007) evidenciaram que as intenções de elevar o status do cuidado, antes concebido como prática desqualificada, porque foi exercido por mulheres pobres e de moral desviante, necessitava, a partir de sua oficialização, de mulheres que representassem de fato a sociedade brasileira em progresso: mulheres brancas e de classes sociais privilegiadas. A exclusão de mulheres negras na profissão foi intencional em função

de serem vistas como desregradas, mal formadas, fora dos padrões construídos para o 'ser enfermeira', afirmaram os autores.

Campos, Oguisso e Freitas (2007, p.36) justificaram esta posição discriminatória quando referendaram que a primeira escola de enfermagem no Brasil, a Anna Néri no Rio de Janeiro, exigia como critérios de ingresso à profissão: ser mulher branca, possuir formação educacional e religiosa preferencialmente católica; pré-requisitos que restringiam a possibilidade de ingresso de mulheres negras e aumentavam as distâncias entre essas e as de outras etnias/raças.

Quando rastreavam documentos que comprovassem a exclusão de mulheres afro-descendentes na Enfermagem, os autores localizaram o seguinte texto:

É verdade que a política de organização da escola tinha sido evitar, diplomática e estrategicamente, a admissão de negros, até que a opinião pública em relação à profissão de enfermagem tivesse mudado. Isto era fundamental se pretendia atrair mulheres de melhor classe. Mesmo a Academia Naval colocava obstáculos para impedir a admissão de candidatos negros. Toda vez que moças de cor se candidatavam para entrar na escola, haviam sempre outras boas razões para que elas não fossem qualificadas. (...) (ESCOLA de ENFERMEIRAS do DEPARTAMENTO NACIONAL de SAÚDE PÚBLICA, 1923 apud CAMPOS, OGUISSO e FREITAS, 2007, p.36)

Frente ao exposto sobre a questão da exclusão social que as mulheres negras sofrem historicamente, condição também presente na Enfermagem e, diante da articulação das noções de exclusão com as de identidade das mulheres negras, reforço que a identidade das afro-descendentes é um processo a ser pensado como uma *contra história*. Construída pelas próprias mulheres negras. Uma contra-história no sentido de se poder desviar de rótulos e estereótipos atribuídos às mulheres negras. Tal construção requer a continuidade de resistência e ampliação da visibilidade destas mesmas mulheres, perpassando questões de gênero, etnia/raça e a compreensão do 'ser-enfermeira'.

Mais que isto. Torna-se imprescindível pensar a respeito do apagamento discursivo ao redor enfermeiras afro-descendentes na REBEn, para, a partir desta *cartografia*, analisar as circunstâncias a respeito destas mulheres, rearticulando este viés com as noções de exclusão/inclusão, diferença/diferente etnia/raça e gênero feminino. Essa posição vem ao encontro também ao que Stuart Hall (2004) defendeu: que a construção da identidade não é uma representação da cultura de

um povo. Afirmação que concordo em relação à questão da identidade das afro-descendentes no Brasil, pois se assim ocorresse, as mulheres negras não estariam historicamente excluídas.

Hall estabeleceu ainda que em termos de nação, não importam as diferenças de classe, gênero ou raça. Uma cultura nacional procura unifica-los numa identidade nacional como que a representá-los pertencendo a “mesma e grande família nacional” (p.59).

Entretanto, disse Hall, esta idéia deve ser posta em dúvida, devido à constituição cultural de um país. Boa parte das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta. Também porque as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero. Por fim, as nações ocidentais modernas foram centros de impérios, exercendo hegemonias culturais sobre as culturas dos colonizados.

Das razões expostas acima, Hall destacou que unificar nacionalmente uma identidade em torno de raças é um processo muito mais severo. Uma raça não é uma categoria genética que tenha qualquer validade científica.

Ao contrário, raça é uma *categoria discursiva*, portanto organizada por formas de expressar sobre quem pertence ou não a determinado grupo social. Hall (2004) lembrou que um discurso sobre quem está ou não incluído em determinados sistemas sócio-culturais, é um conjunto frouxo, freqüentemente pouco específico, de diferenças de características físicas como cor da pele e textura do cabelo, às quais, em consonância com outros aspectos como os físico-corporais, transformam-se *discursivamente* em marcas simbólicas.

Reforço que a identidade de mulheres enfermeiras negras deva ser construída na contra mão da história, por serem excluídas em triplo sentido: pelo gênero, pela etnia/raça e pelos ranços de relações de saber-poder, ainda presentes nas práticas da profissão. Neste sentido, fico imaginando que este momento da história humana justamente por ter instalado uma nova ordem social-econômica e cultural, arrastou ainda mais para fora refugos humanos como é o caso dos negros no Brasil e em outros países.

Um exemplo sobre a constatação são os homens norte-americanos descendentes de índios, hispânicos e negros que vivem no nível de miséria social ou abaixo dela. Por serem considerados ‘refugos’, são enviados às guerras para

“morrerem antes” que outras etnias/raças. Outro exemplo clássico são os negros e as negras no Brasil, mostrados na mídia representando papéis de empregados domésticos e criminosos, embora essa imagem social venha melhorando à custa de pressões políticas que os movimentos negros exercem nas estruturas políticas.

Muito em particular a questão dos negros brasileiros parece ainda ser enviada para entendimentos de redundância, como afirmou Bauman (2005). Para este autor o sentido do termo implica em permanência e aponta para a regularidade da condição por si mesma, o que sugere a dispensabilidade da própria simbologia em torno do negro.

A não ser nas situações onde esta etnia/raça, seja compreendida no tecido social como figura exótica e primitiva. Isto parece também contribuir para o sentido de redundância, já que seu significado representou para Bauman “ser dispensado *pelo fato de ser dispensável* [...] um produto abaixo do padrão, ou manchado [...]” (p.20).

De toda maneira, passar a conceber a possibilidade de construção da identidade da mulher negra, requer andar na ‘contra mão’ da história. Velejar, talvez, por mares revoltos. Metaforizando o velejar de uma embarcação em alto mar, a visão que se tem desta embarcação, muitas vezes, não é a de que ela faz uma ‘contra história’ para não ser tragada pelas águas violentas?

4 MULHERES E A ENFERMAGEM – analisando pontos conflitivos em torno do Discurso

A respeito da questão das mulheres, em particular sobre o enfoque dos estudos de gênero, a década de oitenta do século XX foi o marco da radical transformação que sofreram tais estudos.

As análises sobre as mulheres no cenário histórico-social no Brasil ingressaram como a possibilidade de dar um emblema de luta concreta diferente às concepções localizadas no conceito biológico-sexual e ainda retirar as marcas simbólicas que as mulheres sofreram historicamente através do modelo patriarcal que envolvia tematizações sobre elas.

A Enfermagem, por ser uma profissão majoritariamente constituída de mulheres, também procurou enveredar parte de seus saberes para as questões do movimento feminista.

Em meados dos anos oitenta e dos 90, pode-se perceber um esforço por parte de profissionais enfermeiras, ligadas ao espaço acadêmico em realizar análises acerca dos processos de feminização da Enfermagem. Em paralelo, alguns outros esforços aproveitaram o momento para argumentar a respeito da inserção das mulheres nas mais diversas áreas de atuação profissional, com a temática 'mulher'.

Os contornos sobre 'discursos' ao redor do emblema gênero feminino/mulher apareceram por uma preocupação mais voltada para uma mulher a ser cuidada. Sem entrar no mérito desta particularidade, chama atenção que esses contornos ainda não seriam claros o suficiente para que se pudesse pensar, a partir da própria profissão, a respeito de quem são as mulheres enfermeiras produzidas discursivamente.

Uma questão perturbadora sob dois aspectos. Um pelo fato de, como mulheres enfermeiras nos preocuparmos com outras e, aparentemente, não darmos vazão às nossas próprias constituições também como mulheres. Depois, em razão de não nos materializarmos, a impressão que se tem é que estivemos por longo tempo reproduzindo o que nós mesmas negamos: a invisibilidade das mulheres e, em particular das enfermeiras negras.

Um discurso representa dar voz ou silenciar sobre algo ou alguém. Como enfermeiras: mais silenciamos que falamos.

Mesmo assim, somos de algum modo, visíveis porque ocupamos ou ocuparemos posições e lugares em discursos. A não ser quando se trata de ‘denunciar’ a ausência de lugares e posições de enfermeiras negras, discursivamente.

4.1 Fronteiras e Territórios vividos pelas Mulheres – uma retomada das análises de Gênero Feminino e Teorias Feministas

Inicio algumas reflexões sobre a temática da mulher na Enfermagem, valendo-me da seguinte observação realizada por Scott (1995): “os sentidos das palavras [...] como idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (p.71).

Análises sobre o gênero feminino, como as de Scott representam uma ‘história particular’ a partir de narrativas construídas sobre as mulheres. Para a estudiosa, a referência gramatical de gênero envolve regras formais que resultam de atribuições do masculino e do feminino, “uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual e distinções [...]” (p.72).

Scott defendeu a perspectiva de que o gênero é uma forma “primeira de significar as relações de poder [...], é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado” (p.17).

Para além do uso gramatical, o sentido de gênero emergiu através de movimentos feministas nos Estados Unidos, cuja apropriação do mesmo sentido necessitava revelar as distinções e diferenças sociais entre homens e mulheres. Firmava-se assim, ao final dos anos sessenta do século XX, o conceito de gênero através das diferenças de constructos histórico-culturais culminando com a rejeição determinista do biológico nas representações do feminino e do masculino.

Uma das idéias mais fortes sobre a criação do sentido de gênero foi a de que ele pudesse dar conta de transformar paradigmas que dicotomizavam o entendimento sobre o masculino e o feminino no meio sócio-cultural. A expectativa era a de alargar as compreensões sobre o espaço público e o privado em torno das mulheres.

Os estudos sobre o feminino passaram a analisar as continuidades e descontinuidades sobre a história das mulheres, designando ainda as relações sociais entre ambos os gêneros e suas representações sobre as mesmas relações

na tessitura social. Como que jogadas em um canto da história, as mulheres, desprovidas de vozes ativas em defesa de seus direitos de cidadania, foram submetidas à perversidade patriarcal que a elas instituiu posições e lugares de inferioridade e submissão no sentido em que tratam algumas autoras apresentadas nesta pesquisa que teorizam sobre mulheres.

E, ainda, como afirmou Foucault (2005) a respeito de posições e lugares de assujeitamento no sentido de que o sujeito se constitui pelos lugares onde os discursos são materializados.

Destas fortes e impactantes revelações teóricas e de práticas sociais sobre gênero, de um sentido mais estreito, o mesmo passou a também significar as construções sociais e culturais a respeito dos papéis sociais classicamente atribuídos a mulheres e homens e, daí, novos paradigmas se estabeleceram ao redor destes papéis sociais.

A categoria gênero passou mais fortemente, a elucidar tanto a perspectiva histórica das mulheres quanto a dos homens, embora uma força ainda mais reveladora tenha se enveredado como voz ativa às mulheres, até então desprovidas de análises críticas.

A transposição de posições e lugares sociais através dos papéis tradicionais atribuídos para as mulheres, por outros que as tirou da invisibilidade passou a representar, na perspectiva do gênero, outras posições, outros lugares em movimentações, a serem constantemente construídos e revisitados pelas próprias mulheres. A força das mulheres saiu do anonimato defendendo a bandeira de superar o mito de que as mulheres – marginalizadas historicamente – são incapazes de articular suas necessidades, bem como marcar seus territórios.

O campo conceitual sobre a abordagem do feminino passou a “circunscrever expressões culturais, sociais, psicológicas e reconstruir o conceito feminino no campo das significações simbólicas” (OLIVEIRA e SCAVONE, 1997, p.21). Ou seja, se antes as mulheres foram rotuladas por suas características biológico-sexuais, portadoras de habilidades eminentemente doméstico-familiares, a partir dos novos movimentos sobre seus lugares e posições passaram a questionar justamente os discursos históricos que as colocavam em lugares culturais de submissão e assujeitamentos.

Segundo Minayo (1999) os comentários sobre o machismo têm como base a problemática de gênero. Sociológica e historicamente sabe-se que é cultural porque

é cotidianamente atualizada nas relações tornando assim difícil de transformar. Essa dificuldade, conforme a mesma autora, ocorre porque, para que a transformação aconteça, é preciso que os dois lados queiram ou que um dos lados se rebele frente à opressão. No caso das relações de gênero, uma das dificuldades para a mudança é o fato de que o machismo está na cabeça dos homens como das mulheres: frequentemente, na verdade, nenhum quer mudar.

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e do feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material. É assim porque tal concepção configura uma representação social solidificada e naturalizada por meio dos valores tradicionais de gênero (MINAYO, 1999).

Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social, também naturalizada, de agente de poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício de domínio das pessoas, das guerras e das conquistas.

Margarita Pisano (2001) também construiu suas análises a respeito do gênero feminino sobre o simbólico. Esta autora defendeu que o simbólico, na dimensão discursiva tem sido um campo vastíssimo para reforçar a condição de subalternidade das mulheres. Para a autora uma das fundamentais razões a respeito das submissões a que as mulheres foram submetidas historicamente, situa-se na questão simbólica através do campo discursivo.

A oposição sobre o biológico-social realizada a partir da década de oitenta do século XX provocou uma profunda mobilização sobre o universo do gênero feminino, pela qual, tornou-se possível visibilizar as mulheres em outras posições que não as de subalternidades em termos de teorização sobre as práticas sociais feministas no que se referiu aos seus papéis no contexto sócio-cultural. Assim, fortes e profundas análises foram construídas a respeito do papel feminino na história.

A oposição, de uma concepção cultural clássica sobre as mulheres para uma de inserção delas no mundo, ocorreu através da noção de gênero, da rejeição das próprias mulheres sobre seu lugar no mundo e ainda pela vasta produção teórica sobre as mesmas.

As teorias que passaram a se configurar em torno da presença das mulheres nas relações histórico-sociais provocaram o desalojamento não apenas de marcos conceituais sobre as mulheres, mas fundamentalmente modificaram a compreensão das próprias mulheres em termos de suas escolhas, tanto no campo da vida privada quanto no da dimensão pública.

A construção do conceito de gênero enquanto categoria de análise passou a transversalizar as múltiplas discussões sobre as mulheres, problematizando as relações de gênero não como produtos de 'causa biológica', mas como de construção histórico-social.

A respeito deste conceito, Oliveira e Scavone (1997) destacaram que o sentido do termo tornou-se explicativo sobre os atributos específicos que cada cultura impõe ao masculino e ao feminino, "a partir do lugar social e cultural construído hierarquicamente como uma relação de poder entre os sexos" (p.2). As teóricas comentaram que as desigualdades são referendadas pelo contexto cultural, resultando em práticas preconceituosas, patriarcalistas, machistas e racistas.

As noções sobre a potência feminina, no sentido de descaracterizar a história de submissão sofrida pelas mulheres, também tiraram da reclusão o feminino na Enfermagem.

As produções neste campo de saber nas décadas de oitenta e, em particular na de noventa do século XX, possibilitaram também às enfermeiras que passassem a recusar uma imagem de sua atividade profissional, ligada exclusivamente ao papel feminino associado ao espaço doméstico. Esta "saída do anonimato" por parte das enfermeiras, entretanto, parece não ter afetado de forma mais direta e crítica as posições ocupadas por estas mesmas enfermeiras, especialmente em se tratando de enfermeiras negras.

Apesar de a Enfermagem ter dado um significativo salto em termos de suas próprias posições, em relação as suas práticas como profissão, o próprio processo de feminização deste campo de saber favoreceu, de outra forma, que esta atividade permanecesse concebida como uma extensão do espaço doméstico. Em razão de a Enfermagem, ainda e equivocadamente, ser visualizada como uma profissão cuidadora, termo tradicionalmente associado a habilidades empíricas do cuidado.

O uso da categoria de gênero na Enfermagem superou, ao menos em parte, a clássica idéia de que o trabalho da enfermeira tinha como noção central a continuidade daquele espaço doméstico, através do cuidar do outro.

Fazendo uso de outras idéias construídas por Magarita Pisano (2001) concebo que a problemática das profissionais enfermeiras, em relação às questões de gênero articulado às habilidades para cuidar do outro, tem a ver com o que a autora teceu sobre as contradições e ambigüidades que as mulheres vivem no universo da supremacia da masculinidade.

A autora foi veemente ao considerar que as mulheres que se destacam na estrutura simbólica masculina, estão na verdade, indo contra a estrutura geral do sistema e de sua existência. Por sua vez, a masculinidade como macro sistema segue produzindo e definindo o que é conhecimento válido e o que não é, ainda que este mesmo macro sistema permita a participação das mulheres.

Os estudos sobre o gênero feminino e as temáticas sobre as mulheres na Enfermagem foram também estudados por teóricas como Marta Julia Lopes, Dagmar Estermann Meyer e Vera Regina Waldow (1996) que defenderam que a condição deste na tessitura cultural emergiu como um construto histórico-social. Construto este que, ao mesmo tempo fixou a mulher em papéis classicamente concebidos para ela como os de esposa, mãe, cuidadora, mas e ainda, favoreceu a problematização da condição feminina no campo cultural.

As mesmas autoras inferiram que as desigualdades de gênero e raça/etnia são entendidas como desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, explicitadas pela divisão sexual de tarefas e responsabilidades, bem como a divisão baseada na raça/etnia.

Marlene Neves Strey, em artigo publicado em material organizado por Stela Nazareth Meneghel (2007), defendeu que a definição do papel das mulheres se dá no cotidiano já que freqüentemente atribui-se às elas papéis de responsabilidade para desenvolver e manter os relacionamentos familiares, como mães e esposas.

Acompanham o “*pacote*” sobre a condição das mulheres, características estruturantes tais como doar de si, servir e cuidar, aspectos muito peculiares na atividade profissional das enfermeiras.

Os múltiplos desdobramentos que as noções de gênero feminino e masculino possibilitaram escoarem para interfaces como os movimentos feministas e o que isto representaria para a visibilidade das mulheres no cenário social.

Dagmar E. Meyer (2004), por exemplo, discutiu o movimento feminista através uma interessante lógica de análise. Para ela, o movimento das mulheres e

sobre as mulheres caracterizou-se por uma 'circunstância histórico-política', a que a estudiosa nomeou como primeira e segunda onda.

A primeira aglutinou-se em torno do movimento sufragista, o qual passou a reivindicar o direito, pelas mulheres, ao voto. No Brasil esta onda apareceu com a Proclamação da República em 1890, momento histórico em que as mulheres conquistaram o direito ao voto, mas somente materializou-se no período da ascensão getulista, a partir de 1934.

O segundo grande movimento emergiu mais particularmente nos países do ocidente no cenário da Segunda Grande Guerra, fortalecendo-se nas décadas de 60 e 70 do século vinte. Nestas décadas, intensos debates e estudos desencadearam análises sobre a questão política a respeito de posições e lugares a que as mulheres tinham 'direito'.

Dali eclodiu movimentos feministas de contestação apontando que na história, as mulheres, até então, assumiam posições e lugares submissos, discriminatórios e de inferioridade em relação ao universo masculino.

No Brasil a segunda onda esteve muito aproximada dos movimentos políticos contra a Ditadura Militar a partir dos anos sessenta e, em seguida, às reivindicações por democratização do país.

Sobre pontos de tensões em relação ao gênero feminino e as análises a respeito das mulheres, Dagmar Estermann Meyer (2004) salientou ainda que, frente a tais turbulências, o movimento feminista se deparou com o desafio de apontar que não são as características biológicas e feministas, nem as diferenças sócio-econômicas tomadas de maneiras isoladas, que representam as desigualdades entre homens e mulheres. O inequívoco é reafirmar constantemente que todos estes movimentos em torno das mulheres, exigiram a tomada de decisão por mais debates em termos de produção de conhecimento a respeito da subordinação feminina.

Meyer no mesmo trabalho declarou que as últimas quatro décadas do século vinte permitiram o ingresso na academia de temas e fontes de investigação sobre o gênero e tematizações das mulheres, os quais, até então, eram considerados como produções quase que *desprezíveis*.

Por outro lado, a insuficiência de estudos sobre mulheres enfermeiras e, em particular enfermeiras negras é ao mesmo tempo contagiante, sob a perspectiva do gênero e de temas sobre mulheres porque se podem criar múltiplos caminhos

possíveis de análise sobre o tema, mas também conflitante pela precariedade de produções neste terreno.

É real que a busca por uma lógica diferente sobre os lugares e as posições que as enfermeiras negras poderiam ocupar em meios de comunicação como a REBEn, tornou o estudo relevante sob a perspectiva de ruptura da invisibilidade histórica sobre estas mulheres. Tais invisibilidades, seja pela tradição histórico-social de rejeitar a presença igualitária das mulheres na diversidade étnica no mundo quer, em particular por sua exclusão em discursos, foram muito bem analisadas, sem adentrar na questão étnico/racial, em estudos sobre esta temática pelas autoras aqui citadas.

A singularidade do campo de saber da Enfermagem, por ser uma profissão de características cuidadoras, parece também ser uma forma de reivindicar uma outra lógica de entendimento sobre as mulheres e, em especial, sobre enfermeiras negras.

Cecília Avendaño, Patrícia Grau e Pámela Yus publicaram em livro organizado por Oliveira e Scavone (1997) uma importante reflexão sobre a atividade de enfermeiras no Setor Público de Saúde.

As autoras sugeriram que o efetivo ingresso de mulheres no campo desse saber pode ser compreendido como um processo resultante da tipificação sexual dos papéis considerados “apropriados” cultural e socialmente transmitidos através do processo de socialização das mulheres.

Para as referidas autoras, assim deve ser entendido o ingresso quase que exclusivo de mulheres na Enfermagem, tornando-se possível compreender a profissão como um prolongamento das atividades do cuidado; este, como prática, exercida pelas próprias mulheres em relação as suas famílias.

Similarmente, Marcela Lagarde (1990) problematizou a situação das mulheres como produto de certas condições de possibilidade que, favoreceram que elas fossem sendo posicionadas, sócio-culturalmente por sua *condição feminina* de docilidade, de expressão de sexualidade articulada à maternidade e de cuidadoras, pela “*própria natureza*” do ser mulher, entre outros.

Lagarde propôs também que a condição da mulher no mundo é ainda de opressão já que as mulheres são construídas historicamente para realizar *desejos espontâneos e afazeres naturais*. Desejos construídos como que voluntariamente sempre para servir os outros. A teórica realizou seu estudo em uma acepção

antropológica. Apesar de sua linha analítica não apresentar referência direta com meu estudo procurei aproveitar brevemente esta argumentação da Antropóloga para destacar os lugares tradicionais concebidos para as mulheres no mundo e na Enfermagem.

Quero pensar que características atribuídas exclusivamente às mulheres como cuidadoras, docilidade e maternidade são categorias de análise apropriadas que também se revelam oportunas em relação às enfermeiras negras, por sua origem étnico-racial e por sua condição sócio-cultural desnivelada em relação a mulheres não negras, em termos de exclusão/inclusão social. Além da própria condição histórica do desenvolvimento do campo de saber da Enfermagem.

A institucionalização científico-acadêmica de teorias feministas, por exemplo, possibilitou a amplitude e o aprofundamento de análises que passaram a questionar o 'domínio masculino. Esta ascendência, como argumentou Meyer (2004), tornou visível a falácia em torno de uma suposição essencialista masculina e branca centrada, em especial, em um pressuposto racionalismo humano.

A entrada de temas no meio acadêmico e social sobre o gênero feminino e teorias em relação às mulheres, revelou que a percepção de uma mulher usada pela família, pela sociedade e pela cultura como objeto, a serviço dos demais, não mais cabia, nem respondia às exigências que as próprias mulheres passariam a fazer.

O ideal de mulher ocupando um lugar no espaço privado e doméstico passou a sofrer transposições nas quais os lugares e as posições femininas denunciariam fortemente a posição submissa das mulheres no meio sócio-cultural.

Guacira Louro (2000) apresentou um instigante artigo escrito por Butler. Esse texto provoca ao afirmar que a questão dos gêneros masculino e feminino é de ordem discursiva. As mulheres, segundo Butler, realmente ainda enfrentam significativas diferenças sócio-culturais, em relação aos homens, circunstância bastante decorrente de discursos historicamente produzidos com uma visão androcêntrica,

Apesar dos avanços significativos, nós mulheres, continuamos a insistir de que as radicais mudanças ao redor de nós mesmas devam ser construídas a partir de concepções masculinas. Ou ainda, como objetou Edla Eggert (2006): "A masculinidade, como referência através das filosofias dos homens, reforça o poder masculino e ensina as mulheres a serem patriarcais" (p.17).

A respeito de nossas amarras históricas ao 'masculino', Pisano (2001) estabeleceu que o problema localiza-se nas próprias mulheres, na sua interioridade onde está instalada a submissão-colaboração com a masculinidade, sua cultura e suas estruturas de poder (p.52).

Os conflitos emergidos a partir da emersão de temáticas em torno das mulheres representaram, de um lado, esquecer o sujeito que sempre fora negado, mas de outra maneira, colocaram em suspenso a questão discursiva em torno das mulheres. Ao invés disto, são os modos pelos quais características femininas e masculinas são representadas como menos ou mais valorizadas através do que é possível pensar e dizer sobre mulheres e homens.

Mesmo assim, a introdução do sentido de gênero no debate sobre as mulheres permitiu que as diferentes argumentações sobre elas convergissem para um ponto em comum, pois:

com o conceito de gênero, pretendia-se colocar em xeque a equação – que resultava em diferenças reconhecidas como sendo inatas e essenciais – na qual, se articulava um determinado modo de ser o sexo anatômico que lhe seria naturalmente correspondente, para argumentar que diferenças e desigualdade entre os sexos eram socialmente e culturalmente construídas e não biologicamente determinadas (MEYER, 2004, p.14).

O que passou a se configurar a partir das lutas em torno da visibilidade histórico-social das mulheres foi o nascimento de múltiplas iniciativas políticas de dimensão internacional inspiradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: *igualdade entre homens e mulheres*. As Fronteiras e os Territórios de vida histórico-social das mulheres configuraram-se por uma lógica, agora materializada a partir do próprio 'vivido' por elas.

A noção sobre gênero feminino, na dimensão social e política propiciou a emersão de temáticas sobre as mulheres tão importantes quanto o próprio sentido de prática social de gênero. A Violência contra a Mulher é uma destas temáticas. Talvez, uma das mais importantes nestes últimos anos.

A respeito da questão da violência, o presente estudo implicitamente lidou com a violência histórico-cultural, em particular pela ausência de discursos sobre enfermeiras negras, que tendem a se perpetuar ou não, além das flutuações de

posições que todo sujeito ocupa na cultura, processos que emergem de narrativas contadas como verdades inquestionáveis.

4.2 Uma Re-leitura da Enfermagem na ótica de uma profissão para Mulheres – sobre história, saberes e poderes.

Maria Stela Anunciação da Silva (2002) enfermeira negra, realizou um estudo analítico sobre a mulher negra na Enfermagem Brasileira. O estudo transformou-se no livro intitulado *A Trajetória da Mulher Negra na Enfermagem em Nível de Terceiro Grau – Um Percurso pela História da Enfermagem no Brasil*.

A autora percorreu este campo de saber procurando analisar como o racismo aparece na Enfermagem, através de um estudo histórico-social de inclusão e exclusão de mulheres negras na profissão.

Na introdução do trabalho, Silva chamou a atenção para o fato de que a Enfermagem no Brasil foi concebida e, posta em prática no campo da saúde por enfermeiras norte-americanas. Tal acontecimento, disse Silva, trouxe em si a idéia de não apenas modernizar o referido campo de saber, mas acima de tudo de superar o preconceito social “instituído sobre este campo de saber e, por conseguinte, melhorar a sua imagem junto à sociedade” (p.12).

Na passagem registrada abaixo, Silva enfatizou que:

racistas por excelência, as enfermeiras norte-americanas, trouxeram consigo preconceitos e de forma bastante acentuada o preconceito racial contra os negros. Assim, depararam-se com um problema: a população feminina brasileira, alvo a quem se destinava a escola de enfermagem a ser criada, era também constituída por mulheres negras e mestiças, que a despeito de sua cor, manifestaram o desejo de serem enfermeiras e tentaram ingressar na escola recém-criada (p.13).

A autora ofereceu outras importantes contribuições para as argumentações apresentadas neste trabalho. A respeito de ser mulher negra no Brasil, ela posicionou-se argumentando que: “A escolaridade precária e a falta de qualificação para enfrentar o mercado de trabalho são fatores que [...] contribuem [...] para aumentar as desvantagens da mulher negra em relação às mulheres de outras raças” (p.74).

A escola recém-criada a que Silva se referiu é a de Anna Néri no Rio de Janeiro, criada em 1923, responsável pelo aparecimento de Revista Brasileira de Enfermagem em 1926. Escola concebida pelo olhar de enfermeiras norte-americanas vindas ao Brasil pela Fundação Rockefeller.

A área de saúde e o campo de saber da Enfermagem contribuíram em muito, ao longo da história, para que as mulheres fossem concebidas por uma visão multifacetada, através das reproduções sociais e pelas recorrências discursivas sobre a condição 'inata' do feminino para cuidar do outro, com início no zelo pela família.

De fato, não apenas a subalternidade, mas também o assujeitamento têm seus significados apoiados em um campo discursivo que mostra as discrepâncias históricas a respeito das mulheres enfermeiras em relação à questão da prática profissional e a concepção tradicional sobre o papel 'doméstico e privado' da mulher. A questão do Cuidado de Enfermagem foi historicamente entendida como extensão do doméstico, por exemplo.

Compreender, mesmo que de maneira sucinta como a Enfermagem apareceu instituída em uma profissão do cuidado é pertinente, para que se compreenda este viés, via campo discursivo, a respeito das enfermeiras negras.

A Enfermagem chamada 'profissional ou moderna' apareceu através de Florence Nightingale que em 1860 criou a primeira Escola de Enfermagem na Inglaterra no Hospital Saint Thomaz, na cidade de Londres.

De família aristocrática, Florence tinha conhecimentos sobre várias ciências, desde as exatas até as humanas. Desta maneira, ao envolver-se com a questão da atenção integral ao ser humano através do cuidado, Florence foi precursora da Enfermagem. E a história profissional ligou-se à sua imagem em decorrência dela ter inspirado o surgimento das primeiras escolas norte-americanas e as demais no cenário mundial e, ainda, devido aos critérios por ela exigidos para o ingresso de candidatas à formação profissional.

As exigências iniciais propostas por Florence Nightingale foram de que as candidatas apresentassem uma moral inabalável – cuja comprovação deveria ocorrer através de várias testemunhas. Tinham também que ter comportamento recatado e pertencer a boas famílias e idade entre 25 e 35 anos. A expectativa de vida, na época, era de 40 anos.

As ingressantes ao curso deveriam ser solteiras, capazes de ouvir e ver perfeitamente; eram examinadas criteriosamente quanto à saúde dos pés e deveriam apresentar disponibilidade para residir em quartos dentro da instituição hospitalar.

A estudante ficava sob a ‘tutela’ de outra estudante mais experiente e, posteriormente este *primeiro esboço hierárquico* permitiu a divisão interna das enfermeiras: uma *ladie nurse*, cuja origem viesse da aristocracia ‘exercia’ a tutela sobre colegas de origem menos abastadas; essas conhecidas como *nurses*.

A avaliação das futuras enfermeiras, na mesma perspectiva nightingaleana, ocorria através dos seguintes critérios: recato, probidade, pontualidade, higiene, aparência pessoal, administração das alas e habilidade técnica.

A Escola Anna Néri no Brasil, passou a exigir basicamente os mesmos critérios para o ingresso de futuras enfermeiras, tais como: *padrão moral, abnegação absoluta, altruísmo, espírito de sacrifício, integridade, humildade e disciplina* (ATKINSON & MURRAY, 1993). Os critérios passaram a funcionar como dispositivos reguladores, de maneira que as futuras e primeiras enfermeiras brasileiras apresentassem rigorosamente os quesitos impostos pela concepção de Florence Nightingale.

O sentido de dispositivo foi emprestado por Foucault (1992,1996). O termo apareceu nos anos 70 e inicialmente foi designado pelo filósofo para nomear técnicas e estratégias do poder e formas de assujeitamento (em duplo sentido: de sujeição e de libertação). Esse dispositivo ocupou-se de práticas heterogêneas: quer se tratando de discursos, práticas sociais, instituições, táticas, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, quer se tratando de mecanismos de dominação.

Os critérios exigidos pelas primeiras escolas de Enfermagem, na perspectiva nightingaleana foram representados pela socialização de papéis sexuais atribuídos historicamente. Nesta dimensão, a Educação teve importância fundamental, ao aceitar como “natural” que os papéis sexuais, masculino e feminino, são contingentes aos seus sexos, ao invés de crer que tais papéis são determinados pela cultura.

O processo social dos mesmos papéis tem sido tão forte que vem limitando o desenvolvimento das potencialidades das mulheres, que permanecem se

comportando e reagindo, por um conjunto de atitudes, valores e reações “apropriadas ao seu sexo”.

A Enfermagem, constituída essencialmente por mulheres, reproduziu o papel sexual concebido para as mulheres. Não se tratou apenas de uma reprodução socialmente, mas ainda em decorrência da própria condição da mulher em termos de processo de formação a partir da família.

Macoby (1991) afirmou que o processo cultural que coloca as mulheres em desvantagens sociais em relação aos homens já inicia a partir do nascimento. Para a autora, os papéis sociais adquiridos se iniciam ainda na época da gravidez com a expectativa sobre o sexo da criança que determina, entre outras coisas, a escolha do enxoval. Na medida em que passam a internalizar valores ‘apropriados a cada sexo’ mulheres e homens passam a manifestar automaticamente comportamentos sociais esperados.

Psicologicamente, disse Macoby, o papel sexual é assimilado e a pressão social passa a se exercer sob formas sutis, difícil de serem percebidas, mas sempre existentes e mantidas por agentes socializadores (familiares, amigos, professores, etc.).

A Educação, sem dúvida, é primordial para os processos de socialização. O espaço escolar produz e reproduz práticas político-sociais e, assim também as questões do preconceito e da discriminação racial são componentes que podem ser produzidos e reproduzidos, dependendo de como o espaço escolar se vê diante de tais questões. Quando a mesma escola aceita passivamente o discurso tradicional, ao redor das diferenças étnico-sociais ou se cala diante de sintomatologias que possam acentuar a cor em detrimento da ‘igualdade de acesso e de aprendizagem’, ela esbarra em seu medíocre papel de reprodutora social.

Penso que o espaço escolar deva inserir a problematização do preconceito e da discriminação racial, desde que esse seja transformador, no sentido em que Freire (1997) propôs. Uma escola que dê conta de lidar com a diversidade de gênero, de sexualidade, de etnia/raça. Um espaço pedagógico que favoreça o aprender a conviver. Que se dispõe a pensar e agir diferente nas e com as diferenças.

Com muita propriedade, Rosiska D. de Oliveira e Miguel D. de Oliveira (1985) posicionaram-se na sempre atualizada prerrogativa:

O processo de transformação social exige uma consciência nova e conhecimentos novos. Conhecer para transformar, ler a própria vida e escrever a própria história (...). Apresentada como instrumento de democratização da sociedade, como fator de emancipação das classes menos favorecidas e de nivelamento das desigualdades sociais, a escola continua a ser (...), sobretudo, um aprendizado de desigualdade e uma experiência de dependência (p.124).

A julgar pelos critérios estipulados por Florence articulados ao fazer profissional é possível perceber que estes foram gradualmente tornando-se recorrentes, no processo educativo, situação que passou a se materializar em práticas equivocadas num cuidado como extensão do espaço doméstico atribuído tradicionalmente às mulheres. As práticas de cuidado foram aceitas graças aos 'discursos produzidos sobre as mulheres enfermeiras'. Discursos também compreendidos como fio condutor de processos educativos.

Os discursos constituídos historicamente acabaram por gerar uma prática que, à semelhança do cimento, 'sedimentou' a Enfermagem. Claro que não é só isto que está por detrás da produção discursiva neste campo de saber. No fragmento sobre como as mulheres enfermeiras acabaram produzidas discursivamente, a história da profissão, sem dúvida, teve papel fundamental.

Como fio condutor, resgatar esta história tornou-se também importante como mais um suporte de análise a respeito da ausência de discursos em torno de enfermeiras negras e das condições de possibilidades/produções que inviabilizaram tal situação, não para ancorar-me no passado, mas, como diria Foucault (2007), para através dele, contra-argumentar o presente.

Em relação à história, os trabalhos de Foucault (1992) ofereceram análises a respeito dela e sua articulação com o saber-poder. O teórico, a fim de analisá-la, a nomeou de História Tradicional. Ele provocou abalos sobre concepções históricas ao redor de certas ciências e de certos saberes no período da modernidade.

Para o estudioso a modernidade teve seu contorno com início por volta do século XVI até meados do século XVIII. Neste período, comentou o teórico, o problema que se tornou imperativo foi o de delimitar o ser humano como ser iluminado, dotado de condições plenas para alterar a história, responsável pela ordenação do mundo.

Foucault concebeu que a história, da maneira como a registraram ao longo dos séculos, gerou um domínio de tal ordem, através de discursos os quais

culminaram em saberes inquestionáveis, como se não houvesse nada mais a ser refletido ao redor dos acontecimentos.

Em decorrência de entender a ciência não como algo pronto por suas verdades absolutas, ao problematizar *saberes científicos* na modernidade, Foucault desafiou a lógica do pensamento daquele período colocando em suspensão estes mesmos saberes, até então indiscutíveis, mostrando que na história, a produção destes não se deu de maneira ininterrupta, mas através de interrupções, de deslocamentos, de rupturas. O sentido de problematizar foi mantido nesta passagem em respeito às construções realizadas por Foucault para o referido termo.

A respeito do discurso é possível inferir que todo discurso gera saberes. Foucault (1991) dissecou teorias sistemáticas e através de discursos científicos as denominou de *saber*, já que para ele estas teorias se manifestam através destes *discursos científicos* "tidos como verdadeiros, positivos e, por isso, aceitos e tomados em toda sua positividade" (p.52). Também em razão de desdobrar os referidos discursos, Foucault buscou no passado o espaço discursivo como lugar privilegiado, instituindo-lhe a *problematização* necessária para o presente.

Foucault (1992) constatou que quando a história narra certos saberes científicos o faz com a idéia de que eles sejam legitimamente aceitos como totalizadores e prontos e com a provável intenção de fixá-los.

A legitimização da própria história, através de certos saberes e, sua reprodução ao longo da mesma história, representou para o teórico, processos discursivos que são aceitos de maneira inquestionável.

Mas, a mesma perspectiva foucaultiana demonstrou que a história narrada na modernidade consegue apontar ambigüidades, contradições e lacunas, por onde é possível percorrer analiticamente por uma outra lógica, a mesma história.

O estudioso foi contundente ao estabelecer que na história, da maneira como ela vem sendo contada, consegue-se entender apenas fragmentos destes saberes, que foram construídos em determinados períodos.

Argumentar sobre a história, de outra maneira, representou para Foucault denunciar discursos homogêneos em torno de noções que mostraram a incapacidade de esta mesma história pensar as discontinuidades nela contidas.

Para Foucault a história moderna dá a impressão de que métodos corretos para instituí-la fornecem um estatuto à realidade como se essa fosse totalmente

pronta. Em outras palavras, a mesma história não deixa mostrar suas fragilidades, suas inconstâncias.

Ao estatuto do real Foucault (1996) atribuiu a necessidade de que os movimentos da vida, através dos discursos, devam ser analisados e compreendidos a partir dos diferentes modos que os seres humanos tornaram-se sujeitos.

Foucault (2005) utilizou-se da própria história, para nela e dela extirpar, por sua tradição, a idéia de que as descobertas, as saídas, os novos e possíveis caminhos a serem trilhados, estão fora e longe de nós mesmos. Daí ele reforço, a urgência em estabelecer novos olhares, novas reflexões sobre nossas práticas, visto que a história:

tem por função mostrar que aquilo que nem sempre foi, isto é, que é sempre na confluência de encontros, acasos, ao longo de uma história frágil, precária, que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem as mais evidentes (p.263) .

Para o teórico a forma como a história veio se firmando ao longo dos séculos permitiu que, em suas fissuras, se pudesse dissecá-la para além de sua pressuposta sensatez. O que isto pode ter significado para Foucault em termos de outros sentidos?

Em propostas teóricas como *A Microfísica do Poder* (1992) e *As Palavras e as Coisas* (1991), entre outras, Foucault questionou por uma crítica radical a história narrada de maneira tão perfeita, tão simétrica como fomos acostumados a entendê-la.

Foucault defendeu que é preciso perturbar os discursos produzidos por esta história oficial. É preciso, a partir desta mesma história, revirá-la. Duvidar, encontrar nela e por ela, brechas que apontem para desvios de acontecimentos que demonstrem mutações na maneira de conceber os próprios discursos e seus enunciados, bem como a forma como estes se regem para constituir um conjunto de proposições, susceptíveis de serem verificados e infirmados por procedimentos científicos.

A história para Foucault (1985) pode ser analisada diferentemente daquela até então aceita, a partir da arqueologia, pois “ela deve percorrer o acontecimento, segundo sua disposição manifesta; ela dirá como as configurações próprias a cada positividade se modificam [...]” (p.232). Ao realizar recortes da história, o teórico demonstrou que esta não é a sistematização rigorosa do saber, através de

classificações, ordenações e caracterizações universais. Ao contrário, esta história refere-se a um espaço feito de organizações ou de relações internas entre elementos.

As organizações são descontínuas “que não formam, pois, um quadro de simultaneidades sem rupturas” (p.232). Uma história não uma sucessão de fatos, mas o modo fundamental das empiricidades, aquilo “a partir do que elas são afirmadas, postas, dispostas e repartidas no espaço do saber” (p.233).

A história, da forma como ela foi sempre interpretada, representou ainda para Foucault (1992) que seus discursos geram saberes dominantes, pois estão emaranhados, transversalizados e transversalizam uma relação mais ampla e complexa: a de saber-poder.

Da contestação de uma história irrefutável, Foucault articulou-a com os discursos, os quais se concretizaram em saberes. Os saberes, como o próprio autor defendeu, não podem ser tomados como verdadeiros, ao menos, se for considerado que um discurso não se constrói de maneira linear, mas por constantes deslocamentos. Como discursos de verdade, Foucault entendeu aqueles que produzem e circulam como inquestionáveis e que geram como efeitos, poderes específicos.

Ao ocupar-se da história, Foucault (1985) contribuiu para que ela pudesse ser [des] construída. Possibilitou, de outra maneira, que fosse questionada por novos olhares em cujas análises os saberes historicamente construídos, passassem a ser tensionados. O que Foucault tornou possível foi a utilização da própria história, no sentido de ‘abrir-la’ em relação ao seu passado, em termos de sua utilidade.

O que até então havia sido concebido fixamente sobre os fatos narrados, a partir da [des] construção foucaultiana transformou-se num impasse. Daí a noção muito utilizada por este teórico de ‘problematizar’ a história e, por ela, questionar os saberes produzidos através dos discursos.

Nas contestações realizadas pelo estudioso, olhares múltiplos sobre a própria função histórica passaram a revelar uma outra maneira para se compreender acontecimentos aparentemente dispersos.

O problema da tradição histórica, conforme Foucault (1992) e, neste encontra-se a questão histórica dos discursos da Enfermagem a respeito de enfermeiras e a ausência de discurso ao redor de enfermeiras negras, está em utilizar condições pressupostamente dadas para enxergar a totalidade das coisas de maneira objetiva.

E, justamente ali, no aprisionamento e na libertação da história – apreendida como contínua e verticalizada – aparecem rachaduras que denunciam que esta história tem em seus subterrâneos, outras histórias que podem ser contadas por outros olhares.

Das constatações até aqui expostas, os discursos produzidos na história da Enfermagem Brasileira e, em especial, os que não deram alusão às enfermeiras negras, se materializaram nestes oitenta e dois anos (de 1926 à 2008) de existência da Revista Brasileira de Enfermagem como saberes em suas relações com os poderes. Saberes dominantes, como já os argumentei em outras passagens.

Nomeio como saber dominante a compreensão proposta por Foucault (1992) quando ele problematizou como sendo aquele que estabelece verdades estanques.

Necessário ainda deter-se na observação feita por Foucault a respeito do discurso em relação à história da “verdade”, pois para Foucault a história da verdade “do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros está totalmente por ser feita” (p.231). A isto Foucault quis significar que os discursos, na história oficial e tradicional, assumem lugar privilegiado, o que pode não corresponder a um estatuto do real, visto que esta mesma história apresenta, por seus discursos, desnivelamentos, justamente pelas descontinuidades e rupturas que a mesma história expõe.

Margareth Rago (2005) ofereceu contribuições sobre a história que Foucault argumentou e contestou. Para a autora, Foucault preocupou-se em libertar a história de um determinado conceito, o qual implica na utilização de procedimentos envelhecidos e cristalizadores. Foucault argumentou, conforme Rago, sobre uma história presa, amarrada a idéias de continuidades e totalizadora, o que acabou constituindo-a em algo universalizante, articulada a figura de um sujeito fundante.

Rago salientou que o próprio Foucault saiu em defesa da mesma história, pois, como referiu o teórico, esta história tem desníveis, acasos e não pode ser pensada como continuidade, mas por suas descontinuidades:

Denunciaremos, então, a *história assassinada*, cada vez que em uma análise histórica – e, sobretudo, se se trata do pensamento, das idéias ou dos conhecimentos – utilizarmos de maneira demasiada manifesta, as categorias da descontinuidade e da diferença, as noções de limiar, ruptura e transformação, a descrição das séries e dos limites. Denunciaremos um atentado com os *direitos imprescritíveis da história* e contra o fundamento de toda historicidade possível (FOUCAULT, 2005, p.16).

Ela destacou ainda, que Foucault defendeu a premissa de que, a história produzida por metanarrativas ou os grandes discursos universais como queria considerar a história tradicional e oficial, representa ilusões, em um jogo de ‘discursar’ sobre o passado “como se fosse um contato direto com os mortos, acreditando-se revelar o que “de fato” aconteceu” (RAGO, 2005, p.258).

Rago ponderou que Foucault estabeleceu com a história a questão de problematizá-la no presente e, para isto foi preciso voltar ao passado. Não para resgatá-lo, mas a fim de instituir-lhe uma nova relação: como um lugar de acontecimentos provisórios e não de permanência, como hoje ela ainda é aceita.

Por sua vez, Carlos José Martins (2005) analisando questões em torno do significado de um pensamento diferente na história, em termos de tempo e espaço argumentou que Foucault na *A Arqueologia do Saber* (2005) iniciou por diagnosticar mudanças na prática histórica cujos instrumentos permitiram “distinguir no campo da história, camadas sedimentares diversas onde as sucessões lineares que até então tinham sido objeto da pesquisa, foram substituídas por um jogo de interrupções em profundidade” (p.85)

No mesmo artigo, Martins defendeu que uma das grandes preocupações de Foucault foi a de deslocar uma perspectiva histórica através do discurso para uma outra já que:

o grande problema que vai se colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, num horizonte único; (...) o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o do fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos (p.86).

A história *revirada* por Foucault não se dissocia das questões de saber-poder a respeito da inserção das mulheres na Enfermagem. As incertezas emergem, não para contrapor certezas, mas como que a revelar que existem dobras a serem vistas, re-vistas, visitadas e [re] visitadas.

As práticas culturais que secularizaram e invocaram subalternamente posições e lugares para as mulheres no meio sócio-cultural remeteram os discursos históricos na Enfermagem a instituir uma imagem das mulheres, controladas racionalmente como resultado de uma máxima do período histórico da modernidade.

Deste modo, as posições de subalternidade e de assujeitamento instituídos aos negros e, em particular às negras, deu-se 'à custa' do desdobramento da mesma história a respeito da escravidão negra brasileira.

A modernidade operou sobre as mulheres organizando antinomias: objetivo/subjetivo, privado/público, branco/negro, excluído/incluído, etc. e associando o processo equivocado de *naturalização* das posições e lugares ocupados pelas mulheres com discursos que possibilitaram a continuidade destas mesmas mulheres no interior ou à margem de discursos outros que renderam a reprodução de saber-poder sobre elas.

Diante deste cenário a mim interessou ensaiar sobre discursos não produzidos sobre enfermeiras negras e algumas condições de possibilidade/produção que representassem um recorte a respeito de como mulheres e enfermeiras são produzidas no processo discursivo. A inexistência de tais discursos significou, deste modo, uma complexidade de relações sociais que permeiam a produção de discursos ao redor das mulheres, como que para garantir que ser mulher, enfermeira [e negra] é uma determinação social pré-determinada.

A razão repousa na incapacidade política de dissociar a imagem da mulher negra e enfermeira da concepção tradicional das atividades de Enfermagem vinculadas ao espaço doméstico. Infelizmente no Brasil ainda se tem uma imagem bastante distorcida de que o 'lugar' da mulher negra no espaço público é o de empregada doméstica. Estas 'marcas' sócio-culturais atribuídas às mulheres e, muito em particular às mulheres afro-descendentes, se acentuam à medida que penso no que Margarita Pisano (2004) defendeu acerca da problemática situação em que se encontram as mulheres no que diz respeito às suas construções e representações no mundo.

Conforme a autora, "toda a história de esforços e fracassos, dão pistas por onde transitar e legítima a vontade de fazer política e recuperar do anonimato todas as mulheres" (p.55).

Mas é possível ponderar que a problemática em que ainda se encontram as mulheres em termos de posições e lugares sociais, pela via do discurso, pode ser [des] construída no sentido de rejeitar matizações a respeito de profissões como a Enfermagem que aceitam a história de um *universo híbrido* por serem mulheres a ocupar massivamente a profissão.

Muitos foram os saberes que se naturalizaram ao longo da história profissional da Enfermagem. Neste viés, a questão de enfermeiras serem mais *habilidosas* para cuidar do outro provoca um forte ruído porque remete à marca clássica de que são as mulheres, por suas supostas naturezas “biológica e psíquica” que imprimem a qualidade deste cuidado.

E o que é pior. Colabora invariavelmente para a manutenção de uma imagem distorcida das enfermeiras negras que, ao serem colocadas “em baixo do tapete”, as subjuga ainda mais, por conta da visão social clássica de que negros e negras devem ocupar atividades laborais subalternas.

O discurso ali é o de perpetuar relações de saber-poder que não correspondem ao cenário social em que as mulheres, em especial as negras, devem se situar na contemporaneidade.

É preciso reagir. Reivindicar sentidos outros que não aceitos incondicionalmente é um caminho importante para compreender como este campo de saber vem se produzindo em termos de seus saberes e seus poderes configurados pelo apagamento de discurso sobre enfermeiras e negras.

4.3 Subjetividade de Mulheres Enfermeiras e Negras produzida através de Discursos

No ano de 1989, Denise M. Gastaldo e Dagmar E. Meyer publicaram um artigo onde analisaram a formação das enfermeiras com a ênfase atribuída à conduta em detrimento do conhecimento. As autoras se posicionaram sobre esta questão da seguinte maneira:

A Enfermagem é uma profissão feminina por excelência, por ter sido sempre o cuidado à saúde uma atribuição da mulher. A Enfermagem profissionalizada caracterizou-se, assim, como uma extensão do trabalho doméstico (p.7).

A semelhança de alinhamento argumentativo que as autoras refletiram, com minhas argumentações ao redor das enfermeiras e negras, sobre os saberes e os poderes que se instituiu ao longo da história da Enfermagem, se sobressai por dois aspectos: um referente a questão de como as enfermeiras foram produzidas discursivamente na profissão, através do cuidado como extensão do espaço privado

para o profissional; o outro, relacionado às posições e lugares que classicamente ocupam as enfermeiras no mesmo discurso.

Os dois aspectos imprimem muito fortemente que as enfermeiras são ainda concebidas por sua atividade profissional como um universo paralelo, às classicamente aceitas do espaço privado.

Infiro que os discursos produzidos a respeito destas profissionais, é ainda um 'discurso masculinizado e androcêntrico', embora faça uso de sutilezas para mascarar uma outra história que deveria emergir a partir das constituições das próprias mulheres.

A recorrência de 'discursos tradicionais' a respeito das mulheres encontra-se também articulada com questões como as desencadeadas por Pisano (2001) sobre a problemática do feminino a respeito de suas constituições. A autora sugeriu que a independência das mulheres, em termos de reconhecimento cultural, passa por uma crise decorrente de estarmos ainda amarradas a seguinte perspectiva: "uma longa luta de pequenos avanços é uma longa luta de fracassos" (p.15).

Pisano argumentou que um dos problemas mais significativos na luta das mulheres por sua visibilidade é o atravessamento daquela por uma lógica masculina. Para a teórica, "aqui radica o triunfo da masculinidade que não nos deixará jamais constituir outra história paralela a sua história" (p.18). A não ser que saibamos construir uma genealogia de visibilidade própria.

O início de superação desta 'relação de dependência' das mulheres necessita se desprender de construções que continuam atreladas ao sistema político-social, conforme propôs Pisano.

Do contexto acima, como se daria a constituição das enfermeiras negras? . Como analisá-las subjetivamente?

O ponto de partida se localiza na própria constituição destas enfermeiras, Suas subjetividades, pensadas na dimensão macroestrutural, nasceram de discursos históricos [re] produzidos sobre elas. Mas também, de uma constituição que emergiu do anulamento de outros discursos que, em sua materialidade, poderiam visibilizar estas mulheres. De que sujeito argumento?

Foucault (1992) teve o cuidado de inserir um sujeito não no sentido da história tradicional, dotado de razão plena, alguém que ocupa um lugar específico e a partir do qual é possível transformar o mundo. Não é a este indivíduo que Foucault presta atenção.

O teórico preocupou-se em instituir a este sujeito, uma outra mobilidade. Um indivíduo posicionado num emaranhado de relações sociais. Portanto, sua atenção não é para um sujeito que não escorrega, alguém naturalizado e localizado especificamente em um determinado lugar como na história que ele próprio contestou.

Sua defesa não foi para um sujeito irreduzível, mas para um indivíduo constituído de *desvios ou delinqüências*, como preferiu argumentar o próprio autor. Um sujeito abalado pelas próprias relações sócio-históricas. Um indivíduo que somos nós mesmos e os outros. Um indivíduo que pensa diferente. Ou melhor, que tem diferentes formas de pensamento, o que lhe confere a possibilidade de estabelecer relações, de imprimir uma verdade. Não uma verdade inquestionável, como aquela pensada pela modernidade, mas uma outra, rebuscada de interfaces, de contingências e [in] contingências, de desdobramentos, de caminhos desviantes.

Nesta maneira *divergente e diferente* de pensar, Foucault argumentou que este indivíduo, por manter relações, é alguém sujeitado ou subjetivado às próprias relações.

A sujeição com o significado de que é o discurso em, sua prática, que constitui a pessoa ou, a subjetiva. Alguém sempre em experiência 'historicamente singular', como ele propôs na obra *A História da Sexualidade* (1988). Trata-se, portanto, de pensar o indivíduo singularmente localizado entre um domínio de saber em correlação com esta mesma experiência. Uma experiência de relação.

Em termos de entender o sentido de experiência, Foucault (1984) a concebeu como sendo:

a tarefa de dar visibilidade ao domínio em que a formação, o desenvolvimento, a transformação das formas de experiência podem ocorrer: isto é, uma história do pensamento [...] este, como aquilo que instaura nas diversas formas possíveis, o jogo do verdadeiro e do falso [...] (p. 58).

Aproveitando-me dos recursos sobre o sujeito foucaultiano, aventurei-me a pensar este sujeito através da inexistência de discursos sobre enfermeiras afro-descendentes e, em decorrência, de condições de possibilidades/produções que inviabilizaram a concretização de discursos em torno desta. Por outras palavras, ao realizar a análise sobre a ausência de discursos e argumentando como as enfermeiras negras narram esta questão, a argumentação exige que se reflita que sujeito não foi construído discursivamente.

A Enfermagem como uma profissão ainda eminentemente composta por mulheres, revela um sujeito que a representa, em uma história tradicional por seus saberes-poderes. Uma profissão, cuja atividade, em certo sentido, permanece como a extensão do espaço doméstico e, portanto o sujeito ali contido se materializa através do binômio privado/público, pautado na 'vocação da mulher' para cuidar.

A subalternidade das enfermeiras tem que ser levada em conta, considerando o fato de a Enfermagem ainda ser uma profissão feminizada, ou, de encaminhamento seletivo de mulheres para esta atividade.

Cecília Avendaño, Patrícia Grau e Pámela Yus, em artigo publicado no material organizado por Elenora Menicucci de Oliveira e Lucila Scavone (1997), aceitaram a prerrogativa de que o processo de socialização, pela divisão sexual do trabalho na sociedade global e, conseqüentemente de um sujeito atrelado a uma história de subserviência tem sido responsável para a Enfermagem ser entendida como prolongamento das atividades do cuidado.

Para as mesmas autoras este fato histórico deveu-se ao processo de tipificação sexual dos papéis considerados apropriados cultural e socialmente, transmitido pelo processo de socialização como já apresentado em outras passagens.

Como o discurso a que se referem as obras de Foucault e Orlandi é proposto ao 'avesso', penso que o sujeito que se constitui discursivamente na Enfermagem está para além de sua subserviência e do viés do cuidado como extensão da esfera privada. A subserviência é, assim como o cuidado extensivo do espaço privado, uma interface da subjetivação.

O sujeito que se constitui pelo discurso construído por Foucault aparece claramente na obra intitulada *A Hermenêutica do Sujeito* de Foucault (2001) da seguinte maneira: "temos de promover novas formas de subjetividade, recusando o tipo de individualidade que nos foi imposto durante vários séculos" (FOUCAULT, 2001, p.232).

O teórico pensou em um sujeito cujos limites apareçam em termos do que somos e do que queremos ser. Assim, Foucault construiu um sujeito que impõe as fronteiras de si mesmo. A lógica imprimida por ele a respeito de 'seu sujeito' apareceu na questão do poder. Daí, ele pensar um sujeito através de sua subjetividade.

Ao refletir sobre o próprio limite a respeito do sujeito, Foucault (1992) defendeu a perspectiva de que a individualidade é controlada pelo poder. Este teórico pôs em evidência a questão do poder que subjetiva o sujeito apontando dois

fenômenos. Um referente à “eficácia das ofensivas dispersas e descontínuas” (p.168) e o outro relativo ao “efeito inibidor próprio das teorias totalitárias globais” (p.169).

Estes dois fenômenos propiciam a recusa de uma ciência totalizadora e genérica, que vê um sujeito cuja essência é fundadora da realidade e torna possível, de outro modo, o emergir de um caráter localizado e regionalizado de olhar o mesmo sujeito.

Sobre o caráter ‘localizado ou regionalizado’ do sujeito, Foucault (2001) se pôs a pensar que este tem um saber particular, de senso não comum, mas não empírico que é enunciado através de discursos.

Por sua vez, um discurso pode tornar-se um saber dominado, subjugado. Mas, este saber constituído discursivamente através do poder nem sempre se transforma em um saber totalizador. O teórico estabeleceu vínculos possíveis em torno do sujeito qualificado pelo poder-saber.

Um sujeito com possibilidade de acoplar conhecimento com as memórias locais, já que, segundo o próprio teórico “não se trata de opor uma unidade abstrata – o sujeito na perspectiva de uma ciência tradicional – à multiplicidade concreta dos fatos e desclassificar o especulativo [...]” (p.171). Trata-se, sim, de “ativar os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, [...] em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns” (FOUCAULT, 1992, p.171).

No viés da constituição de sujeito, através do discurso, Foucault (1992) expressou que a questão desta constituição é um problema de subjetivação.

A subjetivação apresenta-se em três modos: um primeiro que diz respeito aos diferentes modos de investigação que buscam atingir o estatuto de ciência como a objetivação do sujeito falante ou do sujeito produtivo na economia e na análise das riquezas. Um segundo modo refere-se às práticas divisórias que dividem o sujeito no interior dele mesmo ou em relação aos outros sujeitos descaracteriza-lo e fazer dele um objeto. E, o terceiro que considera a questão de como o sujeito se relaciona consigo mesmo.

O desafio de Foucault (1991) foi o de uma análise que pudesse dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. Uma forma de história que considere a constituição dos saberes, dos discursos e dos poderes.

A noção sobre enfermeiras afro-descendentes não materializadas discursivamente, além de, fazer emergir uma forma de subjetivação totalmente atrelada e dependente daqueles discursos que negaram historicamente a presença

negra na Enfermagem está associada a da circunstância em termos de fixação de saberes no campo da Enfermagem.

Os saberes que foi constituindo a imagem da mulher enfermeira, instituiu uma imagem cristalizada, cujos lugares e posições sociais concretizaram, pelos discursos históricos, somente a representação de enfermeiras de outras etnias. A 'massificação' de uma 'Enfermagem branca', sem dúvida, é um desconforto desencadeado pela omissão da Enfermagem ao não assumir que a profissão foi e continua sendo desenvolvida por enfermeiras de várias etnias, incluindo a presença de enfermeiras afro-descendentes.

O problema fronteiro da profissão, referente às questões de etnia/raça e de gênero feminino, é que das várias etnias que a profissão absorve a das afro-descendentes permanece invisível. Isto diz respeito a um desconforto social e político pelas constantes interpelações sociais que atravessam a subjetividade da enfermeira negra e, de outro modo, passa a representar uma transgressão por ocupar lugares e posições sociais, tradicionalmente atribuídos a mulheres de outras etnias/raças.

Trata-se mais uma vez de pensar o sujeito que se constitui pelo discurso, já que a análise dele implica no conhecimento de maneiras diferentes de existência, de outras práticas de relação consigo e com o outro. Ou, como bem referiu Margareth Rago (2006):

é uma questão do olhar, de olhar em volta e para dentro, pois somente um olhar que perceba a diferença, que não se projete continuamente no objeto mirado é capaz de referir-se ao outro (p.262).

Ainda em relação ao discurso, Foucault (2007) referendou que este mantém certas regularidades intrínsecas a si mesmo, pelo qual se constituem redes conceituais, denotando de outra maneira que sua força está na vigência das relações de poder-saber, esse como mecanismo para constituir subjetividades.

Os pressupostos ao redor do saber-poder significaram para Foucault e erupção constitutiva de discursos científicos: exatos, objetivos e prescritivos e determinantes em relação a outros que *transgridem*.

No caso de discursos que transgridem eles tem a força para retirar da acomodação toda concepção discursiva revestida de coisas prontas. Foi desta acepção, Foucault construiu um sujeito através de discursos.

O sujeito foucaultiano emergiu através de tensões presentes no interior do próprio discurso, pois estas podem revelar outras formas destes mesmos discursos. Ao construir um sujeito pelas práticas discursivas, o estudioso o concebeu trabalhando discursividades anônimas, partindo de elos de continuidade, pelos quais se tornaram possíveis enxergar descontinuidades.

Ao constituir um sujeito discursivamente, o teórico defendeu a descrição de enunciados em suas práticas discursivas de maneira não neutra. Mais que apontar o lugar de onde ele é falado, este sujeito representou a abolição da hierarquia científica do saber.

Em se tratando de analisar a não materialidade de discursos a respeito de enfermeiras negras é necessário refletir sobre aqueles discursos que ‘encobrem os que transgridem’. Tais discursos fazem emergir, pelas posições e lugares instituídos, um sujeito que é em aparência constituído de uma discursividade que estabelece e fixa saberes/poderes, mas também relativizado pelas relações sócio-culturais, através dos mesmos discursos.

Ao aceitar um sujeito construído por discursos que fixam verdades, Foucault (1991) nomeou-os de *regimes* em função de estes mesmos discursos terem se produzido linearmente no decorrer da história. A este respeito Foucault nos diz que “temos o hábito de ligar entre si os pensamentos dos homens e seus discursos” (p.18).

Decorreu dali, um sujeito fabricado pelos discursos, resultando destes, saberes/poderes que amortecem e ‘pacificam’. Que dão a ilusão de que as relações sociais são harmônicas e acolhedoras. Que negam a diversidade étnico/racial, as diferenças dos gêneros. Enfim, que perpetuam discursos e encolhem constantemente aqueles *transgressores*.

O apagamento de discursos sobre enfermeiras afro-descendentes é notório em razão destas ‘nuances’ normativas, mascaradas por uma pressuposta sociedade sem tensões, de cidadania plena a todo tipo de diversidade.

Dentro desta dimensão fico refletindo afirmações como as de Geruza de Fátima Tomé (2008) quando analisou a questão do racismo no Brasil e a inserção do negro no mercado de trabalho. Tomé argumentou que a questão do racismo no Brasil é um dos grandes desafios a ser superado pela população negra:

já que esta condição, acrescida da distribuição injusta da riqueza e dos inúmeros benefícios gerados pela política econômica à classe dominante, notadamente “branca”, relegam a grande maioria negra a condições extremamente precárias de sobrevivência (p. 1).

De acordo com a autora a luta política pela igualdade entre negros e brancos não está desconectada da luta pelo fim de uma sociedade que tende a homogeneizar culturas, hierarquizar e *coisificar* as relações entre as pessoas.

Para Tomé a luta política é expressão direta do modelo econômico adotado e, assim, a exclusão dos negros é muito mais acentuada em termos de inserção no mesmo modelo econômico.

Através das argumentações de Tomé acredito que, não há como perder de vista a argumentação cínica de ‘igualdade civil e política para todos’. Até em razão do que Foucault (2007) analisou a respeito da constituição do sujeito e de sua subjetivação. Ele argumentou que o sujeito se constitui não sobre o fundo de uma identidade psicológica, mas por meio de práticas discursivas.

Foucault (1992) ao problematizar sobre a constituição de sujeito, lembrou que há uma inequívoca relação entre a subjetividade e o poder. Segundo o próprio autor, não há como separar a análise de discurso daquelas ao redor do saber, próprio poder.

Judith Revel (2005) fez uma releitura oportuna sobre a noção do poder foucaultiano em termos de constituição de sujeito. A tomada de rumo que Revel realizou foi a de salientar que Foucault nunca tratou o poder como uma entidade coerente, unitária e estável, mas de “relações de poder” que supõem condições históricas de emergências complexas e que implicam efeitos múltiplos (p.67).

O poder é sempre exercido de uns sobre os outros, mas esses nunca estão fixados em um único papel social. Por isso também, a noção de poder ser indissociável de uma história de constituição de sujeito e de subjetivação.

O sujeito constituído discursivamente, na interface do apagamento significa uma subjetividade que, além de abraçar as questões da clássica submissão das mulheres, camufla a tensão existente na Enfermagem, quando esta passivamente recolhe o “aparente bem-estar social” em relação ao respeito às diferenças étnico-raciais.

Os “discursos oficiais” serviriam, na situação da inexistência discursiva sobre enfermeiras afro-descendentes, para reafirmar os lugares e as posições atribuídas

às mulheres negras. Os de inferioridade histórico-social desdobrada nas interfaces de sujeição das mulheres em relação ao mundo masculinizado, em relação à inferioridade de mulheres negras comparadas a mulheres de outras etnias.

A ausência de lugares e de posições históricas de enfermeiras afro-descendentes, pela via do discurso, envia a luta pela visibilidade das mulheres negras para uma operatividade praticamente divergente em relação à luta das mulheres não negras.

Ao final do ano de 2008 foi realizado um movimento no Brasil chamado Campanha 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres posto em prática ao final do ano de 2008.

No documento a respeito da referida campanha, algumas informações sobre a violência contra a mulher servem de suporte para se pensar a respeito da constituição das mulheres negras no tecido social.

O documento salientou que as mulheres negras no Brasil são alvos de violência racial, além da de gênero. Os dados no mesmo documento demonstram que:

- as mulheres negras correspondem a dezoito por cento (18%) da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, 14 milhões de pessoas, de acordo com a OIT;

- mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais probabilidade de serem estupradas que as mulheres brancas;

- os homens negros têm PIB maior, chegando a ser quase o dobro quando comparado à de mulheres negras. Já as mulheres negras possuem menos da metade do PIB das mulheres brancas;

- há uma grande concentração de mulheres negras no serviço doméstico, destacando-se também o trabalho sem remuneração se comparado ao percentual de mulheres brancas. Isso evidencia que a mulher negra está mais exposta a vínculos empregatícios de baixo status social, baixa remuneração e acesso precarizado a direitos trabalhistas;

- a população negra representa setenta por cento (70%) dos dez por cento (10%) mais pobres do país;

- a população negra tem uma expectativa de vida de 64 anos, seis anos inferior à da população branca. Sobre os óbitos, quarenta por cento (40,7%) das mulheres negras morrem antes dos 50 anos;

- o último censo do IBGE aponta que quarenta e cinco por cento (45%) das mulheres brasileiras são negras e, em termos de renda, ocupam a base da pirâmide sócio-econômica;

- (...)

Também os estudos realizados por Maria Stela Assunção da Silva (2002), Maria Conceição Lopes Fontoura (2004), Jussara Francisca de Assis (2008), Nilma Lino Gomes (2008), mostraram o fato de mulheres negras, ocuparem lugares sócio-culturais de subalternidade social. As autoras são mulheres negras que analisaram questões sobre as afro-descendentes nas áreas da Educação, da Economia, da Semântica e da Antropologia.

A inexistência de produção de saberes sobre a inserção de mulheres negras na Enfermagem Brasileira é decorrente de todos os desdobramentos até aqui analisados que traduz claramente que sujeitos são concebidos discursivamente pelo campo de saber da Enfermagem.

Neste fragmento reflexivo defendo que a constituição das mulheres negras sofreu um assujeitamento muito mais perverso do que o atribuído às mulheres não negras. As não enunciações a respeito delas revela, em outro sentido, que mulheres negras não precisam ser compreendidas em sua constituição. O que não está dito permanece atravessado e atravessando o que oficialmente é aceito em termos de discurso.

Ainda em relação à constituição de sujeito em Foucault, vejo que sua crítica radical foi a de [des] construir um sujeito centrado e [re] inseri-lo como alguém constituído por um enredo histórico, cuja trama se dá nas micro-relações sociais. Ou seja, um sujeito histórico que se constrói por saberes, através de discursos e domínios institucionalizados deste processo discursivo. Foucault pensou um sujeito como um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores.

Na obra *As Palavras e as Coisas* (1991) a visão foucaultiana de sujeito é a de um profundo questionamento de como o sujeito pôde, em certa época, tornar-se objeto do conhecimento e como este estatuto de objeto de conhecimento gerou efeitos sobre as teorias do sujeito como ser vivo e falante. A questão central a respeito do sujeito apareceu tanto no período arqueológico quanto no genealógico de Foucault.

Para ratificar seus pressupostos, Foucault (1991) inferiu que os homens jamais cessam de se construir, de deslocar constantemente sua subjetividade. De se “constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, que jamais terão fim e que não nos colocam jamais diante de alguma coisa que seria o homem” (p.236).

A movimentação intensa da subjetividade do sujeito significou para o teórico que os lugares e as posições, discursivas e sociais a serem por ele ocupados são inassinaláveis, visto o perpétuo desprendimento deste sujeito que, mesmo sendo produto de determinações históricas, apresenta-se sempre em resistência subjetiva.

De acordo com ele, um sujeito é sempre e ao mesmo tempo singular e produto de determinações históricas, particularmente pela via de discursos que historicamente vão se fixando e gerando emaranhados de saber-poder.

As constituições de sujeito das enfermeiras negras são triplamente subjetivas nos discursos históricos. Primeiro, por serem negras, cujo segregamento as localiza muito aquém das discriminações impostas às mulheres e enfermeiras não negras. Segundo, pelas submissões históricas e sujeições constitutivas que superam ‘disparado’ às sofridas por mulheres enfermeiras de outras raças/etnias e terceiro, pelas submissões e sujeições históricas ao não serem discursadas na Enfermagem, calcadas no fato de não serem consideradas importantes em termos de constituição e subjetivação.

As reflexões aqui analisadas ao redor da constituição do sujeito mostram a necessidade de insistir na questão da subjetivação das enfermeiras negras, sem desarticular esta análise do sujeito que se constitui como enfermeira. Antes, porém, de me aventurar nesta ‘estrada tortuosa’, através da análise dos achados empíricos, farei uma breve exposição sobre as noções de discurso.

5 COMPREENSÕES DA NOÇÃO DE DISCURSO – [re] visitando alguns teóricos e suas abordagens

Do ponto de vista do discurso em Foucault e Orlandi fui enxergando de maneira menos *míope* esta questão. Passei, a partir de suas propostas sobre como os discursos geram sujeitos e instituem saberes e poderes, a perceber que os discursos em suas afirmações clássicas sobre as mulheres, continuam óbvios no que tange ao desprezo escancarado a respeito da presença das mulheres e, em particular, das afro-descendentes no mundo social.

A força de um discurso encontra-se quando em algum momento ele mesmo oferece uma outra conjuntura para problematizá-lo. Assim, julgo pertinente desdobrar como o discurso, em seus aspectos de estrutura e acontecimento aparecem pelos autores acima citados.

No ano de 2006, vários autores [re] visitaram as propostas de Foucault por ocasião do Simpósio Internacional *Foucault – 80 anos*, momento que possibilitou o surgimento da coletânea com o mesmo título.

Na apresentação da coletânea, os organizadores José Gondra e Walter Kohan lembraram que a perspectiva de Michel Foucault foi sempre a de combater e insistir que um campo de saber deve ir, em termos de uma análise mais crítica e mais coerente, para além de sua tradição histórica.

Entrar de cabeça no estudo sobre discursos e, em seguida sobre o anulamento dele ao redor de enfermeiras negras foi um risco que assumi, mas que possibilitou conhecer uma outra compreensão a respeito de como as enfermeiras negras narram sua presença na profissão e em torno da omissão de sua visibilidade na REBEn.

5.1 Algumas Contribuições Teóricas sobre Discurso

A fim de melhor localizar a leitura em termos da utilização de obras sobre Discurso e, embora tenha me detido mais nas obras de Michel Foucault e Eni Orlandi, faço uma breve exposição de alguns principais estudos sobre linguagem e discurso, considerando que houve a necessidade de estudar várias propostas a respeito do tema.

Michel Pêcheux⁴ (1997) problematizou os discursos para além de sua estrutura semântica. Acabou por considerar que o discurso, no meio social é mais que uma estrutura. É um acontecimento. Posição essa também defendida por Foucault em seus trabalhos.

O discurso na abordagem de Michel Pêcheux foi construído em três grandes obras. A *Análise Automática de Discurso, Semântica e Discurso* e *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Pêcheux (1997) reconheceu a existência de diversas fases do campo discursivo e, desta premissa, ele argumentou toda sua análise nas três épocas estabelecidas. Sua teoria sobre a *Análise de Discurso* lançou a possibilidade de que um discurso é um processo e não um produto pronto para ser analisado. Sua proposta envolveu tanto questões de semântica, quanto político-ideológicas.

O discurso, afirmou Pêcheux, para ser compreendido necessita ser visualizado em termos de *condições de produção*, já que ele é mediador da relação sujeito-objeto. Daí, sua regularidade e recorrência permitirem que se localizem rupturas, brechas, pelas quais é possível entender uma prática discursiva como *lugar de confronto e interação*.

O lugar de confronto e interação em Pêcheux faz emergir um sujeito ideologicamente interpelado pelo discurso, não por ser a origem desse discursivo, mas porque este representa a materialidade ideológica do próprio discurso.

A primeira fase dos estudos sobre discurso, Pêcheux a denominou de *Análise Automática do Discurso*, onde ele argumentou que o discurso é, de fato, um processo de enunciações, que ao se aproximarem de outras, assume a noção de discurso por ser este uma construção histórica e social de produção de linguagem no interior de um sistema de formações sociais. Aqui a preocupação de Pêcheux foi a de instituir ao discurso um caráter semântico, de estrutura determinada. Neste momento, sua proposta teórica foi, ao mesmo tempo, considerada processo discursivo integrado a mecanismos de ordem da fala (a linguagem em sentido coletivo), uma vez que as palavras podem mudar de sentido.

⁴ Esse autor foi utilizado nesta passagem como alusão a sua análise da 3ª fase do discurso como acontecimento, que se aproxima em muito à noção construída na visão foucaultiana.

Os mecanismos de ordem de fala, por sua vez, estariam ligados a situações em que o discurso foi produzido. Pêcheux defendeu que o discurso tem que ser compreendido em dois níveis: um sintático invariável e um contextual em que as circunstâncias exteriores à produção discursiva também devem ser levadas em conta. As circunstâncias significaram para Pêcheux, condições de produção que definem o lugar determinado, ocupado pelo interlocutor na formação social em que vive.

O sentido do discurso dependeria do que é dito de algum lugar assim como da relação estabelecida com outros discursos anteriores. O processo discursivo apareceu nesta fase, não como uma realidade física, mas como representação dela através de formações imaginárias, relacionando-se com outros processos discursivos anteriores e estabelecendo um *continuum* discursivo.

Pêcheux se recusou a reduzir a linguagem ou o discurso a um mero instrumento de informação e comunicação, já que a produção de discurso produz, por sua vez, sentidos e posições, pois que este depende do lugar de onde é *falado*.

A segunda fase do discurso em Pêcheux visualizou mais claramente seu horizonte discursivo. Aqui, o autor elaborou um quadro epistemológico, definindo o campo do estudo sobre o discurso. Inseriram-se neste período o *materialismo histórico* – teoria marxista – que compreende o desenvolvimento das transformações sociais na ordem das formações sócio-econômicas e relações de produção, incluindo ainda a *questão ideológica* e a *lingüística* – como teoria das relações sintáticas e processo de enunciação – e a *teoria do discurso* como determinante histórica dos processos semânticos.

Perpassando as regiões do materialismo histórico, a questão ideológica e a lingüística, Pêcheux também introduziu uma teoria da subjetividade – de origem psicanalítica. Ali, Pêcheux fez uma análise materialista das práticas da linguagem e expôs a contradição existente no fato de que a mesma língua, no sentido lingüístico, autoriza funcionamentos semânticos e de raciocínios antagônicos. Isto ocorre, pois a língua é a base comum de diferentes processos discursivos que não pertencem a sujeitos individuais, mas sim a sujeitos coletivos.

Na ocasião, Pêcheux conceituou o processo discursivo como um “sistema de relações de substituição, [...] que funcionam entre elementos – “significantes” – em

uma formação discursiva dada. É o lugar da produção dos efeitos de sentido” (p.312).

Pêcheux inferiu que seu deslocamento teórico da primeira fase ou da Análise de Discurso (AD) I para a segunda fase ou a Análise de Discurso (AD) II se deu pela justaposição dos processos discursivos para a tematização de seu entrelaçamento desigual.

De uma para outra fase ou de deslocamento teórico, Pêcheux inaugurou a segunda fase, fazendo uma reviravolta, resultando em uma conversão filosófica, onde as relações entre as “máquinas” discursivas estruturais tornam-se relações de forças desiguais entre processos discursivos.

Baseado em Foucault (2007) que defendeu que um discurso tem uma prática regular e o sujeito tem uma função vazia, isto é, qualquer sujeito pode ocupar uma posição no momento em que formula seu enunciado, Pêcheux desenvolveu, na fase dois a noção de forma-sujeito. O que Pêcheux buscou confirmar foi o aspecto de que, quando o sujeito inscreve-se em uma formação discursiva ele passa, de fato, a ser sujeito porque é a formação discursiva que interpela este sujeito.

A terceira fase foi caracterizada pela [des] construção das maquinarias discursivas. Pêcheux abandonou, de certo modo, o olhar discursivo como estrutura para adentrar no discurso como acontecimento. Seu olhar passou a penetrar no discurso como contradição. Foi o momento em que o teórico fez severas críticas aos lingüistas já que o discurso passou a se definir como prática política. Neste momento Pêcheux teorizou baseado principalmente nos trabalhos de Foucault.

A questão que o autor colocou, na terceira fase, foi principalmente a de preocupar-se com as análises discursivas como acontecimento, cujo sentido foi o construído por Foucault em 1992.

Acontecimento significou para Foucault um fato para o qual análises históricas se dão por satisfeitas em fornecer a descrição. Mas, com o aprimoramento do método arqueológico, Foucault buscou, ao contrário, reconstituir atrás do fato toda uma rede discursiva, de poderes, de estratégias e de práticas, o significado do mesmo acontecimento. Esta noção inicial foi considerada pelo próprio Foucault como uma maneira negativa de descrevê-la.

A partir do aperfeiçoamento do significado de acontecimento seu sentido passou a ser visto por Foucault de maneira mais positiva. Como uma cristalização de determinações históricas complexas que o acontecimento opõe à idéia de

estrutura. Ainda em relação à terceira fase da Análise de Discurso (AD) em Pêcheux, ele não desmereceu o discurso como estrutura semântica, mas o qualificou para além de uma simples relação comunicativa.

Ao perceber que um discurso é construção de acontecimentos, Pêcheux afirmou que este mesmo discurso é “um lugar enunciativo” e, portanto, “a reinscrição dos traços destas análises parciais no próprio interior do campo discursivo analisado enquanto corpus” (p.316).

Tanto na primeira, quanto na segunda fase de estudos sobre AD, Pêcheux propôs a produção discursiva como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, o que deu a conotação de que este discurso nasceria de um sujeito-estrutura: os sujeitos seriam produtores de seus discursos. Daí também atribuir o significado de maquinaria discursiva.

Na terceira e última fase ele avançou tomando o discurso como um acontecimento que pode entrecruzar-se, reunir-se ou dissociar-se de outras formações discursivas. Assim, Pêcheux assumiu como uma importante consideração a respeito do discurso, o mesmo que Foucault sempre reivindicou em seus trabalhos. O sujeito emerge do discurso e não o contrário. Este sujeito se materializa ou se anula conforme os lugares e as posições ocupados pelas palavras ou enunciados.

Por sua vez, Eni Orlandi (2000) discutiu questões sobre o discurso voltadas ao campo da semântica. Como Pêcheux, ela também se utilizou de boa parte das proposições foucaultianas, a fim de inferir que o discurso escrito é a regularidade de uma prática, cuja coerência visível e horizontal dos elementos que formam um texto está no sistema que torna um discurso possível.

Para ela o discurso é sempre mediador na relação leitor-leitor, o que dá a condição estatutária de que o discurso fornece subsídios para, de um lado, apagar o sujeito que escreve e, de outro, constituir um sujeito que lê. O significado do termo sujeito utilizado por Pêcheux e Orlandi também foi inspirado nas obras foucaultianas.

Para Orlandi o discurso não é um conjunto de textos, mas uma prática, pela qual, pode-se encontrar sua regularidade pela análise dos processos de sua produção e não de seus produtos. Centrada na questão do discurso escrito, Orlandi analisou quando um texto é ou não legível. Um texto escrito, conforme comenta a autora, “não é uma questão de tudo ou nada, é uma questão de natureza, de condições, de modos de relação, de produção de sentidos [...]” (p.9).

A legitimidade de um discurso escrito está evidenciada quando este texto constitui o leitor, visto que o leitor não interage com o texto em uma relação direta de sujeito/objeto, mas sim com outros discursos. Indefinidamente existirão modos diferentes de leitura, dependendo do contexto ou lugar em que ocorre o discurso e, claro, das condições de produção dele.

O enfoque da semântica nas obras de Orlandi apareceu quando a autora, para mostrar que um discurso escrito, não pode ser pensado por uma relação direta e exclusiva do sujeito/texto, negou a possibilidade de existência de um autor onipotente que poderia controlar todo o percurso dos sentidos do texto. Quando rejeitou que a transparência do discurso textual que diria por si em uma totalidade e, quando negou a presença de um leitor onisciente, cuja capacidade de compreensão pudesse dominar as múltiplas determinações de sentidos.

Orlandi concebeu também a existência de uma relação entre paráfrase (reprodução de um sentido) e polissemia (múltiplos sentidos), que dependeriam de condições de produção do que é lido em um discurso. As condições de produção seriam relativas, pois estariam dependendo de posições históricas e sociais determinadas – o simbólico ou lingüístico e o imaginário ou ideológico se juntariam, constituindo condições de possibilidade de um discurso textual.

Especificamente a respeito da relação paráfrase e polissemia, Orlandi defendeu a perspectiva de que há uma noção de incompletude no discurso textual:

quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando e o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas, etc. (p.11).

Para concretizar o estudo sobre discursos, vale lembrar que Foucault e Orlandi, mantêm em comum o alinhamento de que um discurso constitui o sujeito e não o contrário, entre outras interfaces. Ainda, a possibilidade de que um discurso e sua prática provoquem, quando a serviço de uma concepção macroestrutural nas relações sociais, o surgimento de saberes/poderes que totalizam a compreensão do mundo e das próprias relações sociais.

Os dois estudiosos têm mais pontos em comuns. O da dimensão micro-estrutural é um deles. O discurso quer seja oral ou escrito, estabelece transformações no sujeito, seja daquele que discursa seja naquele que assimila a narrativa. Também são unânimes ao proporem que formações discursivas são históricas, não por seu determinismo linear, mas por uma historicidade que se aceita e se vê por rachaduras. Isto dá a conotação, aos trabalhos de Foucault e Orlandi de que realmente um discurso, para além de sua estrutura lingüística, é um acontecimento.

Muitos outros pressupostos sobre lingüística forneceram contribuições fundamentais para as múltiplas compreensões que temos sobre a relação língua/linguagem/sujeito. Referendo alguns, a fim de mostrar sinteticamente como as questões de 'discurso' aparecem entre outros teóricos e também para que se possa entender melhor a escolha de Michel Foucault como fundamentação teórica sobre discurso.

Jung Habermas (1987b; 1987c) na sua *Teoria da Ação Comunicativa*, atuou com categorias de análise do ponto de vista sócio-educativo estabelecendo articulações entre o mundo da vida e o mundo dos sistemas. Nessa dimensão, Habermas trabalhou o sentido político-ideológico de classes sociais visualizadas através do ato da comunicação. Ele não inaugurou o discurso como enfoque de suas argumentações, provavelmente por deter-se exclusivamente nas ações que o ato comunicativo ocasiona nas relações sociais.

Mikhail Bakhtin (1992) também atuou no campo ideológico através do eixo norteador filosófico-marxista para discutir o problema discursivo social no regime comunista soviético. Seus estudos centraram-se na ótica da semântica no sentido de como se distribuem e como se disseminam os discursos na organização coletiva.

Baktin desdobrou a questão discursiva em dois momentos que segundo ele, possibilitam a comunicação e a 'manipulação' da comunicação. São eles: os processos enunciativos e de enunciação que representaram formas de adquirir poder sobre os sujeitos sociais.

Lev Vygotsky (1984; 1991) analisou a linguagem e o discurso como formas de estabelecer o desenvolvimento mental do ser humano. Utilizando-se do campo da Psicologia do Desenvolvimento e do Comportamento ele estabeleceu profundas e significativas pressuposições a respeito da linguagem e da fala no desenvolvimento infantil e adulto; circunstâncias que, de acordo com Vygotsky, ativam lugares de

onde os sujeitos falam e se constituem. Seus trabalhos também foram desenvolvidos na dimensão da semântica e o teórico considerou que a fala, em forma de discurso é que define a pessoa. Ou, a pessoa é quem estrutura um discurso, ao ser interceptado por ele.

Félix Guattari (1989) atuou sobre a Análise de Discurso instituindo *cartografias*; estas como definições provisórias sobre os movimentos psicossociais. Para ele a função do cartógrafo é a de estabelecer lugares por onde a língua afeta e se deixa afetar nas intensidades da vida.

Embora Guattari, Foucault e Deleuze tenham se encontrado através de algumas passagens comuns de suas perspectivas teóricas, Guattari centrou-se especialmente na atividade do discurso como processo subjetivo na dimensão psicanalítica: o devir e o outro, o outro e o devir.

Guilles Deleuze (1991), amigo e companheiro intelectual de Foucault não chegou adentrar no discurso propriamente dito, mas apresentou alguns importantes ensaios relacionados com a questão do sujeito em sua relação saber-poder. O trabalho que mais considero significativo é intitulado *Foucault*. Nele Deleuze fez emergir questões sobre a Arqueologia, o Saber e, deles, abstraiu que a arqueologia representou para Foucault desdobramentos, pelos quais os *estratos* históricos atuam sobre o discurso através do visível e do enunciável (o saber).

Todos os estudiosos aqui posicionados contestam, de certo modo, os trabalhos lingüísticos de Saussure, visto que este deu preferência em aprofundar questões eminentemente semânticas em termos de comunicação.

As perspectivas discursivas propostas por Foucault e Orlandi, mostram que o discurso, em períodos distintos, tem se mostrado ineficiente em função de sua própria instabilidade. Mas, Foucault (2007) e Pêcheux (1997) consideram que os discursos históricos mantêm certas regularidades intrínsecas.

Boa parte da presente análise utilizou-se da perspectiva foucaultiana em razão de que este teórico elucidou mais apropriadamente os 'jogos' que estão envolvidos na compreensão de um discurso.

Julgo necessário apresentar e discutir duas interfaces do discurso em Foucault com as quais pude aprofundar a análise da temática sobre enfermeiras negras. Portanto, antes de apresentar as argumentações empíricas, uma breve passagem pelas interfaces do discurso, enquanto formação discursiva e, as condições de um enunciado, complementam esta primeira parte da pesquisa.

5.2 Enunciados, suas condições de aparecimento e Discursos.

O discurso relativo à análise do nível do que está dito foi uma preocupação constante em Foucault (2007). A isto o autor chamou de *arquivo*, o qual precisou ser aprofundado ou sofrer tratamento arqueológico pelo próprio teórico. A análise de discurso representou para Foucault trabalhar com a natureza recorrente da história.

Para o mesmo teórico descrever discursos é esclarecê-los em seus conjuntos, pois que uma unidade de discurso forma domínios autônomos, mas dependentes e articulados a uma rede complexa. Um discurso é a concretização de enunciados. E esses, em seus recortes, representam unidades de discursos às quais são variáveis e relativas.

O interesse em analisar discursos e suas condições de enunciados surgiu para o teórico quando ele refletiu sobre possíveis ligações que poderiam existir entre acontecimentos díspares. Como exemplo, resgatou algumas ciências, entre elas a medicina, às quais ele considerou como “*histórias quase imóveis, com suave declive*” (FOUCAULT, 2007, p.5).

Os declives a que o teórico se referiu podem revelar outras histórias ligadas a acontecimentos maiores. Em relação as possíveis ligações entre acontecimentos dispersos e uma seqüência necessária deles, Foucault afirmou que estas ligações existem em função da redistribuição recorrente dos enunciados, que em última instância culminam com discursos.

De outra maneira, é preciso descrever os acontecimentos discursivos como um ‘horizonte’ para a busca de unidades que se formam intrinsecamente no próprio acontecimento. O discurso é também um acontecimento para Foucault (2007) porque, em suas ‘entranhas’, ele é mais que sintaxe, justamente por apontar para unidades que podem revelar o que aparentemente encontra-se *mudo*.

Das matizações entre discursos e enunciações, Foucault inferiu que a formação de um discurso ocorre se houver a possibilidade de descrever certo número de enunciados articulado a um similar sistema de dispersão, desde que e ainda, relações entre objetos, tipos de enunciações, conceitos, correlacionem-se.

As regras para a formação discursiva representaram para o teórico as “condições a que estão submetidos os elementos da repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas” (p.43). Tais regras são condições de

existência e coexistência da manutenção, da modificação e do desaparecimento de uma repartição discursiva. Como repartição, o estudioso compreendeu *dissecar* um discurso para nele encontrar determinadas condições referentes ao seu aparecimento e estabelecimento.

Na obra de Foucault intitulada *A Arqueologia do Saber* (2007) o autor teve o rigor de realizar criteriosamente os recortes necessários a respeito das características intrínsecas da noção de discurso.

Das regularidades discursivas, transversalizando-as com o enunciado e seus percursos em profundidade, o teórico pôde retornar à superfície do mesmo discurso e, então problematiza-los como prática.

As escavações a que se referiu na mesma obra [des] caracterizaram o *a priori* de um conhecimento que, via de regra, situa o *sujeito falante*, com um contexto psicológico como o responsável pelo surgimento de um discurso.

Ao contrário, o estudioso situou claramente suas posições. A ele interessou entender como um discurso foi materializado a partir de circunstâncias intrínsecas. Nesta ótica, Foucault centralizou suas argumentações sobre as regras que tornaram possíveis as formações discursivas.

Em termos de enunciado, Foucault referiu-se tanto ao sentido de acontecimento quanto, para nomeá-los como conjunto que eclode em um discurso.

O enunciado foi descrito pelo teórico como um elemento último, *indecomponível*, segundo o próprio autor, mas suscetível de ser isolado em si mesmo e capaz de entrar em um jogo de relações com elementos semelhantes (p.90). Ele seria então, a demarcação o mais aproximado possível da compreensão de um discurso e, por isso mesmo, em condições de ser demarcado quando da realização das repartições: “Como um átomo do discurso” (p.90).

Foucault argumentou que o enunciado não é uma proposição. É uma autonomia que geram sentidos, mas dependente de outros enunciados. Não é uma unidade; é uma função de existência intimamente relacionada aos signos que não pode ser localizado em um agrupamento de signos. Como função ele “cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (p.98).

A função do enunciado é a de estar ligado a um referencial “que não é constituído de “coisas,” “de fatos”, de “realidades” ou de “seres”, mas de leis de

possibilidade, de regras de existência (...) para o que ali se encontra nomeado” (FOUCAULT, 2007, p.103).

A protagonização de um enunciado que se forma ‘colado’ a um referencial representa o ‘demarcar’ o lugar que dará sentido ao discurso. Importante refletir que lugar assume o sujeito que, por vezes, e a qualquer custo, quer se exprimir como sendo o produtor de um discurso e não a produção dele. O lugar, na lógica de Foucault e Orlandi é o de ser possibilitado pelo enunciado.

O sujeito na ‘trama discursiva’, é tomado pelo discurso e não o contrário. É como que invadido pelo mesmo discurso, ou interpelado por ele. É também o lugar por onde as enunciações vão se formando.

Em termos de pensar a respeito da não produção discursiva de enfermeiras, o ponto de demarcação destes enunciados, e sua articulação com os discursos, estaria em pensar justamente sobre os lugares e as posições que estas enfermeiras assumiriam, caso estivessem discursadas.

A condição indispensável para o aparecimento de enunciados seriam as enfermeiras negras, a fim de habilitar’ o enunciado e suas conseqüentes formações discursivas. A ausência de enunciados e, por lógica, de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn remeteu essa problemática à ausência da mesma enfermeira como sujeito constituída pelo discurso.

É preciso ter cautela para não se confundir, dentro do trabalho, a figura desta profissional em termos de representação discursiva com sua real presença enquanto indivíduo na profissão e na tessitura social. Neste sentido, alerta para as várias passagens até aqui expostas, onde procurei teorizar sobre a temática.

A enfermeira que aqui argumento é a que, ao não ser responsável pela formulação e descrição de um enunciado, apresenta-se circunstancialmente na situação de não dizer e não ser dita, por sofrer uma espécie de dobra sobre si mesma. Se houvesse sido produzida discursivamente a saliência seria sobre o enunciado e não sobre si mesma.

Dentro do que argumentei sobre os enunciados e a formação de discursos, a respeito de enfermeiras não negras, os discursos a respeito delas mostram tanto os lugares do sujeito quanto às normas de sua própria inserção no discurso. Daí, enfermeiras de outras etnias terem sido visibilizadas nos materiais analisados.

Mas e quando nada parece dizer um discurso? Como foi a situação dos materiais da REBEn?

Neste viés, o silêncio também diz. Ele posiciona as questões de raça/etnia, de diferença/diferente; de gênero, de mulheres, de exclusão/inclusão. Mas, ele diz sobre outras condições de existência para que discursos sobre enfermeiras negras não fossem ditos.

Na via da 'contra mão' da não materialização de discursos sobre enfermeiras negras o silêncio renunciou algumas coisas como, por exemplo, um espaço que poderia ser ocupado, caso houvesse algo a ser dito, mas também não se retirou para permitir que algo fosse dito e referido, em seu lugar.

A existência do apagamento discursivo são sintomas e sinais produzidos por normas estabelecidas, no exterior do discurso que favoreceu o aparecimento de outros discursos em seu lugar.

Dois pontos são importantes de serem registrados. O silêncio enunciativo e seus discursos foram mascarados, na dimensão social, por não haver interesse em mostrar discursos sobre enfermeiras negras. Afinal a quem interessa discursar sobre elas? Pergunta já parcialmente elucidada na primeira parte deste trabalho.

O outro ponto está situado na questão de que mulheres negras são visualizadas e discursadas, no geral, em constatações sociais, dentro de uma premissa de 'desordem discursiva', como na violência de gênero, dados sócio-econômicos e, neste caso, como empregadas domésticas ou atividades de trabalhos informais. O que permite a histórica concordância de que mulheres e homens negros sejam 'menos' que outras etnias/raças.

Em termos de lugares e posições sociais das enfermeiras em sua atividade profissional elas ocupam cargos de chefia, de supervisão, de coordenações; prestam consultorias e assessorias na Enfermagem e na área de Saúde; ocupam cargos de Secretárias de Saúde em redes municipais, mantêm consultórios de prestação de suas atividades, são docentes e diretoras em escolas técnicas de enfermagem ou de formação no ensino superior; atuam em escolas públicas e privadas de Ensino Fundamental e Médio e, embora com menos recorrência, estão ali. Encontram-se *infiltradas* em espaços de trabalho, geralmente ocupados por homens, mas dedicam sua vida profissional de maneira ética tanto quanto os demais profissionais de saúde.

No cenário da investigação e pela análise dos materiais encontrados na REBEn e nas narrativas, as enfermeiras negras estão *filtradas e sugadas* por outros discursos. O que tornou a situação de sua visibilidade, incomum ou impossível, pois

enfermeiras negras ocupando certos lugares sociais denotam situações incomuns, se comparadas às ocupadas por enfermeiras de outras raças/etnias.

As condições de possibilidades/produções foram argumentadas por Foucault, Orlandi e Pêcheux.

Michel Pêcheux (1997), por exemplo, na sua primeira fase de análise do discurso já constatava que a produção de um discurso e sua concretização da construção histórica, poderia localizar-se em determinadas situações na sua formação, dependendo tanto do nível sintático quanto do nível contextual.

O sintático, conforme o próprio Pêcheux, é invariável por seguir regras semântico-gramaticais e não cabe aqui analisar porque não me detive na linguagem.

A respeito do contextual, o teórico inferiu que as *condições de produção* de um discurso necessitam de circunstâncias exteriores, que devem ser levadas em conta ao analisar o próprio discurso.

Pêcheux sugeriu que aquelas condições aparecem na compreensão de um discurso quando alguém procura entender o que está enunciado e participa da construção do sentido do discurso, uma vez que é a partir da antecipação do pensamento do outro que se constitui todo o discurso.

O teórico pontuou que seriam esses elementos situacionais que comporiam as condições de produção do discurso, pois no momento em que ele deve ser compreendido por alguém ele se encontraria em um *lugar de confronto e interação*, em razão de gerar efeito de sentidos.

Pêcheux aceitou como condição irreparável, estas condições de produção de um discurso porque, argumentou ele, um enunciado se estabelece não pela presença física, mas por posições ocupadas por sujeitos quaisquer.

O enunciado e o discurso correspondente ocupam um lugar, sem a obrigação de informar, mas como efeito de sentidos entre posições. O lugar, afirmou ele:

se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar A e B³ se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1997, p.82).

Mesmo depois de abandonar a questão da semântica, baseada em Saussure, Pêcheux persistiu, a partir da segunda fase de sua análise de discurso, que “as

palavras podem mudar de sentido, segundo as posições ocupadas por aqueles que a empregam” (p.140).

Eni Orlandi (2000) analisou efeitos do discurso escrito. A autora, na obra utilizada aqui, centrou-se na interpretação e na compreensão. Para ela um discurso escrito, assim como o oral são processos que instauram sentidos.

No caso da escrita, um discurso é compreendido por múltiplos e variados modos de leitura. Portanto, um discurso nunca, é totalmente objetivo, nem consequência direta, unilateral e automática da escrita.

Os sentidos se concretizam a partir da natureza da relação que alguém estabelece como o texto. Eles dependem de condições de produção de sentidos, ou seja, a leitura de um discurso, sua interpretação e compreensão vinculam-se invariavelmente a uma historicidade. Portanto, um discurso se faz compreender, dependendo do contexto em que se dá e de seus objetivos.

Orlandi aceitou que a condição de produção de um discurso é sempre social a partir de um ponto de *tensão* na articulação de dois grandes processos: o *parafrástico* que permite a produção do mesmo sentido sob várias formas e o *polissêmico* que é o responsável pelo fato de que são sempre possíveis sentidos diferentes e múltiplos.

Ponto de tensão é uma ambigüidade; é o que existe entre o texto e o contexto histórico-social, já que a linguagem é sócio-historicamente constituída e, daí, ela se transformar, mas ao mesmo tempo se manter a mesma (ORLANDI, 2000, p.21).

Vale lembrar que Foucault (1992, 2007) abraçou como condição de possibilidade toda circunstância que, em termos de produção de enunciados, produz efeitos discursivos. Ainda toda circunstância que poderá produzir como efeito o ‘apagamento de um discurso’. Uma condição de possibilidade aponta para compatibilidades e incompatibilidades que validam ou não discursos. Articulam enunciados e suas formações discursivas que podem emergir circunscritos e específicos, mas sempre locais; nunca universais.

A condição de possibilidade proposta pelo teórico é, em certo sentido, um elemento capilar que favorece o estabelecimento de uma rede de enunciados ou não. Quando ela não serve como um elemento articulador para a formação discursiva, mesmo assim mostra a ‘existência de coisas produzidas’, quer em nível teórico quer no prático, mas sempre tentando dizer alguma coisa. Enfim, ela forma tanto o sujeito que será produzido tanto quanto domínios de saber.

A Parte II será, a partir de agora apresentada, referindo-se a análise de dados coletados na REBEn e das narrativas das informantes que colaboram com o estudo.

PARTE II – ANÁLISE DA EMPÍRIA

6 O QUE DIZEM E COMO DIZEM OS MATERIAIS ENCONTRADOS NA REBEn

Nesta seção, tratarei de situar a organização e a análise dos achados empíricos localizados na Revista Brasileira de Enfermagem.

O primeiro momento contextualiza informações e dados localizados em editoriais, artigos e resumos de teses da Revista REBEn. Os referidos materiais foram extraídos de busca realizada no período de Janeiro a Março de 2009. O segundo momento trata de discutir os referidos achados em compatibilidade com a literatura utilizada.

De posse dos periódicos, fiz o rastreamento de cada editorial, artigo e ou resumos de teses e dissertações, fixando-me nas ‘chamadas’ a respeito de mulheres enfermeiras e ou mulheres enfermeiras negras.

Primeiramente utilizei os sumários e ou índices remissivos, rastreando materiais sobre mulheres. Em seguida busquei com referências aos sumários e ou índices remissivos, os títulos em editoriais, artigos e resumos de teses com a temática ‘mulher’.

A cada possível editorial, artigo, etc. com referência à temática, fiz o registro do periódico: número, volume, páginas, ano e assim por diante. Em seguida, detive o olhar em cada um destes materiais, fazendo uma leitura dinâmica com posterior ‘exercício crítico’ e marcando textualmente enunciados e discursos, que permitissem reflexões a respeito de posições e lugares discursivos atribuídos às enfermeiras no contexto geral.

Para o registro prévio de materiais, utilizei note book, abrindo um arquivo. Também realizei fotocópias do material, já que o mesmo não foi autorizado para cópia escaneada. Do material encontrado no período descrito foram selecionados os seguintes:

1 – Um Editorial de 1995, tematizando a IV Conferência Mundial da UNU sobre a mulher, ocorrida em Pequim no mesmo ano.

2 – Onze artigos versando sobre questões de Gênero Feminino e Enfermagem.

3 – Um Resumo de Tese, abordando Relações de Poder, de Gênero e de Classe na Enfermagem.

6.1 Mulheres Enfermeiras Escrevendo Sobre Mulheres Enfermeiras

Para realizar o processo analítico dos materiais da REBen, inicialmente fiz uma descrição geral a respeito dos mesmos e, a partir deste enfoque, particularizei o debate ao redor do tema e do problema do estudo.

O editorial a que se refere o item Um (1) acima foi publicado no volume quarenta e oito, número dois, páginas cento e sete a cento e oito. O período de lançamento do volume da REBen, correspondeu de abril a junho de mil novecentos e noventa e cinco. O editorial abriu a reflexão sobre a IV Conferência Mundial da ONU sobre a mulher, que aconteceu no mesmo ano em setembro na cidade de Pequim.

Foi destacado que a referida conferência inseriu-se em um processo deflagrado a partir de mil novecentos e setenta e dois (1972), quando a Assembléia Geral da ONU proclamou no ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher.

A partir da contextualização da década de setenta, como marco sucessor do Ano Internacional da Mulher, a matéria situa o leitor para outras conferências como a do México que formulou recomendações para atingir a plena igualdade e participação da mulher na vida social e política.

A evolução que passou a se concretizar, das várias e plurais conferências ao redor do mundo, foi a de uma maior visibilidade da mulher situada em patamares discriminatórios desde a divisão do trabalho, perpassando a questão dos direitos humanos e incluindo como agendamento de lutas, questões assinaladas como universais: pobreza, desenvolvimento, meio ambiente, educação e saúde.

Em seguida, o editorial amarrou a idéia ao redor da temática mulher com aspectos da profissão de Enfermagem e passou a refletir sobre as posições das enfermeiras, por vezes, discriminatórias, através de discursos e práticas medicalizadoras sobre o corpo feminino.

A reflexão da saúde da mulher, pelas mãos das enfermeiras tornou-se a tônica, desdobrada em várias interfaces na compreensão do processo saúde-doença.

O editorial foi encerrado, refletindo sobre a responsabilidade social da REBen no que tange ao papel da Associação Brasileira de Enfermagem – ABEn - , cuja

gestão naquele período, estabeleceu uma relação mais orgânica como os movimentos de mulheres.

Do item Dois (2), os onze (11) artigos selecionados versaram sobre temáticas de mulheres e relações do gênero feminino com a Enfermagem.

A explanação que farei de cada artigo seguirá o critério cronológico da publicação dos mesmos. Assim, os referidos artigos são apresentados do final da década de oitenta até o ano de dois mil e quatro.

O artigo intitulado A Formação da Enfermeira: ênfase na conduta em detrimento do conhecimento foi escrito pelas autoras enfermeiras Denise Maria Gastaldo e Dagmar Estermann Meyer e publicado em 1989.

As autoras fizeram uma re-leitura da história da Enfermagem com a intenção de compreender as razões de a profissão ter destacado valores de postura e moral na formação das enfermeiras, ao mesmo tempo em que ocorreu certo ‘desprezo’ pelo conhecimento técnico-científico.

Gastaldo e Meyer (1989) observaram que as primeiras mulheres a prestarem cuidados de Enfermagem eram bêbadas, desqualificadas e prostitutas; dados que sugeriram a implantação de rigidez que a profissão passou a exigir às interessadas. Além do mais, registraram as autoras, a profissão tem, por excelência, a atuação feminina. Isto à custa de o cuidado ser considerado atribuição da mulher, o que condicionou este campo de saber como extensão do trabalho doméstico.

As autoras inferiram que tradicionalmente o ato de cuidar, ao invés de tratar – condição essa atribuída aos homens – permitiu que a profissão nascesse sob uma égide de subordinação, pela via do cuidado.

Inferiram também que, aproximando a idéia de que o cuidado é extensão da vida privada com a contingência de mulheres para a Enfermagem, também o hospital ingressou como elemento constitutivo na ‘trama’ da formação da enfermeira.

Gastaldo e Meyer utilizaram as análises de Michel Foucault (1992) para imprimir a reflexão a respeito do excesso de valor moral e postura.

O processo de subordinação que se instaurou na Enfermagem é fruto, de acordo com as autoras, da articulação já descrita com o ingresso massivo de ordens religiosas que passaram a substituir as mulheres leigas na oferta do cuidado.

O regime de internato, muito em uso, na Escola de Enfermagem do Hospital Saint Thomas em Londres na premissa de Florence, Nightingale teve sua origem em

parte pela concepção religiosa de 'enclausuramento' e, ainda, pela severa preocupação em melhorar a imagem das futuras enfermeiras.

No Brasil, sugeriram Gastaldo e Meyer, o surgimento das primeiras escolas não foi diferente do restante cenário mundial. À força adquirida no Brasil por valores morais e postura agregou-se a 'limpeza' étnico/racial e de classe econômica.

Entre o passado e o presente o que mudou substancialmente foi o ingresso de candidatas à profissão, oriundas da classe média e proletária associado à queda de status profissional.

As autoras finalizaram suas reflexões, firmando a posição de que a Enfermagem no Brasil salientou o viés ideológico da conduta e moral. O conhecimento, conforme elas expressaram, teve uma trajetória mais irregular.

A manutenção do modelo se dá (...) pelo uso do poder da hierarquia (...). A peculiaridade do fato pode ser avaliada ao pensarmos que em nenhuma outra profissão de nível superior da área da saúde ou com predominância de mulheres, encontra-se tamanha rigidez e intolerância (p.12).

O artigo intitulado Os Álibis da Enfermagem, teve como autoras Cristina Maria L. Miranda e Vera Regina S. Sobral com ano de publicação em 1991. A reflexão realizada pelas autoras tomou como ponto de tensão a questão da sexualidade e a Enfermagem.

Utilizando-se das contribuições teóricas de Foucault as autoras introduziram elementos enunciativos para tensionar a profissão. Enunciados como poder, ideologia, submissão e hegemonia serviram de condução para que as autoras entendessem o ponto tensionado na análise.

Em uma perspectiva histórico-social, Miranda e Sobral (1991) entenderam que o poder é o fio condutor que aproxima o ponto de tensão da atividade profissional através dos elementos enunciativos, afirmando inclusive, que o início da Enfermagem moderna, ao incorporar o racionalismo científico do século XX, utilizou-se do dispositivo disciplinar para interpretar suas ações como ciência.

As autoras estabeleceram a tripla relação: da vigilância constante, do espaço individualizador e classificatório e o registro contínuo como componentes profissionais que disciplina os corpos.

Dali, elas percorreram a idéia foucaultiana de que o corpo foi disposto socialmente para a intensificação da força de trabalho na forma de rendimento produtivo de bens e serviços, escamoteando ao mesmo tempo, a necessidade de livre expressão e conseqüente produção de prazer. Desta trama, as autoras resgataram a Sexualidade em Foucault, cuja essência teórica afirma ser a mesma um dispositivo político moderno que tem poder de intensificar o corpo, disciplinando-o e ainda de controlar cada vez mais as populações e seu crescimento.

Miranda e Sobral (1991) analisaram, a partir da dimensão da sexualidade proposta por Foucault que essa, na Enfermagem, ainda é interpretada como mera condição reprodutiva e ou patológica. Entretanto, inferiram as autoras, a Enfermagem como instituição social, é a única a tocar o corpo humano e realizar cuidados, dos mais superficiais aos mais íntimos, como a higiene corporal (ato também co-ligado a 'limpeza' discutida por Foucault) e, outros procedimentos que invadem de fato a privacidade de quem precisa ser cuidado.

Na relação que se estabelece através do cuidado, o sujeito que é cuidado e a enfermeira entram num jogo onde a questão do desejo é reprimida por um álibi. Para afirmar a presença de um álibi, as autoras utilizaram uma pesquisa de campo através de estudo de caso, pela observação participante.

O fundo do cenário foi um curso de Pós-Graduação onde as pesquisadoras abandonaram o estudo de mecanismos de defesa e de estrutura do inconsciente, eixo freqüente em cursos de Saúde Mental, para deterem-se em uma contextualização coletiva e política do assunto sem perder a dimensão da individualidade, na conjuntura da uma sociedade ocidental capitalista.

Os registros envolveram relações interpessoais entre aluno/professor/cliente. A análise objetivou perceber e discutir as representações de expressões de sexualidade e das representações de poder envolvidas. A discussão dos dados foi realizada considerando-se três categorias: Discurso, Sexualidade e Disciplina.

Do Discurso, as autoras inferiram que a voz e a prática da enfermeira, obedecem ao modelo cartesiano biomédico: "há pedaços doentes a cuidar" (p.24).

Da Sexualidade, o estudo mostrou que existiam formas de expressão/repressão da sexualidade que se mostravam pela expressão corporal do toque e de questões ligadas à identidade sexual. Formas que, de acordo com as autoras, podem levar à construção de álibis de interdição do desejo, da emoção.

A respeito da Disciplina, Miranda e Sobral retomaram a questão do dispositivo disciplinar foucaultiano lembrando que este permeia praticamente todas as atividades do cotidiano na instituição hospitalar, seja no controle dos corpos, na inserção dos espaços físicos ou no registro contínuo e vigilância, constantes.

Do aparato analisado, as autoras afirmaram que a estruturação das regras de um hospital moderno o transformou em uma instituição construída para atender às necessidades administrativas que viabilizem o trabalho da equipe de saúde. O paciente na lógica analisada por Miranda e Sobral tende a ser anulado como indivíduo e suas singularidades.

Para as autoras, a Assistência de Enfermagem incorporou algo mais eficaz do que o dispositivo disciplinar e seu tripé de vigilância constante, registro contínuo e controle dos corpos. Representou a execução de uma tarefa mais imediatista e como um fim, em si mesma. Uma lógica condutora e reprodutora como uma mentalidade constituída na noção imediata de causa e efeito.

A sexualidade é negada através do álibi da tarefa a ser executada e do princípio de causa-efeito, pois o contato físico se reduz basicamente ao 'toque no braço ou nos ombros' que adquire inúmeros significados de conotação, tais como: desculpa, atenção, gentileza, despedida, cumprimento, concessão.

Transitoriedade do Poder nas Lideranças de Enfermagem foi o artigo produzido por Neiva F. C. Vieira, Maria Dalva S. Alves e Francisca N. de P. Melo publicado na REBEn, 44(1):43-48, jan./mar, 1991.

A Enfermagem transita historicamente por pólos antagônicos da instância de submissão e de mando, ambos procedentes da posição de poder que oscila em um e outro pólo. Esta foi a tônica do artigo de Vieira, Alves e Melo.

As autoras realizaram sua análise tomando inicialmente o poder em seu 'aspecto negativo' de autoridade, coerção e jugo. Realizaram, através das contribuições teóricas de Foucault, a macro-contextualização do poder estatal em suas relações sociais e políticas, configurando instituições sociais como um dos meios para a disseminação dele. Dali, as autoras, passaram a estabelecer articulações desta mesma noção de poder refletido em sua positividade.

Da inclusão da noção do poder positivamente refletido, o artigo inseriu relações de trabalho da Enfermagem, pois conforme as mesmas autoras, ignorar esta categoria nos caminhos da Enfermagem, é pensar no que Foucault já sinalizava.

A intenção de docilizar corpos subjaz o interesse econômico e político. E isto, é uma questão de natureza política. A positividade do poder, conforme reafirmaram as autoras, é tornar viável a emersão de uma consciência crítica que possa exprimir a natureza transformadora e emancipatória da sociedade.

O método utilizado pelas autoras foi o da Análise de Discurso dos sujeitos participantes do estudo e que naquele momento exerciam cargos de direção na Enfermagem.

A concepção de poder entendida pelos sujeitos participantes representou uma ligação de transitoriedade que os cargos de liderança conferem às enfermeiras, decorrente da filosofia institucional e das características dos próprios sujeitos que assumem a liderança de uma equipe de enfermagem ou de saúde.

Além da liderança, o estudo mostrou, pelas falas das participantes, que o poder exige competência e resolutividade.

As autoras realizaram desdobramentos durante a análise da categoria 'poder'. Para elas, as participantes apresentaram duas dimensões do poder. O Poder do Sim e o do Não, pois a fala dos sujeitos vinha sempre acompanhada de uma preocupação com o respaldo de normatizações institucionais. Ao mesmo tempo em que o poder é exercido pelo sujeito, ele também representa decisões que são conduzidas por uma diretriz e filosofia da instituição da qual o poder procede (p.45).

Vieira, Alves e Melo (1991) concluíram que o poder representado pelas participantes do estudo tem uma tipologia verticalizada, ou, de cima para baixo.

O estudo revelou também um segundo desdobramento. O Poder Técnico e o Poder Político. Esse último na forma de instâncias de dominação, no qual as decisões sofrem um direcionamento que emana de uma hierarquia superior dentro da instituição, principalmente se esta for de serviços públicos de saúde.

Da dimensão técnica, a análise apontou que o poder ali contido é exercido pelas enfermeiras como uma 'garantia de visualização' de status profissional e de dominação delas sobre os demais trabalhadores que compõem as equipes de saúde, mas essencialmente sobre as de Enfermagem. Mas, a análise mostrou também a evidência da técnica como modalidade do domínio do fazer, da resolutividade.

O artigo Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero foi publicado por Ana Alice A. Costa e Cecília M.B. Sardenberg em 1993.

O artigo analisou a crescente mobilização das mulheres, naquele período, ao redor de suas posições sociais e históricas. Para as autoras, a congregação de professores e pesquisadores que já desenvolviam trabalhos sobre a problemática da mulher, propiciou o espaço privilegiado e necessário para a troca de informações e experiências. Mesmo com o crescente aumento de grupos de pesquisas na Enfermagem, a relevância dos mesmos passou por entaves, emperrando o processo de discussão, afirmação e sobrevivência.

Como marcação cronológica, as autoras lembraram que o I Encontro Nacional de Núcleos de Estudos sobre a Mulher, na USP na cidade de São Paulo em 1991, ficou evidente que a trajetória de boa parte dos Centros foi marcada por processos de lutas travadas em dois planos. Um, pela necessidade de reafirmar a legitimidade científica da questão da mulher e seus desdobramentos enquanto objeto de análise. Outro, pelo embate travado contra a burocracia estatal e as políticas de contenção de verbas para as universidades e, conseqüentemente de fomento às pesquisas.

Em decorrência do sucateamento das instituições públicas de ensino, as autoras registraram que houve o surgimento de um ambiente de competição contra produtivo entre os diferentes núcleos e pesquisadores, prejudicando principalmente os da região Norte e Nordeste do país.

Costa e Sardenberg (1993) enfatizaram que, apesar das disparidades regionais, as regiões norte e nordeste do país criaram vários núcleos sobre a mulher, os quais passaram a desenvolver diversas atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, que permitiram a produção de estudos relevantes de gênero e condição feminina naquelas regiões.

Apesar das circunstâncias econômico-culturais e científicas que permearam os estudos ao redor do tema mulher, as regiões norte-nordeste estabeleceram, naquele período, a criação da Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e as Relações de Gênero, embora, segundo as próprias autoras, houvesse a existência, no interior da comunidade científica de:

uma tendência à marginalização e segregação desse campo (...) pelo fato de que, os grupos de trabalho e núcleos de estudos sobre a mulher, ainda se constituírem como verdadeiros “guetos femininos” dentro das entidades científicas e universidades (...), pois, são grupos de mulheres, escrevendo sobre mulheres, para um público composto essencialmente de mulheres” (p.173).

Elisabete A. Nietzsche escreveu o artigo intitulado O Micro Poder no Processo de Trabalho dentro da Estrutura Hospitalar: vivenciando uma História.

O artigo de Nietzsche foi publicado na REBEn em 1996 e procurou retratar as relações de micro poderes no processo de trabalho da Enfermagem Hospitalar. As reflexões realizadas pela autora foram sedimentadas na perspectiva teórica de Michel Foucault.

A autora estabeleceu relações a respeito dos micros poderes com o trabalho hospitalar. O artigo contou a história de Dona Curiosidade, borboleta esperta e perspicaz, que ao sobrevoar a cidade deparou-se frente a um hospital, cuja entrada estava repleta de pessoas.

O espírito inquieto de Dona Curiosidade foi tamanho que resolveu acompanhar o movimento dentro do hospital. Dona Curiosidade seguiu Dona Maria de 65 anos que aguardava há mais de quatro horas para ser atendida.

Dona Maria passou por vários 'setores', tentando marcar consulta para um neurologista. Depois de ser mandada para vários guichês, recebeu a informação de que todas as fichas já haviam se esgotado e que teria que voltar em um mês para ter direito a uma vaga.

Espantada Dona Curiosidade percorreu outros ambientes do hospital e encontrou situações similares a de Dona Maria. Apavorada pelo 'tipo de atendimento' oferecido aos usuários se perguntou. Por que é tão difícil ter acesso às informações? Por que o médico sabe tudo e quer mandar em todos?

Sem resposta, a borboleta continuou voando e parou em um andar da unidade clínica. Ali, no posto de enfermagem, procurou entender quem era quem e o que cada um fazia no setor.

De ouvido bem ligado, acompanhou a conversa de duas Técnicas de Enfermagem que se queixavam das condições indignas de trabalho, de seus sofrimentos frente ao estado de saúde dos pacientes, da falta de material adequado para oferecer um cuidado digno ao paciente.

Diante do cenário, a borboleta viu entrando no ambiente, a 'enfermeira-chefe' que interpelou as técnicas de enfermagem e, incisivamente, disse a elas que aquele momento não era hora para tratar do assunto.

A enfermeira apressou as duas trabalhadoras da saúde: "... rápido com esse preparo de medicação, pois os leitos 5 e 23 terão que descer para o RX. Os leitos 4

e 7 precisam ser higienizados antes que Dr. Cássio chegue. Preciso rever todas as prescrições médicas para verificar se tudo foi realizado” (p.373).

Dona Borboleta foi anotando tudo que viu. Perplexa, um tempo depois, observou a chegada de Dr. Cássio que de imediato perguntou: Como está meu paciente?

O médico dirigiu-se ao leito referido, após solicitar material para a coleta de exames do paciente. No quarto ouviu do paciente: *Tenho passado mais ou menos. Preciso saber o que eu tenho. Falo e ninguém me ouve.* O médico de imediato respondeu: mas você está no hospital e precisa se submeter a tudo isso e dê graças a Deus de que está sendo atendido!

Dona Curiosidade registrou outra vez suas observações: hierarquia do serviço de enfermagem, subordinação da equipe de enfermagem à enfermeira e, esta ao médico.

Resolveu voar um pouco mais e chegou à sala do Diretor-Geral. Ali, teve a oportunidade de acompanhar uma reunião com a equipe de saúde. Voltando seu olhar para uma parede lateral leu a seguinte observação emoldurada em um quadro:

FILOSOFIA DO HOSPITAL

Este estabelecimento de saúde tem por primeiro objetivo atender de forma integral o SER HUMANO em suas necessidades independente de credo, raça, idade, sexo, procurando promover e restabelece sua saúde. Para que isso ocorra, todos os profissionais devem estar comprometidos (NIETSCHE, 1996, p.382)

Diante do que viu, Dona Borboleta voou para fora do hospital. Triste, espantada e confusa.

A partir da ‘história’, Nietzsche analisou alguns micros poderes que perpassam a história.

O micro poder institucional representa, para a autora, aquilo que Foucault já analisava. O hospital, antes do século XVIII era um local de separação/exclusão, onde a assistência era oferecida aos pobres.

Após o século XVII, o mesmo hospital transformou-se em instrumento terapêutico e a presença médica tornou-se imprescindível por ser essa figura responsável pelo tratamento ao doente.

Advém ainda, que o ambiente hospitalar tornou-se um campo documental de registro, acúmulo e formação de saber médico, pelo aparecimento da clínica como dimensão essencial do hospital.

Nietsche enfatizou que a reorganização que o hospital sofreu foi decorrente de uma tecnologia política, nomeada por Foucault de disciplina. Do contexto hospitalar, não restaram dúvidas para a autora, que este continua se desenvolvendo pela disciplinarização e pelo poder médico.

A informação no processo de trabalho em saúde foi outra dimensão analisada pela autora, através do micro poder. Nietsche (1996) afirmou que a centralização das informações referentes aos pacientes é um tipo de micro poder que estabelece um forte mecanismo de subordinação dos demais profissionais. Esta hegemonia médica insistiu a autora, é fenômeno resultante do processo de apropriação pelos médicos do saber de saúde coletiva e social.

O micro poder da informação, além de mostrar-se pelo controle efetivo do médico sobre todas as referências dos pacientes, apareceu ainda pela prescrição médica que tem caráter decisório e definitivo.

O micro poder do corpo foi também visualizado por Nietsche. A autora ali, inspirou-se nas idéias de Michel Foucault quando ele afirmou:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e recompõe. Uma anatomia política que é também igualmente uma “mecânica do poder”, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros para que façam o que se quer, (...) segundo a rapidez e a eficácia que se determina (FOUCAULT, 199, p. 131).

Segundo o que considerou Nietsche o micro poder do corpo, na história por ela narrada, aparece fortemente na dominação sobre o corpo do paciente, que é submetido a tudo, a ‘qualquer preço’ e a dominação do corpo da equipe de saúde, em particular a de Enfermagem. Um exemplo que a autora trouxe como micro poder do corpo do paciente foi o de Dona Maria cujo corpo tornou-se objeto pelos funcionários de marcação de consulta.

O micro poder do corpo da equipe de saúde/enfermagem apareceu, ainda como exemplo, na rigidez do cumprimento de normas e rotinas. Já a hierarquia, representou para Nietsche, uma forma de vigilância, uma engrenagem específica da disciplina.

O artigo foi concluído deixando ao leitor a possibilidade de repensar sobre as formas desumanas com que os profissionais da saúde lidam com todas as pessoas que necessitam ser tratados e cuidados. Uma saída que a autora viu foi a de refletir sobre questões éticas que oferecem a garantia da condição de sujeito.

O Saber e o Poder da Escola a Serviço da Cidadania do Enfermeiro: Mentiras que Parecem Verdades foi o artigo que Mara Regina L. De Sordi, Lígia Maria T. Magalhães e Sueli F. Sampaio publicaram na REBEn no volume 49, número 3, páginas 391-398 no período de jul./set de 1996.

As autoras iniciaram suas argumentações fazendo uma crítica ao redor do discurso que as escolas de formação de enfermeiras mantêm, no sentido de, além da formação técnico-científica, esta profissional deva ser subsidiada para situar-se historicamente e engajar-se politicamente em seu tempo. Ao menos no contexto de um Projeto Político-Pedagógico.

Destas posições iniciais, as autoras defenderam uma formação profissional, onde a escola seja um espaço de resistência. Para representar a legitimação da formação profissional, por posicionamentos críticos ao redor da realidade, a resistência necessita ser pensada através de verdades que historicamente confinaram e ‘tranqüilizaram’ as mentes. A utilização dos trabalhos de Foucault inspirou as autoras, na produção do artigo.

De Sordi, Magalhães e Sampaio (1996) pensaram que “pelos saberes e valores que a escola veicula, ela é o cenário de trama de relações sociais, que organizam a experiência cotidiana e pessoal do aluno, impondo-lhe traços de docilidade e submissão (...)” (p.392).

O que se apresenta, a partir da ‘formação acomodada’ das enfermeiras é o conflito que elas passam a experimentar quando são lançadas no mercado de trabalho. Neste sentido, a preocupação das autoras refletiu como a enfermeira pode desvencilhar-se de todo este conjunto de aprendizagens e valores e assumir seu papel profissional, exercitando a crítica.

As “verdades-mentiras” que as escolas de enfermagem impõem sobre as alunas originam-se do discurso do Educador em Enfermagem e ainda dos vínculos implícitos ou explícitos que estas escolas mantêm com os interesses dominantes, como afirmaram Sordi, Magalhães e Sampaio.

É assim, destacaram as autoras, que as escolas de enfermagem se constituem num “verdadeiro palco onde saber e poder se interpenetram” (p.393).

Destas inter-relações, as autoras apresentaram algumas ‘verdades’ que a escola estabelece e, finalizaram retomando a necessidade e a urgência de as escolas de enfermagem exercitar coletivamente o projeto pedagógico como orientação fundamental de suas práxis.

Wilza R. Pereira e Roseney Bellato publicaram seu artigo na REBen no volume 49, número 4, páginas 485-496, outubro/dezembro de 1996: O Trabalho da Enfermeira – A Pertinência da Categoria Analítica do Gênero para o seu Estudo.

Inicialmente, as autoras fizeram a retrospectiva da mulher e os primórdios do cuidado à saúde. Lembraram que na formação das sociedades primitivas o cuidado à saúde configurou-se lentamente, como forma eficiente de preservação e fortalecimento das relações entre os grupos, nascendo dali, o sentido de família.

De acordo com as autoras, naqueles tempos a Enfermagem possivelmente teve seus primórdios através de um cuidado rudimentar, feminino e doméstico. Originava-se assim, uma intrínseca relação entre a vida e a morte, envoltas em uma aura de mistério e de magia.

Às mulheres identificadas que eram à natureza, enquanto detentoras do poder de gerar a vida cabiam entender e resolver os segredos do viver, do adoecer e do morrer. Esses saberes conferiram poderes a elas por vários séculos (p.486).

O artigo destacou também, que o sistema social do patriarcado surgiu há mais de três mil anos, sendo que a tradição judaico-cristã veio descrevê-lo em suas premissas essenciais, no sentido de que a *mulher pertence ao homem*.

A partir do acentuado domínio masculino na Idade Média, conjugado com o domínio da Igreja, ambos, argumentaram Pereira e Bellato (1996), ampliaram o controle sobre as mulheres e desta prerrogativa coube à mulher um fazer ainda menor que consistiu em um cuidado e manutenção da higiene dos doentes e da ordem do ambiente familiar.

Enquanto competia aos homens médicos tratar da doença, à mulher cabia fazer tudo que era considerado sujo. Isto, em função de que, boa parte dos homens, era oriunda de famílias abastadas. O ensino aos homens era o de não tocar nos doentes. A instauração da separação do médico de seu objeto de trabalho mostrou-se contrário ao que ocorreu com as mulheres, já que o cuidado não pode ser separado.

Num salto para o século XVIII, com o surgimento do hospital servindo para a separação e a exclusão dos considerados pobres e perigosos ao convívio social e

endereçados aos hospitais psiquiátricos, a organização do hospital mudou substancialmente, havendo a divisão do trabalho que privilegiou a medicina científica.

A partir da modernidade instalou-se o evento da elevação da racionalidade instrumental, salientando o homem e o masculino como detentores de uma razão emancipadora. Nessa visão, a mulher não tinha o preparo necessário para o ato de curar, uma vez que não tinha competência para a auto-emancipação (...) (PEREIRA e BELLATO, 1996, p.488).

Do quadro desenhado as autoras lembraram que no século XX, após o surgimento da Enfermagem Moderna por Florence Nightingale e com a introdução da Enfermagem Científica, houve pelos movimentos feministas contemporâneos, o amplo questionamento de categorias aceitas de significação e explicações sociais ao redor do papel feminino.

Os arranjos que se estabeleceram sobre o gênero foram tão provocativos que também a Enfermagem passou a adotar suas reflexões em torno da secundaridade do trabalho das enfermeiras, justamente pela posição do gênero a que pertence histórica-socialmente.

Para Pereira e Bellato, este 'desprezo' pela profissão deu-se em decorrência da internalidade da subalternidade, que se refletiu nas relações de trabalho. Elas inferiram que o trabalho da enfermeira caracteriza-se pela íntima associação ao doméstico, com a organização dos espaços onde se insere, mas também porque as enfermeiras validam o discurso masculino sobre sua inadequação profissional (p.492).

As autoras, por fim, pensaram que o problema se acentuou quando a [in] visibilidade da mulher enfermeira foi colocada na questão dos estereótipos negativos sobre as mulheres por distorcerem percepções e concepções a respeito destas mesmas mulheres. Concluíram que o movimento feminista, enquanto corrente política e de gênero como categoria de análise, é o caminho de ampliação do olhar pela busca, visualização e valorização do fazer da enfermeira, pois, por ela a internalização profissional pode ser responsável pela mudança de concepções, percepções e valores sobre a mulher enfermeira e, conseqüentemente sobre a profissão.

O artigo *Dominação e Resistência no Trabalho da Enfermeira* de Sílvia M. Nóbrega-Therrien foi publicado na mesma revista no volume 54, número 3, às páginas 420-426 de julho a setembro de 2001.

O artigo foi um recorte de tese de um doutoramento. Como problema de pesquisa, a autora investigou a questão da enfermeira em uma situação de trabalho, na qual, as relações desiguais e conflituosas são uma constante e os sinais de existência de tais relações podem ser observados nos discursos, nas representações, na literatura e na própria prática de trabalho, sobretudo hospitalar dessa profissional (p.420).

Nóbrega-Therrien (2001) construiu seu quadro teórico abordando a profissão e a formação da enfermeira, na evolução histórica profissional influenciada pelos contextos econômicos, políticos e sociais de cada época. A partir dali, a autora analisou as formas de dominação presentes no cotidiano do trabalho da enfermeira. A mediação e a resistência foram contraposições apresentadas a todas as formas de dominação presentes na análise. Neste ínterim, a autora utilizou argumentos teóricos e empíricos para enxergar os possíveis poderes da enfermeira.

Para Nóbrega-Therrien (2001), a categoria dominação significa relações sociais de grupo ou classe que ligam os sujeitos na desigualdade de forças e na hierarquia de posições. Já, a mediação é compreendida por ela como a esfera da consciência e da flexibilidade existentes antes mesmo do ato da decisão e da ação (p.421).

A resistência representou para a autora todas as estratégias utilizadas pelas enfermeiras para escapar da ação direta dos mecanismos de dominação.

O poder foi compreendido como uma estratégia de mediação, usado pela enfermeira para a resistência e transformação de seu trabalho. Esses são os lugares da produção da mediação, reprodução das relações de dominação e resistência, bem como da transformação dessas mesmas relações (p.422).

O recurso metodológico utilizado foram os discursos das enfermeiras sobre um objeto real – a prática cotidiana e o lugar onde esta ocorre que é o hospital. Além do mais, Nóbrega-Therrien (2001) utilizou-se de outras técnicas para a obtenção de dados, entre elas, a análise de dados existentes nos documentos oficiais do Conselho Regional de Enfermagem e do Sindicato de Enfermeiros, ambos do Estado do Ceará.

Baseada nas narrativas das entrevistadas, a autora realizou as seguintes considerações. A respeito das categorias de dominação e resistência as relações entre enfermeiras e médicos se “configuram como de dependência e submissão, mais do que uma que envolve participação e cooperação” (p.422).

As formas de dominação são reais e contribuem para a reprodução das relações desiguais entre a enfermeira e o médico, nas relações entre enfermeiras e nas relações entre enfermeiras e os demais integrantes da equipe de enfermagem.

O hospital não é uma estrutura de força passiva, mas uma força ativa que serve também para legitimar as desigualdades dessas relações.

As estratégias e os mecanismos de resistência utilizados pela enfermeira são individuais e coletivos e relacionam-se com as atitudes que envolvem omissão, acomodação, adesão e inovação por parte delas. O processo de mediação representou para as participantes do estudo o lugar delas como sujeitos reflexivos, servindo para construir formas de resistência.

Em razão das singularidades das respostas emitidas pelas participantes, Nóbrega-Therrien (2001) considerou também a questão do gênero. Para ela, a enfermeira por ser de uma profissão eminentemente feminina, defronta-se com a questão que configura e determina uma análise de conteúdos distintos ou próprios, devido seu sexo. Esta variável analisada pela autora reduz mais que amplia, as perspectivas de vida e trabalho das mulheres e por extensão das enfermeiras (p.423).

O trabalho relacionado ao lugar onde a resistência acontece é a instituição hospitalar, com normas de funcionamento e regulamentos. Neste mesmo lugar, a resistência aparece principalmente por espaços ou brechas que se apresentam, propiciando à enfermeira exercer sua autonomia.

A autora concluiu que o poder da enfermeira vem através da consciência das relações de poder que se estabelecem no cotidiano do trabalho. O mesmo poder que a enfermeira institui a si foi identificado através dos discursos emitidos, materializando-se por uma consciência reflexiva e uma visão política que representa a tentativa de as instituições de saúde e os grupos dominantes determinarem a extensão da participação da enfermeira.

Nóbrega-Therrien (2001) considerou que quando a enfermeira é dominada, ela geralmente evita conflitos, busca diálogo, utiliza seu conhecimento a fim de amenizar ou harmonizar o ambiente de trabalho. Quando domina utiliza-se de sua

autoridade, de normas, rotinas, punições e persuasões para dar andamento ao trabalho.

Estelina S. do Nascimento, Geralda F. dos Santos, Valda da P. Caldeira e Virgínia M. N. Teixeira publicaram o artigo intitulado Noções sobre Enfermeira na Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn): Reflexão sobre Ideal, Ciência e Arte em 2002.

A indagação lançada pelas autoras foi relativa às noções sobre enfermeira vigentes na REBEn no período de 1932⁵, ano em que a revista foi criada, até 1954.

As autoras investigaram trinta e três (33) matérias, chegando a cinco (05) categorias de enfermeira: a abnegada, a heroína, a socialmente comprometida, a mercenária e a anjo mau.

O estudo proposto foi o de natureza histórica, pois segundo Nascimento, Santos, Caldeira e Teixeira (2002) como enfermeiras, suas preocupações se voltaram para a compreensão da profissão. Uma das inquietações dizia respeito às noções sobre enfermeira que nortearam a constituição profissional nas primeiras décadas da Enfermagem Moderna no Brasil.

O rastreamento do material empírico empreendido pelas autoras iniciou-se pela leitura da revista no período discriminado. A leitura atenta permitiu que as mesmas identificassem categorias para exprimir as referidas noções.

A respeito do termo *ideal* as autoras encontraram sua explicação nos primórdios da revista quando as idealizadoras propuseram o tema para a capa. As autoras descobriram que a capa foi desenhada por um estudante da Escola de Belas Artes, sobrinho de uma enfermeira.

A capa concebida para a revista assumiu o ideal de um triângulo centralizado, de cor verde e o lema foi *Ciência, Arte, Ideal*, inscritos em cada lado do triângulo. De cada lado do triângulo existiam duas colunas egípcias que representavam a sedução e a inspiração egípcia, procurando estabelecer relações entre os deuses e a idealização da enfermeira.

⁵ Há uma divergência entre as informações que obtive sobre o ano de surgimento da REBEn e o ano que as autoras propõem. Preferi manter o ano de 1926, já que os historiadores da Enfermagem Brasileira, aqui utilizados, estabelecem esse ano, como o do surgimento do veículo de comunicação.

Entre os deuses que inspiraram as primeiras capas da REBEn encontravam-se Nuit-Nut deusa do céu, que engole o sol e traz a noite, mas também as estrelas para complementá-la que pode ser traduzido, segundo as autoras, como o ideal no espírito de servir.

Outro deus incrustado nas colunas foi o Rá-Rê, deus do sol, dádiva concedida a todos os homens e que ilumina o mundo com sua beleza; senhor do céu, também inspirando o ideal.

A deusa Hathor foi considerada deusa da fecundidade, a força semeadora, germinadora e construtora do mundo sob seus mais belos aspectos de realização, abundância e felicidade, representando a arte.

A arte conforme concebida nos primórdios pelas idealizadoras da REBEn significava relacionar-se com a prática, uma ‘enfermeira construtora’, o que implica ter habilidade, capacidade executiva e condições de avaliar o trabalho de enfermagem (p.308).

A ciência, por sua vez, aparecia nas colunas, representada por Thot – To, o sábio, o sabedor, o mágico, o inspirador da ciência, adorado no Egito como deus lunar, inventor da linguagem falada e escrita, das artes, das ciências, das invenções e da sabedoria.

Como uma segunda qualidade necessária à enfermeira, a ciência é o que diferencia esta dos demais membros da equipe de enfermagem.

Os deuses e deusas propostos para a capa da REBEn em seus primórdios, deveria, conforme as autoras, conjugar ideal, arte e ciência como máximas da profissão. Para a formação profissional, dali derivariam, as noções de enfermeira baseadas no auxílio mútuo, na ‘alma da enfermagem’ – concepção oriunda de práticas culturais e religiosas da Índia.

O sexo feminino, no contexto descrito sempre representou os ritos de cura para os indianos e foram passados de avós para mães e filhas. De acordo com o estudo de Nascimento, Santos, Caldeira e Teixeira, a Enfermagem elevou-se aos templos, onde foi praticada sob forma mitológica.

O desaparecimento da uma enfermagem mitológica para uma científica teve início com Hipócrates. Os romanos influenciados pelo cristianismo viram na Enfermagem, a expansão do mais perfeito espírito de humanitarismo, trazendo à tona, “a mais viva manifestação de altruísmo feminino” (p.309). Posteriormente, o

percurso histórico da enfermagem foi formado por ordens militares, durante as cruzadas, evento que atraiu a aristocracia, caindo depois em decadência.

Da enfermeira ideal – deusa, a profissão não poderia aceitar outro perfil de mulher principalmente aquela cujo comportamento apresentasse um ideário de mercenária, interessada apenas na parte material da profissão.

Com o nascimento da Enfermagem Moderna, Florence Nightingale reuniu em uma única pessoa o ideal humanitário, a cultura intelectual, ser heroína (por cultivar um ideal) e a posição social destacada para a enfermeira. De acordo ainda com as autoras, dos lados interligados do triângulo com os dizeres *ideal, ciência e arte*, o que mais prevaleceu nos primeiros anos da enfermagem no Brasil foi o do ideal conotado pela arte.

Para terem uma idéia mais nítida da enfermeira desejada na capa da REBEn em suas primeiras edições, as autoras trouxeram a seguinte observação. É lícito afirmar que a enfermeira moderna, além de ser representante direta dos deuses e deusas citados, é o retrato dos temas que compõem o triângulo apresentado na capa. Ela é ao mesmo tempo, *sciencia, arte e ideal*, uma vez que, segundo Lopes (1932), a enfermeira é companheira, mãe desvelada, técnica eficiente pela educadora dos lares e aperfeiçoadora da raça⁶.

A partir do ano de 1932, as autoras perceberam que houve uma mudança significativa no símbolo da capa da REBEn, no que tange a idealização da enfermeira.

A simbologia que substituiu a do triângulo teve como objetivo apresentar a imagem de uma enfermeira moderna e mostrou uma balança sustentada por uma mão. Ela simbolizava a justiça, o peso comparado dos atos e das obrigações, já que um dos pratos da balança trazia os valores concebidos para a formação da enfermeira: energia, cultura, idealismo, paciência, iniciativa, inteligência, simpatia. O outro prato trazia um diploma representando a enfermeira. Sustentando os pratos da balança uma haste com os dizeres: arte, sciencia, ideal.

Mesmo com o forte ideário de formar uma enfermeira com as características identificadas pelas autoras, a revista em contrapartida, declarava negativamente sua indisposição à formação de enfermeiras com características que não condiziam com o preconizado.

⁶As autoras explicaram que a tentativa de eugenia na Enfermagem não ultrapassou o ano de 1930.

As autoras encontraram a noção de anjo mau, denotando como característica àquelas enfermeiras que despertassem “amor naqueles de quem cuidasse (...) experimentando uma alegria diabólica em acender nos olhos de seus doentes a chama de um desejo perverso” (p.311), ou, “enfermeiras – em minoria felizmente, - que se serviram de seu prestígio para fins repreensíveis, como por exemplo, para explorar financeiramente seus clientes ou utilizá-los para a satisfação de um amor culpável” (p.311).

Nascimento, Santos, Caldeira e Teixeira (2002) acreditaram à época da publicação de seu artigo, que o ideário do triângulo ainda prevalece na formação e, conseqüentemente na imagem da enfermeira.

As noções levantadas e discutidas pelas autoras: a de enfermeira abnegada; de enfermeira heroína; a enfermeira socialmente comprometida; de enfermeira anjo mau e a de enfermeira mercenária permitiram uma separação metodológica, para uma melhor compreensão do artigo proposto.

As três primeiras, como defenderam as autoras, foram enfatizadas não apenas pela REBEn como tipo ideal, mas defendidas por diversos autores enfermeiros, assim como por estudantes de enfermagem, sacerdotes, médicos, entre outros. As autoras lembraram também que a noção de enfermeira religiosa foi de alguma maneira incorporada à idéia de enfermeira abnegada, pois ambas contêm o idealismo religioso.

Em relação às ordens militares que também influenciaram a prática profissional, Nascimento, Santos, Caldeira e Teixeira (2002) revelaram que esta influência se materializou na profissão através do excesso de hierarquia que a Enfermagem propõe em suas atividades práticas, existindo, talvez, resquícios nos dias atuais. Já a heroína para as autoras, pode ter surgido em comparação ao soldado, pois a ação daquela traz um paralelo com guerra, com campo de batalha, dinamismo e força.

O artigo intitulado Transversalidade de Conteúdos nas Diretrizes Curriculares: o gênero no ensino da Enfermagem publicado no ano de 2004 é de autoria de Sílvia L. Ferreira e Enilda R. do Nascimento.

O artigo foi introduzido através da retomada da Resolução CNE/CES nº. 3 de 07/11/2001 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem (DCEnf), enfatizando que este tornou-se instrumento

norteador do processo de construção de Projetos Pedagógicos para a Enfermagem, trazendo a necessidade, entre outros, de conteúdos transversais no currículo.

Tomando o viés acima exposto, as autoras refletiram como possibilidade de tema transversal nos currículos de Enfermagem a temática sobre o gênero, pois partiram do pressuposto de que o gênero é um dos importantes eixos articuladores da organização da vida social.

Ferreira e Nascimento (2004) defenderam que o gênero enfoca as relações sociais com base no sexo, “permtindo-nos, deste modo, estudar sua reprodução em fenômenos que envolvem experiências entre mulheres e homens, entre mulheres ou só entre homens” (p.71).

As autoras destacaram que no Estado da Bahia, o primeiro curso a introduzir disciplina que utilizava uma abordagem de gênero foi o Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), a partir de 1974.

O ano de 1982 marcou a criação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, ligado ao mesmo mestrado, ao mesmo tempo em que, algumas feministas entraram para a mesma universidade favorecendo o surgimento de disciplinas sobre as relações de gênero. Longas e intensas discussões ao redor do tema evoluíram para a criação do Grupo de Estudos sobre a Saúde da Mulher (GEM), em 1988.

No relato das autoras, uma das primeiras ações do GEM foi submeter os conteúdos curriculares sobre a mulher a uma revisão e, posterior encaminhamento, às instâncias acadêmicas, para a criação de uma disciplina específica para a assistência de enfermagem às mulheres (p.72).

Ferreira e Nascimento (2004) registraram que as experiências obtidas com a criação do GEM e a incorporação do gênero no currículo de Enfermagem passaram a acontecer a partir da “própria estruturação dos conteúdos, numa crítica permanente aos valores sócio-culturais que provocam exclusão e desigualdades” (p.72).

A ênfase curricular para a perspectiva do gênero voltou-se para a compreensão social e política do processo saúde-doença, tomando o princípio de historicidade das relações de gênero.

O artigo foi concluído pelas autoras, firmando que a utilização do gênero pela Enfermagem significa um repensar da prática dessa profissão, centrada em demandas específicas de acordo com a vinculação de gênero, classe social, raça e

outra da clientela, “principalmente feminina, de modo a permitir uma atuação satisfatória (...) para a clientela como para enfermeira, com e toda a equipe de enfermagem” (p.74).

Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais foi o texto produzido e publicado por Dagmar E. Meyer na REBEn em 2004.

Meyer iniciou sua análise, registrando ao leitor a importância teórico-metodológica que o gênero assumiu nos últimos anos no Brasil, incluindo a área de Enfermagem.

Para a autora a institucionalização do gênero incorporou-se no Brasil não apenas como ‘tema de discussão e conquistas de minimização das desigualdades entre mulheres e homens em espaços como o acadêmico, mas e ainda, em políticas públicas como o Plano Plurianual 2004-2007, cuja dimensão governamental previa dentre três prioridades: promover a redução das desigualdades de gênero.

Meyer (2004) resgatou também a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher que tem como uma de suas diretrizes a elaboração, a execução e a avaliação das políticas de saúde da mulher que deverá nortear-se pela perspectiva de gênero. Entretanto, enfatizou Meyer, tais políticas não podem ser pensadas nem praticadas de modo linear e único. Ao contrário, o resultado das propostas tem se mostrado de maneiras multifacetadas, disputadas e negociadas, desencadeadas com e a partir do Feminismo e dos Movimentos de Mulheres.

O texto expressado pela autora destacou que o surgimento e o desencadeamento político e teórico das relações de gênero, em seu sentido plural foram incorporados de duas maneiras diferentes e conflitantes.

De um lado, disse Meyer (2004), gênero vem sendo usado como um conceito que se opõe ou complementa a noção de sexo biológico e se refere aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que as culturas inscrevem sobre corpos sexuais. Ali, Meyer constatou que, nesta perspectiva, a “ênfase na construção social e cultural do masculino e do feminino não tensionou o pressuposto da existência de uma natureza biológica universal do corpo e do sexo” (p.15).

O outro prisma que a teórica analisou foi o do gênero usado pelas feministas pós-estruturalistas para realçar que a sociedade forma não apenas a personalidade e o comportamento, mas também como aparecem as maneiras do corpo (e do sexo). Noção que significou problematizar o essencialismo embutido nos modos de ser e de sentir, bem como noções biologicistas de corpo, de sexo e de sexualidade.

Meyer (2004) aterrisou nas concepções de Michel Foucault e Jaques Derrida pelo nexos desenvolvido por aqueles teóricos onde a linguagem foi o centro de produção da cultura estabelecida entre corpo, sujeito, conhecimento e poder.

Para a teórica, a utilização teórico-metodológica pós-estruturalista favorece:

a) assumir que diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são social, cultural e discursivamente construídas e não biologicamente determinadas;

b) deslocar o foco de atenção da mulher dominada em si para a relação de poder em que tais diferenças e desigualdades são produzidas, vividas e legitimadas;

c) explorar o caráter relacional do conceito e considerar que as análises e intervenções empreendidas neste campo de estudos devem considerar ou, pelo menos, tomar como referência, as relações de poder e as muitas formas sociais e culturais que, de forma interdependente e inter-relacionada, educam homens e mulheres como “sujeitos de gênero”;

d) ‘rachar’ a homogeneidade, a essencialização e a universalidade contidas nos termos mulher, homem, dominação masculina e subordinação feminina, dentre outros, (...) tornando visíveis os mecanismos e estratégias de poder que instituem e legitimam estas noções;

e) explorar a pluralidade, a conflitualidade e a provisoriedade dos processos que delimitam possibilidades de se definir e viver o gênero em cada sociedade, nos seus diferentes segmentos culturais e sociais (p.15).

Meyer aproximou a noção pós-estruturalista de gênero com as questões de raça/etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade, articulações que, segundo ela, produzem importantes modificações nas formas pelas quais feminilidades e masculinidades, são ou podem ser vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou pelos mesmos indivíduos ao mesmo tempo ou, em momentos diferentes de sua vida.

Exemplificando sua forma de enxergar as diferenças e as desigualdades de gênero, a teórica fez uma breve análise ao redor das ‘exigências sociais no cuidado materno-infantil’ no Brasil pelas políticas e programas dirigidos a este segmento.

As políticas e programas voltados à mulher a tomam como figura imprescindível à responsabilidade de reprodução biológica e social.

A abordagem pós-estruturalista do gênero para Meyer (2004), permite a problematização das tensões que se estabelecem entre tais políticas e aqueles movimentos e teorizações que se esforçam por demonstrar que mulher e mãe são

posições de sujeito distintas, socialmente construídas, que não se sobrepõem e nem se configuram como extensão necessária uma da outra.

A autora propôs que novos estudos pós-estruturalistas articulem gênero, saúde e educação para delimitar de maneira mais ampla as redes de poder que se colocam em articulações, procurando também entender como a linguagem dos programas e a política posicionam os sujeitos.

Na Seção Resumo de Tese da REBEn foi selecionada a Dissertação de Mestrado de Dagmar E. Meyer de 1991, intitulada Reproduzindo Relações de Poder, de Gênero e de Classe no Ensino de Enfermagem e publicada na REBEn em 1992.

Meyer argumentou e analisou o papel da formação moral e atitudinal no processo de formação da enfermeira. A partir desta tomada de rumo, Meyer vinculou a formação moral e atitudinal com a manutenção e reprodução de relações de poder, de gênero e de classe no interior da profissão.

A respeito de questões teóricas, a autora estabeleceu articulações entre estudos sobre o gênero, a História da Enfermagem e Teorias da Reprodução Social “a partir de uma reflexão crítica de seus determinantes históricos e sociais” (p.89).

Com abordagem qualitativa e, inspirada no método da História Oral, com a técnica de entrevista a docentes, Meyer (1992) aproximou este enfoque com a análise de documento de um curso de graduação na região do Centro-Oeste Brasileiro.

O estudo, de acordo com Meyer, permitiu demonstrar que existem características do ensino que colaboram para a reprodução de relações de poder na Enfermagem.

6.2 Considerações ao redor dos Materiais da REBEn – minhas impressões sobre narrativas ali presentes a respeito de Mulheres Enfermeiras

A primeira tomada de rumo que assumo, neste momento, é pensar na riqueza inegável dos materiais selecionados, na forma de artigos, editorial e resumo de tese que contextualizam as questões de gênero e temáticas sobre mulheres enfermeiras.

Os recortes dos materiais investigados na REBEn traduzem duas instâncias do terreno de análise crítico-reflexiva da profissão e das profissionais: a saída do anonimato de temas que passaram a tencionar o ‘assossego’ da ciência de

Enfermagem, no que tange a visualização das mulheres naquela ciência e a inauguração da problematização de temáticas ao redor da constituição profissional pela via do feminino e das questões de gênero.

A recorrência de elementos enunciativos⁷, localizados nos materiais, garantem para o presente estudo a junção analítica, não anunciada em outros estudos, já que os mesmos elementos foram analisados de forma isolada em outros materiais de diversas autorias; ao menos nos materiais literários a que tive acesso e registrados mais ao final deste estudo.

As recorrências a respeito da presença das mulheres na Enfermagem, circulando nos referidos materiais, apontam não somente para a transposição e superação de discursos, mesmo que temporários, a respeito da profissão e da mulher enfermeira colados a questões técnicas, mas e principalmente, pela preocupação em problematizar as posições e os lugares socialmente constituídos às mulheres enfermeiras.

A leitura criteriosa à produção dos materiais da REBEn me permitiu enxergar que a posição histórica atribuída às mulheres enfermeiras foi, até a revirada dos movimentos feministas, discriminatória e de inferioridade.

As discriminações e as inferioridades a que as mulheres foram submetidas traduz práticas históricas, através de discursos, os quais impingiram e internalizaram no imaginário social que, de fato, as mulheres eram seres inferiores, impuros. Capazes apenas de dominar o espaço privado, pelas atividades domésticas, bem como expressar sua sexualidade pela procriação.

⁷ Submissão/subordinação/resistência, inferioridade, sexualidade, rigidez, intolerância, poder macro/micro (enfermeira), hegemonia, disciplina, discurso, técnica, corpos, docilização, hospital foram, em minha compreensão, os mais recorrentes nos achados da REBEn para o que estou desvendando a respeito do tema.

Associada às questões histórica e política do poder masculino sobre as mulheres, também foram reafirmadas discursivamente, marcas sociais impositivas exigidas como critério de ingresso às candidatas a ingressarem na Enfermagem: muito fortemente discursos sobre recato, moral inabalável, rigidez de comportamento e desenvolvimento de habilidades sedimentaram a idéia histórico-social de que as enfermeiras deveriam dar continuidade na profissão ao clássico papel de 'rainha do lar'.

Não vou me deter obviamente no que já foi construído pelas mulheres e para elas nas últimas décadas em termos de gênero feminino. Por conta do já explorado na primeira parte. Ensejo, entretanto, desdobrar, pela interpretação dos materiais e da re-apropriação de algumas considerações teóricas, como o universo das mulheres enfermeiras se constituiu, particularmente no que tange ao mundo das mulheres em relação aos discursos produzidos sobre enfermeiras e os não produzidos em relação às afro-descendentes.

Entre os vários elementos enunciativos nos materiais apresentados e analisados, a posse da Enfermagem por religiosas, articulada à questão do 'mundinho feminino' ultrapassou quaisquer outras expectativas que as mulheres, em séculos passados pudessem de forma ousada pensar para si.

A 'religiosidade' permeou a história profissional, determinando uma imagem de mulher-enfermeira na forma de *anjo*, mas e ainda *possuída por forças sobrenaturais*. No esforço histórico de apagar a imagem mais *demoníaca*, a mulher-enfermeira transformou-se em uma espécie de 'elemento-neutro'. Não foi reconhecida nem de maneira sacralizada, tão pouco como uma mulher bruxa – já que a estas, em tempos passados a imagem de demônio ligou-se inevitavelmente.

Outro ponto forte nos materiais estudados da REBEn vem pela intolerância que a profissão instituiu em relação aos papéis sociais femininos. A prática capitalista também foi determinante, no que tange ao comportamento das mulheres-enfermeiras, ao reforçar "imagens reguladas" de uma mulher muito próxima a um 'anjo'. Intocável, inviolável, pronta a servir através dos cuidados à humanidade.

Mas, os materiais estudados mostraram ainda que o processo discursivo ao redor das enfermeiras não teve sua tônica exclusivamente sobre o 'massacre' ideológico imposto a elas dentro da lógica masculina e androgênica de se conceber o mundo. Também houve o reforço circunstancial das próprias mulheres que se aceitaram, ao longo da história, em sua forma passiva de se ver no mundo.

A afirmação que fiz sobre a parcialidade de culpa que as enfermeiras têm a respeito de seus lugares e suas posições históricas materializadas na REBEn carece de suporte teórico.

Resgato algumas posições de Pisano (2004). A partir de algumas constatações desta teórica, foi possível perceber que por séculos também faltou à mulher o empoderamento de constituir-se como sujeito de sua própria história.

A teórica, em seu trabalho intitulado *Julia, quero que seas feliz!* (2004), contrapôs a história ao redor do feminino, quando expressou, por exemplo, que a nós mulheres, dentro do que fomos obrigadas a aprender para sobreviver, restou uma espécie de “templo” no qual e junto com nossa história de repressão, encontrava-se o desejo de não pensar, de somente obedecer e repetir. Ou, por outras palavras, a masculinidade contendo a feminilidade é apenas uma ideologia e, um constructo social (p.28).

Quais significados podem existir nesta tentativa de pertencimento próprio a que Pisano tão bem se apóia?

Creio que o começo do desenrolar de alguma explicação por uma lógica não plenamente atrelada ao mundo masculinizado, concentra-se em como as mulheres foram se enxergando ao longo de sua história. Se de um lado o masculino, coletivamente pensado, instalou as mulheres dentro da feminilidade, o feminino são estas mesmas mulheres. Trata-se sim, de conjecturar ao redor de uma construção social, política, econômica e emocional, pois como a própria Pisano reforçou (2004) o feminino, como algo constitutivo, o é a partir de si mesmo.

Na premissa da autora, a feminilidade não tem autonomia, nem um corpo pensado – pensante e valorizado a partir de si mesmo. Ao contrário, obedece a quem manda, pensa e assume escancaradamente a cultura masculina como própria (p.29).

Uma questão é se pensar os modos como as mulheres foram fabricadas histórica, social e politicamente para não pensar, embora pensantes a partir e de si mesmas. Outra é problematizá-las por uma lógica do subjetivo. Não se refere também a se pensar através de questões essencialistas, ou, de bojo puramente psicológico e ou sociológico, mas sim de fazer emergir a aventura de si, a partir de si e reservada às mulheres, por elas mesmas.

Uma similar prerrogativa ao exposto por Pisano (2004), vem através das teorias de gênero feminino que desviaram o cerne da questão de uma ‘mulher

plenamente dominada' pelo universo do homem, por um que elucidasse esta mesma mulher pela via das relações de poder, destacando as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens produzidos e legitimados culturalmente.

Pisano (2004) corroborou com as teorias sobre o gênero feminino, ao lembrar que a produção cultural das mulheres deve ser pensada diferente, no sentido de que por este prisma elas são desejadas em sua feminilidade a partir do lugar que o poder masculino assume. De outro modo, considerou a teórica, a mulher durante séculos, resiste no mesmo lugar de dominação masculina, servindo ao homem e, continua a ser a força de reposição e reserva do sistema cultural.

Justamente por isto, reforçou a teórica, faz-se necessário separar e compreender que uma coisa é resistir, outra é exercitar a verdadeira rebeldia através da [des] construção, dentro daquilo que também Meyer alertou em seu artigo de 2004, publicado na REBEn e descrito neste estudo. Romper com a homogeneidade dos sentidos atribuídos culturalmente aos termos masculinidade/feminilidade.

As mulheres enfermeiras, dentro do que foi possível visualizar nos materiais selecionados foram durante muito tempo, concebidas 'naturalmente' como extensões do universo masculino e dentro de uma polaridade homem/médico, mulher/enfermeira.

Um das primeiras condições que apareceu para a mulher tornar-se enfermeira foi a de ampliar ou adquirir os valores morais/sociais de abnegação, docilidade, acomodação, subserviência, docilidade e outros adjetivos, de modo a responder as prerrogativas impostas pelo capitalismo crescente que se instalava no mundo viabilizado pelo pensamento e pelas práticas masculinas.

O assentamento das questões descritas acima, responderiam obviamente à maximização de um poder de mando, impensado para as mulheres, particularmente se estas tivessem o "direito" de escolher sua pseudo-autonomia social, pelo acesso a um emprego promissor, como foi a Enfermagem, no seu período de modernização imprimido por Florence Nightingale.

O que assegurou o surgimento de uma nova era para a Enfermagem, a partir, dos valores já citados, foi a continuidade de reprodução social de uma condição que parecia permanente. A de submissão e sujeição ao discurso masculino que impediria 'para o todo e sempre', o acesso a uma legitimidade feminina de pensar por si e a partir de si.

O advento da transformação do espaço hospitalar em forma de reserva de corpos, a serem pensados como 'quadros epidemiológicos', garantiu de outra maneira, um novo desdobramento para o exercício doméstico da mulher enfermeira, mascarado como científico.

Houve a impregnação de uma prática profissional, através de um cuidado enquanto continuidade daquele que a mulher secularmente impingiu na preservação e continuação da família, dentro do espaço privado e doméstico.

Em relação à questão dos corpos e sua produção político-social, Foucault (1992) argumentou a respeito de sua constituição, quando da análise sobre o Nascimento da Medicina Social. O teórico estabeleceu dois desdobramentos do campo de saber da saúde como discurso científico: um a respeito da Medicina; outro, relativo ao papel dos intelectuais sobre as ciências.

Para Foucault a Medicina, ao contrário do que é conhecido tradicionalmente, não nasceu voltada para o coletivo e sim para ser exercida como prática social. O autor considerou que a Medicina surgiu na Europa, primeiramente na Alemanha como Medicina de Estado, depois como Medicina Urbana na França e, após, como Medicina da Força de Trabalho na Inglaterra. Tais práticas sociais foram métodos contextualizados a serviço do poder público (FOUCAULT, 1992).

Embora as três formas de Medicina tenham sido inventadas com certas características singulares, em função de problemas e possibilidades políticas enfrentadas em cada um daqueles países, Foucault problematizou a intenção com que elas nasceram no terreno social.

Elas surgiram a partir de interesses políticos, a fim de dar sustentação aos novos Estados que se formaram. Para tal, se valeram do corpo social, cujo sentido foucaultiano é o de uma realidade bio-política e que passou a ser estrategicamente utilizada pela Medicina.

Calculadamente o corpo passou a ser formulado como um instrumento para imprimir a organização política, através de uma "medicina social". Ou seja, retira-se o espaço de um corpo na relação médico/indivíduo que caracterizaria uma medicina individualizada e preenche-se o mesmo espaço pela vigilância deste corpo como uma maneira sutil e estrategicamente criada para regular as pessoas.

É a este sentido que Foucault (1999) nomeou como disciplinarização dos corpos. De um corpo com certa liberdade para pensar e agir se passou a ter um corpo sujeito e submetido aos interesses do público. Uma espécie de inversão: do

privado para o público, mas não o contrário. Instituiu-se assim e também, a noção de um corpo dócil, pois para Foucault: “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (1992, p. 118).

Com o controle do corpo pelo Estado, tornou-se possível maximizar a potência da sociedade e assim movimentar a economia, a política, o bélico, a vida de cada um e de todos os indivíduos.

Nesta forma vertical de se conceber o corpo individual e social, a mulher enfermeira foi, sem dúvida, um excelente *desempenho* para a continuidade e a ampliação do sistema capital devido sua história de submissão e assujeitamento como objeto social e como um ser social inferior.

A partir da propagação da máxima capitalista, a hegemonia político-ideológica que se disseminou mundo afora condicionou à mulher enfermeira de que seu espaço doméstico deveria ter uma outra faceta, agora ‘discursada’ meticulosamente como prática social cuidadora.

É exatamente nesta dimensão que acredito que as questões de exclusão social da mulher, na qualidade de enfermeira pela via de discursos masculinizados, tenham se revestido de uma lógica, cuja reprodução foi, talvez, mais ferrenha que a produzida em outras ‘profissões femininas’.

José de Souza Martins (2002) enfocou apropriadamente a problemática da exclusão. De acordo com ele, a “designação da “exclusão” não conecta o destino de quem a usa ao destino de quem ela designa. Ao contrário, separa-os” (p.40).

A idéia da exclusão, conforme argumentou Martins, pressupõe uma sociedade acabada, cujo acabamento não é por inteiro acessível a todos. É neste significado do imaginário social da exclusão que vejo a problemática das mulheres enfermeiras, no que tange as suas posições e lugares instituídos a elas historicamente. Habilmente as artimanhas geradas no interior do discurso masculino, associaram a continuidade do cuidado domesticado com o mero fazer, atribuído de maneira inquestionável à enfermeira, respondendo adequadamente aos interesses do macro-poder capitalista.

Some-se ainda que, a dispersão do discurso sobre ‘uma atividade humanizada’ da enfermeira teve também sua máxima, através da técnica, que ingressou como mais um recurso estratégico de controle e disciplinarização, colaborando para a continuidade de processo de ‘anestesia’ da mulher enfermeira em termos de problematizar sobre sua participação na tessitura histórico-social.

No livro *Construção de Competências em Enfermagem*, publicado por Roseana M. Medeiros, Nilva Stedile e Suzete M. Claus em 2001, Medeiros já constatava que a dimensão técnica mobiliza esforços cognitivos das enfermeiras para não pensarem criticamente a respeito de sua visualização histórico-social.

A técnica em seu lado mais perverso, o tecnicismo, é uma interface importantíssima na geração de profissionais desprovidas de crítica reflexiva, já que por ela os processos de dominação e domesticação continuam a se fazer presentes no comportamento das enfermeiras. Isto, em razão de que, para Medeiros, tudo que se condiciona de maneira mecanizada implica em formar atitudes dominadoras e domesticadoras (p.14). Foi assim, que para a autora, década após década, enfermeiras foram formadas para o mero ato de fazer na Enfermagem.

As ambigüidades históricas que a enfermeira vive fizeram nascer o seu domínio sobre os demais profissionais de enfermagem e ou outros membros da equipe de saúde, particularmente no espaço hospitalar.

Na domesticação, como concebeu Medeiros (2001), a enfermeira exerce seu domínio autoritário e, ao mesmo, tempo é domesticada para atividades práticas desprovidas de caráter crítico. Simultaneamente, a mesma domesticação aparece pelas mãos do domínio no espaço hospitalar, através da figura do profissional médico.

Os micros poderes exercidos na instituição hospitalar pela enfermeira também culminaram num exercício de micro poderes por parte dos profissionais médicos e vice-versa. Entretanto, os micros poderes da enfermeira vieram pela necessidade 'ideológico-patológica' de se fazer visualizar histórico socialmente e, na contraposição ao discurso masculino.

O espaço que legitimou esta trama, o hospital, é aqui concebido através do olhar de Michel Foucault (1992). Vale a pena retomar parte de suas considerações, nas interfaces daquilo que ele próprio intitulou de ambiente terapêutico de intervenção sobre a doença e o doente e na distribuição dos corpos inspecionados constantemente na técnica do panóptico (FOUCAULT, 1999).

O lugar assumido pela instituição hospitalar e a inscrição do médico nesta relação foram, sem dúvidas, elementos fundamentais para a inserção da mulher-enfermeira no espaço hospitalar. Prova disto, é que ainda no momento atual, boa parte de egressos dos cursos de graduação em Enfermagem, procuram a instituição hospitalar como primeira opção de emprego.

Até o século XVIII o hospital foi uma instituição de assistência aos pobres. A partir deste período, o hospital passou a ter uma noção de instrumento terapêutico. Seu aparecimento como tecnologia médica é recente. Ocorreu por volta do final do século XVIII a partir da necessidade de reformular a concepção hospitalar quando da reconstrução do Hôtel-Dieu de Paris (FOUCAULT, 1992).

A 'novidade' no ambiente hospitalar referiu-se a introdução de hierarquias e normatizações, a partir da criação de inquéritos que serviram de base para a configuração das novas abordagens para a construção do hospital com o fim de cura. Dali, relações entre doença, mortalidade, cura, espaços físicos percorridos no hospital, roupas usadas pelos doentes, entre outras questões, foram criadas de modo a compreender melhor o aparecimento das doenças e de como intervir sobre elas: “nesta luta entre a natureza e a doença, o médico deveria observar os sinais, prever a evolução, ver de que lado estaria a vitória e favorecer, na medida do possível, a vitória da saúde e da natureza sobre a doença” (FOUCAULT, 1992, p.102).

Em contraposição, às enfermeiras, de acordo com os critérios nithingaleanos, era proibido quase tudo – desde um comportamento não condizente com a postura social estabelecida para as mulheres, passando pelo uso de roupas que cobrissem seus corpos e não revelassem qualquer possibilidade de 'desejo', até a máxima proibição em saber o nome da medicação que estas profissionais davam aos doentes.

Até meados do século XVIII, hospital e medicina foram fatos independentes, de acordo com Foucault. A transformação foi “não a busca de uma ação positiva do hospital sobre o doente ou a doença, mas simplesmente a anulação dos efeitos negativos do hospital” (FOUCAULT, 1992, p.103).

Um acontecimento importante passou a se constituir na nova configuração hospitalar. A transformação do saber médico. Destaco dois eventos que serviram como marcadores sobre o saber médico através da nova institucionalização da cura.

O primeiro referiu-se a uma outra ordenação do hospital que se constituiu naquilo que Foucault nomeou de medicalização. O termo designou a passagem de uma desordem econômica, a partir do hospital marítimo e pelo qual foram regulamentados os movimentos sobre o tráfico de mercadorias, objetos preciosos, especiarias e outros, ainda no século XVII, para outra: a do esquadramento

econômico: o controle minucioso de toda movimentação sobre os espécimes trazidos das colônias.

O segundo evento localizou-se na questão disciplinar ainda e a partir das relações econômicas mercantilistas e que teve como modelo para a reorganização hospitalar, o próprio hospital militar através do esquadramento do soldado: também um controle minucioso sobre toda a movimentação do soldado, tornando-o apto e adestrado, fazendo-o ingressar nas cifras orçamentárias de todos os países.

Os processos de medicalização, pelo esquadramento econômico e o disciplinar, pelo esquadramento dos militares, foram a meu ver, duas importantes noções para fixar os saberes médicos dentro do hospital. Circunstâncias, essas, que instituíram a responsabilidade principal ao médico por toda a organização e a movimentação hospitalar.

No que tange a medicalização e ao esquadramento que possibilitaram uma exaltação dos saberes médicos, em relação ao das enfermeiras, por exemplo, basta ver os critérios exigidos pelas primeiras escolas de enfermagem em nível internacional e nacional. Condição que deixa claro a [de] formação de enfermeiras.

Contrariamente à fixação de poder médico nos hospitais, às enfermeiras, por sua condição feminina '*culturalmente discursada*', permaneceu a possibilidade de um lugar subalterno, cujo desdobramento foi o de um pressuposto saber 'menos importante'. Como exemplo, bastam rever as discussões e problematizações realizadas pelas mulheres enfermeiras nos materiais aqui analisados da REBEn. Além do mais, como ambiente terapêutico, o hospital incluiu a disciplina, exercício comum de poder nas e pelas atividades da enfermeira.

A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos (FOUCAULT, 1992, p. 106). Ela foi um processo decorrente do panóptico.

Originalmente, o termo foi resgatado por Foucault, a partir de Bentham e representou uma espécie de torre, centrada e edificada com o intento de vigiar prisioneiros. Ao redor do panóptico distribuía-se a edificação, dentro das quais ficavam os detentos. É do panóptico que as pessoas seriam constante e permanentemente vigiadas e, portanto a instalação da disciplinarização (FOUCAULT, 1999, p.162-187).

Por seus mecanismos de observação "ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar

em todas as frentes do poder descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde se exerça” (FOUCAULT, 1999, p.169).

É preciso, porém, pensar que o próprio Foucault, na mesma obra reconheceu que o uso do panóptico, na verdade significou uma utopia, já que um dos desdobramentos da vigilância e da disciplinarização seria o da resistência.

Mesmo assim a ‘metáfora do panóptico’, serve, neste momento, para a análise em torno dos materiais da REBEn em termos de compreensão de como o poder foi se instaurando, através da utilização da vigilância e da disciplinarização corporais.

Estabelecendo uma associação oportuna entre o poder médico, a distribuição arquitetônica, ou panóptica [virtual] – de vigilância severa e constante sobre os sujeitos, os saberes médicos masculinos com a história das mulheres enfermeiras no mundo, torna-se compreensível, em certo sentido, a formação de mulheres enfermeiras e sua inserção na profissão.

Mas, o que tudo isto significa, para além da subalternidade, dos lugares e das posições instituídos às mulheres enfermeiras?

Representa, grosso modo, que a Enfermagem se apresenta, nos discursos produzidos histórica e socialmente, através de mulheres com atitudes estereotipadas, calcadas na tradição familiar patriarcal e na da ordem do gênero através da disseminação de poderes assimetricamente produzidos através da cultura.

Em contraposição, a produção cultural das enfermeiras tem se dado por certas resistências e, em especial, àquela nascida de conflitos por ‘oposição binária’.

Os materiais analisados da REBEn permitem inferir que é ainda muito presente nas práticas profissionais das mulheres enfermeiras, o aspecto de embatimento e o conflito constante entre homens/médicos e mulheres/enfermeiras, como uma espécie de *mistura química com ‘erro de cálculo’* que tende a explodir a todo o momento. O ranço que se estabeleceu historicamente entre homens médicos e mulheres enfermeiras, é uma faceta importante para a compreensão sobre a fixação histórica dos lugares e das posições das enfermeiras.

Mas, uma outra faceta se junta àquela: as constituições subjetivas das mulheres dentro do meio cultural familiar. Os controles, os limites, as imposições, fatos comuns no exercício profissional são também dispositivos utilizados inicialmente pela instituição familiar para ensinar as meninas.

Os movimentos de lutas das mulheres por direitos, espaços, respeito e igualdade, por fim, os lugares e as posições culturais das mulheres são ainda determinados por paradigmas masculinos e familiares, carecendo de ‘novas reviradas’ para a mudança destes padrões. Desta forma, as marcações simbólicas e discursivas das mulheres enfermeiras, vieram também historicamente construídas à espreita de pragmatismos gerados no contexto cultural social e no espaço familiar.

Posteriormente, na formação profissional e, graças à recorrência de discursos produzidos pela via do masculino, a materialização das enfermeiras se deu no contexto de reprodução social-cultural.

O que passou a ocorrer durante a formação profissional foi uma recorrência discursiva de que o lugar da enfermeira é o de cuidadora e, para que isto acontecesse, ela precisou moldar-se ao perfil de recato, de subserviência, de meiguice, de passividade. Enfim, adaptar-se a um ‘autocontrole altruístico’ que, na maioria das vezes, esteve longe de ser alcançado por um ser a enfermeira um *ser finito*.

O avanço da profissão de Enfermagem se deu através das reproduções sociais e culturais que ditaram às gerações posteriores de enfermeiras como elas deveriam se comportar. Isto não só instituiu uma atividade de Enfermagem centrada na visão biologicista do cuidar como a transformou em formas legitimadas bastante oportunas – pela marca do corpo feminino – para a manutenção de uma lógica condizente com as atitudes culturais concebidas e aceitas socialmente para as mulheres.

Ao juntar as questões sobre o poder médico, a virtualidade da distribuição arquitetônica ou panóptica, os saberes médicos masculinos com a história das mulheres e enfermeiras, não fica difícil imaginar como discursos vieram produzindo estas mulheres enfermeiras. E o que é pior. Em parte, com a anuência das próprias profissionais.

A produção de discursos a respeito destas profissionais veio, ao longo de sua trajetória, sofrendo uma observação minuciosa, a partir das primeiras estudantes de enfermagem. Bastam ver os critérios instituídos em termos comportamentais que não se revelaram apenas pela ‘docilização dos corpos das enfermeiras’, mas perpetuaram-se por práticas discursivas porque também o corpo é discursado.

Nos materiais em que realizei a investigação, entretanto, a condição discursiva na história da materialização da mulher enfermeira, apareceu fortemente questionada e refletida criticamente.

Qual o significado das contestações que apareceram naqueles materiais?

Inicialmente é necessário afirmar que o discurso histórico a respeito das mulheres enfermeiras foi ordenado e criteriosamente construído para a vigência sempre atualizada da figura de uma enfermeira. Uma enfermeira que, ao mesmo tempo, passasse um ideário de anjo e não de uma de uma mulher, por conta que em termos gerais, as mulheres quando visualizadas discursivamente são sempre objeto de desejo fraternal, mas e ainda em termos de sexualidade.

Outra lógica possível de inferência é que as contestações materializadas na seleção da revista que realizei responderam ao tempo em que movimentos de mulheres foram mais incisivos, como bandeira de luta, à custa das contribuições teóricas ao redor do gênero feminino e de temáticas feministas.

Os anos noventa do século passado foram períodos de intensos deslocamentos e rachaduras a respeito de lugares e posições que as mulheres ocupavam e que poderiam passar a assumir socialmente. A maior fissura, a meu ver, deu-se pela [re] apropriação das mulheres das circunstâncias de suas vidas, assumindo definitivamente que sua autonomia somente poderia ser construída a partir de suas próprias constituições.

Na Enfermagem, processo semelhante passou a acontecer. As enfermeiras firmaram a perspectiva de que, através de uma outra lógica, como pela produção de textos, pesquisas, estudos, discussões e lutas em respeito à valorização profissional, assim como várias outras vias do processamento do saber, se poderia *exorcizar* o lugar e a posição historicamente impostos a estas profissionais. Decorreu dali, a problematização para ultrapassar o estigma de que mulheres enfermeiras não pensam, são passivas e possíveis de continuar a serem manipuladas por discursos de contextos masculinos, quer na lógica macro estrutural, quer, na micro estrutural.

Do olhar exposto até aqui, em relação ao material visitado e analisado da REBEn, acredito que também faz-se necessário pensar quais razões são mais salientes para que mulheres enfermeiras escrevessem sobre mulheres enfermeiras, questionando, naquele momento, questões de poder, micro poder e os demais elementos enunciativos já discutidos.

Contrariamente aos discursos produzidos por homens médicos e, que instituíram saberes, centralizado no poder, os produzidos por mulheres enfermeiras, a respeito delas mesmas, oscilaram entre reproduções histórico-sociais sobre sua atividade profissional como extensão doméstica; ou, de certo modo, radicalizaram de forma necessária, sentidos, lugares e posições destas mesmas mulheres enfermeiras, de forma a contrapor o percurso do discurso e do saber médicos.

Retomo a questão do período em que os materiais selecionados da REBEn foram publicados. Houve, ao final da década de oitenta e por praticamente toda a década de noventa do século XX, uma forte razão para ‘discursar’ sobre mulheres enfermeiras, a partir das próprias enfermeiras.

O momento de argumentações e contestações dos materiais publicados correspondeu ao período em que especialmente no Brasil e na América Latina, o movimento de mulheres e as discussões em torno de igualdade e liberdades femininas foram intensos e profundos, justificados pela circulação de *tsunamis femininos* similares em praticamente todo o planeta.

A lógica sobre as posições e os lugares atribuídos historicamente às mulheres, representou, a partir do movimento mundial construído pelas próprias mulheres, uma verdadeira virada na história do capitalismo contemporâneo, na medida em que as teorias feministas e as bandeiras de luta tornaram-se o centro simbólico da visibilidade feminina.

O regime disciplinar imposto pelo sistema capital globalizado foi rachado e uma unidade estabelecida. A contextualização problematizadora a respeito da função e dos papéis sociais das mulheres.

Com a Enfermagem não foi muito diferente, pois até então, os lugares e as posições visualizados socialmente a respeito destas profissionais eram os de inferioridade e de desprezo em relação às atividades que uma enfermeira realiza e sobre sua presença social e política por tratar-se da materialização de ‘mulheres’.

Certamente, para o senso comum, discursos recorrentes são circunstanciais porque fixam e reforçam idéias e imagens. De modo similar, as enfermeiras estiveram por longo período, no que tange aos discursos produzidos sobre elas, em uma *zona de conforto* por representar a acomodação passiva e necessária a respeito da presença das mulheres nas sociedades.

O evento a respeito da circulação de uma outra lógica sobre a presença das mulheres no mundo gerou outras circunstâncias, às quais, permitiram o

estabelecimento desta mesma lógica que não mais correspondia ao almejado para a figura da mulher enfermeira. A contraposição veio justamente pelas rebeldias que a mulher passou a ter direito, quando se visualizou como sujeito possível e não como alguém social e culturalmente pronta.

Dentro da lógica macroestrutural, as mulheres foram aprendendo que seus direitos, suas liberdades, suas constituições subjetivas só poderiam ser construídas contrapondo o sistema vigente. Isto porque, ao ser questionado e criticado de maneira contundente, o sistema capitalista, em sua máxima, obrigou a modificar pelas relações de trabalho e produtividade, as intensidades que cada sociedade vivia em particular em relação à presença e a visibilidade das mulheres.

Neste sentido, julgo pertinente a discussão que Hardt e Negri (2005) realizaram quanto discutiram a questão do sistema capital imperialista: “O longo ciclo de lutas contra os regimes disciplinares chegara à maturidade, e forçou o capital a modificar suas próprias estruturas e submeter-se a uma mudança de paradigma” (p.282).

Os autores argumentaram criticamente em torno do problema do capital que, em sua crise nos anos 60, obrigou a modificar suas estratégias. Assim, argumentaram os teóricos:

as três características primárias do mercado de trabalho – a separação de grupos sociais (por classe, raça, etnia ou sexo), a fluidez do mercado de trabalho (mobilização social, terceirização, novas relações entre trabalho produtivo direta e indiretamente) e as hierarquias de trabalho abstrato – foram ameaçadas (...) (HARDT e NEGRI, 2005, p.283).

Em termos concretos, também para as mulheres enfermeiras, a saída de uma zona de conforto para uma de desconforto, imprimiu nelas a consciência de uma legitimidade oriunda de sua constituição histórica e suas posições na tessitura social, agora, problematizando-se como sujeitos de sua própria história. Entretanto, a maturidade feminina que se concretizou nos anos sessenta, intensificando-se nas décadas seguintes, não seria suficientemente abrangente para que se pudesse pensar que, dentro da bandeira de luta erguida pelas mulheres, as diversidades e as diferenças entre as próprias mulheres não seriam contempladas.

Dentro da nova lógica de constituir-se mulher, os movimentos femininos, esqueceram das profundas e impactantes diferenças; entre elas a representatividade das mulheres negras.

No Brasil, a questão descrita acima foi muito mais significativa em razão das características, sutis e perversas ao mesmo tempo, que a discriminação racial e o preconceito estão embutidos no imaginário social.

O reflexo da invisibilidade social da mulher negra tem sido palco de análises e argumentações críticas, por autores e autoras como Jussara Assis, que em 2008 analisou a inserção da mulher negra no espaço empresarial no Brasil.

As dificuldades que se apresentam para uma maior absorção da mulher negra em atividades empresariais encontram-se, segunda ela, na história de mulheres e homens negros brasileiros que continuam a ser vítimas, em maior número, da exclusão social pela via da pobreza, da inacessibilidade à educação, à saúde e a uma melhor e mais digna qualidade de vida. Eu acrescentaria também, à custa da impregnação histórica racista e discriminatória da sociedade brasileira que, de certo modo, inviabilizou ou dificultou a construção da identidade individual/coletiva de mulheres e homens negros no Brasil.

A partir da análise que realizei com os materiais da REBEn e, considerando a ausência de discursos nela narrados sobre enfermeiras negras, a próxima subseção analisa a problemática da invisibilidade da enfermeira negra na REBEn, fazendo articulação com as narrativas de enfermeiras negras que colaboraram com o estudo.

As matérias que serviram de análise a respeito dos discursos produzidos historicamente acerca das mulheres enfermeiras favoreceram mais que enxergar seus lugares e suas posições históricas, inferir que a ausência de discursos sobre enfermeiras negras tem sua razão em condições de possibilidade localizadas na questão óbvia do preconceito e da discriminação racial. Mas e ainda, em questões de subjetividade e de identidade individual/coletiva, dentro da perspectiva étnico/racial.

Trata-se de pensar, pelo viés de ser diferente e encarar a diferença étnico/racial, que os conflitos e a falta de representatividade da mulher negra na Enfermagem são embatimentos constantes e diários na vida dos negros e das negras no Brasil.

6.3 Condições de Possibilidade I – a ausência de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn retrata uma realidade cruel: o preconceito e a discriminação racial habitam o imaginário social do Brasil

Para compor a discussão em torno da ausência de discursos na REBEn a respeito de enfermeiras negras, inicio a análise tomando como reflexão o posicionamento da mesma revista em relação ao problema da investigação.

A fim de elucidar as razões centrais, além das classicamente postas: o racismo, a discriminação contra a cor, contra o gênero feminino, a exclusão/inclusão social das mulheres negras, que entornaram historicamente a perspectiva do não reconhecimento social dos afro-descendentes no Brasil e na Enfermagem, resgato em que sentido venho insistentemente utilizando o significado de discurso.

Eni P. Orlandi (2000) considerou em seu trabalho sobre discurso e leitura que analisar um discurso é tomar a palavra como um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc. (p.17). Isto em razão de que a apropriação de um discurso pelo sujeito não é um movimento individual, mas social.

Assim como para Foucault (2007) analisar um discurso exige ir para além de seu caráter semântico, também Orlandi considerou que este segmento (o semântico) deve ser ultrapassado, justamente porque um discurso ao disseminar-se socialmente, transforma, muda, enfim pode tanto assumir um sentido único quanto múltiplos significados.

O problema do discurso em si, pelos seus enunciados sempre foi uma constante nos estudos de Foucault (1996 e 2007). Primeiramente no período que ele intitulou de arqueológico. Entretanto, o próprio teórico ultrapassou aquele período, mas não negou a importância da linguagem e do discurso em suas obras posteriores.

Genericamente, analisar a função discursiva e sua prática é aperfeiçoar os entendimentos ao redor da função de enunciados, cujos conjuntos formam um discurso. Ao ampliar sua análise para o período genealógico, o teórico deu preferência em compreender a função discursiva relacionada a condições históricas e políticas.

Para Foucault (2007), ultrapassar a análise de marcas discursivas, em termos de leis de funcionamentos independentes da natureza e das condições de

enunciação, representou compreender de outra maneira, como ocorriam tais relações, às quais ele intitulou de rede complexa de relações, sedimentada na grande marca relacional de poder-saber. Um enunciado, afirmou Foucault (2007), existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento e a relação que mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização (p.100).

Na mesma obra, Foucault destacou, entre outros aspectos, um muito importante: o de que a análise do discurso, através da análise enunciativa está colocada na maior parte do tempo sob um duplo. Aponta como a força de diferentes textos remete uns aos outros, se organizando em uma 'figura única', convergindo com instituições e práticas, carregando significações que podem ser comuns a toda uma época.

A outra interface referiu-se a questão de como um discurso é expresso. Ou seja, cada discurso é recebido e absorvido como expressão de totalidade.

Substitui-se assim, a diversidade das coisas ditas por uma espécie de grande texto uniforme (...) e que, pela primeira vez, traz à luz os que os homens haviam "querido dizer", (...) não apenas em seus discursos, mas nas instituições, práticas, técnicas e objetos que produzem (FOUCAULT, 2007, p.134).

No que tange a questão enunciativa de um discurso, este aparece como necessidade de imprimir uma materialidade em suas relações, tramadas como prática política. Isto exige que o próprio discurso produza um sujeito e, portanto seu apagamento ou sua inexistência não produz um sujeito.

Ao não produzir um sujeito, o discurso põe-se inequivocamente à disposição da macroestrutura, que historicamente sempre negou e omitiu a questão da exclusão/inclusão social das minorias, como é a situação das mulheres negras.

Porém, o que passa a ser evocado em um discurso não dito, são verdades outras que representam o ensejo coletivo e social em concordância com os saberes dominantes. Isto credita a estes discursos veracidades que, além de distorcerem fatos presentes no passado ou na contemporaneidade, favorecem a emersão de brechas pelo qual o *discurso não dito*, passa a ter uma outra força, inicialmente clandestina e depois se materializando na forma de novos enunciados. Esses, geralmente na forma de contestações e denúncias.

O aparecimento destes ‘novos enunciados’ na forma de discursos implica nos escancaramento e na rendição em aceitar o reconhecimento de diferenças, de possibilidades, de constituições de identidade, como bem afirmou Orlandi (2000).

Na interface de entender a ausência de discursos na REBEn sobre enfermeiras negras minha posição aparece ainda apoiada em Foucault (1996). Este teórico reforçou, muitas vezes, na obra a *Ordem do Discurso* que o sujeito é o desenrolar de um discurso.

A posição de Foucault a respeito de discursos aceitos socialmente é que eles respondem inequivocamente às normas institucionais. Aos ensejos e desejos políticos e suas práticas, como garantia da não violação às ordens estabelecidas. Nesses jogos de interesse macro e micro estruturais, se discursos sobre enfermeiras negras houvessem sido produzidos, estes fugiriam ao estabelecido. Ou, em oposição, a materialização de discursos sobre enfermeiras negras, permitiria violar normas sociais. Daí, inviabilizar discursos sobre estas mulheres. Por ser o caminho possível para a manutenção de sociedades racistas e discriminatórias.

Foucault pensou que o perigo de discursos, como os a respeito de enfermeiras negras, está situado no aspecto de que a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos; dominar seu acontecimento. Depois, pelo domínio de um discurso, é possível “esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 1996, p.9). Daí esclareceu o autor, um discurso apresentar certos procedimentos. O de exclusão, elucidado nos parágrafos acima e já contemplado na primeira parte do trabalho.

A exclusão discursiva desdobra-se em três grandes vertentes, segundo o próprio Foucault. A interdição, que tem como regiões de tensão a sexualidade e a política. Essa, servindo como terreno para o anulamento de ‘discursos perigosos’ como os a respeito de enfermeiras negras.

Os outros princípios de exclusão de um discurso que foram concebidos por Foucault são: o da separação e o da rejeição, ambos já discutidos na primeira parte da tese. Vale salientar novamente, que Foucault reforçou que separar um discurso de outros é suprimir sua materialidade, em razão deste tipo de discurso não poder circular. Uma espécie de palavra nula e não acolhida, sem verdade, sem importância.

A rejeição um discurso não dito ou não aceito formal e oficialmente implica em pensar-se que este discurso é todo aquele que coloca em 'xeque' as normatizações, as dominações, os jogos de poder-saber estabelecidos e postos a serviço de uma minoria branca e masculina.

Mas, a rejeição pode de outra maneira, pôr em relevo 'segredos ocultados' para servir as minorias, não contempladas na história de discursos que seguem os padrões sociais e políticos vigentes.

Dentro da exclusão, pelas vias da separação, da interjeição e da interdição, a própria exclusão discursiva e, por lógica a exclusão social de mulheres negras, como é o caso das enfermeiras, existe uma brecha. Aquela se presta ao mesmo tempo para que se procure um outro sentido, nos leva à espreita, como sugere o próprio Foucault, porque um outro sentido pode estar localizado "naquilo que nós mesmos articulamos, no distúrbio minúsculo por onde aquilo que dizemos nos escapa" (FOUCAULT, 1996, p.12).

Do que expressei acima, quero dizer que, nem mesmo ao longo da história, que rejeitou veementemente a presença dos negros nas sociedades, o anulamento de discursos a respeito particularmente de enfermeiras negras não foi suficiente para calar de vez as vozes destas mulheres.

As inquietações, guardadas secularmente, vem favorecendo ao longo da mesma história que se abstraia de suas entranhas novas formas de significar e re-significar a visibilidade das mulheres negras.

Um discurso, ao alojar quem o diz, também se desaloja. Seus deslocamentos se dão por acontecimentos, como a escravidão negra, negada por séculos, mas vivida por antepassados, cujo legado maior tenha sido, talvez, o de resistir, resistir e resistir. Assim, "o princípio de um deslocamento encontra-se sem cessar repostado em jogo" (FOUCAULT, 1996, p.23).

O desalojamento de um discurso, desta maneira, encontrar-se-ia na mesma ou maior intensidade que sua fixação por conta daquilo que o mesmo discurso, em sua materialização não deu conta. Portanto, atrevo-me a pensar que todo discurso que não é dito ou não pode ser dito tem em seus subterrâneos, resquícios contornáveis, que estão à espera de virem à superfície.

O que não se materializou, em termos discursivos, a respeito de enfermeiras negras na REBEn foi bem analisado, em termos de contexto social no Brasil, por autores como Maria Stela A. da Silva (2002) já argumentada. Silva sugeriu que a

enfermeira é discriminada não apenas pela cor de sua pele, mas pela opção profissional, o que coloca em posição ainda mais vulnerável as enfermeiras afro-descendentes. Depois por *camuflar* as prerrogativas de segregamento racial impingido pela própria sociedade.

Some-se aos elementos de etnia/raça e discriminação social contra a profissão de Enfermagem, o fato de que o status social da profissão ainda carece de reconhecimento (SILVA, 2002, p.69).

A autora perseguiu a vertente do preconceito e da discriminação contra as mulheres negras na Enfermagem e lembrou que:

nos primórdios da Enfermagem Nightingaleana no Brasil, além das dificuldades pessoais e familiares, a mulher negra que desejasse ser enfermeira tinha que enfrentar e superar obstáculos, principalmente dentro das escolas onde fazia o curso, o que de certo modo dificultava e até impedia sua formação (p.69).

O estudo de Silva também demonstrou, entre outras questões, que a discriminação contra enfermeiras negras ocorre em maiores proporções em instituições hospitalares do setor privado.

A afirmação da autora vem de encontro a uma parte da análise que realizei em termos do 'esquadrinhamento' que a enfermeira sofre na instituição hospitalar, porque ali, os enredos nas relações de poder-saber são muito mais intensos e perversos. E nisto, o discurso aceito historicamente, tem sua importância por anular discursos que vão ao desencontro com as tradições políticas vigentes.

A inexistência de discursos a respeito de enfermeiras negras na REBEn, mostra que, de fato, o racismo e a discriminação contra negros no Brasil e na Enfermagem ainda é uma realidade.

Na Enfermagem a situação é ainda mais precária. Poucos materiais se fazem presentes, no sentido de argumentar ao redor da questão 'enfermeiras negras', entre eles os utilizados no estudo. A precariedade de materiais que problematizem a presença de enfermeiras negras na profissão traduz claramente a necessidade de analisar a problemática exclusão das enfermeiras negras, em particular pelo viés discursivo.

Depois, os materiais a que tive acesso, em termos de contexto político-social brasileiro, salientam questões específicas e as discutem, salientando outras noções.

Diante do exposto, parece que o presente trabalho circulou por coisas já sabidas e já ditas. Discordo, considerando a escassez de análise ao redor de enfermeiras negras, em decorrência, por exemplo, da dificuldade de encontrar maior número de materiais que analisassem a questão dos afro-descendentes no Brasil.

Em minha discussão procurei conjugar as questões de etnia/raça, diferença/diferente, exclusão/inclusão social e identidade, porque abracei a perspectiva de que estas noções são elementos enunciativos, cujos desdobramentos podem realçar uma ou mais noções, sem a necessidade de “separá-las”. Cabe ressaltar que a observação do parágrafo anterior não tem a pretensão de menosprezar trabalhos de outros autores.

Ao contrário, a idéia aqui, foi a de enxergar a problemática das mulheres e das enfermeiras negras, dentro daquilo que refleti na primeira parte do trabalho. Realizar um estudo que, de certo modo, representasse olhar, por uma outra lógica, o que já está construído historicamente.

Ao detectar a ausência de discussões em torno de enfermeiras negras, em certo sentido, o óbvio veio à tona. Ou seja, a negação histórica da presença e da participação da população afro-descendente na sociedade brasileira.

Estelina S. do Nascimento, Geralda F. dos Santos, Valda da P. Caldeira e Virgínia M.N. Teixeira (2002), autoras utilizadas neste estudo, através de um artigo contido nos materiais analisados da REBEn, afirmaram que o processo de *eugenização* na Enfermagem não ultrapassou os anos 30 do século passado. Necessário lembrar, porém, que à medida que o país foi evoluindo em termos políticos e econômicos em suas relações internas e com o exterior, não seria interessante ao Brasil, manter aberta uma ‘janela’ pela qual a problematização sobre a questão do preconceito e da discriminação raciais voassem e transformassem essa questão em um emblema de lutas. Isto implicou no exercício macroestrutural de criar estratégias sutis, de modo a aparentar uma possível estabilização do conflito étnico/racial.

À custa de discursos que acomodaram as relações sociais, as diferenças étnicas em torno dos afro-descendentes, foram ‘abafadas’ e as mulheres negras, empurradas ainda mais para o ‘fundo do poço’.

As conseqüências de exercício de estratégias totalizadoras e que, inevitavelmente camuflam questões conflituosas, como as do preconceito e da discriminação étnica, estão vinculadas ao processo cultural rançoso, que absorve

todas as instâncias institucionais, culminando na perversidade de sempre burlar a emergência de movimentos que lutem pela igualdade de direitos.

No emaranhado de relações de poder onde se encontram as enfermeiras negras, tanto na dimensão profissional quanto na social, creio que a questão da ausência de discursos a respeito delas deve-se também a questões de subjetivação destas enfermeiras. Sua inserção nas relações sociais é uma decorrência óbvia das relações de poder-saber, materializadas via discurso.

Aliás, Foucault (1988) realizou análise apropriada sobre esta questão, pois para ele, seus estudos não trataram de colocar o poder como questão central de, mas sim o sujeito em sua subjetivação. As complexas redes existentes no contexto social não deixam dúvidas de que, seus tentáculos também estão presentes na prática da Enfermagem, principalmente considerando esta prática como viés político, como o concebeu Foucault (2007).

Diante do histórico preconceito e da discriminação racial contra enfermeiras negras, a subjetivação dessas mulheres tende a mostrar-se diferente de enfermeiras não negras.

Foucault (1988) analisou a subjetivação particularmente na obra História da Sexualidade. Nela, o teórico preocupou-se em responder, entre outras questões, às críticas sobre a 'não existência de um sujeito' em suas obras.

Em resposta a estas críticas, Foucault iniciou um exaustivo estudo fazendo argumentação inicial sobre os diferentes modos de subjetivação do ser humano e, estabeleceu três tipos de subjetivação, a saber:

- *os modos científicos de investigação*: aqui sua preocupação foi pensar o status da ciência, pela qual o sujeito é objetivado, isto é, como ele aparece representado por resultados de pesquisa, cifras, estatísticas, etc.

- *o segundo modo* proposto por Foucault foi o da *objetivação* do sujeito ou as práticas divisórias: ali o autor pensou a respeito de como o sujeito aparece dividido em seu interior ou dividido por outros. Um bom exemplo foi a análise que ele realizou sobre o louco e o "normal".

- *no terceiro modo* o teórico argumentou sobre como o *sujeito se converte a si mesmo, como sujeito* – lá o tema central foi a questão da sexualidade.

Para evitar outras controvérsias sobre sua proposta de subjetivação, Foucault também elucidou que o sujeito que ele concebeu é aquele que se submete ao outro, através do controle. Ou, como noção de um sujeito que corresponde à sua própria

identidade pela consciência de si. Ambas as noções sugerem uma forma de poder que subjuga e submete.

Olhando a análise da ausência de discurso em relação às enfermeiras negras, na dimensão macroestrutural deste trabalho, a objetivação pela divisão interior está presente toda vez que uma enfermeira negra tem que 'lidar' com o "constrangimento" que sua cor gera, concretamente nas relações sociais e de poder; de se mostrar para grupos sociais que, geralmente 'escondem' sua insatisfação em ter que conviver com uma negra.

É o preconceito emergindo das entranhas de quem o tem, mas não o assume. Nesta situação a divisão interior pode servir para o aprofundamento da consciência de si, pode colaborar para as 'mexidas' que estas mulheres fazem como exercício em ter que mostrar a todo o momento sua negritude, bem como com a necessidade de ter que lidar com o 'engasgo' de quem não consegue ou não aceita conviver com negros.

Pode também a mesma objetivação, apresentar-se como divisão pelos outros. Nesse caso, a presença do negro e da mulher enfermeira negra, geram muitas situações controversas. Desde indisposições nas relações de trabalho com profissionais de várias áreas da saúde ou, o que ainda é bastante freqüente, ter que lidar com poderes nas relações com a equipe de enfermagem, porque muitas vezes a própria equipe não aceita o 'poder de mando' de uma enfermeira negra.

A conotação geral do anulamento de discursos ao redor de enfermeiras negras aponta que a Enfermagem, enquanto ciência é uma disciplina contraditória porque mantém discursos ao redor da ética e da moral a respeito de sua responsabilidade com o cuidado do outro, mas conspira para que discursos que 'não estão na ordem', continuem velados.

Mas, é preciso aceitar também que, em decorrência da histórica reprodução sócio-cultural que permeiam as práticas políticas no Brasil e na Enfermagem, também parte desta falha está localizada nas próprias enfermeiras negras. Quer em razão de pouca consciência crítica, quer por ingenuamente julgar que o mero pertencimento de si na categoria profissional é suficiente para a superação do preconceito e da discriminação raciais.

E suma, em nível macroestrutural, a análise a respeito de discursos produzidos na história da Enfermagem sobre enfermeiras negras, permanece, então, reproduzindo a história das minorias segregadas.

Pelo fato de não ter encontrado nenhum material discursivo sobre enfermeiras negras, considero oportuno complementar a análise, olhando para o que pensam as próprias enfermeiras negras.

6.4 Condições de Possibilidade II – a ausência de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn não é somente um problema de preconceito, de discriminação racial, de exclusão/inclusão sociais; mas, de subjetivação e identidade coletiva das afro-descendentes.

Para compreender como as profissionais enfermeiras negras posicionam-se em relação a sua invisibilidade profissional, via discurso, cinco (05) enfermeiras colaboraram na investigação. Como descrevi na Metodologia, as informantes foram enfermeiras negras que atuam respectivamente: duas (02) na área hospitalar, duas (02) na área de Saúde Coletiva e uma (01) em Unidade de Hemocentro.

A idéia inicial era constituir dois (02) grupos de enfermeiras, cada um em dias e horários distintos para discutirem sobre a temática, conforme o que Weller (2006) propôs em termos de discussão. Houve, porém, muita dificuldade em conseguir, primeiro: encontrar enfermeiras negras na região serrana que estivessem atuando na Enfermagem. Depois, outra que veio contribuir com a primeira. A necessidade de compatibilizar o horário das informantes, já que todas atuam em mais de um emprego, além de suas vidas pessoais.

Ao final de agosto, todo mês de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2009 fui realizando contatos por telefone e e-mail, a fim de aglutinar os grupos, dias e horários distintos, mas as razões apresentadas pelas mesmas impediram a realização da estratégia.

Outra tentativa foi feita com enfermeiras da cidade de Salvador e em contatos por e-mails havia a possibilidade. Dispus-me a agendá-las para o período entre natal e mudança de ano e novamente acenaram positivamente. Cinco (05) comprometeram-se em colaborar com a pesquisa, das mais de dez (+ de 10) contatadas.

Na época das festividades de natal e ano novo de 2009/10 desloquei-me para o Estado da Bahia. A data marcada foi 29/12/09. Porém, no dia e horário combinados com as enfermeiras nenhuma compareceu.

Ao retornar para o Sul, realizei contato com uma ONG na cidade de Porto Alegre, responsável em disseminar discussões e atividades políticas com mulheres negras. Lá também de dez (10) contatos, cinco (05) confirmaram sua participação e o agendamento foi para a data de 22/01/2010. Das cinco enfermeiras, apenas uma esteve presente.

Na região da serra do Rio Grande do Sul, apenas duas (02) das três (03) contatadas haviam confirmado sendo que uma (01), posteriormente e, após confirmação, fez contato para dizer que não participaria do grupo de discussão. Esclareceu que não era 'negra e sim de cor parda'. A partir do argumento da colega, decidi respeitar sua posição e não mais insisti.

Ao final da primeira quinzena de janeiro de 2010, a prefeitura do município onde resido emitiu uma lista de homologação de enfermeiros candidatos a concurso público. Através de pesquisa no site da prefeitura, localizei várias enfermeiras afro-descendentes, da cidade, da região e de outros estados e na data de seis (06) de fevereiro consegui reunir um grupo de cinco (05) enfermeiras para o debate.

A cada informante foi fornecido o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, o qual foi assinado em duas vias. Uma ficou de posse da informante e outra da doutoranda.

O Método da Entrevista Narrativa foi aplicado individualmente e não pode ser gravado porque cada informante deu preferência em não gravar. Mas as participantes aceitaram em ser filmadas, desde que sua identidade pessoal fosse mantida em sigilo.

Como recurso para o registro das informações, utilizei um roteiro contendo questões que julguei pertinentes ao tema e ao problema da pesquisa. Na discussão de grupo, as cinco (5) informantes compareceram. Também como recurso para aproveitar todas as narrativas que nasceram da discussão do grupo filmei o momento, mantendo o sigilo da identidade das mesmas.

Abaixo apresento o Quadro I que caracteriza as informantes do estudo. Em respeito ao TCLE e em decorrência de a área de saúde ser rigorosa quanto a pesquisa com seres humanos, em qualquer campo do saber humano, as informantes serão identificadas por E (enfermeira), seguida de numeral seqüencial (1, 2, 3.... e assim por diante).

O primeiro momento da análise deste item trata de analisar sobre as narrativas individuais das informantes, conforme a ordem das questões (Apêndice A). Em seguida, apresento a análise da discussão em grupo.

QUADRO I – Caracterização das Informantes

Informantes	Idade (anos)	Estado Civil	Nº. Filhos	Tempo de Profissão	Pós-graduação (*)	Área de Atuação
E ₁	39	Casada	01	4 anos	Políticas Públicas de Saúde	Saúde Pública
E ₂	37	Casada	02	Menos de 1 ano	Nenhuma	Curativa
E ₃	44	Casada	03	19 anos	Licenciatura Plena e Saúde Coletiva	Curativa
E ₄	36	Casada	01	10 anos	Enfermagem Obstétrica Saúde Coletiva Mestranda em Cardiologia	Saúde Pública
E ₅	35	Casada	02	07 anos	Saúde Coletiva	Saúde Coletiva

(*) Todas em nível de Especialização; E₄ além de duas Especializações é Mestranda na área de Cardiologia Preventiva.

O quadro mostra que as informantes têm idades que oscilam de 36 a 44 anos. Todas são casadas e mães. O número de filhos oscilou de 1 até 3. O tempo de profissão variou de menos de 1 até 19 anos. Duas das informantes atuam na área curativa (hospitais privados) e três na área de Saúde Coletiva (Serviço Público).

De acordo com as questões contidas no roteiro do Apêndice A cada informante posicionou-se em relação às questões lá contidas.

6.4.1 Como as narrativas de Enfermeiras Negras localizam seus lugares sociais e profissionais, discursivamente.

Ao serem questionadas se conheciam ou não a REBEn, apenas E₂ respondeu que não, mas justificou pelo pouco tempo de atuação como enfermeira. As demais informantes responderam que conhecem a revista, mas não são assinantes do periódico.

A fim de esclarecer como conhecem a REBEn, se não são assinantes E₁, E₃, E₄ e E₅ afirmaram que o acesso à mesma é feito através de bibliotecas universitárias e internet.

A informação de que a REBEn existe em basicamente todas as bibliotecas universitárias é fato, considerando que a mesma foi o primeiro veículo de comunicação da profissão. Além do mais, a tradição da revista, tornou-a uma das mais lidas no meio profissional.

Quando perguntadas sobre o que chama atenção na revista E₁ e E₄ posicionaram-se afirmando que:

[...] além de abordar assuntos da profissão, eles são relevantes para a área de atuação [...] E₁.

Mas, E₁ também afirmou que não assina a REBEn porque:

[...] a revista não aprofunda questões feministas e não aborda questões sociais como o anti-racismo [...] E₁.

A postura de E₁, além de ser uma enfermeira com práticas profissionais e sociais críticas é atuante na área de Políticas Públicas de Saúde – com ênfase na Saúde da Mulher Negra. Além da atividade profissional, atua em uma ONG, na capital gaúcha voltada à construção cidadã da mulher negra. A mesma informante afirmou que o Brasil é signatário de vários instrumentos em nível internacional onde ele assume ser um país racista. Entretanto, disse ela, o país nada tem feito de efetivo para mudar esta realidade.

A estrutura lógica do racismo brasileiro ingressa em todas as instituições e, as pessoas ‘anulam’ essa problemática, de forma que a lógica imposta não muda. A operação social, para E₁, é a acomodação para não tocar na ‘ferida’.

Ainda, de acordo com E₁, a REBEn está dentro desta lógica. As questões feministas são bastante trabalhadas, mas em relação ao feminismo negro a revista não faz este diálogo. O racismo para E₁ é guardado, escondido dentro das outras etnias, dando continuidade à perversidade de manutenção do mesmo.

As demais informantes creditaram a questão de 'saliências' de temas (questão 2, itens a e b) na REBEn, o fato da tradição da mesma e, que os artigos a que tiveram ou têm acesso é de suma importância para suas práticas profissionais como enfermeiras.

[...] apesar de não ser assinante, leio com certa frequência a REBEn, pela tradição e, pelos temas que norteiam minha prática profissional [...] E₂.

[...] é a revista que a gente aprende a ler desde o período da faculdade e entende a importância dela para nossas práticas profissionais [...] E₄.

A respeito de já terem ou não lido alguma matéria na REBEn relacionada à temática de enfermeiras negras todas afirmaram nunca ter lido 'alguma coisa' que pudesse remeter à abordagem sobre suas participações e envolvimento na profissão.

A partir destas primeiras impressões individuais das informantes é possível traçar algumas reflexões ao redor do tema e seu problema.

A ausência notória de materialização discursiva, quando as informantes afirmaram que nunca leram nenhuma matéria a respeito de enfermeiras negras na REBEn, está de acordo com a ausência de materiais sobre o assunto quando realizei a busca nos periódicos.

A representação sobre o anulamento discursivo, atribuída pelas informantes sugere que não há 'espaço público' para que enfermeiras afro-descendentes possam ser vistas para além de dadas posições que foram naturalizadas para a mulher negra: a ocupação de inferioridade, para além daquelas já constituídas para mulheres de outras etnias/raças.

Olhando a narrativa de E₁, quando contestou a falta de aprofundamento de discussões na REBEn sobre temas feministas em torno de afro-descendentes, torna-se nítido que a lógica de aparecimento e desaparecimento de um discurso na revista serve tanto para se compreender como discursos históricos produziram

mulheres enfermeiras numa visão masculinizada quanto para atender às questões macroestruturais das sociedades. Argumentação que eu já discutia, a respeito da análise dos materiais localizados na revista. Disto, conjuga-se o que Foucault (2007) concebeu como ‘discurso desviante’. Entendido como aquele que não se ‘acomoda’ de acordo com normas institucionalizadas. Importante ainda lembrar que o teórico propôs que um discurso só se materializa a partir de circunstâncias intrínsecas, às quais para a visibilidade da mulher negra, não existem.

E₁, ao contestar a ausência de discussões sobre racismo e discriminação racial, pela via anti-racista na revista, trouxe à tona a necessidade de produção discursiva a respeito desta problemática, já que outros discursos se prestariam, em lógica inversa, para romper com os instituídos historicamente e formar novos enunciados e uma diversidade de discursos.

Ao serem provocadas a responder sobre quais razões as informantes entendem a inexistência de discursos a respeito de enfermeiras afro-descendentes na REBEn, todas individualmente, afirmaram como falta de interesse da revista, já que:

[...] ser negra e enfermeira é um enorme desafio [...] E₂.

O desafio a que E₂ se refere repousa no fato de o preconceito e da discriminação racial contra os negros ser tão recorrente na Enfermagem como reprodução do que a sociedade brasileira concebe em termos de *negritude*.

A REBEn não discursou sobre enfermeiras negras em razão de duas circunstâncias político-históricas. Uma devida sua passividade em relação ao preconceito e discriminação racial por compactuar com as reproduções sociais do Brasil, ainda visivelmente presentes na atualidade.

A passividade mantém íntima relação com a ‘neutralidade’. Situação cômoda porque não desacomoda e não cria conflitos, vendendo uma falsa imagem de que a profissão segue à risca seu discurso ético sobre o respeito ao ser humano, independente de sua cor de pele.

A outra razão de a REBEn não ter uma postura crítica e ética frente a presença de discursos sobre enfermeiras afro-descendentes aparece na dimensão de a profissão ser constituída massivamente por mulheres. Embora a produção de materiais na REBEn sobre enfermeiras tenha se tornado importante, nas duas últimas décadas do século XX, o esquecimento da participação das negras na

Enfermagem é uma situação que denuncia o mascaramento do preconceito e da discriminação racial nesse campo de saber, mas acima de tudo revela as mesmas circunstâncias dentro das próprias mulheres enfermeiras não negras e negras.

As práticas políticas, conforme insistiu Foucault (1992), estão pululando constantemente no interior dos sujeitos nas relações sociais.

Entre as razões para a inexistência discursiva ao redor de enfermeiras negras, a da ‘falta de visão das enfermeiras em não tratar o assunto’ parece estar localizada exatamente na questão da “sublimação” que a sociedade brasileira acostumou-se a exercitar no sentido de não tocar no problema do racismo e da discriminação racial contra os negros. Além do mais, a ruptura existente dentro dos movimentos feministas, em relação ao visível desprezo pela problemática da mulher negra, também colabora para a manutenção do que tem sido reproduzido historicamente.

Discursivamente e em conformidade com as narrativas das participantes, não existe lugar para afro-descendente. Essa reflexão vem ao encontro do que Foucault (2007) e Orlandi (2000) firmaram em termos de lugar discursivo. Para ambos, o lugar só pode ser concretizado pelo enunciado.

Não se pode ainda, negligenciar a própria passividade das enfermeiras negras que certamente têm materiais publicados na revista estudada, mas ainda apresentam ‘imaturidade político-social’ em termos de subjetividade para revelarem-se, problematizando sua própria situação histórico-social, no terreno macro estrutural e dentro da profissão.

A afirmação acima, em particular, a respeito da ‘neutralidade’ das enfermeiras negras em se mostrarem a partir de suas práticas profissionais demonstra, em parte, como nós mulheres negras ainda carecemos de exercício crítico-político para nos visibilizar e contrapor a cultura racista. Um exemplo que ancora a argumentação ao redor das narrativas das informantes vem através da fala de E₄ que expôs claramente o problema:

[...] não faz muito tempo, quando eu atuava na área hospitalar, fui ao quarto de um paciente para atendê-lo, e ele deu um sorriso irônico e me disse: ‘ôpa’ vou receber atendimento de uma “negreta”⁸ [...] E₄.

⁸ Termo popular e pejorativo, usado por descendentes italianos na região serrana do RS, para referir-se pejorativamente aos afro-descendentes.

No momento em que as informantes foram convidadas a posicionar-se em relação à pergunta 4 que fez referência a como estas profissionais se percebiam na profissão as respostas localizaram-se com maior ênfase no patamar da dimensão macro estrutural.

E₃ relatou que durante os 19 anos em que atua na mesma instituição hospitalar teve que lutar muito para fazer valer suas atitudes e:

[...] agir com profissionalismo, lidando com disputas ideológicas [...]

E₃.

A mesma informante expressou também que:

[...] até um tempo atrás, muitas vezes eu ouvia piadas da equipe de enfermagem que coordeno; as piadas eram sobre eu ser negra; que eu era uma “negra” muito brava. Polidamente, eu fui trabalhando a mesma equipe, conscientizando-a que, para além da cor, todos “somos iguais nas diferenças” (...) agora ta mais tranqüilo [...] E₃.

E₂, por sua vez, expressou que:

[...] as pessoas te olham diferente, porque acham que os negros não são capazes de possuir um diploma, de ter conhecimento, até mesmo gerenciar uma empresa onde a maioria é de brancos [...]

As narrativas de E₂ e E₃ compactuam com o que objetei no referencial teórico a respeito das noções de diferente e diferença.

Stuart Hall (2004) emprestou algumas contribuições a respeito da questão da diferença em sua relação com a identidade. O teórico, ao estabelecer relações sócio-culturais com os significados das palavras e a identidade, definiu que aquelas não são fixas. As palavras determinam quem a pessoa é, não por uma lógica psicológica, mas pela consciência da relação com o outro.

Nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência. (...). O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado pela diferença (p.41).

De fato, as percepções das informantes representam a realidade que as enfermeiras negras vivem. Ser interceptada a todo o momento por olhares e ironias a respeito da cor da pele é um exercício diário, por parte das mulheres negras; como se a imagem desta mulher representasse um *alienígena*.

É marcante a clareza que cada informante trouxe a respeito da diferença, o que permite creditar que pela diferença, materializa-se uma identidade social e coletiva. Esta última remetendo às questões de subjetivação que procurarei analisar na próxima subseção.

Ser diferente, no conceito racista e de discriminação racial, é provocar olhares de estranhamento. É expor-se à revelia. Situação ainda bastante comum no Brasil, particularmente em regiões de descendentes europeus, como é a situação da Serra Gaúcha.

Ser negro é ser diferente, sim. Não quero provocar aqui uma alusão à força da expressão, como que para defender a permanência de um discurso erroneamente impregnado no imaginário social, de que os negros se escondem por detrás do que historicamente foi determinado através da tirania político-social brasileira. Contrariamente, o reforço ao ser 'diferente' é para reafirmar que as mulheres negras em sua diferença étnico/racial querem, através do diferente, a igualdade de direitos político-sociais.

Além do mais, o problema de a enfermeira negra estar em 'posição de mando' envia este aspecto, não para o rótulo de que ela é mais incisiva, agressiva ou qualquer outro estigma que mascare o que de fato acontece na realidade. O problema localiza-se na confusão que as pessoas fazem na atribuição legal a ela instituído, utilizado pelos "outros", como exibicionismo. Muitas vezes, estes conflitos tornam-se tão exacerbados que chegam ao nível do ridículo.

As tentativas de 'burlar' as orientações e as solicitações de enfermeiras negras que assumem cargos de chefia, de coordenação, enfim de gerenciamento das atividades de Enfermagem expõem a fragilidade das relações de trabalho, via disputas em relação ao racismo e a discriminação racial, atrelada às questões de saber-poder. Associo a essa afirmação, àquilo que Foucault (2007) bem definiu em termos de processo discursivo. Para a efetivação de um ou de conjuntos de discursos há uma condição indispensável. O enunciado deverá habilitar-se. Sem esta habilitação, não há enunciado e, sem ele, não há a concretização de um sujeito.

Um sujeito que não se constitui não pode ser concebido na exterioridade social. Talvez essa seja uma forte razão para as tentativas de ‘despistar’ o gerenciamento de atividades de Enfermagem que partem de enfermeiras negras.

Outros fragmentos que apareceram nas narrativas das informantes, foram pontos de tensões que giraram ao redor das relações de poder, aglutinadas nos embatimentos enfermeira/médico, autoritarismo da enfermeira para com a equipe de trabalho e a não aceitação de ordens partindo de uma ‘enfermeira negra’.

Ao serem solicitadas a posicionarem-se na questão cinco (05) que as convidou a registrarem observações, sugestões e outros, as enfermeiras narraram o que elas entendem sobre a realidade de ser negra e enfermeira.

E₁ argumentou que as Políticas Afirmativas para os Negros no Brasil têm sido relevantes porque colaboram para a maior visibilidade desta etnia, impondo práticas políticas que contrapõem o racismo e a discriminação racial.

A mesma informante alertou, porém, que as ações afirmativas não são suficientes, pois que existe a necessidade concreta de maior consciência política por parte das mulheres negras e da militância para que as conquistas almejadas advenham a partir delas.

Para E₁ a sociedade devolve o problema do racismo aos negros, *contrabandeando* que ele existe dentro dos próprios negros, que insistem em falar de um assunto “há muito tempo resolvido”. Conforme E₁ a diferença racial conta na prática profissional no sentido de saber lidar com as relações sociais e de trabalho.

A informante afirmou que isto é fundamental tanto para as relações que se estabelecem com os pacientes/usuários/clientes, quanto na relação com colegas enfermeiras de outras etnias e com os demais integrantes da equipe de saúde.

Além do mais afirmou, a enfermeira negra, por trazer tradições de sua cultura gosta e, geralmente assume seu cabelo afro, seus acessórios coloridos, o que gera bastante desconforto nas relações sociais e de trabalho na área de saúde.

[...] A questão da posição da enfermeira negra, na realidade do trabalho, é que pelas raízes étnicas, somos diferentes, não apenas pela cor, mas por nosso comportamento étnico, que geralmente “choca as pessoas” [...] E₁.

Acentuou também que temos que nos perceber diferentes, porque na hora da intervenção profissional esta diferença conta. Pensar por esta lógica, relatou, é uma maneira de fazer valer a raça/etnia dos afro-descendentes.

Em várias passagens na narrativa de E₁, fizemos interlocuções no sentido de pensar reflexivamente sobre o tema e o problema da pesquisa.

Ao ser interpelada em relação à reafirmação da questão macroestrutural do racismo e da discriminação racial no Brasil, enveredamos para a questão de ordem micro estrutural.

Quando questionada a respeito do que e como podem ser criadas estratégias políticas para o enfrentamento do racismo e da discriminação racial na dimensão micro estrutural da Enfermagem, a informante posicionou-se dizendo que:

[...] devem ser assumidas as ações afirmativas, pela responsabilidade política estatal e civil; não se trata de culpar o racista, mas de que a estrutura macro deve assumir isto; a partir daí abrir o “livro”; explorar o mundo afro-descendente das mulheres, a partir, de nós, como mulheres negras; ou seja, trabalhar nossa subjetividade [...] E₁.

As narrativas de E₁ deixam claras que suas posições vêm de encontro às discussões realizadas nesta tese. Há a necessidade de persistir com ações de enfrentamento contra o racismo e a discriminação racial. Porém, as narrativas expressaram uma urgência em as afro-descendentes trabalhar sua subjetividade.

Não uma subjetividade psicológica, mas no sentido que Foucault (2007) enveredou seu aporte teórico. Um processo de subjetivação. Compreender e exercitar as sujeições imbricadas na complexa trama de saber-poder, mas também de libertar-se de micro-opressões.

A recorrência salientada de E₁ a respeito de pensarmos que somos diferentes é mais um suporte para que as enfermeiras negras possam re-significar que, pela própria diferença, pode-se imprimir o respeito e a valorização profissional-sociais, ainda tão carentes em relação a esta etnia.

No convite ao redor da última questão do roteiro, as informantes expressaram que o problema do racismo e da discriminação racial na Enfermagem é tão visceral quanto o disseminado na tessitura social brasileira.

E₄ desabafou que:

[...] em nossa sociedade o racismo é mascarado. Todos dizem que não existe, mas sofremos na pele por toda a sociedade, principalmente a nossa [...] E₄.

E₂ reforçou que:

[...] enfermeiras negras devem lutar para serem vistas pela Enfermagem e pela sociedade, como pessoas capazes, como seres humanos, competentes para assumir qualquer segmento profissional [...] E₂.

O sentido de ‘visceral’ atribuído pelas participantes do estudo pode ser entendido discursivamente justamente no quesito de discursos que são aceitos como *verdades inquestionáveis* e que geram como regimes ‘discursos oficiais’, como Foucault (1992) quis pensar.

A informante E₂ insistiu que é necessário que nos ‘façamos’ aparecer’. Em revistas, livros, enfim, nos meios de comunicação, principalmente na Enfermagem que se diz digna do ‘cuidado humano’. De acordo com ela, devemos construir uma perspectiva por ‘nós mesmas’, de forma que o respeito se dê nos desdobramentos de mulher, de mãe, de trabalhadoras da saúde, etc. Afinal, reafirmou E₄:

[...] sou uma profissional capaz como qualquer outra “não negra” [...] E₄.

Um dos ‘jogos’ nas relações de saber-poder que vem no enunciado de E₂ é pensar a proposta de acontecimento preconizada nos estudos foucaultianos. O acontecimento. O discurso é um acontecimento porque, em suas ‘entranhas’, ele é mais que sintaxe, justamente por apontar para unidades que podem revelar o que aparentemente encontra-se *emudecido*.

Dentro do apelo que as informantes fizeram a respeito de posicionarem-se diante dos enfrentamentos do racismo e a discriminação racial, Hall tem toda razão.

Ao resgatar algumas análises de Foucault (1992), Stuart Hall traçou um “perfil” do problema da identidade social das minorias.

Não é necessário aceitar cada detalhe da descrição que Foucault faz do caráter abrangente dos “regimes disciplinares” do moderno poder (..) para compreender o paradoxo de que, quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual (p.43).

6.4.2 Da Detenção pela Escravidão Negra à Pseudo-Liberdade – não é nenhum exagero afirmar que as mulheres negras são consideradas ‘seres inferiores’ no cenário político-social do Brasil

As reflexões até aqui realizadas são corroboradas por estudos que se intensificaram nos últimos anos da década de noventa e têm continuidade nos anos dois mil, como os de Carpozov (1995), Sant’ Anna (1999) e Guimarães (2001).

O ícone que revelou historicamente a mulher negra como sujeito, desprovida de historicidade, colaborou de outra maneira, para que os movimentos negros passassem, a partir dos anos oitenta e mais incisivamente na década de noventa, a construir ações que tornassem visíveis suas possibilidades em termos de posições políticas no Brasil.

Nesta interface surgiram e cresceram as organizações de lutas em favor da problemática posição social e da visibilidade da mulher negra. Em paralelo às movimentações e organizações dos movimentos negros, dispositivos legais contribuíram para a centralidade da problematização político-social das mulheres e dos homens negros no país.

Marcos jurídico-legais, como a Constituição Federal de 1988 aceleraram a garantia do direito de todo cidadão ser visualizado como cidadão⁹.

Os esforços de homens e mulheres negros no Brasil, têm tido eco. A partir das reflexões do GD este discernimento apareceu, quando as enfermeiras afro-descendentes re-afirmaram, em muitas passagens, a importância destes dispositivos na atualidade para contrapor o preconceito e a discriminação racial.

Mas, os dispositivos legais, embora tenham sido lembrados pelas discussões dentro do GD como meios importantes para conquistas sociais e políticas a que os negros e as negras têm direito no Brasil, não garantem na prática tais conquistas. Qualquer dispositivo jurídico-legal representa, a meu ver, maneiras de impedir ou suprimir comportamentos que agredem o direito de cidadania, desde que os grupos estejam organizados e alertas às distorções e discriminações que possam ocorrer contra eles.

⁹ Ver Artigos 1º e 20º da Constituição Federal do Brasil de 1988 e a Lei nº. 9.459-97 (Lei de Crimes de Racismo).

As leis são exemplos da capacidade de organização política dos negros em todo o Brasil. Elas surgiram justamente a partir de uma maior compreensão sobre o confinamento histórico-social que esta etnia sofreu, mas muito em função das pressões de organismos de movimentos negros.

Mais recente, a expressão negra brasileira, tem se visualizado através da Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. Através da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, estrutura criada para dar conta das questões étnico/raciais, há o registro de que a população brasileira soma aproximadamente 170 milhões de pessoas, das quais cerca de oitenta (80) milhões são negras. O que perfaz quarenta e seis, vírgula dois por cento (46,2%) do contingente populacional.

A mesma Secretaria reconhece oficialmente que no Brasil existe um racismo institucional e que historicamente construiu uma profunda desigualdade sócio-racial, resultando tanto na exclusão da população negra e indígena, impedindo o acesso a bens e serviços, quanto num frágil exercício de cidadania. Também registra que as atividades normativas da secretaria, consideram um largo histórico de luta pela cidadania e igualdade racial, desde a luta pela abolição da escravidão.

Nas últimas décadas, destacou-se a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo pela Cidadania e a Vida”, realizada em 1995, como um novo impulso à questão racial. Assim, criou-se um Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI População Negra) ligado ao Ministério da Justiça em 1996.

Além disso, foi instalado o primeiro Programa Nacional dos Direitos Humanos (I PNDH) que continha um tópico destinado à população negra, na qual se propunha a conquista efetiva da igualdade de oportunidade (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2009).

A ampliação dos debates sobre as desigualdades raciais, como preparação para a participação do Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância. Na correlata promovida pela ONU em 2001, na cidade de Durban na África do Sul, originou uma série de eventos no biênio 2000-2001, o que recolocou a temática racial na agenda nacional.

Durante a Conferência de Durban, aconteceu um intenso debate acerca da oportunidade, da necessidade e da tipologia de políticas públicas de promoção da igualdade racial na sociedade brasileira.

No documento oficial brasileiro foi reconhecida a responsabilidade histórica do Brasil pelo escravismo e pela marginalização econômica, social e política dos descendentes de africanos.

A Política de Promoção da Igualdade Racial no Brasil, além do amplo e profundo debate ao redor das questões de racismo contra a cor e a discriminação racial, retoma, em sua proposta, as bases políticas da Constituição Brasileira de 1988.

A posição assumida denota uma maior coerência para a aplicação de prerrogativas legais contra a intolerância étnico/racial, em se tratando, por exemplo, do artigo constitucional que referenda no campo dos direitos sociais, a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (ARTIGO 7º, INCISO XXX).

Assinala, ainda que, a fim de conferir cumprimento ao artigo 5º inciso XLII da Carta de 1988, que prescreve ser a prática de racismo “crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão nos termos da lei, foi adotada a Lei 7716/89”.

A Política Nacional de Promoção de Igualdade Racial foi instituída pelo Decreto nº. 4.886, enquanto o Decreto nº. 4.885 criou o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial. Por sua vez, o Decreto 4.887 regulamentou os direitos humanos das comunidades negras rurais, remanescentes de quilombos, símbolo da resistência negra do Brasil.

Dentro da proposta da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Brasil criou três instrumentos considerados fundamentais para o enfrentamento das discriminações: a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM; e a Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH, todas vinculadas à Presidência da República.

Os três instrumentos procuram articular-se entre si inspirados ainda no II Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) lançado em 2002. As metas do II PNDH ampliaram as fixadas no I PNDH no tocante à valorização da população negra, oriundas da Declaração e do Plano de Ação de Durban.

No entendimento do Governo Brasileiro, a norma do art. 1º, parágrafo 4, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, consagra fórmula essencial para a adoção das políticas de promoção da igualdade racial pelo Estado brasileiro, que se desdobra em diversas iniciativas no campo das ações afirmativas.

Na mesma Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Brasil aderiu também às relações que devem se estabelecer ao redor do preconceito racial e a discriminação de cor no que se refere à letalidade da população negra no contexto das ações policiais.

As descrições registradas nos três últimos parágrafos acima evidenciam que as discussões a partir do GD demonstram a atenção que o país propõe como formas de combater o racismo e a discriminação racial. Mas a própria Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial tem consciência que, não obstante os significativos avanços obtidos na esfera constitucional e civil, ainda vigoram no Estado e na Sociedade brasileiros, preconceitos e desigualdades que refletem a persistência de uma ótica discriminatória.

A mesma Secretaria reconhece que ainda carece de maiores esclarecimentos de termos jurídico-legais que garantam de fato a defesa civil de minorias como a dos afro-descendentes. Esta posição mostra a fragilidade ainda presente no combate ao racismo. Talvez, também em razão desta circunstância o GD não tenha avançado nesta discussão, preferindo pensar em outras formas de superação do preconceito e da discriminação.

Avançando mais um pouco nas posições da referida secretaria observa-se que ela torna imperativo que:

Pretos e pardos (identificados como negros) recebem metade do rendimento de brancos em todos os estados (sobretudo nas regiões metropolitanas de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba) e nem o aumento do nível educacional tem sido suficiente para superar a desigualdade de rendimentos (SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, 2009 p. 45).

A citação referida acima serve também como base para se pensar que, a partir das narrativas emergidas do grupo poucos têm sido os avanços em favor da visibilidade afro-descendente, em particular das mulheres. Um exemplo a este

respeito é que a própria secretaria aceita que no cruzamento dos indicadores de classe e raça torna-se evidente a concentração da pobreza nos grupos de mulheres negras.

Ainda, de acordo com a mesma secretaria, o GRPE tem por meta fortalecer as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas de combate à pobreza e geração de emprego. O intento se daria através da politização, capacitação e formação de gestores públicos, e outros atores sociais, como organizações sindicais e de empregos, para atuarem e exercerem fluidez do desenvolvimento de atividades assistenciais e técnicas, assim como provocar o fortalecimento de espaços de diálogo e concentração social em torno desses temas.

A promoção da igualdade racial visa contribuir para a eliminação da discriminação racial no mercado de trabalho e para a redução das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, com a devida atenção à *situação e às necessidades das mulheres negras*. Essa última afirmação mostra, mesmo que de forma ainda incipiente, a *urgência* em se estabelecer caminhos políticos para o reconhecimento social da mulher negra e sua decorrente visibilidade na história.

Os esforços que os segmentos de luta em favor do reconhecimento social dos afro-descendentes, ainda são incipientes, conforme o que expressou E₁ na sua EN.

O resgate político-social desta parcela da população é atravessado por processos da histórica exclusão dos afro-descendentes conjugado com a [in] visibilidade das mulheres negras, mas também interpelado por questões de diferença/diferente, identidade, gênero feminino, firmado na compreensão de que os atravessamentos e as interpelações têm sua matriz no cerne da etnia/raça.

Não há, inclusive, perigo algum em afirmar de modo convicto que a nós, mulheres negras restaram fragmentos, de fragmentos de outros fragmentos a respeito da luta por nossa visualização político-social. Inegável que vivemos uma situação política onde o Estado cada vez mais, parece ser incapaz de assumir o rumo de conflitos que tratem de questões étnico/raciais e de gênero, questões eminentemente político-sociais.

Tenho consciência de que as conquistas políticas de homens e mulheres negros se revelam através da força ideológica/política, pelo exercício democrático fortemente presentes nos movimentos negros e outros movimentos sociais, e pelo diálogo entre os segmentos sociais a respeito da intolerância étnico/racial sobre o pleno direito à cidadania.

Mas como justificar a exclusão das mulheres negras em todo este processo de transformação, visto que este segmento é muito pouco refletido também em propostas como as do Programa de Promoção de Igualdade Racial?

Como o Estado se posiciona nisto tudo? Aceita passivamente a continuidade de discursos que desmerecem a etnia/raça negra.

Coloca-se, ao mesmo tempo, em uma posição discursiva em favor da construção da cidadania dos afro-descendentes, garantindo, mesmo que involuntariamente, a permanência e a recorrência de discursos e práticas sociais que tentam imprimir a supremacia não negra.

Penso e, pela histórica trajetória política do Brasil, que o Estado é em certo sentido incompetente. Não apenas por tradição da dívida histórica aos afro-descendentes, mas por querer prestar um 'assistencialismo' a essa camada da população.

O Brasil é Estado Nação, originado das crises capitalistas que eclodiram ao longo da existência do próprio sistema capital. Michael Hardt e Antonio Negri (2005) elucidaram esta questão, em termos de domínio político.

Para os autores, à medida que a modernidade europeia tomava forma, máquinas de poder foram construídas para responder a suas crises, buscando continuamente um superávit que as resolvesse ou pelo menos as contivesse (p.111).

Hardt e Negri reiteraram que a matriz excludente daquele sistema originou o conceito de nação na Europa, através do desenvolvimento de um estado patrimonial e absolutista.

O Estado patrimonial e absolutista foi definido como propriedade do monarca, diversificado em países europeus e como forma política para governar as relações sociais feudais e as relações de produção.

O livro intitulado título *Imperialismo* traduz como os autores enfocaram e desnudaram a questão do Estado Nação. No século XVII, afirmaram eles, a reação absolutista às forças revolucionárias celebrou o estado monárquico patrimonial e empunhou-o como arma para seus próprios objetivos (p.112).

Graças aos processos de acúmulo primitivo de capital, ouve a imposição de novas modalidades de poder que favoreceram novas condições a todas as estruturas.

Dali, a emergência de novas relações decorrentes de novos processos capitalistas produtivos do poder estabilizando-se por uma identidade nacional: “uma identidade cultural e integradora, fundada numa continuidade biológica de relações de sangue, numa abrangência espacial de território, e em comunidade lingüística” (p.113).

Em decorrência da profunda mudança, na mesma lógica do sistema capital, Hardt e Negri reafirmaram que um dos efeitos mais devastadores desta transformação foi a cedência de uma ordem feudal do súdito (*subjetus*) para uma ordem disciplinar do cidadão (*cives*).

A nação, em sua transposição gradual é uma:

espécie de atalho ideológico que tenta livrar os conceitos de soberania e modernidade dos antagonismos e crises que o definem. A soberania nacional suspende as origens conflituosas da modernidade (quando elas não são definitivamente destruídas), e fecha os caminhos alternativos dentro da modernidade que se recusaram a conceder seus poderes à autoridade estatal (p.113).

As descrições acima servem, neste momento, para ilustrar os mecanismos utilizados pelo sistema capital em seus modos de subjugar e escravizar populações, como foi secularmente o caso da população de vários países africanos que vieram em massa para o Brasil.

Mas um povo não é um patrimônio histórico-cultural de um país? Não quando se trata de pensar na omissão que o Brasil fez historicamente a respeito do preconceito e da discriminação racial contra os negros.

O passado, a respeito do surgimento e do desenvolvimento máximo do capital, permitiu que suas entranhas pudessem, agora, ser analisadas criticamente por uma lógica diferente.

A crise da modernidade em suas relações com a nação vem favorecendo que as minorias criem e utilizem espaços territoriais, a fim de construírem sua cidadania e exigirem o pleno direito à cidadania.

Um dos amadurecimentos prioritários do Estado deve passar justamente no ‘dar-se conta’ que as reivindicações exigidas pela população negra não devem chegar pela via do assistencialismo. Afinal, nenhum (a) cidadão (a), necessita de *esmola*.

O exercício histórico e político que os afro-descendentes no Brasil vêm imprimindo em torno de suas prioridades oferecem, por outro lado, a segurança de que as conquistas vêm pela prática democrática. Uma prática que não se utilize da demagogia discursiva para afundar e marginalizar ainda mais os negros, especialmente, as mulheres negras.

A negligência a que são submetidas estas mulheres é tão grave e escancarada que outros órgãos oficiais do Brasil também continuam colaborando para a continuidade da [in] visibilidade delas.

Como entender, por exemplo, que uma proposta como o Programa de Saúde Mulher – PAISM, criado há duas décadas no Brasil, ofereça ações de saúde às mulheres brasileiras com tanta propriedade; invista em constantes capacitações aos profissionais da saúde para atuarem na mesma proposta; tenha recursos financeiros adequados para o programa sem, no entanto, ter tido até o momento, a pertinência em atentar-se para uma particularidade que é a saúde da mulher negra historicamente marginalizada pela dupla carga histórica que carrega: a de ser mulher e negra?

Somente parte do problema da Saúde da Mulher Negra no Brasil, passou a ocorrer com a 12ª Conferência Nacional de Saúde para a População Negra, ocasião onde foi criado o Comitê Técnico composto pelo Governo Federal e sociedade civil, visando o redesenho do Plano Nacional de Saúde – PNS.

No evento, a população negra brasileira esteve muito bem representada por organizações afetas à questão étnico-racial dos afro-descendentes, denunciando a problemática da mulher afro-descendente no segmento saúde. O que foi deflagrado a partir daquela conferência pode, enfim, ser argüido em termos de problematização histórico-social a respeito dos lugares atribuídos socialmente às afro-descendentes.

O Ministério da Saúde, de onde nasceu o PAISM, reconhece que as mulheres negras são mais suscetíveis a ingressarem nas estatísticas de morbimortalidade gestacional e puerperal. São as que ainda representam o ‘ranking’ das estatísticas de co-morbidade por doenças crônico-degenerativas, como a hipertensão arterial e o diabetes. São estas mulheres que mais aparecem em outros processos de saúde-adoecimento, como a anemia falciforme, não totalmente controlada, em parte, pela dificuldade de acesso a oferta de serviços de saúde. Além do mais, enfrentam de maneira mais radicalizada a violência de gênero e a étnico/racial.

Além do PAISM, o início dos anos noventa foi o marco do surgimento do Programa de Estratégia de Saúde da Família – ESF pelo Ministério da Saúde, cujo objetivo firmou-se pelo vínculo criado entre equipes multiprofissionais e interdisciplinares de saúde com as comunidades.

Na ESF, teoricamente, nenhum membro de um núcleo familiar fica sem ser assistido, quer na dimensão curativa quer na preventiva, objetivando a promoção, a prevenção e a reabilitação da saúde. Estranhamente, também ali, o perfil da mulher negra entra apenas nos números estatísticos já pontuados em parágrafos anteriores.

O Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos – IACORE publicou em 2009 uma cartilha intitulada *O Direito à Saúde é garantido pela Constituição – o SUS e a Saúde da População Negra*.

O conteúdo da referida cartilha diz respeito a Política Nacional Integral de Saúde da População Negra.

A cartilha é aberta com a apresentação de profissionais da saúde, responsáveis pela política de saúde a esta etnia, mas já comete um grave equívoco ao não contemplar a profissional enfermeira, cuja responsabilidade político-social, neste caso, não foge às demais responsabilidades profissionais. A de garantir o planejamento e a assistência individual e coletiva dos cuidados individuais e coletivos. Internamente a cartilha apresenta-se didaticamente explicitando a intenção dos cuidados à promoção e prevenção à saúde da população negra, como plena igualdade de direitos, participação popular e controle social sobre as diretrizes de saúde.

O programa inclui o diagnóstico neonatal, consulta clínica, tratamento e acompanhamento integral sobre todas as doenças adquiridas. Embora o material discuta a preocupação e a inclusão da saúde do homem e da mulher negros, não há uma alusão mais enfática sobre a saúde da mulher negra, o que dá margem para se pensar outra vez na tripla discriminação: a da jornada de trabalho doméstico – quer no espaço privado, quer no público; a de carregar o estigma de ser mulher e, por fim, ser negra.

Em decorrência das iniciativas dos movimentos negros e ONG's que abraçaram a causa em favor de mulheres e homens negros no Brasil e a consciência de que esta população ainda se vê frente a situações que indicam dificuldades de acesso aos serviços de saúde, diagnóstico tardio, baixa qualidade da atenção oferecida, ausência de tratamento, foi instituída a data de 27 de outubro de

2009 como o Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra (SECRETARIA EXECUTIVA DA MOBILIZAÇÃO – CRIOLA, 2009).

A intenção da data é 'marcar território', aglutinar os esforços públicos e privados e ampliar a consciência negra ao redor de seus problemas sociais e políticos, pela via da saúde. Nessa data várias atividades em todo território nacional deverão ser desenvolvidas em prol da promoção e defesa do direito da população negra à saúde.

A Secretaria Executiva da Mobilização, órgão que emana da Rede Saúde da População Negra, visa enfrentar o racismo e suas conseqüências sobre a saúde, garantindo a atenção aos problemas que mais impactam a população negra no Brasil.

Frente ao exposto, o que deve e pode ser realizado de maneira eficaz para tirar do armário vozes, até então silenciadas, como a das mulheres negras? Será a problemática [in] visibilidade destas mulheres no Brasil somente uma questão da histórica exclusão social? Ou a essa inegável exclusão estarão cúmplices, além das noções como as de gênero, identidade, diferença/diferente a partir do preconceito e da discriminação raciais, questões de subjetivação?

As circunstâncias histórico-sociais que instituíram aos negros e às negras no Brasil, lugares de submissão e inferioridade como forma político-cultural, e justificada pela supremacia branca, estão enredadas em uma complexa e engenhosa trama, na qual entendo que, pelo viés da análise discursiva, descortinam-se alguns fragmentos sobre estas mesmas mulheres.

Na concepção de submissão e inferioridade desta etnia/raça, o discurso assume uma posição histórica privilegiada, quando imprime como irrevogável, valores desprezíveis como os de submissão e inferioridade.

A força de um discurso para perpetuar negativamente as posições e os lugares a serem ocupados por determinados grupos sócio-culturais, está na simbologia, mas muito contundentemente nos sentidos que estes discursos assumem. Isto institui ao próprio discurso um poder que se dilui, mas não desaparece do imaginário social.

Um discurso que institui jogos de poder e, também é instituído por esse mesmo jogo. Um discurso que se torna determinista a respeito de quem está dentro e quem está fora da organização social.

O enredo que se materializa dali, das e pelas relações de produção/reprodução sociais com o capitalismo travestido de múltiplas formas de discursos ‘pseudo-democráticos’, aparece por uma pressuposta *inclusão miscigenada*.

Para contrapor a trama do jogo de poder, vejo que o primeiro passo já foi assumido pela população negra brasileira. O de ‘democratizar’ e não só deixar transparecer, o problema do preconceito e da discriminação raciais.

Democratizar, na conta-mão, re-atualizando uma história inundada de perversidades, por outra, construída a partir das próprias constituições e necessidades vivenciadas por homens e mulheres negros. Disto, decorre uma possibilidade de as mulheres negras construírem sua história, mesmo que tardiamente na dimensão social, através da resistência.

É pela resistência que se pode alimentar ‘discursos’ que contraponham forças que as empurram para subterrâneos, gerando o silenciamento de seus entendimentos a respeito de sua representatividade político-social.

É no sentido geral desta subseção e, a partir das constatações dos materiais da REBEN, das narrativas das informantes e das que emergiram do GD que submeti a idéia de que as mulheres negras ainda são vistas como “seres inferiores” exercitando uma pseudo-liberdade político social.

6.4.3 Como dizem as Narrativas emergidas do Grupo de Discussão

Conforme o que registrei na Metodologia, em paralelo às Entrevistas Narrativas – EN – realizadas com cinco (05) informantes, provoqueei um Grupo de Discussão – GD com as mesmas informantes. A idéia foi a de estender os desdobramentos do tema e do problema de escolha da pesquisa, no sentido enriquecer o olhar sobre o objeto do estudo. A tomada de rumo com o GD facilitou a aquisição de mais informações.

A fim de melhor compreender o *universo paralelo* em que as enfermeiras negras se situam em termos sociais e profissionais iniciei o encontro, expondo outra vez o tema e o problema de pesquisa. Mais que isto, a intenção foi colher mais enunciados.

Para facilitar o ‘alinhamento’ da discussão, utilizei dois recursos técnicos. Um roteiro (Apêndice B), contendo duas questões e a filmagem do momento.

O encontro durou cerca de uma hora e meia e, para garantir a presença do grupo, a reunião ocorreu na residência da pesquisadora em um sábado à tarde.

Ao convite para entender sobre suas percepções em torno da inexistência de discursos materializados na REBEn sobre enfermeiras negras, o grupo passou a resgatar sua posição já emitida, quando da realização da Entrevista Narrativa – EN.

A discussão no GD não abriu mão de que o anulamento discursivo em torno de enfermeiras negras, na referida revista, é ocasionado historicamente pela omissão daquele veículo de comunicação da Enfermagem que corrobora com a política vigente de segregação racial no Brasil. Assim como, todas as informantes foram unânimes ao inferirem que a Enfermagem é uma profissão racista.

[...] o problema do racismo e da discriminação racial já inicia na Faculdade. Eu, por exemplo, venho de uma família humilde; demorei a fazer parte dos grupos de colegas: para estudo, pesquisas, amizades. As ‘branquinhas’, no início me rejeitavam. Senti na pele o que é ser negra [...] E₂.

Não leio com freqüência a REBEn, relatou E₄, mas desde o período da faculdade não lembro de ter lido alguma coisa sobre nós, enfermeiras negras. Lembro, com muita clareza, que fiquei muito feliz ao ver uma professora negra dentro do curso.

[...], aliás, as colegas, mesmo sem conhecer a professora, duvidavam que ela seria ‘boa o suficiente para nos ensinar. Qual não foi a surpresa? Quando passaram a conhecê-la ‘babavam pelo vasto conhecimento que ela tinha e pela excelente didática pra’ ensinar’. Aí, na brincadeirinha eu dizia: viram! Por que uma negra não pode ter a mesma capacidade que uma branca? [...] E₄.

As discussões e trocas de experiências no GD foram bem ‘inflamadas’. O GD refletiu que a história do ‘desprezo’ à mulher negra, muitas vezes, inicia na família.

E₄ é casada com um homem branco. Para ela, os sogros nunca se opuseram à relação, mas os demais familiares “ainda hoje não permitem que nosso filho de seis anos”, brinque com outras crianças da família.

Para lidar com esta e outras situações E₄ afirmou que mantém posições bem firmes, às quais muitas vezes, são rotuladas por colegas de trabalho como “radicais”. Um exemplo: quando se dirigem a ela referindo que ela tem pele parda, imediatamente, E₄ se autodenomina de ‘afro-descendente’.

A informante E₃ declarou que lamenta não poder participar de movimentos negros, em prol da mulher negra. Disse, entretanto, que de certo modo sente-se contemplada pelo marido, também negro, que milita em um movimento.

Para a mesma informante o problema de ser mulher e enfermeira negra representa que:

[...] boa parte das vezes, a gente se vira como pode: eu tenho três filhos, dois deles adolescentes que exigem muita atenção. A menor também; além do mais, tenho que administrar a casa, já que meu marido, em função da militância e do trabalho, viaja muito. Aí eu cuido disto tudo, trabalho como enfermeira assistencial – faço os plantões nos finais de semana, ai já viu e, como disse antes, já enfrentei dificuldades com a equipe de Enfermagem que não me aceitava por “ser negra” [...] E₃.

Dentro das críticas construídas através do GD, as informantes entendem que o racismo e a discriminação racial existem em todo o Brasil, mas elas sentem ser mais forte na região de descendentes italianos na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A mulher negra no estado gaúcho, conforme leitura que realizei em uma pesquisa de Mário Gardelin¹⁰ (1976) aparece, boa parte das vezes em que é relatada, como acompanhante do marido, nas empreitadas de luta pelo estado, através do exército, ajudando-o de todas as formas, inclusive no combate. Considerando os dados do estudo de Mário Gardelin, observei que, de fato, na região nordeste do RS em relação a outras regiões do Brasil os afro-descendentes são numericamente menores, o que talvez seja uma das ‘justificativas’ para um ‘maior peso’ que esta etnia sofre em termos de racismo e de discriminação, a partir das referências que as informantes registraram.

A respeito da afirmação dentro do GD em relação ao Rio Grande do Sul ser mais “racista” que outros estados brasileiros Gardelin afirmou que o estado gaúcho, ao contrário do que se diz no ‘senso comum’, é tão miscigenado quantos outros estados do país.

¹⁰ Estudo sobre a presença dos negros na formação do Estado do Rio Grande do Sul, na retaguarda dos exércitos em marcha no Rio Grande do Sul.

De toda maneira, a afirmação das narrativas no GD ao redor de maior ou menor racismo e estratégias de discriminação contra os negros envia outra vez sua posição para a lógica macroestrutural do Brasil, onde ser preconceituoso é envidar esforços para a manutenção de uma supremacia branca.

Apesar da “supremacia branca” no estado gaúcho, a força discursiva em detrimento da presença negra no RS é muito forte e, por vezes, radical. A compreensão da força discursiva sobre a inferioridade dos negros aparece na posição foucaultiana de que a descrição de um discurso ocorre em seus conjuntos autônomos, mas dependentes e articulados a uma rede complexa. Essa pensada, por mim, como discursos outros que se fortaleceram historicamente em termos de desprezo aos afro-descendentes.

A respeito das posições da REBEn sobre a ausência de discursos em torno de enfermeiras negras, o grupo foi incisivo. A Enfermagem é racista e sua primeira revista não poderia ser diferente.

[...] quando aluna da Enfermagem, sentia-me o tempo inteiro, olhada como *diferente*. Minha ‘saliência’ é minha cor. Minhas tranças “afras” são as complementações [...] E₅.

Do Grupo de Discussão houve a re-afirmação de que a REBEn, por ser um veículo de comunicação da Enfermagem, deveria colocar-se criticamente frente a realidade político-social.

E₁ re-afirmou que:

[...] dentro desta “neutralidade da REBEn” a falta de visibilidade da enfermeira negra é uma prova de o quanto nossa profissão é racista [...] E₁.

O que me pareceu bastante saliente nas posições do GD foi a unanimidade das integrantes em afirmarem que o racismo na Enfermagem aparece já a partir da inclusão de afro-descendentes no processo de formação profissional.

E₂ trouxe seu exemplo de estudante de Enfermagem, confirmando que o racismo é algo muito forte na profissão, desde o processo de formação.

[...] como aluna sempre estudei muito. Porque gosto, mas principalmente porque não queria deixar “margem” para dizerem: é coisa de negro! Como a gente houve muito ainda aqui na região de descendentes italianos [...] E₂.

Pelas posições das informantes no GD parece que cada enfermeira negra mantém-se em constante alerta para evitar ser submetida a desconfortos e humilhações, em seu trabalho e, por extensão em sua vida social, por ser etnicamente diferente da maioria.

Dentro do que foi desenvolvido no grupo, também a lembrança de ‘desconfortos’ vividos por estas mulheres veio à tona como uma espécie de ‘arma subjetiva’ que, ao ser acionada, salienta o fato da diferença pela cor da pele. A informante E₃ disse o seguinte:

[...] Nossa!... agora, me veio na cabeça uma situação de mais de dezenove anos. Um dia, no estágio de cirurgia, eu e as demais colegas estávamos organizando as bandejas para a troca de sondas e cateteres, conforme orientação da professora supervisora do estágio. Num determinado momento ela voltou-se para mim e perguntou o que eu estava fazendo. Respondi: o mesmo que as colegas. Visivelmente perturbada com minha resposta ela me fulminou com os olhos e respondeu. Você é muito malcriada. Senti isto desde que te vi pela primeira vez. Vá para casa. Você comigo está reprovada. Fui ao vestiário, tirei meu uniforme. Na rua chorei muito. Quando cheguei em casa, meus pais queriam saber o que tinha acontecido. Conteí. Na mesma hora meu pai procurou um advogado, pedindo todas as avaliações da professora a meu respeito. Conclusão: a “cínica” desculpou-se; a universidade também... por fim, sou enfermeira [...] E₃.

De acordo com o que E₃ relatou, o episódio foi decorrente de ela ser negra, pois a mesma professora via dificuldades nas outras alunas e nunca dirigiu uma ‘grosseria’ para as mesmas.

A respeito da [in] visibilidade da enfermeira e mulher negra é a análise das participantes do GD, está muito articulada às narrativas individuais das participantes do estudo e com os achados da REBEn. São provas irrefutáveis de que as mulheres negras são *sombras mal contornadas* de um panorama maior que é a própria problematização da questão étnico/racial e do feminino na atualidade.

As conquistas político-sociais ao redor do gênero feminino, justamente pelas múltiplas vias que temas sobre a mulher se enveredam, são ainda fragmentadas no entendimento político-social. Fragmentos, por exemplo, a respeito da

autonomia/submissão da mulher, sobre questões de violência física, psicológica, simbólica, saúde feminina e tantas outras interfaces que se tornam mais visíveis, por não acolherem as mesmas questões em se tratando de mulheres afro-descendentes.

O ponto de tensão sobre estes e outros fragmentos a respeito das mulheres negras localiza-se nas questões de gênero, mas, o *desempoderamento* da mulher negra tem sua razão na questão étnico/racial, conforme os exemplos de relatos das reflexões nascidas do GD.

Um forte impacto nas fragmentações a respeito das mulheres negras aparece quando se trata de pensar as noções de exclusão/inclusão e identidade desta mesma mulher, considerando a saliência que surge pelo “rótulo” da cor da pele, reforçando socialmente o ‘triplo estigma’: mulher, enfermeira e negra. Além do mais, o senso comum instituído a estas mulheres é de que são desprovidas de historicidade e política, mais que mulheres de outras etnias.

A compressão sobre para onde ‘foram empurradas as mulheres afro-descendentes’, em termos de visibilidade social, através de suas contribuições profissionais, como é o caso das enfermeiras afro-descendentes culminou historicamente em uma materialidade discursiva, dentro do que pensou Michel Foucault (1996): “Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente sua ligação com o desejo e com o poder” (p. 10).

Defendo que o começo da reflexão sobre mulheres negras na Enfermagem deve então ser refletido, e *nunca esquecido*, a partir do recorte histórico que descreve sua trajetória no Brasil na condição de escravas, mas e principalmente, a partir do que estará sendo produzido em termos de discursos, a virem ser materializados e as histórias de vida destas mulheres.

As narrativas e as discussões a partir do GD não deixam dúvidas. É preciso reagir, resistir. Dentro deste cenário, E₂ no GD, sugeriu que a partir do encontro, em que contribuíram para o desvelamento parcial do problema étnico/racial das enfermeiras negras, se formasse gradativamente um grupo de enfermeiras afro-descendentes na região nordeste do RS, como forma viável de trocas de experiências e como meio para a continuidade do enfretamento da segregação racial.

E₅ concordou com a colega e refletiu que:

[...] o que machuca nas relações sociais e de trabalho é tu ficares exposta “ao mundo”. Como de todas nós sou a mais negra, sinto isto sempre: em local público, aqui na cidade; o povo para prá me olhar. Quando estou com meu marido e os meninos, muitas vezes ainda enfrentamos risos irônicos, como se uma negra não tivesse nem o direito de escolher a cor do marido! [...] E₅.

O enunciado de E₂ traduz modos de subjetivação nas experiências de vida das informantes. Na visão foucaultiana (1985) a subjetivação é tanto assujeitamento quanto libertação do sujeito na perspectiva de posições que esse mesmo sujeito ocupa nas relações histórico-sociais. A posição de E₂ represente, assim, sair de um assujeitamento histórico-social para uma posição de libertação. Uma maneira de *cuidar de si e do outro*, com afirmou Foucault.

Das discussões dentro do GD as participantes entenderam que o problema da [in] visibilidade social e discursiva da mulher negra somente será minimizado se houver consciência política coletiva, já que foram unânimes ao aceitarem que parte do histórico problema da exclusão/inclusão social das mulheres negras no Brasil e na Enfermagem, encontra-se justamente nas suas subjetivações.

[...] Um dos problemas, é que a gente fica se queixando, reclamando, sapateando, sozinha. Vocês não acham que é hora de a gente se unir mais? [...] E₂.

[...] Realmente, nós mulheres negras, temos um problema. Nossa identidade, enquanto mulher negra, ainda, precisa ser construída [...] E₁.

Enquanto mulheres de outras etnias, ao longo dos séculos cumpriam imposições sociais para o casamento e a maternidade, a mulher negra passou pela histórica humilhação de cumprir a escravidão, sem direito a livre escolha pelo casamento e pela maternidade e foi submetida continuamente à violência sexual quando servia a ‘seus patrões’. Além, de criar os filhos da ‘sinhazinha’ e, depois com o advento do capitalismo moderno: criar as crianças das patroas, na condição de empregada doméstica. Contrariamente à mulher branca, cujo discurso histórico construiu uma imagem sacralizada pelo cristianismo, a mulher negra continuou a ser construída por um discurso que deteriorou sua imagem ao longo dos séculos.

A herança recebida foi a de a mulher cuja ‘imagem é ruim e distorcida’. A mulher de “vastas ancas”, “boa para servir sexualmente ao homem”, “a mulher tetuda: boa para amamentar”; “a mulher de cabelo pixaim”, e assim por diante.

A imagem histórica que se construiu desta mulher foi a de alguém sem pertencimento sócio-histórico muito à custa de discursos, cuja recorrência foi determinante para lançá-la em um lugar qualquer, em uma espécie de submundo ao longo de sua própria história. Um lugar de invisibilidade¹¹.

O discurso instituído a respeito da invisibilidade da mulher negra tem sido tão forte e poderoso que a materialização dela continua ocorrendo pela via da submissão e da sujeição porque a história de todas as mulheres provou isto. A submissão e a sujeição, enquanto não enfrentadas pelas próprias mulheres, as submetem a um total anulamento discursivo e, por decorrência histórico-social.

E₂ traduziu como exemplo no GD minha posição a respeito da submissão e da sujeição. Ainda quando aluna de graduação em Enfermagem, essa enfermeira registrou que o preconceito e a discriminação racial começam realmente dentro da própria Enfermagem a partir das posições de mulheres enfermeiras e colegas, por exemplo.

[...] quando acadêmica fui muito cobrada. Minha ‘chefe’ não autorizava minha saída mais cedo do trabalho, para chegar à faculdade. As concessões para mim sempre foram diferentes em relação a outras colegas da equipe de Enfermagem que não eram negras. Isto, porém não me fez desistir, apesar de várias vezes a chefe ter dito que, ou eu desistia da faculdade ou perdia o emprego fui adiante, mesmo me submetendo a coisas, aparentemente desnecessárias [...] E₂.

Já E₄ lembrou que cidades menores em relação à em que vivem, são ainda piores em termos de racismo e discriminação racial. Ela mantém relações sociais com outras etnias de cidades pequenas e:

[...] lá (...) tudo fica muito pior! Procuro salientar em meu filho, quando vamos pra lá que, sendo negro ele é lindo. Isto porque ele “sente na pele” que é discriminado [...] E₄.

¹¹ O sentido de invisibilidade refere-se a abordagem do discurso, dentro das noções adjacentes que utilizo nesta análise: gênero feminino, identidade, exclusão/inclusão, diferente/diferente.

Tudo isto representa perguntar-se, de outro modo, que identidade tem a mulher negra e, por lógica a enfermeira negra no terreno sócio-político, a partir de discursos que possam materializar o sujeito mulher negra?

Apesar de a identidade da mulher negra estar sendo construída por movimentos políticos pelas próprias afro-descendentes no Brasil, sua pauta de reivindicação para a construção cidadã não pode ser igual ou em continuidade a de mulheres de outras etnias. Trata-se, então, de acolher a discussão em torno da diversidade contida na própria questão do gênero feminino no desdobramento temático: mulheres negras, pois internamente nos mesmos movimentos, as afro-descendentes, também ali não são visualizadas.

O momento em que a mulher negra começou a ser refletida por ela mesma foi a partir da década de oitenta, período de filiação homogênea do feminismo no Brasil, cuja 'irmandade' remetia a uma pressuposta unidade das mulheres.

Sérgio Costa (2002) fez a constatação registrada acima e sua análise mostrou as tentativas dos movimentos das mulheres por caracterizarem sua luta. Entretanto, pensou Costa, esta aparente unificação sofreu pesadas críticas em dimensão internacional, justamente por certa debilidade em apreender também as disparidades de raça/etnia, classe e outras diferenças internas no movimento.

As discussões dentro do GD foram veementes ao refletirem que, sobre os posicionamentos das informantes frente à 'sutis segregações' as colocações enfáticas, por vezes soando como agressivas, no cotidiano das relações de trabalho na Enfermagem necessitam ser utilizadas, em decorrência da trama histórica a que as mulheres negras estão atreladas.

As narrativas no GD permitiram a reflexão sobre o problema saliente de serem mulheres, mães, negras e enfermeiras. Isto representou para as participantes do grupo um 'desdobrar-se constante' para dar conta destes vários papéis que, quase sempre, passam "*imperceptíveis*" ao olhar sócio-cultural.

A observação acima também corroborou com a necessária articulação que realizei, ao procurar refletir a representação das mulheres negras, na tese, transversalizada por questões analíticas articuladas com categorias adjacentes.

Outro fragmento importante de o quanto o racismo e a discriminação racial estariam impregnados nas pessoas vem pelo exemplo de E₂.

[...] numa apresentação de final de ano na escola, minha filha, pouco antes do início do show começo a chorar muito e as professores me chamaram. Minha menina disse que o colega não queria dar a mão pra ela. Saquei de imediato. Como as professoras não fizeram 'nada' botei a coordenadora pedagógica na "prensa". Desloca minha filha para ficar junto com amiguinhos que a aceitem. Senão vou agora prá imprensa e faço o maior "escarcel" porque pago a escola tanto quanto os outros pais [...] E₂.

Na luta pela valorização e reconhecimento da mulher negra, enviar para o calabouço discursos que reforçam o processo sócio-histórico dos negros no Brasil é uma metáfora que favorece desprender-se 'da detenção pela escravidão à 'pseudo-liberdade'.

Também importante a posição das participantes do GD no que se referiu aos 'saberes' em torno de dispositivos legais que dão, na atualidade, uma outra possibilidade aos afro-descendentes no que tange aos enfrentamentos que têm que fazer.

As narrativas dentro do GD expuseram de maneira breve o Estatuto de Igualdade Racial¹². E₄ disparou a respeito deste dispositivo lembrando, no conjunto, que ele é importante para referendar a agenda de reivindicações dos afro-descendentes brasileiros.

A respeito do referido estatuto o GD mostrou estar informado sobre a importância política que ele assumirá ao longo dos anos. Isto, entretanto, não dá a garantia de avanços nas reivindicações dos afro-descendentes, particularmente em se tratando das mulheres negras que, em termos genéricos não ocupam 'lugar algum' no meio sócio-político brasileiro. Tão pouco e, por exclusividade em lugares discursivos.

¹² O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado pela Câmara em setembro de 2009 e, já sofreu entraves, tendo como principal, a regularização de terras aos remanescentes de quilombos. O próprio estatuto reconhece que o racismo no Brasil é institucional e não individual. Uma questão que fica em suspenso quando o olhar se volta para a materialidade das narrativas das enfermeiras negras que colaboraram com esta pesquisa.

7 DESCOMPRIMINDO ALGUMAS COMPREENSÕES SOBRE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAIS, A PARTIR DO GRUPO DE DISCUSSÃO (GD) – articulações com a Entrevista Narrativa.

Notório que a representação de raça/etnia negra foi, desde sempre, mostrada através de estereótipos que acentuaram algumas características físico-sociais historicamente postas aos escravos: beijos grossos, cabelo encarapinhado, estrutura física para o trabalho pesado, homens e mulheres com uma ‘sexualidade aflorada’, etc.

Todas as características narradas ao longo dos séculos de escravidão não correspondiam aos padrões culturais instituídos, particularmente nos séculos XVIII e XIX. A imagem de homens e mulheres brancos, por exemplo, recebeu fortes discursos sobre sua ocidentalização e a ‘superioridade cultural’.

Em contraposição, os colonialistas tinham que simultaneamente viver com uma imagem de ‘enegrecimento’, restando aos escravos a posição subalterna da recorrência estético-discursiva do “feio”, marca reproduzida discursivamente.

O Rio Grande do Sul enfrentou e enfrenta o mesmo campo de problemas. As marcas físicas que firmaram a imagem das negras e dos negros na região gaúcha são por lógica, reproduções do restante do país e, infelizmente se perpetuaram. Tanto ou até mais que em outras regiões do país.

O óbvio é que as características que retrataram e continuam a retratar o preconceito e a discriminação da pele, reforçam discursivamente que o negro é preguiçoso, é cachaceiro, bandido e outras aberrações culturais. E o pior; que a mulher negra serve somente para atividades no espaço doméstico, como empregada ou, para ‘relações extraconjugais’.

O que é ainda mais paradoxal é que, além do preconceito de cor e da escancarada discriminação racial contra os negros e as negras, os discursos produzidos ao longo do período da escravidão impingiram principalmente sobre as mulheres negras um emblema muito maior por tratar-se de ser mulher: seres vistas com uma inferioridade “natural”, remetendo à concepção simbólica da violência de gênero e étnico/racial.

À medida que as reflexões dentro do GD foram se posicionando a respeito de lugares e posições sociais, discursivamente, como afro-descendentes, houve a recorrência do fato de as enfermeiras negras, que representam aqui o *universo*

paralelo das demais enfermeiras e mulheres, viverem em um contexto sócio-político que as discrimina constantemente. Estas posições discursivas registradas dentro do GD também apareceram nas EN. O que me faz pensar que as produções históricas estão duplamente condicionadas entre práticas discursivas e práticas não discursivas.

Em Foucault (2007) a observação acima fica bem evidente, quando o teórico expôs que, um discurso é feito de signos, mas ele declara que, para além desta estrutura, um discurso é a designação de coisas. É nesta necessidade de se entender um algo a mais, que o discurso ancora a irredutibilidade da língua e do ato de fala. Este ‘algo mais’, disse Foucault, precisa aparecer e necessita ser descrito. Decorre disto que, pelas práticas sociais que se constituem discursivamente, emerge uma maneira de materializar identidades subjetivadas; portanto, o sujeito enfermeira negra aqui, é uma produção discursiva e não o sujeito que origina discursos.

Rosa Maria Bueno Fisher (2001), estudando Michel Foucault destacou a título de exemplo que, discursos como os sobre mulheres, mesmo não tendo a tradição de uma área específica, têm a força de “conjunto” e se situam como novos campos de saber, os quais:

Tangenciam mais de uma formação. A formação discursiva deve ser vista, antes de qualquer coisa, como o princípio de “dispersão e repartição” dos enunciados, segundo o qual se “sabe” o que pode e o que deve ser dito, dentro de determinado campo e de acordo com certa posição que se ocupa nesse campo (p.203).

A prerrogativa de Fisher apareceu, por exemplo, tanto na EN quanto nas análises a partir do GD quando as narrativas ‘clamavam’ por uma visibilidade a ser construída pelas mãos das mulheres negras.

Ainda conforme Fischer, a formação discursiva serve como “matriz de sentido”, e os falantes nela se reconhecem, porque as significações ali lhes parecem óbvias; “naturais”. Disto, resulta que as coisas ditas são radicalmente amarradas às dinâmicas de poder e saber de seu tempo. De fato, nas entrevistas narrativas e no grupo de discussão, as falas emitidas são formações discursivas que se exercem através de práticas, às quais, fixam enunciados.

É por isto, referiu Fisher (2001), que um enunciado, diferentemente dos atos de fala e mesmo das palavras, frases ou proposições, não é imediatamente visível nem está inteiramente oculto.

Quanto às relações de saber-poder, essas apareceram em termos de materialidade quando, por exemplo, na Entrevista Narrativa e dentro do Grupo de Discussão, as ‘vozes’ expressaram veementemente que, boa parte das vezes, a enfermeira negra obriga-se a posicionar-se de maneira mais incisiva. Isso as legitima como sujeitos, para que a representatividade da imagem preconceituosa da “negra” seja superada pela imagem da enfermeira como chefe de uma equipe de enfermagem ou de saúde. Além do mais, as posições discursivas mais particularizadas das participantes, deixam claro a necessidade de um constante exercício de posicionamento crítico, para que como mulheres, enfermeiras e negras, sejam respeitadas no meio social e profissional.

Independente de qual ou quais saliências um discurso assume ele tem, conforme o que replicou Fisher (2001), uma positividade específica:

Na medida de sua repercussão, de seu alcance, das possibilidades de aceitação ou questionamento (...); finalmente é marcado também pelo conjunto de formulações que lhe conferem algum *status*, seja porque tem respaldo “científico”, seja porque a posição do sujeito enunciativo assim o constitui (p. 211).

Como exemplo, na EN e no GD a ‘identificação’ das participantes não ocorreu pura e simplesmente por serem afro-descendentes, mas, fundamentalmente porque tinham em comum, ‘histórias’ vividas discursiva e socialmente sobre o preconceito e a discriminação raciais. Além do mais, o fato de serem mulheres, os enunciados tornaram possível resgatar as ‘dificuldades’ que o gênero feminino ainda sofre, particularmente na profissão como enfermeiras.

Foucault (2007) considerou em termos de formação discursiva que um discurso não está só. Ele dialoga com outros discursos, quer no patamar de um mesmo contexto enunciativo, quer em contextos diversificados. O GD, por suas narrativas, realizou interlocuções, não apenas ao redor da ausência discursiva sobre enfermeiras negras na REBEn, mas e ainda, sobre seus processos enquanto mulheres negras e enfermeiras, condição que representou o diálogo entre ‘vários’ discursos.

Fisher evidenciou ainda que os enunciados, por seus discursos, tornam possível a multiplicação de relações, entre enunciados e entre discursos. Isto representou situar “as coisas ditas” em campos discursivos, extraindo delas alguns

enunciados e colocando-os em relação a outros, do mesmo campo ou de campos distintos (p.205).

E mais. Segundo a autora, pode haver a confusão entre um ato ilocutório – ato enunciativo, ato de fala – e uma frase, mas isto não representa necessariamente a mesma coisa. Significa, em outro sentido, que os discursos produzidos nos momentos da Entrevista Narrativa e do Grupo de Discussão que as enfermeiras carregam em si o que Fisher considerou como “um conjunto de elementos, referentes às “possibilidades” de aparecimento e delimitação daquele discurso” (p.204).

Dentro desta premissa, os enunciados e os discursos constituídos na EN e dentro do GD servirão, por sua vez, para a construção de uma nova subjetividade e a constituírem uma identidade coletiva das mulheres negras.

O sujeito que é construído discursivamente é, ao mesmo tempo, falante e falado porque através dele outros *ditos se dizem*. Fisher também considerou que um discurso é o lugar da multiplicação de discursos, assim como o lugar da multiplicação dos sujeitos.

Na EN e a partir do GD, os enunciados e conjuntos de discursos tiveram a intenção de *dar voz às mulheres negras*, através da criação de grupos e outras estratégias político-sociais que pudessem visibilizar quem de fato é a mulher negra. Dar voz representa, então, o sujeito que vai se constituindo no momento discursivo.

Muitos são os exemplos, mas o enunciado de E₂ (ver página 222) serve para reativar a questão de que um discurso diz por si, e ao mesmo tempo, é ‘multiplicador’ de outros discursos.

Para Fisher (2001) o ‘cenário discursivo’ é denominado de interdiscursividade. É pela interdiscursividade que, as contradições afloram e as diferenças emergem, inclusive, em relação aos apagamentos e aos esquecimentos (p. 212). O que denota que um discurso é heterogêneo por prescindir *marcações* ao redor do que quer dizer e significar. Neste sentido, muitas das narrativas emergidas na EN não foram resgatadas dentro do GD, mas a tônica “ausência de discursos sobre enfermeiras negras na REBEn” permaneceu nos dois momentos distintos das participantes.

Dentro da heterogeneidade de um discurso, tanto em termos de superação das submissões, pela construção de uma subjetividade¹³ própria das mulheres/enfermeiras negras, quanto sua identidade coletiva a ser constituída, há que ser reforçado que o contexto heterogêneo dos discursos não acontece em um abstratismo, mas a partir da realidade do sujeito que vai se constituindo discursivamente. De outra maneira, o que pôde se produzir discursivamente na EN e dentro do GD serve de base para a construção de uma identidade coletivo e social das mulheres negras.

Das prerrogativas de Foucault (2007) pensar que os discursos a serem construídos pelos afro-descendentes constituem a subjetividade é aceitar que, ao se constituir, o sujeito de que fala o discurso passa a ocupar diferentes lugares e diferentes posições, dentro do discurso. Razão mais que suficiente para inquirir que a força de um discurso faz emergir indivíduos pensados coletiva e socialmente. Ao refletir sobre as premissas foucaultianas (2007), a posição deste sujeito a se constituir passa a ser a de produtor de saberes.

Da acepção de um sujeito como efeito discursivo e, no caso das mulheres negras, representadas por enfermeiras, múltiplas posições tendem a aparecer, assim como várias formas de subjetivação.

É como uma espécie de desdobramento da própria subjetivação, onde a mulher, a enfermeira, a negra, a mãe, etc. se encontram na própria multiplicidade discursiva, mas denotam, em lugares e tempos distintos, uma ou mais identidades.

Valendo-me novamente das contribuições de Fisher (2001), tomei emprestada a idéia que a autora estabeleceu relativa à que um discurso, em sua formação e por sua multiplicidade, não se materializa harmonicamente. Ao contrário, a formação discursiva se faz de dissensões e oposições múltiplas (p.210). Isto, em razão de diferenças que surgem em termos de enunciados, de acordo com o meio e a modalidade enunciativa.

¹³Subjetividade entendida na acepção foucaultiana em termos de subjetivação. Não na dimensão psicológica.

A respeito da construção subjetiva de homens e mulheres negros, para instituírem uma identidade coletiva-social, existirão diferentes formas de discursos. Alguns apontando e problematizando os lugares e as posições que os afro-descendentes estarão ocupando nos discursos.

Outros, ainda, poderão chamar a atenção para especificidades no próprio campo sócio-político. Poderão ocorrer formações discursivas que culminem em discursos a respeito da identidade dos afro-descendentes; outros, ainda, elucidando no campo sobre o gênero feminino e na abordagem sobre mulheres negras, a subjetividade destas mulheres e, assim por diante.

Então, à medida que os afro-descendentes, em particular as mulheres negras, conseguirem organizar-se politicamente e de maneira mais contundente, a própria produção que emergir de suas experiências, propiciará produções discursivas que revelem como suas subjetividades estão sendo constituídas e, ao mesmo tempo, elucidará as formas e estratégias de enfrentamento que vão constituindo a mesma subjetividade.

Do exposto acima, importante também lembrar que os enunciados que formarão discursos darão conta das especificidades necessárias à visualização das mulheres negras.

A respeito da visualização das enfermeiras negras, as formações discursivas a respeito delas estarão, em um primeiro momento, delimitadas no campo de saber da Enfermagem, mas servirão como recursos para a constituição da subjetividade da mulher afro-descendente na conjuntura sócio-política.

O não reconhecimento social que mulheres e homens negros são submetidos no Brasil, é parte de um discurso sobre a 'construção cidadã' que vem negando que nesta mesma construção, também os afro-descendentes deveriam ser, discursivamente, parte ativa do processo como cidadãos e não como *etnia de segunda classe*.

As reflexões e as afirmações extraídas a partir do GD permitiram averiguar que a recorrência racial e discriminatória contra os negros é uma longa batalha, mas com perspectivas de poder virar páginas sem, no entanto, esquecer de onde vieram seus antepassados e como foram tratados na história brasileira.

O Portal da Fundação Perseu Abramo publicou no segundo semestre de 2004, o artigo de Gustavo Venturi e Vilma Bokani sobre o preconceito de cor e a discriminação racial no Brasil.

O artigo traduziu alguns dados sobre a extensão do preconceito de cor e a percepção da discriminação racial no país. O estudo foi feito através de uma amostra de cinco mil e três (5.003) entrevistas representativas do conjunto da população brasileira.

Os achados apontaram que noventa por cento (90%) das pessoas são preconceituosas e discriminam – na amostra há o reconhecimento do problema no Brasil: para cinquenta por cento (50%) há muito racismo e para quarenta por cento (40%) pouco.

A amostra apontou que os brancos têm preconceito de cor, sobretudo contra os negros, seguido em relação aos índios e aos que se nomeiam de pardos. Na mesma amostra, ao serem indagados sobre o reconhecimento social do problema do preconceito e da discriminação, os entrevistados negam ambos como origem a partir de si, atribuindo-o aos “outros”.

A constatação de não se auto-reconhecer como preconceituosos e discriminatórios traduziu algumas possibilidades: desconforto em assumir tais valores, dificuldade de encarar o próprio preconceito, resultando na projeção dos mesmos para uma ‘sociedade abstrata’.

A veracidade das respostas foi comprovada pela metodologia utilizada no estudo. Os autores desenvolveram a coleta de informações através de amostra probabilística, por sorteios de municípios, setores censitários e domicílios, combinada com o controle de cota de sexo e idade na seleção dos participantes.

A técnica utilizada foi a de um questionário com doze (12) questões de aferição indireta de preconceito de cor: uma bateria de sete (07) frases, em sua maioria propositadamente preconceituosa, presentes na linguagem cotidiana da população, para as quais se mediram graus de concordância e discordância; uma pergunta sobre a crença na diferença de inteligência entre negros e brancos.

Outra sobre a disposição a votar e o retrospecto de voto em políticos negros; finalmente três enunciados hipotéticos sobre ser chefiado (a) por pessoa de outra raça/cor, ter vizinhança predominantemente de famílias de outra raça/cor e um filho (a) casarem com pessoa de outra raça/cor.

Ao final da pesquisa, três (03) em cada quatro (04) brasileiros manifestaram algum grau de preconceito contra os negros, apesar ter havido uma queda de dez por cento (10%) em 1995 para quatro por cento (4%) no ano do estudo.

O surpreendente para os pesquisadores foi a revelação direta dos entrevistados em assumir seus preconceitos. O mesmo resultado também apareceu em pesquisa similar pela Data Folha, no mesmo ano.

Pelo estudo descrito, é possível constatar que a construção histórica sobre a etnia/raça negra deu-se por imposição sócio-cultural e, aceita passivamente pela sociedade brasileira. Também serve de apoio ao que as análises dentro do GD matizaram como problemática político-social de ser negra (o) no Brasil.

O ponto de tensão da imposição sócio-cultural e a passividade em aceitar a problemática questão do racismo e sua decorrente discriminação, traduzem muito claramente a [in] visibilidade da mulher afro-descendente situada em relações de dominação como desdobramento da perversidade capitalista.

É preciso apontar, porém, que dentro desta poderosa trama do sistema capital, existem plurais nuances, das quais destaco o entrelaçamento entre a própria história e o discurso, o qual veio operando como falso testemunho da própria história, por determinar a subjugação da mulher e em particular pela via étnico/racial.

Sem escolhas, restou à mulher negra receber o árduo pertencimento a uma fração histórica ignorada no decorrer dos séculos. No máximo caricaturada como *figura exótica*.

Os enfrentamentos das mulheres e enfermeiras negras em relação a sua raça/etnia, de acordo com as reflexões dentro do GD, precisam de um outro suporte devido à falta de articulação destas mulheres. Nas posições de participantes do GD houve a inferência da necessidade de coragem e determinação coletiva para garantir espaços sócio-políticos às afro-descendentes, quer em revistas como a REBEn, mas principalmente no cotidiano das relações sociais e profissionais.

As participantes do GD deram-se conta de que como mulheres e enfermeiras, as negras se encontram em uma espécie de amortecimento de consciência coletiva. O próprio grupo sugeriu que a dificuldade para superar os ranços do racismo e da discriminação racial, situa-se, em certo sentido, na sua falta de organização. Esta questão aproximou-se daquilo que já registrava em várias passagens da tese de que há a urgência de a mulher negra construir sua identidade por uma *contra-história*, em relação ao que continua sendo construído por mulheres de outras etnias.

Também importante que, pelas reflexões dentro do GD, emergiu realmente a 'noção' sobre lugares e posições discursivas historicamente ocupadas por enfermeiras negras, entendida como de 'surpresa e desconforto' sociais porque a

própria história construiu uma imagem, via discurso, atrelada a situações de submissão e sujeição, principalmente quando se trata de mulheres negras.

O que apareceu representado na discussão de grupo, de outro modo, foi a presença de múltiplas formas de resistências que a mulher negra tem presente em si como uma importante e profunda 'arma' para lidar com as diferenças na construção de seu sujeito.

As mulheres não sabem previamente como fazer, mas vão aprendendo nas 'lambadas' do discurso dominante, que não deixa de ser sempre também compreendido na ótica do masculino.

Em algumas passagens do referencial teórico alertei para a informação de que, no geral, as mulheres na Enfermagem ainda são associadas equivocadamente em suas funções com as do espaço doméstico. Este 'fardo' milenar é ainda mais acentuado em relação às mulheres negras, pelo já argumentado e relatado na tese.

A análise em torno de possíveis mudanças que as mulheres negras precisam para serem reconhecidas como sujeitos de sua história, vem pelo resgate de importantes posições que Rosiska D. de Oliveira contextualizou com a colaboração de Babette Harper (1985).

As compreensões que as autoras realizaram são da década de oitenta, mas tão contemporâneas, quanto às dificuldades, ainda presentes no universo feminino, no que tange as suas posições e lugares instituídos discursivamente nas práticas sociais. Dificuldades ainda mais complexas e precárias em relação ao contexto histórico das mulheres negras.

As autoras iniciaram o caminho teórico provocando as (os) leitoras (es) com a seguinte chamada: "No ponto de partida, em todas nós, um sentimento de mal-estar" (p.39). A autora se referiu inicialmente ao mal-estar ocasionado em um primeiro encontro de mulheres em Genebra, nos anos setenta.

A necessidade de reunir mulheres com histórias de esquerda a partir de experiências do movimento de sessenta e oito (68) na França, incluindo ainda universitárias, professoras primárias, enfermeiras, refugiadas thecas, mulheres latino-americanas, transformou o encontro naquilo que Oliveira chamou de *militância da vida*, sem cor política, mas expressando fortemente um descontentamento por um sentimento vago, difuso, de mal estar.

A insatisfação das mulheres naquele período correspondeu às suas posições de inferioridade e submissão histórico-sociais, determinando que este 'primeiro

alerta' seria o desencadeamento para a construção de um alinhamento teórico para desenhar o movimento feminista como fato e postura políticos. Resultou do encontro, uma primeira semente do que seriam os anos seguintes. Malabarismos conceituais como justificativas às próprias mulheres para contrabalançar a má consciência que fora inculcada contra elas pelas críticas masculinas.

Em contraposição, o mundo masculino lançava críticas acirradas contra os encontros femininos, atribuindo a eles o equívoco do “chá das cinco: versão, 1970” (p.40).

Como alertaram Oliveira e Harper (1985), as reações das mulheres beiravam o cuidado de não se enveredarem para um ‘guarda chuva’ de conceitos, com os quais não pudessem realçar seu lugar no mundo. Uma opção feita naquele momento pelos movimentos daquelas mulheres, foi viver o acontecimento político e esgueirarem-se de teorias pré-fabricadas. Este movimento foi chamado de libertação.

O que passou a se evidenciar a partir das contestações feitas pelo grupo foi o registro de histórias pessoais e coletivas intitulado “Feminizar o Mundo”, publicado no Instituto de Ação Cultural – IDAC¹⁴.

Para as autoras, o texto representou a fase em que as mulheres ainda se sentiam obrigadas a justificar a autonomia do seu movimento, esse tempo em que elas começavam apenas a perceber que a autonomia do movimento seria difícil de fazer-se reconhecer pelos homens quanto a autonomia de cada uma delas em particular (OLIVEIRA e HARPER, p.40).

O significativo processo por que passaram essas mulheres e, apesar de aparentemente ter sido um movimento isolado, representou uma profunda metamorfose nos quatro cantos do planeta no que dizia respeito aos lugares e as posições femininas, vivenciadas histórico-socialmente.

¹⁴ Órgão criado na década de setenta em Genebra como um centro de pesquisa e intervenção pedagógica, por um grupo de brasileiros, entre eles, Paulo Freire, Rosiska D. de Oliveira e Miguel D. de Oliveira.

As discussões que ali se instalaram, mostraram o mundo da servidão feminina e também uma acirrada divisão entre as próprias mulheres. Carregadas de culpa por gerar prejuízo ao mundo, estas 'desvairadas' não se intimidaram.

Ao contrário, adquiriram a consciência de não existirem, a não ser através da imagem masculina. Isto representou para as autoras uma condição similar a dos colonizados: "alma roubada, recusa de si mesma para se fundir no outro, fusão impossível que, frustrada, engendra o ódio, a revolta e a fuga" (p.41).

Nas crescentes reflexões e construções em torno de uma identidade feminina o grupo, composto de quinhentas (500) mulheres, foi percebendo que mais que um conceito, o feminismo deveria significar um estado de espírito, uma disposição individual e coletiva para 'jogar as cartas na mesa' e, dali, tomar decisões.

Uma das prerrogativas assumidas pelo grupo foi a de pensar e aplicar a aprendizagem ali construída, através de suas próprias vivências pessoais. Expressar-se, comparar experiências e se reconhecer, se transformar, refletiu a busca por uma identidade ao mesmo tempo pessoal e coletiva, acrescida de uma função terapêutica: recuperar o que foi o esquecimento de si, e de uma função revolucionária, transformar uma cultura que nos exclui por decreto de insignificância (OLIVEIRA e HARPER, 1985, p.44).

A experiência permitiu o nascimento da reivindicação de uma cultura diferente, a feminina. Decorreu dali um outro ponto de tensão. A dificuldade de definição ao redor do feminino já que até então as mulheres haviam aprendido o oposto. Foram construídas pelo olhar masculino, comportaram-se de acordo com o definido pelos homens. Decorreu disto tudo, que as mulheres precisavam aprender a própria realidade e escrever sua própria história.

Oliveira e Harper traduziram, neste momento de minhas reflexões que, de fato, as mulheres negras foram cortadas da possibilidade histórica de se construírem, pela perversidade com que vêm sendo tratadas historicamente.

Tomando como exemplo a experiência descrita pelas autoras, afirmo que a identidade das mulheres e enfermeiras negras está sendo, mesmo que ainda de maneira tímida, construída respeitando as particularidades deste grupo étnico.

Apesar de as análises no GD terem resgatado as vivências das informantes, como mulheres, negras e enfermeiras de maneira significativa e, talvez, por nosso precário aporte de prática política, não houve avanço sobre possíveis formas de

combater suas sujeições. Mesmo assim, avançar para uma melhor compreensão da subjetivação das mulheres negras é prudente.

7.1 Sujeições e Identidade – uma ‘trama macabra’ na construção de mulheres negras

Em relação ao processo de assujeitamento, além do que concebeu Foucault (1999), também Stuart Mill (2006) colabora com as reflexões deste estudo.

Mill propôs a igualdade entre homens e mulheres, a partir do movimento das próprias mulheres no final do século XVIII, como um dos braços nascidos da Revolução Francesa de 1789. O tema da emancipação feminina intensificou-se, mas consolidou-se somente no século XX, entre as décadas de 60 e 70.

Conforme o autor, o princípio que regula as relações sociais entre os sexos, o da subordinação legal de um sexo ao outro (p.15) é equivocado e, portanto, um dos principais obstáculos para o desenvolvimento da humanidade.

Mill assessorou-se na prerrogativa da desigualdade entre homens e mulheres, concebendo que este ‘desequilíbrio’ da parte de quem assegurou a desvantagem da mulher em relação ao homem, está sedimentado na falta de argumento do pensamento machista em garantir a existência desta desigualdade.

Mill foi enfático ao garantir que:

É desnecessário que eu diga que aqueles que mantêm a doutrina de que os homens têm o direito de comandar e as mulheres estão obrigadas a obedecer, ou, de que os homens são adequados para o governo e as mulheres são inadequadas, estão do lado afirmativo da questão, e provavelmente mostrarão evidências positivas para tais declarações ou estarão submetidos à sua rejeição (p.17).

Mill defendeu que, entre todos os tipos de escravidão a que um ser humano submete o outro na história, o da mulher é o mais perverso em razão de ela viver esta perversidade de forma totalmente solitária. Isto porque as instituições são feitas por homens que revogam a desigualdade entre o homem e a mulher.

O teórico sugeriu ainda que o poder indevido que se estabeleceu nas relações sociais entre homens e mulheres e, na mesma razão que o despotismo militar, é uma situação de lei do poder. Um poder indevido que assujeita, que oprime.

Mill considerou também que a sujeição da mulher pelo homem é forçada, mas mascarada por todos os aspectos políticos que permeiam a vida social. Segundo o autor, a 'justificativa' do poder e, por lógica, da sujeição da mulher pelo homem localiza-se na seguinte observação:

Para todos os que desejam o poder, eles o exercem na maioria das vezes, sobre aqueles que estão mais próximos dele, com que passam sua vida, com quem tem mais assuntos em comum e com quem qualquer independência de sua autoridade irá provavelmente interferir em suas preferências individuais (p.26).

Mill conjecturou ainda que o poder de outros tipos de escravidão é de um tipo, 'somente pela força', enquanto que aquele que submete a mulher a todo tipo de sujeição é do tipo forçada, mas e ainda voluntário controlado pelo próprio poder do sistema político-social.

Contrariamente ao que afirmava o sexo masculino nos séculos XVIII e XIX a respeito do domínio dos homens sobre as mulheres em termos de 'naturezas livres e naturezas escravas', Mill fez uma articulação entre a sujeição das mulheres com a que foram submetidos os escravos negros nos Estados Unidos.

De acordo com o que afirmou o autor, a escravidão dos negros foi sustentada por uma espécie de "ideologia" que considerava que homens e mulheres negros eram incapazes de ser livres, o que os tornava *naturalmente* sujeitos à opressão da supremacia branca. Tratou-se, portanto, de usar como emblema para a escravidão negra, a *natureza* daquela etnia/raça¹⁵.

¹⁵ Mill utilizou, durante suas concepções teóricas, usou somente o termo raça. A noção de etnia foi outra vez registrada por mim para ressaltar, um e outro termo como questões de preconceito e de discriminação racial.

Já em relação às mulheres, embora o autor a tenha denominado de sujeição forçada, ele considerou que este tipo de dominação foi também 'voluntária' porque as mulheres não contestavam, não se queixavam e consentiram historicamente fazer parte desta regra. Porém, observou Mill, não se sabe mundo afora:

Quantas mulheres acalentam silenciosamente o desejo por aspirações semelhantes (de serem livres); porém existem inúmeras indicações de quantas acalentariam tal desejo, se não fossem tenazmente ensinadas a reprimir tal desejo, que é contrário às propriedades de seu sexo (p. 30).

Em relação às mulheres negras, tomando por base as proposições de Stuart Mill e as compreensões representativas que nasceram a partir do GD, o que fica visível é que mulheres negras são mais sujeitadas em relação a mulheres de outras etnias. Por sua história passada de escravidão que, somada a de sujeição feminina, as coloca em patamares sócio-culturais mais inferiorizados que mulheres não negras.

A constatação acima revela, de um lado, que a precária capacidade de organização política das mulheres negras é ainda decorrente de um imaginário coletivo 'preso' a um passado recente duplo: *sujeição como mulher e como escrava*.

De outro lado, ingressa a questão sócio-cultural da escravidão em si, em termos do histórico sistema político. Mas o problema de uma subjetividade 'pouco explorada', como a das mulheres afro-descendentes, precisa, em certo sentido, 'morrer' no que tange a sua prisão como o passado de subjugação – para, a partir dos enfrentamentos contemporâneos, nascer. Um nascimento, cuja gravidez possa ser pensada como o 'auge' da libertação pela morte e, ao mesmo tempo, a comemoração de uma vida. Consciente de suas lutas, de sua potência. Ciente de que a vida lhe reserva um novo enfoque no que se relaciona a constituição da identidade coletivo-social.

Sair do anonimato, por uma subjetividade que "morre" passa a representar ter muito claro as relações de saber-poder que constituíram esta mulher, simultaneamente visível em sua inferioridade, mas visível por seu novo modo de se construir. Estar diante de um impasse, no sentido de fazer 'morrer uma subjetividade

subjugada' e realizar um parto para o nascer de uma nova vida, significa que a mulher afro-descendente precisa sair de sua própria dobra e dela passar a constituir esta outra subjetividade.

É a isto também que estou nomeando de contra-história. Uma contra-história porque como também já referi em outras passagens, a mulher negra é diferente, precisa ser sempre vista em suas diferenças, mas para conquistar a igualdade de condições cidadãs, tem que revelar-se a si mesma rachando sua subjetividade construída à luz da submissão e do assujeitamento político-sociais.

Os novos rumos necessários para esta 'virada de páginas' são acenados, assim, pela mesma dobra a que me referi acima. Significa folheá-las, deixar de lado certas reservas nas quais estiveram guardados muitos ranços.

A fim de melhor clarificar minhas posições a respeito da subjetividade da mulher negra, aproprio-me das idéias de Frantz Fanon (2008) que em sua obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* fez uma exaustiva análise ao redor das relações político-sociais dos negros com outras etnias.

Seu estudo foi baseado em sua experiência européia. Fanon nasceu na Ilha da Martinica. Como nativo da ilha sempre foi tratado como negro. Mas, quando em contato com europeus, principalmente os franceses, era tratado diferente; recebia 'convites sutis' para comportar-se como branco. Formou-se médico psiquiátrico e, aproveitou-se deste conhecimento, para compreender sobre algumas lógicas das relações político-sociais dos negros no que tange seu imaginário como indivíduo.

As preocupações de Fanon estiveram voltadas a transformar a vida de condenados nas instituições coloniais e racistas do mundo moderno. Sua breve vida foi ao mesmo tempo intensa, por preocupar-se não apenas em conhecer, mas em 'incitar' novos pensamentos ao redor das históricas relações de dependência e subjugação dos negros em relação àquilo que ele próprio insistiu como demarcador de fronteiras e dos limites entre negros e brancos europeus.

Fanon desencadeou o movimento de um mundo até então pouco explorado que foi o das próprias relações étnico/raciais.

A obra aqui relatada de Fanon iniciou com provocações bastante severas a respeito das posições sociais dos negros na Europa. As contestações iniciais são a respeito das mesmas posições que os negros assumem em sociedades racistas, pois, como disse o autor, o homem e a mulher negros têm uma tendência de se 'esbranquiçarem' como uma tentativa de não sofrerem ou de não quererem enxergar

que são submetidos à exclusão social, pelo viés do preconceito e da discriminação racial.

Na tentativa de negarem sua negritude os homens negros procuram casar-se com mulheres brancas e as mulheres negras se aproximam de homens brancos. Não haveria problema algum nas relações afetivas multirraciais, não fosse a posterior negação destes homens e destas mulheres em aceitar sua origem étnico/racial como afro descendentes.

Ao agirem deste modo, os negros continuam submetidos a sua própria pressuposta inferioridade em relação aos brancos, condição que não muda, nem esconde a cor de sua pele.

Fannon chegou, inclusive, a afirmar que o negro quer ser branco. E o branco incita-se a assumir a condição de ser humano (p.27). A experiência que lhe deu a conotação de o negro querer ser branco e o branco, reafirmar sua superioridade, mantendo a clássica idéia de primitividade ao negro, foi o olhar metuculoso sobre o comportamento de ambos em Paris.

Fannon sugeriu que os estudantes antilhanos, ao chegarem a Paris, tinham duas possibilidades em termos da utilização da linguagem para comunicar-se:

- sustentar o mundo branco ou o 'verdadeiro mundo', enfrentando alguns problemas pela língua usada ou,
- "rejeitar a Europa, "Yo"¹⁶, e se reunir através do patoá, instalando-se bem confortavelmente no 'mundo' martinicano (...)" (p.49).

Uma das razões que principia no negro o desejo de assumir-se como branco para Fannon, é a rejeição que ele sofre quando se descarrega de suas origens. Mas, ao manter-se carregado de sua cultura negra da Martinica, sofre igualmente, pois o julgam importante demais para ser negro e para ser branco.

Este 'beco sem saída' em que se encontravam os negros, ao aprenderem a cultura branca ocidentalizada, gerou neles o que Fannon intitulou de *eretismo afetivo*. Segundo o próprio autor, o negro como escravo de sua própria inferioridade e o branco como escravo de sua superioridade, se comportam segundo uma orientação neurótica. Ambos, para Fannon, são alienados em termos de descrições psicanalíticas.

¹⁶ Modo de designar genericamente os outros, e mais especificamente os europeus. Nota do tradutor.

O negro apresenta um tipo neurótico obsessional porque se coloca em plena neurose situacional. Assim, ele busca fugir de sua individualidade, aniquilando-se de seu estar-aqui. As posições 'neuróticas' em que se colocam os negros revelam que eles sentem-se inferiorizados, chegando a passar da insegurança humilhante à auto – acusação.

Durante os setes anos de observações e experiências sobre as relações sócio-culturais e políticas entre brancos e negros, Fannon sugeriu que o “negro não compreende sua raça e os brancos não o compreendem” (p.70).

A negritude, na experiência do autor, é incapaz de passar despercebida, mas também de integrar-se. Homens e mulheres negros aceitam passivamente o discurso de que: “*Você não é negro, é excessivamente moreno*” (p.73).

A frase registrada por Fannon, de fato, é recorrente nas relações entre brancos e negros. Não é incomum, os negros, ouvirem esta 'alternativa' que acena para uma 'saída diplomática' ao redor do preconceito e da discriminação racial.

Discursos como: *você tem cor jambo. Você não é negro (a). Você não tem o nariz achatado como o verdadeiro negro. Ou: você tem o cabelo crespo e não 'pixaim', portanto é mulato (a)*, são muito recorrentes nas rodas de conversas entre negros e brancos.

O que mais endurece a possibilidade de amadurecimento subjetivo dos negros é, sem dúvida, a interface de negar-se e ou ser negado. E esta questão é um problema de constituição de subjetividade pelas formas de subjetivação histórica a que foram submetidos.

O negro permanece em instâncias subjetivas que não o conduzem a lugar algum. Afinal quando está com seus pares afro-descendentes e, na experiência de ali também ser diferente, quer em razão de sua condição sócio-econômica, quer em função de seu desenvolvimento intelectual, não se identifica. Quando em contato com brancos tem que provar continuamente seu potencial para quase 'gritar': *estou aqui, sou gente!*

A experiência cotidiana a que os negros e as negras estão postos revela que existir em 'lugar algum' é bastante complicado, principalmente se considerarmos o fato de casamentos inter-raciais, como revelou uma das informantes, quando da apresentação e análise das narrativas a partir do GD.

Fannon, em relação ao casamento inter-racial, chegou a admitir que, para o cônjuge negro, o ato em si lhe confere uma espécie de consagração subjetiva¹⁷, em si mesmo e aos próprios olhos, do “extermínio do preconceito de cor que sofreu durante muito tempo” (p.75).

Muitas vezes, em razão do próprio individualismo em que vive o ser humano, homens e mulheres afro-descendentes esforçam-se para aproximar-se de seus pares de cor, mas são barrados. Ou porque não condizem com a condição “sócio-cultural” dos outros; ou, por serem “esnobes” demais para fazer parte de *seus mundos*.

Diante dos registros realizados por Frantz Fannon, ele aceitou que, no caso dos casamentos inter-raciais, o principal “trunfo parece ser a garantia de esparecimento de costumes e de “desracialização” para o parceiro” (p.75).

A força da análise de Fannon aparece justamente dentro da dimensão que estou arguindo.

O problema da subjetivação que, retrata algum tipo de identidade, que na verdade não é de branco nem de negro. É alguma coisa que permanece em sua própria interioridade à espera que algo aconteça, preferencialmente de fora. Que não dependa da própria subjetividade, mas da coragem exterior.

Independente de tratar-se de casamentos inter-raciais ou não, a obra do autor é bem atualizada e em concordância com muitas passagens da análise neste estudo, por considerar que a luta pela visibilidade interior e exterior dos negros e, em especial da mulher enfermeira negra, deve partir de sua própria valorização.

Valorização a transversalizar a aceitação de ser negro (a) e diferente, pois como o próprio Fannon mostrou é preciso muita coragem para superar, por exemplo, a reflexão de Jean Veneuse, um negro que gostaria de ser um homem como os outros, mas sabe que sua situação é insustentável:

¹⁷ No sentido psicanalítico atribuído pelo autor.

A não-valorização afetiva conduz sempre o abandonado a um sentimento de exclusão extremamente doloroso e obsessivo, de não ter lugar próprio em parte alguma, de se sentir sobrando em qualquer lugar, afetivamente falando (...) Ser o “Outro” é uma expressão que encontrei várias vezes na linguagem dos abandonados. Ser o “Outro” é se sentir sempre em posição instável, permanecer na expectativa, pronto para ser repudiado, e (...) fazendo tudo quanto é inconscientemente necessário para que a catástrofe previsível se produza (...).

Não se pode avaliar suficientemente a intensidade do sofrimento que acompanha tais estados de abandono, sofrimento que é ligado, em parte, às primeiras experiências de exclusão da infância, e faz contê-las com toda acuidade (p.78).

Alerto o leitor para o seguinte aspecto construído na obra de Fannon. O autor, ao utilizar as questões do ‘imaginário’ dos negros e dos brancos, o fez buscando entender que subjetividade [psicanalítica] negra está posta na experiência dos afro-descendentes na Europa. A partir desta questão, o autor percorreu as ‘entranhas’ dos negros em suas experiências fraturadas com seus pares, para viverem a lógica do mundo branco.

Mas Fannon avançou em suas reflexões e, na mesma obra, dissecou o que ele próprio intitulou de uma pretensa complexa dependência do colonizado. Partindo da tese de Mannoni, *Psicologia da Colonização*, Fannon inquiriu que o problema de ser ou não negro, aceitar ou não a supremacia branca dizia respeito a questões tramadas em outras ordens reflexivas.

Segundo Fannon o problema da colonização é uma importante vertente a respeito do imaginário negro, pois aquele processo refere-se não somente a intersecção de condições objetivas e históricas, mas também de atitude do homem frente a essas condições. A idéia ali, foi pensar sob a ótica do que o próprio Fannon chamou de face a face dos “civilizados” e dos “primitivos” que criou uma situação particular: a da situação colonial.

Naquele ínterim, o autor deu-se conta de que re-analisar o processo do colonialismo europeu renderia o aparecimento de um conjunto de ilusões e mal entendidos entre brancos e negros, que a história, *por seus discursos*, fez questão de camuflar. E aqui, ele contrapôs a tese de Mannoni que afirmava que o complexo de inferioridade é algo que pré-existe ao processo de colonização.

Para Fannon não existe meio termo, nem mesmo uma pressuposta inferioridade relacionada a período anterior do domínio branco sobre os negros durante a escravidão. O teórico insistiu que o problema do racismo é algo que está posto ou não. É preciso afirmar aceitar esta evidência.

É imprescindível que o negro saia do dilema: *branquear ou desaparecer*. Ao contrário, ele deve tomar a consciência de uma *nova possibilidade de existir*.

Quando a sociedade criar dificuldades em relação ao preconceito e a discriminação racial, o negro deverá escolher a ação ou a passividade a respeito da verdadeira origem do conflito (FANNON, 2008, p.96).

Aproximando as questões construídas por Fannon com a da ausência discursiva em torno de enfermeiras negras é possível abstrair que o autor também teve suas preocupações voltadas à linguagem. Não propriamente o discurso em si, mas como o ato de falar, pode incluir ou excluir alguém por sua etnia/raça.

Além do mais, como já argumentado a respeito das condições de possibilidade ao redor do anulamento de discursos sobre enfermeiras negras, o silêncio histórico destas mesmas enfermeiras passa, em parte pela própria passividade das enfermeiras afro-descendentes em não discursarem a respeito de suas vivências, de seus conflitos, de seus embatimentos.

Enfim, de como se percebem na emaranhada rede que as subjuga e as nega constantemente como sujeito constitutivo de sua própria história. Como bem lembrou Fannon “enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinais, confirmar seu ser diante de um outro” (p.103).

Inegável que o processo de colonização mais omitiu que desvelou a ‘negritude’ e destacou a ‘brancura’. Como bem se posicionou o mesmo teórico, é uma *ilusão discursiva* pensar-se nesta ‘lógica’ porque dentro da pressuposta supremacia branca, também existem racismos e discriminações raciais.

O profundo equívoco que se estabeleceu, provocando o distanciamento entre brancos e negros foi a insistência de discursos históricos que salientaram a civilidade do branco e a total ignorância do negro.

Mas, esta premissa poderia ser pensada, a partir do equívoco em termos de superioridade e inferioridade como o desprender de um movimento próprio por parte dos afro-descendentes. Um balanço que move para lá, para cá, que agita, que provoca agonia, mas também o gozo de mover-se.

Porém, existe uma lacuna para se compreender a força que os afro-descendentes têm. O que ainda é precário em termos de movimento negro no Brasil, repousa no fato de que como etnia/raça, ainda carecemos de maior organização coletiva. Talvez em razão do imaginário negro ainda encontrar-se amarrado a sua pressuposta condição histórica de inferioridade.

Os movimentos negros no Brasil ainda são regionalizados. Parte do problema localiza-se na extensão geográfica do país, mas reafirmo que se trata também do modo como nos enxergamos. Encolhidos à espera de uma virada, em algum lugar e em certo momento, no aguardo de que alguém faça a parte que cabe ao grupo afro-descendente.

A afirmação pode não retratar a realidade geral vivida pelos afro-descendentes no país. A precariedade de materiais na literatura contemporânea que problematizem a situação de homens e mulheres negros no Brasil me leva a pensar na necessidade de maior aglutinação política dos afro-descendentes.

A lógica ao avesso poderá construir este outro caminho, considerando o que a perspectiva foucaultiana defendeu para a relação sujeito-subjetividade. Um limite de dar 'um basta' e aventurar-se por caminhos desconhecidos, talvez, perigosos – pois que no sentido daquilo que não se conhece, medos passam a assombrar nossos caminhos, vê-se fantasmas, onde eles, quem sabe, não existam. Mas, algumas opções de vida nos levam, sem dúvida, a muitos [des] caminhos e os riscos e as [des] acomodações devem estar inseridos nas buscas e opções que se faz.

O cárcere em que a mulher negra foi colocada durante séculos, dentro de uma objetividade esmagadora via discurso que sempre as negou, deve representar em outro sentido, a libertação, o desprender-se dos grilhões. A não ser que se queira continuar a aceitar passivamente a máscara do problema fundamental. A da exclusão como mulheres, como negras, como enfermeiras; enfim, como indivíduos eternamente dependentes do assujeitamento e aceitando subjugadamente o que o cenário político ainda insiste, ao omitir-se.

Não há, ao menos neste momento, como compatibilizar a incessante luta pela visibilidade da mulher, com o que a mulher negra ainda absorve em termos de exclusão, particularmente pelo apagamento de discursos numa “visão esbranquiçada” do problema.

É fundamental reconhecer a si mesmo. Conjuguar esse reconhecimento com a ampliação de politização e posicionamento das próprias mulheres negras e, por

decorrência das enfermeiras negras. Novamente Fannon tem boa parcela de razão ao afirmar que o negro não tem mais que ser negro, mas sê-lo diante do branco (p.104).

O conhecimento implícito que os negros têm de si encontra-se, em certo sentido, aprisionado e, portanto, uma das asperezas que ele continuará a enfrentar é desmantelar este fantasma relativo à sua subjetividade: preso a si mesmo.

É um exercício de desnudar-se de si e para si e não desnudar-se para o outro. Uma ação, certamente conflitante se, resgato, por exemplo, as 'várias identidades' propostas por teóricos como Stuart Hall (2004).

A identidade que quero firmar aqui é a de uma coletividade negra. Coesa, politizada, ciente de que os conflitos que continuará enfrentando são da ordem de sua diferença étnico/racial porque também com toda certeza o que deve ser superado é a imagem de desprezo que o negro enfrenta na sociedade, mas essencialmente uma virada de sua sujeição. Além do mais, quando proponho a construção de uma identidade coletivo-social, penso respectivamente nos dois desdobramentos que não se desarticulam.

O coletivo, como organização política, com a bandeira de luta voltada para as necessidades sociais, econômicas, educacionais e outras das mulheres negras e, a social, que abarca a interface acima, pois quando se trata de argumentar sobre a construção de uma subjetividade, a interioridade está colada à da exterioridade.

Não há como superar o preconceito e a discriminação racial dentro de quem assumiu historicamente ser racista. Este não é o problema a ser combatido porque quem é racista, em algum momento tem consciência que deseja discriminar.

A superação de homens e mulheres negros está situada em como estes ainda se percebem dentro de sua etnia. Este é um primeiro passo. Isto não significa negar avanços político-sociais importantes conquistados para todos em nome dos movimentos negros espalhados pelo Brasil.

Quero continuar a ser realista. Acredito que enquanto os afro-descendentes no Brasil não se apropriarem de uma subjetividade que quebre o grilhão da submissão e do assujeitamento, a luta pela visibilidade e pelo reconhecimento social será muito mais longa e árdua que se possa imaginar.

Em se tratando de mulheres negras, a situação torna-se ainda mais complexa porque estas mulheres continuam sufocadas pelo emblema de serem mulheres, inferiorizadas socialmente. Permanecem, no caso das enfermeiras, recebendo o

'fardo' de tornarem-se profissionais dentro das questões históricas de rigidez, vigilância e racismo que a Enfermagem Brasileira assumiu para a formação de suas profissionais.

Uma trama macabra, pois além de tudo, a enfermeira negra enfrenta de modo muito mais severo os velhos ranços da profissão nas relações de saber-poder com outros profissionais de saúde, como os relatos registrados nos materiais que analisei da REBEn.

Disto resulta, uma discussão e uma luta permanentes por parte das mulheres e enfermeiras negras em superar a intolerância étnico/racial, infelizmente acoplada às de submissão e subordinação das enfermeiras também como mulheres.

CONCLUSÃO

8 PERGUNTAS SEM RESPOSTAS OU RESPOSTAS PRONTAS?

Pensar, a partir do já produzido em termos de discursos a respeito da temática foi um desafio oportuno para compreender onde e como enfermeiras negras poderiam ser são representadas discursivamente.

As reflexões e análises construídas no trabalho permitiram um intenso movimento, ao redor das categorias adjacentes utilizadas para o aporte inicial da discussão do tema e do problema da pesquisa.

A aparente insuficiência teórica sobre a questão da visibilidade da mulher negra, espero ter sido compensada com as articulações, entre as várias propostas teóricas que nortearam o fio condutor da investigação.

As tomadas de decisões de como realizar recortes e como reconstruir a partir do já dado, foi sem dúvida, uma aventura. Primeiro, por negar analisar o tema e seu problema de forma engessada. Segundo, por que pela intensidade de movimentação interna do texto aqui apresentado, houve a exigência de uma extrema atenção para que não houvesse desvios desnecessários.

Em uma prática de pesquisa mais tradicional o que poderia ser esperado? Responder adequadamente ao problema de pesquisa, com dados articulados, cruzados com a literatura já existente, por meios disponíveis e, óbvio, confiáveis. Também responder às questões representadas em um instrumento de coleta de dados.

Porém, as argumentações e análises construídas, em aparência, são um tanto incomuns quanto incomum pareceu ser o modo do caminho investigativo.

Não insistirei na importância que esse objeto de estudo assumiu para mim na vivência no Doutorado. Mas, imagino que a possibilidade em problematizá-lo para constatar e afirmar algumas das suspeitas e dos objetivos para retrair um outro caminho, assumiu uma lógica diferente porque o olhar a este objeto teve que ser tomado como *diferente e em sua diferença*. Certas previsibilidades do que 'esperar' como respostas, não existem aqui e agora.

No que se relacionou com a possibilidade de não encontrar 'discursos sobre enfermeiras negras' afirmei e reafirmei, ainda no início do texto, que andaria por

terrenos movediços. E aí. O que fazer e como proceder? Atuar sobre subterrâneos. Foi esta a tentativa. Chegar aos subterrâneos possíveis, especular meticulosamente como a realidade social coloca discursivamente a questão das mulheres não negras e, a partir dali pensar criticamente ao redor da invisibilidade das mulheres negras, representadas por enfermeiras afro-descendentes.

Algumas questões puderam dentro ainda de minha miopia intelectual, mas transparente maneira de conceber a presença da mulher negra na tessitura social, serem constatadas à luz de muitas coisas produzidas. Mas estas 'muitas produções' revelaram-se ainda insuficientes para que eu pudesse pensar razões outras sobre a ausência discursiva na Enfermagem ao redor de enfermeiras afro-descendentes.

Mesmo assim, embora talvez ainda com uma densa dose de ingenuidade, os relatos registrados no texto acusam, em certo sentido, *novamente* o problema atualizado do preconceito e da discriminação racial contra os afro-descendentes.

Mas inserem de outra maneira, possibilidades de que outros estudos se enveredem para a problemática exclusão discursiva das mulheres negras, no contexto da sociedade brasileira. Não se trata somente pensar o exercício teórico acadêmico, mas, e principalmente, como a hegemonia intelectual ainda é uma forte presença, tanto acadêmica quanto nos espaços '*extra muros*' para admitir o que é a realidade cruel vivida pelos afro-descendentes. Maior contundência, neste sentido, deve ser dada às mulheres negras.

Quando resgatei o sentido de hegemônico e, em decorrência das diluições político-sociais, em aparência, aquele significado parecia não mais ter um lugar. Porém, ele está colocado nas entranhas das relações sociais e nas práticas políticas, exercendo sua perversidade e teimosia. Entretanto, é dentro da própria hegemonia que a mulher negra está solidificada, mesmo que a incipiência de produções discursivas a respeito dela ainda seja a tônica.

É fato que a questão de que, à medida que esta mulher for discursada, para a constituição de sua subjetividade e, dela, a construção da identidade coletivo-social, muitos outros desdobramentos serão problematizados.

As instituições de alguns desdobramentos deverão dar conta da própria vergonha em esconder a realidade pragmática em que ainda estão colocadas as afro-descendentes.

A partir de algumas 'respostas prontas', a reviravolta necessária na análise do estudo aconteceu porque não considerei o óbvio, mas dele o que não era tão óbvio.

De algumas pressupostas respostas prontas, emergiram e continuarão a emergir muitas perguntas sem respostas.

A análise que conjugou as questões de etnia/raça, de exclusão social, da diferença/diferente e de gênero feminino, articuladas ao foco da investigação, permitiu ainda que outras respostas pudessem ser pensadas como possíveis em termos de colaborar para a construção cidadã da mulher negra.

Por que o desprezo à mulher negra em relação ao segregamento étnico racial? Parte de uma resposta plausível, mas não aceita, está exatamente no preconceito e na discriminação racial.

Outro retrato fragmentado de perguntas sem respostas estaria localizado no fato de ser mulher? Ou, no fato de que, como mulheres já não nos *localizam hegemonicamente* tão “atadas e dependentes da lógica masculina”, ao menos, se pensarmos em certa independência subjetiva que conquistamos?

São perguntas quase infundáveis. Somente o amadurecimento dos movimentos femininos e dos das mulheres negras poderão responder.

Procurando atribuir um olhar renovado, debrucei-me nas questões das categorias adjacentes, com as quais se abriram os dois grandes blocos sobre as Condições de Possibilidades para a inexistência discursiva ao redor de enfermeiras negras.

O que de outro modo, traduziu claramente a situação desta mulher no Brasil e na Enfermagem, impensada como sujeito, que também se constitui socialmente. Isto apareceu na pequena quantidade de materiais que problematizaram a inserção das afro-descendentes, mas em particular, na ‘falha’ das próprias produções teóricas sobre gênero e temáticas a respeito da presença das mulheres no mundo, quando se trata de pensar questões afetas e afetadas das mulheres negras.

É preciso insistir, e apenas isto para o momento, que nas pautas de discussões e reivindicações das mulheres e para elas, também a reprodução do preconceito e da discriminação racial continuam a perpassar tais argumentações. Uma insistência forte quando olho, outra vez, para as dissimulações de preconceito e discriminação raciais ainda presentes na cultura brasileira.

Escorregamos em certas ocasiões e em múltiplos sentidos, como e por vezes, é a situação da construção de um estudo. Creio que a idéia geral da proposta de trabalho foi justamente a de vacilar, enxergar por outros prismas, refazer, argumentar e porque não, até radicalizar, sem tornar-me ortodoxa.

Tentar inventar e deste 'invento' procurar caminhos científicos que pudessem responder de maneira mais ou menos coerente foi um exercício instigante, por abrir para outras possibilidades. Também por provocar e incitar olhares, talvez um tanto ingênuos, sobre lugares e posições discursivo-sociais atribuídos na tradição e no ranço da segregação racial, mas e ao mesmo tempo, 'cutucar' bem na alteridade o que as mulheres negras podem fazer para acelerar a inserção de novos lugares e de novas posições sociais e políticas sobre suas visibilidades.

Da exposição acima registrada, as enfermeiras negras que colaboraram com o estudo também saíram *reviradas*. Inicialmente porque elas mesmas surpreenderam-se com o tema; depois porque em um momento para o 'acordar' perceberam que o preconceito e a discriminação raciais são, de certo modo, reproduzidos pelos próprios negros, ao aceitarem passiva e pacificamente como 'normal' a ausência de temas, de argumentações e de análises em torno de sua etnia.

Mas, apesar de a dimensão do problema étnico/racial a que são submetidos os homens e as mulheres negras no Brasil, ser mais bem dimensionado no terreno sócio-político, as informantes do estudo deram-se conta que parte desta condição está localizada na própria etnia afro-descendente. Convergindo para o que já foi argumentado no referencial teórico e na análise do trabalho em termos de subjetividade. Disso, resultou penetrar de modo mais contundente no problema desta mesma subjetivação que culmina em algum ou vários tipos de identidades coletivas e sociais.

Porém, dentro desta extensão que o problema de investigação assumiu, houve a premência em articular brevemente todas nuances que emergiram em termos analíticos com a questão cultural.

Apesar de minhas incertezas estarem ainda muito pulsantes, permaneço apostando que o estudo, de alguma maneira, colaborará com as múltiplas interfaces que permeiam as experiências das mulheres negras, em especial, das enfermeiras afro-descendentes, num jogo de interpelação entre essas duas instâncias.

Este é um exercício crítico urgente a ser feito pelas profissionais enfermeiras, até para quebrar com a tradição existente nos periódicos do campo de saber da Enfermagem, que tem uma tendência em argumentar e analisar sobre terrenos eminentemente técnicos ou, no máximo reflexões ao redor de outras temáticas sobre mulheres.

A respeito das excessivas abordagens *tecnificadas* na Enfermagem, lembro que o problema do excesso da técnica, é sua utilização como instrumento de alienação, condição ainda muito presente na profissão.

Não seria, talvez, esta uma prodigiosa ‘fórmula’ para continuar escondendo circunstâncias nebulosas, como as que rodeiam as enfermeiras negras, pelo viés discursivo? Questão que, de outra maneira, pode estar articulada ao velho e contemporâneo problema de representação das mulheres, pela trajetória do gênero? Uma questão importante a ser pensada, entre outras perguntas sem respostas no momento, mas que envia novamente o pensamento para todas as interfaces já argüidas ao redor das não produções sobre a presença efetiva desta etnia na profissão.

Em outros sentidos, analisar o que já de antemão se sabia, não engessou de forma alguma os saberes aqui produzidos. Ao contrário, partir do já produzido provocou uma espécie de *descarga de adrenalina* para que a aventura em melhor compreender o que se ‘passa’ a respeito da [in] visibilidade discursiva sobre enfermeiras negras, pudesse favorecer a emersão de múltiplas questões ligadas ao problema da mulher, da negra e da enfermeira.

A pista para a reflexão provocadora sobre este aparente “*circular no mesmo círculo*”, está na decolagem que passei a realizar. Em certo sentido, a decolagem seguiu pela concretização de algumas suspeitas, o que invocou novos elementos para a análise.

A respeito das suspeitas de como as enfermeiras apareceriam produzidas discursivamente na REBEEn, a descrição e a análise do material, mostrou razões importantes e também a força que as mulheres e enfermeiras creditam a si mesmas para contrapor o universo masculino matizado nas relações de saber-poder no campo da saúde. Em seguida, o anulamento discursivo ao redor da suspeita a respeito das posições e lugares que as enfermeiras negras ocupariam na mesma revista, provocou remexer tanto com questões macro estruturais da sociedade brasileira e da Enfermagem, quanto e, especialmente, como a representatividade das enfermeiras negras revelaria lugares e posições dentro da profissão. Por lógica, uma representatividade das mulheres afro-descendentes.

Da suspeita de que a materialidade discursiva sobre enfermeiras negras pudesse estar focalizada em nivelamentos diferentes de discursos sobre outras etnias na REBEEn, ao mostrar-se com certa dose de ingenuidade, veio de certo

modo, também realçar o segregamento racial que existe na Enfermagem em pleno século XXI. Um momento importante na perspectiva de análise, porque esta questão fará emergir discussões críticas sobre o que defendemos em termos de profissão e de ciência de Enfermagem.

Os dois blocos que se abriram na análise: os das condições de possibilidades I e II retomaram, diferentemente, o *óbvio* a respeito do racismo e da discriminação contra a etnia negra no Brasil e destacou o 'cotidiano' que os afro-descendentes vivem socialmente, através das narrativas das informantes e das reflexões que nasceram dentro do GD.

Mas, o desenrolar do estudo também passou por turbulências em termos de escolhas das condições de possibilidade/produção que colaboraram para empurrar para um 'poço sem fundo' a situação histórico-social da mulher negra, como hoje ainda concebida. Creditar o problema da exclusão da mulher negra apenas no aspecto político-social, talvez rendesse outras lógicas, para além da que fiz uso como instrumento de análise.

Quando fiz a opção consciente de mexer com alguns elementos ao redor da subjetivação, tal escolha não pretendeu, em momento algum, desmerecer o esforço individual e social das profissionais afro-descendentes.

Quis acreditar que parte do problema da falta de representatividade discursiva sobre temas a respeito de enfermeiras negras ainda está cerceado por 'afastamentos' contidos na interioridade dessas mulheres, porque, como mulheres há a permanência cultural, de sermos educadas e *adestradas* para nos alienarmos o tempo inteiro.

Os processos escabrosos da educação feminina são certamente culturais, pensando que seu significado é instituído para os movimentos da vida.

Analisar discursos em seus sentidos ditos e implícitos contidos em editoriais, artigos e outros materiais registrados na REBEn, ao serem aproximados e rearticulados analiticamente às narrativas das enfermeiras rendeu no mínimo algumas provocações, cujas respostas poderão surgir a partir de novos olhares.

No que se referiu aos objetivos do trabalho, a análise a respeito de posições e lugares ocupados pelas enfermeiras negras no cenário discursivo da revista, este foi *revirado*, olhando de início como os discursos sobre enfermeiras posicionavam-nas e quais lugares ocupavam em cada material analisado. Disto resultou salientar

novamente a problemática omissão social e política sobre a presença das mulheres negras na tessitura do país.

Frente ao avanço teórico e analítico a que o estudo se propôs, refletir ao redor da identidade da e para a mulher negra também foi uma árdua tarefa. Primeiramente, foi necessário fugir das artimanhas que instituem uma identidade *fixada e psicologizada* aos indivíduos. A intenção do estudo nunca foi esta.

O estudo enveredou para as questões de processo de construção subjetivada acoplada ao de identidade pensando justamente nas posições de autores utilizados no estudo, que decolaram suas acepções articuladas às relações de saber-poder.

Das relações de poder, estas impõem determinados significados e, como resultados deles, estabelecem-se as identidades. Aqui, a aproximação com o pensamento foucaultiano no que se referiu ao discurso e ao sujeito, em termos de sujeições com as complexas questões culturais, tornou possível estabelecer um caminho que desse minimamente conta em compreender as identidades que emergem das constituições do sujeito atrelado à cultura, pelo mesmo viés do saber-poder.

Em relação, especificamente aos discursos e seus processos de enunciações, importa destacar mais uma vez, que estes discursos em suas significações não pré-existem sem suas enunciações. Assim, os discursos são histórias que se tramam, se enredam, se complementam e se completam. Sua ausência revela de outro modo, a ausência de uma história, ou uma história muito 'aberrativa' ao redor de algum objeto de investigação.

No caso da ausência de discursos sobre enfermeiras negras é preciso pensar que todo discurso, por ser não apenas um conjunto de signos, mas práticas que formam sistematicamente os objetos de que fala é histórico. Portanto, em certo sentido, e estritamente visualizando o conjunto da pesquisa, a mulher negra e enfermeira, ao não estarem representadas discursivamente nos materiais da REBEn, não têm uma história. De certo modo, esta questão também se tornou evidente nas narrativas das informantes e nas reflexões do GD.

Ao projetar a ausência de uma *história* de mulheres enfermeiras negras com a de subjetivação, ambos os elementos 'batem', em termos de gerar sentidos para os caminhos percorridos e a serem trabalhados pelas mulheres negras.

O que se conhece destas mulheres em termos de etnia/raça? Alguns poucos materiais que as posicionam em suas experiências cotidianas nas relações sociais.

Muitas estatísticas ao redor de suas nuances como trabalhadoras domésticas, em atividades de trabalhos informais, e a interface mais sombria: à relativa ao seu cuidado em termos de saúde. E..., praticamente isto!

Mas, as [in] verdades, ou as *verdades distorcidas* são constituídas por séries discursivas – famílias – cujos enunciados (verdadeiros e não-verdadeiros) estabelecem o pensável como um campo de possibilidades fora do qual nada faz sentido.

Aproximando a afirmação acima com as duas grandes interfaces analisadas neste estudo, onde se encontram tramadas as enfermeiras negras: a de dimensão macro estrutural e de micro estrutural, é no mínimo razoável conceber que estas enfermeiras, são mulheres ao mesmo tempo capturadas por uma história, cujo jogo de mentiras as invisibiliza. Mas e ainda, com plurais condições de constituir uma [outra] subjetivação e uma identidade coletivo-social própria.

Cada um de nós ocupa sempre uma posição numa rede discursiva de modo a ser constantemente “interpelado”, por séries discursivas cujos enunciados encadeiam-se a muitos e muitos outros enunciados. É assim, também que um sujeito passa a ser ‘absorvido’ culturalmente.

A partir de como vertem e convergem discursos que encobrem desdobramentos a respeito da subjetivação, o processamento simbólico de discursos equivocados e mesmo a ausência de alguns deles complementa o que pretendia ser fixado em termos de relações saber-poder.

Como foi possível verificar, as políticas dirigidas em uma visão masculinizada e androgênica fazem as mulheres sustentarem, nos mesmos fundamentos de sempre, um discurso e uma prática feminista que as mantém no mesmo processo de submissão tanto na violência de gênero quanto e em especial tirando a mobilização das mulheres em relação a conquista de suas autonomias.

A feminilidade não é um espaço aparente com possibilidades de igualdade ou de autogestão, é uma *construção simbólico-discursiva*, valorosa, desenhada pela masculinidade e nela carente de potencialidade de se constituir através de si mesma.

Importante também registrar que, apesar de a violência simbólica exercer forte pressão sobre os dominados, ou seja, grupos minoritários, socialmente rejeitados e abafados pelo poder, esta violência, em termos de análise de processos

discursivos é um dos fragmentos que se coloca para a compreensão de uma trama discursiva.

O desdobramento cultural da violência simbólica e, a respeito de discursos, deve ser capturado não apenas pelas formas como são significados objetos e práticas político-sociais, mas também no modo como esses sentidos se aderem, nos vários contextos, para serem re-significados.

Em decorrência da instabilidade e da mobilidade das redes discursivas. Na instabilidade e na mobilidade de redes discursivas, os lugares e as posições do sujeito que ali se 'forma', são sempre de provisoriedade. Provisório em razão dos apelos que tais instabilidades e mobilidades ocasionam. Daí, também a abertura à saliência que se enveredou para uma identidade de mulheres negras e enfermeiras na dimensão coletivo-social.

É por uma espécie de aderência a um determinado significado que um indivíduo, uma vez colado a ele, passa a se identificar com ele e ser identificado. Para que uma ou mais identidades coletivo-sociais se ponham na visibilidade há a necessidade, dentro daquele contexto macroestrutural já argumentado reinventar-se permanentemente.

As reinvenções servirão tanto para o alcance do projeto de construção de outros processos de subjetivação e, por lógica de uma identidade coletivo-social para as mulheres negras, quanto e, preferencialmente, como estratégias de resistência.

A resistência ingressa em toda a acepção de discursos e não-discursos como forma de contestação. Toda contestação crítico-reflexiva, comprime as intolerâncias.

Uma resistência que, na contemporaneidade se apresenta muito mais disseminada e, portanto mais complexa, em razão das diluições político-sociais sofridas ao longo do século passado. Ainda: um 'resistir' justamente no sentido de não mais se deixar engolir por uma "subjetivação" pronta, fixa, sem referência aos processos vividos e a serem vividos pelas próprias mulheres negras. Um resistir deslocado para questões de biopoder e bio-política, já que esses mantêm uma articulação muito íntima com as questões sociais, culturais, econômicas e políticas. Aliás, neste excerto é importante pensar que, por séculos, os antepassados escravos 'resistiram' apesar da profunda humilhação a que foram submetidos.

Transversalizando as várias posições dos autores utilizados no estudo com a análise dos materiais da REBEn, com as narrativas emergidas das informantes e

com as atividades emergidas do GD, uma identidade coletivo-social a se constituir, representou uma interface fundamental da conclusão da pesquisa.

A construção de outras formas de subjetivação e de uma identidade coletivo-social passará a ser projetada para um 'eu' e para um 'nós'. Um cuidar de si e do outro na visão foucaultiana. O deslocamento analítico ali é pensar no sujeito que se constitui. Um deslocamento, portanto, que desvia as questões do poder, mas não o descola da subjetivação a ser construída. Um sujeito mulher negra concebida por dois significados: um submetido ao outro através do controle e da dependência; outro, atado à sua própria identidade pela consciência de si.

Ao olhar a análise das narrativas das informantes e da discussão que emergiu do grupo em suas aproximações com a análise dos materiais da revista, isto me induziu a pensar que aquele que é submetido ao controle e à dependência do outro é também o mesmo sujeito que atua sobre si.

É no sentido 'duplo' de um sujeito que Foucault, por exemplo, concebeu a positividade do poder, que procurei desenvolver na primeira parte do trabalho. Pelas relações que o sujeito estabelece em termos de assujeitamento pelo outro e pelas implicações que este estabelece consigo, há a produção de saberes.

A positividade do poder, então, está em co-relação com a produção de saberes e com a possibilidade de transformação e ou de adestramento de um sujeito.

Como discutido em várias passagens do estudo, o poder utiliza o corpo, em suas dimensões econômicas e políticas, circunstância nomeada na acepção foucaultiana de dispositivo. Pois bem, o dispositivo ou os dispositivos vão estabelecendo redes no campo político, enfim em todas as instâncias onde e por onde o sujeito *transita*. Tais dispositivos perpassam assim toda a estrutura social, criando uma *situação simbiótica* de poder e resistência.

Neste binômio 'poder-resistência' o sujeito é o *nó* da trama que se estabelece, inseparável, portanto, do processo do qual resulta. Da trama entre sujeito e os múltiplos dispositivos que se derramam no social, eclode um sujeito com forte desejo de, ao mesmo tempo em que se encontra interpelado constantemente pelo discurso, de questionar sobre qual é sua constituição. Das 'constituições provisórias' nascidas dentro do GD, estas representaram um momento inquestionável, para dar voz a esta questão poder-resistência.

A pergunta de querer saber ‘quem e como somos’, permeada nas reflexões dentro do GD virá pela materialização da constituição das subjetivações. Nestas instâncias os processos subjetivados assumem, a meu ver, um valor reflexivo imensurável.

Não se trata mais de lidar com o próprio subterrâneo como uma espécie de jogo de adivinhação, mas de aflorar uma consciência a respeito dos jogos de saber-poder envolvidos em enredos.

No entrelaçamento saber-poder e a constituição subjetivada, a partir do que foi apresentado neste trabalho há um outro ponto fundamental. Um permanente incitar da própria subjetivação. Uma espécie de *ondulação* que move o sujeito para sua liberdade e ou favorece seu assujeitamento.

A título de exemplo, resgato uma síntese a partir das reflexões do GD. Em várias passagens onde analisei e apresentei excertos de protocolos das narrativas das informantes, esta questão apareceu claramente: o embatimento entre permanecer subjugada ou propor-se a uma provável *libertação* das estratégias postas na trama a respeito do racismo e da discriminação racial.

Mas a visibilidade que apareceu naquele contexto não é uma garantia imediata de que as enfermeiras que representaram mulheres negras tornem-se visíveis no conjunto social.

A saída para expressar a uma identidade coletivo-social só pode emergir a partir da organização política, ou seja, pela ‘mútua cooperação’ entre e das mulheres afro-descendentes, para a produção de saberes sobre as experiências das enfermeiras negras. Produção que também é, em certo sentido, as vividas por outras mulheres da mesma etnia.

Além do mais, no que tange a produção de saberes que possam vir a se materializar em periódicos da Enfermagem, como formas estratégicas de dar visibilidade às mulheres negras, aquelas carecem do exercício interior de cada uma e ou de grupos que se disponibilizem a ‘escrever sobre suas histórias’.

Há que se pensar ainda que, conforme os contextos narrativos a partir do GD, várias estratégias poderão ser instituídas para ‘combater’ os vícios, por exemplo, que as equipes de Enfermagem ou de saúde colocam ao tentar não aceitar as orientações de uma enfermeira negra confundindo-as com o papel de autoridade atribuído a ela, independente da condição de cor da pele.

Este exercício de ‘se pôr em algum lugar e em alguma posição em tempos que se apresentam’, não tem nada a ver com um possível efeito de oposição em relação aos comportamentos sociais enfrentados pelas mulheres e pelos homens negros. Representa sim, ir disseminando a própria compreensão subjetivada de si.

Em termos do significado de *oposição*, a constituição subjetivada, em suas relações de saber-poder, não foi concebida para significar uma espécie de ‘contra violência’ ou mesmo da violência cultural gerada por grupos de indivíduos, como poderia parecer o caso dos negros.

O saber-poder deve ser compreendido como modos de ação de um sujeito livre e não só na medida em que é livre. Como bem alertou a visão foucaultiana, onde não há liberdade não há relação de saber-poder. É esta condição que torna possível o sujeito enfrentar diferentes lutas e adquirir a clareza de diferentes reações e comportamentos.

No enfrentamento de lutas que as mulheres afro-descendentes enfrentarão, o ‘sujeito-mulher’ a se constituir para dar visibilidade a uma identidade coletivo-social própria se deparará com prodigiosas tramas que se instituem nas relações saber-poder. Estas mesmas *tramas* propiciarão a constante vontade de querer lutar e enfrentar as adversidades. Essa é uma saliência da subjetivação do sujeito.

Através da narrativa de E₂, registrada a página 231 dentro do GD, há o exemplo que mostrou que, de fato, as lutas e os enfrentamentos são partes constituintes da subjetivação do sujeito, que eclode na representação dos lugares e das posições que este sujeito assume nas relações sociais, pelas produções discursivas.

No exemplo de E₂ houve uma espécie de ‘poder individualizado’ que traduziu, de outra maneira, como a subjetivação que historicamente é subjugada, pode vir à tona em forma de uma resistência, materializada através de uma rebeldia específica.

Das exposições acima, que refletem uma análise generalizável dos achados empíricos deste estudo, não poderia deixar de fora a questão do corpo em sua articulação com o poder e com o saber.

Na concepção foucaultiana o corpo tornou-se alvo do poder na época clássica. Sua utilidade é para ser treinado e, assim suas forças podem se multiplicar. O corpo visualizado como uma excelência para obedecer, torna-se um meio fértil para o controle social.

Na provocação de um diálogo entre alguns referenciais teóricos em termos de corpo, inseridos no trabalho, a análise da empiria traduziu-se nesta parte da conclusão em termos de corpo social. Este reúne todas as condições de capturar o corpo individual e, portanto, o corpo social representa uma forma máxima de controle nas relações sociais.

Como exemplo para entender por qual razão, insiro brevemente a contextualização de um corpo subjetivado na forma de corpo social, vale resgatar a visão genérica das reflexões emergidas dentro do GD realizou. Ali, os enunciados materializados pensaram que a *saída* para as *subjugações* a que as enfermeiras negras são submetidas é exatamente agir por movimentos que contemplem suas necessidades e especificidades políticas.

Da maneira como as expressões dentro GD visualizaram suas atuais posições para outras a virem se constituir, as noções de bio-poder e biopolítica estiveram ali presentes, pois houve a existência do entendimento que essa 'força máxima de cooperação' é capaz de agir em comum como corpo único.

Tanto no entendimento de um corpo social que dá vazão para um controle mais diluído, mas também mais minucioso em um discurso tradicional, que nega a presença político-social da mulher negra, quanto na interface da construção subjetivada das mulheres negras, o mesmo corpo social por se diluir, torna-se *escorregadio*, não podendo ser inteiramente tomado pelo controle.

É dentro das 'escorregadas', que se abrem brechas surgidas deste corpo social específico que acredito, se encontrem possibilidades estratégicas de a mulher afro-descendente dar continuidade a seu processo de resistência contra as tiranias impostas a ela historicamente, particularmente no relativo a discursos que a puxam para uma espécie de um fosso sem fim.

A dissolução do corpo social viola, no bom sentido, o discurso tradicional que mapeia formas subjetivadas em sentido verticalizado e as enquadrada em normas culturais e institucionais. Decorre daqui que, dentro da mesma lógica de resistir contra uma *cultura contaminada*, a vontade de constituir outras subjetivações e, por lógica, identidades é a trajetória a ser perseguida pelas mulheres negras.

Assim, de um significado discursivo que atribui uma subjetividade engessada, a mulher negra pode propiciar a si mesma outra que possa lhe instituir uma identidade coletivo-social.

Dentro das prerrogativas da *bandeira de lutas* das mulheres afro-descendentes, o declínio de discursos que negam e contrapõem a lógica de constituição de um sujeito simultâneo e atrelado às relações de poder existe a sede de liberdade. Há a tendência de que a organização/cooperação das mulheres negras suprima estes mesmos discursos por outros dentro da lógica que admiti, neste estudo, como possível.

Um consenso certamente importante, em se tratando de constituição de uma identidade coletivo-social de uma mulher excluída, especialmente por sua etnia/raça.

Destaco ainda que o discurso preconizado no trabalho foi tratado como acontecimento e regularidade. Portanto, penso que os conjuntos de enunciados e discursos analisados na empiria, significam uma libertação no sentido de que sua existência histórica é descontínua.

A descontinuidade histórica encontra-se justamente dentro de uma temporalidade específica, ou melhor, singular, significando que um discurso é ao mesmo tempo sucessivo e análogo a outros.

O que esperar, a partir da análise a respeito da [in] visibilidade da mulher negra em seu recorte: ausência de discursos?

Ao menos, responder de maneira crítico-reflexiva sobre a temática a respeito destas mulheres na Enfermagem, que, grosso modo, ainda permanecessem visibilizadas por um mero fazer ou no máximo, articulado a questões de um cuidado como apêndice de outras profissões. De certa forma, é como ainda se concebe a inserção das mulheres. Estão ali, produzidas em sua imagem clássica.

Em seguida, e de forma mais contundente, ficar à espreita de que os movimentos que as mulheres – enfermeiras negras enfrentarão, possam alterar o curso de materiais produzidos em periódicos como os da REBEn.

Outorgar-se produzir discursos sobre a presença de enfermeiras afro-descendentes em periódicos, tradicionalmente concebidos para reproduzir o que culturalmente está posto, representará sair de círculos viciosos que teimam em esconder a imagem representativa da mulher negra na Enfermagem.

É imprescindível que a mulher negra, representada pela enfermeira, aprenda o exercício da ruptura, da fragmentação com o objetivo de polemizar a própria subjetivação imposta a ela historicamente por outra que a visibilize, também dentro da profissão de Enfermagem.

Em algumas passagens do referencial teórico firmei observações a respeito da Enfermagem como uma ciência que ainda atende ingênua ou, maliciosamente, às perspectivas de um conceito tradicional desta mesma ciência. Quebrar a hegemonia e a cristalização científica da Enfermagem, com certeza renderá o apagamento de um *monstro* que vem percorrendo este campo de saber no que tange a sua *neutralidade* em termos de segregação étnico/racial.

Um caminho para sair do *empedramento* da ciência de Enfermagem, é tomar distância necessária entre o que tradicionalmente foi inventado para ser 'normal' em termos de materialização discursiva com o que se apresenta na realidade, quando esta mesma ciência é dissecada na lógica que o estudo priorizou. Instigar 'desorientações teórico-práticas' na Enfermagem é um começo promissor.

Preciso firmar também que analisar discursos produzidos a respeito de alguns lugares e posições de enfermeiras, através da REBEn, exigiu certa dose de atrevimento. Os materiais analisados tiveram que ser pensados em seus deslocamentos, desnivelando o olhar verticalizado, até então, presente em minha própria subjetivação.

Tudo implicou em certos 'encerramentos temporários' na interpretação e na análise dos mesmos discursos de forma a atribuir-lhes um caráter indefinido; como uma espécie de recomeço, se penso, na observação foucaultiana de que o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta.

Nesta última parte do trabalho, muitas pistas foram erigidas provocando um exercício de responder a algumas perguntas, mas deixar em suspenso muitas outras. Não pense o leitor que, em relação às perguntas "parcialmente respondidas", estou querendo registrá-las como fechamento de alguma coisa.

Não há como *encerrar* um tema, que em suas implicações, tanto nas articulações com as categorias adjacentes utilizadas quanto em relação à trama interna que se constitui na análise, despontam para uma multidão de questões a serem respondidas. Mas também as respostas a serem rastreadas, em outras pesquisas, irão tramar coisas num jogo permanente.

Defendi a premissa de que categorias de análises que afetam e são afetadas aos discursos e não-discursos, assim como outras construções históricas sobre as mulheres, são materializações que emergem a todo instante de narrativas, às quais são nomeadas culturalmente.

E, ao serem nomeadas na e pela cultura, são absorvidas e capturadas por regras – instituídas e estabelecidas no próprio contexto cultural – pelas quais, tornam-se delimitadas e limitadas como práticas culturais.

A respeito do que concretizei no parágrafo acima, a partir do GD existiu a confissão de haver a necessidade de se imprimir discursos ao redor das mulheres enfermeiras e em especial das afro-descendentes pelo histórico desprezo cultural sofrido por elas. Tais posições inferiram a preocupação das informantes em ‘alargar’ os horizontes de argumentações, análises e contestações como os produzidos pela REBEn.

Mais que tudo, penso que se precisa imprimir a urgência de transformação, dando uma nitidez de que esta transformação referida pelo grupo, poderá demarcar um território da ‘novas subjetivações’ a serem expressas pela via da produção científica do campo de saber da Enfermagem.

Além do mais, as mesmas posições a respeito de uma ‘mudança’ nos periódicos parece indicar um processo de resistência por parte dos integrantes do grupo, no sentido de re-significar a lógica proposta pela mesma revista.

A preocupação em dar uma ‘nova roupagem’, através de matérias que não salientem tanto a questão da especificidade da profissão de Enfermagem, sugere também que dentro do GD, as reflexões, perpassaram pela questão de uma identidade coletivo-social às enfermeiras afro-descendentes.

No momento credito às informantes a tentativa de imprimir novas perspectivas sobre a identidade coletivo-social no periódico investigado, na proporção em que suas preocupações voltaram-se, além das questões de ausência de visibilidade das enfermeiras afro-descendentes, para outras, como as de ‘marcar’ novas fronteiras discursivas no mesmo veículo de comunicação.

Tais reflexões emergidas dentro do grupo indicaram ainda um olhar mais atento das informantes em relação ao que é lido no periódico. Um ponto problematizador, concretizado pelo olhar das informantes, mesmo que tenham assumido não serem leitoras ‘assíduas’ da revista.

Em relação à ‘assiduidade’, penso que não é a constância, mas os laços criados entre o leitor e a ‘escrita’ que dão as condições para entender-se o quê a escrita está querendo invocar e fundamentalmente *como*.

Muito óbvio que quando se trata de refletir o que se lê, esta ação passa pelo crivo de um leitor voltado para a interpretação de uma leitura, mas e principalmente, para o que ali está em termos de criticidade.

Esmiuçar criticamente uma leitura requer a posição de um leitor que tenha condições de entender o que a escrita está registrando e, ao mesmo tempo, esse leitor deve manter muitas cumplicidades com os registros por estar articulando-se com 'palavras alheias'. Ir dissecando uma leitura implica em quem está na posição de ler, estabelecer certa autoridade sobre o que lê, para que a leitura possa ir organizando-se em termos de exposição ao redor de uma questão proeminente.

Nos desdobramentos que passam a existir entre leitor e escrita, o que vai se evidenciando são formas de manifestações de subjetivações de um sujeito atrelado ao mesmo contexto escrito. A respeito do atrelamento também é possível inferir que as múltiplas funções discursivo-enunciativas materializadas na escrita inscrevem o sujeito-leitor. Isto fornece diferentes representações do sujeito.

O sujeito, agora interpelado pelo discurso escrito, apaga-se e outras subjetivações passam a constituí-lo. Um exemplo foram as 'indagações' que as informantes dentro do GD fizeram para si e as demais a respeito de, realmente nunca terem lido nada a respeito de enfermeiras negras; o momento do apagamento foi o de uma indagação onde a subjetivação pulsa, muda, transforma-se.

A formação de outras e mais subjetivações vai apontando caminhos para a instituição de identidades, em razão de o sujeito que lê e é lido ter que estabelecer relações com a exterioridade, remetendo-se ao mesmo tempo, à sua própria interioridade.

A questão das 'identidades', como foi argumentada em vários pontos do estudo, é o de uma dimensão sócio-cultural, mas mantendo particularidades e especificidades, que escapam à tentativa de uma homogeneização, tão usual em sociedades que insistem em negar suas deficiências em termos de 'tratamentos diferenciados' entre seus cidadãos, pela "classificação étnico/racial".

Importante considerar o seguinte: a 'visão' emergida da discussão de grupo e das narrativas pessoais das informantes, conduziram à possibilidade de se pensar que, em um país como o Brasil, que mantém uma preocupação constante de 'sua boa imagem', a pressuposta identidade coletivo-social a ser construída pelas mulheres negras não pode ficar a 'mercê' de uma nova tentativa de inserir-se em

processos homogeneizados. Isto seria por demais simples e unilateralizado, em termos da visibilidade que se quer dar à mulher afro-descendente.

Se por um lado, existe a tendência de que o processo de globalização mundial direcione as identidades para uma homogeneização, há que se alertar para as diferenças interiorizadas no mesmo processo global em particular relativo a questões de etnia e subjetivação. Aliás, o impacto da globalidade trás consigo uma outra interface que é a do processo “local”, ou seja, o vir à superfície de *nichos*, que expõem as diferenciações. E assim, na articulação entre o global e o local, esta última acabará por atuar na interioridade da globalização.

Em síntese, a constatação das possíveis conseqüências da homogeneização das identidades globais seria o fato de a globalização caminhar em paralelo com um reforçamento de identidades locais, em termos de uma lógica de espaço-tempo, afirmação que considero razoável, quando se trata de pensar na construção da identidade coletivo-social da mulher negra.

Referi-me em algumas passagens de que a questão do amadurecimento das mulheres negras em termos da construção de sua identidade coletivo-social tinha, em certo sentido, relação com o ‘tempo’ relativo ao período de escravidão até a contemporaneidade. Não significo o tempo cronológico, mas em termos de percurso político, considerando também o que já foi discutido a respeito de, após a abolição, esta etnia ter sido simplesmente ‘jogada no mundo’, ou melhor, em um mundo onde, as referências de contexto histórico-sociais, estiveram completamente esfaceladas pelo processo de domínio.

O que se efetivou a partir da fissura da abolição negra foi a precariedade histórica que mulheres e homens afro-descendentes passaram a vivenciar em termos de não terem tido a oportunidade de criar para si uma referência étnica.

O discurso histórico construído a partir deste fragmento, foi o da continuidade da ‘inferioridade racial’, tornando-se esta uma das principais condições para a dependência histórico-social e as já conhecidas carências econômicas. O que culminou no processo de exclusão deste grupo.

Nos anos sessenta do século passado houve um aceno político para o grupo de afro-descendentes, através da eclosão dos movimentos civis no país, mas com as imposições da ditadura militar no Brasil, certamente a organização e o desencadeamento políticos imprescindíveis para algumas tomadas de rumo foram postas, outra vez, de lado.

Nestas 'passagens', os afro-descendentes permanecem confinados a sua *própria prisão*, agora mais perversa. Sua identidade coletivo-social não foi, naquele momento nem a de escravos, muito menos a de um grupo organizado e contestador que, pudesse dar conta, de sua própria realidade..

Na estrutura macro estrutural, o desencadeamento do processo culminou em uma total relação de subjugação do grupo em relação aos grupos que historicamente se revezaram no poder.

Em nível micro estrutural os processos resultantes do confinamento somente eclodiram politicamente organizados em torno de suas singularidades nos anos noventa do século passado. Embora tais organizações continuem tendo muitas dificuldades para o exercício da construção de sua cidadania pela forma *isolada* com que as discussões e os enfrentamentos estão sendo postos no contexto sócio-cultural.

A partir do desdobramento macro e também micro estrutural, defendo que a identidade coletivo-social das mulheres negras só terá "ganhos políticos", à medida que não apenas as organizações em torno da realidade destas mulheres, mas e ainda as próprias mulheres buscarem forças cooperativas para dar visibilidade às suas questões. Organizar-se politicamente e criar um *norte* para as questões próprias das afro-descendentes, requer, em minha compreensão prudência política.

A prudência diz respeito a insistir em um efeito contestador, e ao mesmo tempo, de uma minuciosa articulação interna dos movimentos. Isso contrapõe o velho e atualizado 'discurso' de uma identidade nacional centralizada culturalmente nas mãos de grupos dominantes.

Não há mais espaço nem tempo para a continuidade de uma identidade histórica, cuja imediatez e superficialidade mantenham a imagem dos afro-descendentes como pessoas de "segunda categoria". Na emergência de se instituir novas trajetórias político-sociais para as mulheres negras, um trabalho de periculosidade sobre uma revisão histórica desta 'minoría' poderá ser uma trilha oportuna.

Minha defesa em favor da construção de uma identidade coletivo-social para as mulheres negras é também perpassada por um sentido de 'alargamento do campo das identidades', com bem referiu Hall, já que os materiais analisados impuseram uma realidade vivida pelas afro-descendentes distante da vivida por mulheres de outras etnias.

O referido alargamento viria como efeito da globalização e da 'falsa identidade global'. Assim, em razão do enfrentamento e, em certo sentido, da oposição da identidade global em relação a local, o referido efeito provocaria a proliferação de 'novos lugares identitários'. Esses novos lugares identitários viriam do fortalecimento da organização política das mulheres negras na dimensão macroestrutural e ainda das 'reações' que a se materializarem no decurso da constituição subjetivada e da construção de sua identidade.

Entretanto, o fortalecimento de identidades que contraponham a idéia de uma identidade nacional, centralizada e retida nas mãos de poucos, pode tanto instituir novas roupagens identitárias aos grupos minoritários, quanto fortalecer grupos que já dominam estas interfaces do campo sócio-cultural. Neste caso, a ameaça é o contingente a ser defendido, mesmo que isso passe a representar pressões e sanções – como o sutil exercício de “calar” a minoria afro-descendente. Neste ponto, 'discursos' que fixam identidades, como a das mulheres negras em um *não* lugar histórico-social são, por desdobramento, a mola propulsora para a gestação de novas identidades, e para a 'comunicação' sócio-cultural delas.

Os mesmos discursos acabarão fazendo valer a construção de novos discursos, agora sob a roupagem de contestadores e reveladores de novos lugares e novas posições discursivas-sociais deste grupo feminino. Os novos lugares e as novas posições discursivas a serem assumidas representarão, na tessitura social, a permissão gerada pela própria construção da identidade coletivo-social. O que dará a visibilidade necessária, em outro sentido, à constante re-leitura de discursos que vão movimentando as mesmas identidades.

As intervenções pelo poder, que antes atribuíam relações complexas de dependência cultural (entendendo-se aqui a simbólica, a discursiva, a sócio-econômica e assim por diante), tenderão a ser interpeladas por outras intervenções, cuja ordem fluirá para outras relações que sempre serão complexas, mas, que passarão a revelar uma outra lógica de compreensão a respeito do grupo a se constituir.

No contexto analítico aqui argumentado, a questão da exclusão deve ainda ser mais um pouco refinada no sentido de contrapor mais uma vez o processo de “naturalidade” que se estabeleceu no acontecimento histórico da ausência de discursos que viabilizassem uma representação crítica ao redor das afro-

descendentes. A exclusão, em sua 'parte final' criou e permanece criando uma [des] identidade do grupo afro-brasileiro.

O desprezo com que este grupo ainda continua sendo tratado mostra que a perversidade do processo de exclusão, diluído e disseminado sócio-culturalmente, tem sua máxima perversão, sobre as subjetivações, já que quando abafadas e não valorizadas em uma sociedade, as precariedades se fixam e distorcem realidades e necessidades vivenciadas pelos afro-descendentes.

O que ainda é possível pensar neste momento?

Pensar, a partir do já produzido em termos de discursos tradicionais e do não produzido a respeito das mulheres negras, foi um desafio oportuno para compreender como as enfermeiras negras se posicionaram social e profissionalmente sobre a temática de escolha, ao redor da *neutralidade* da Enfermagem e da lógica argumentada como aporte para a construção cidadã da mulher afro-descendente.

As tomadas de decisões teóricas abriram janelas empoeiradas, cujo pó foi extraído e, de sua 'limpeza', um olhar problematizador pôde ser inquirido em torno da análise discursiva nas articulações com as categorias adjacentes escolhidas para analisar o foco da investigação.

Os 'discursos' materializados na REBEn e os processos enunciativos-discursivo das informantes e dentro do GD, fizeram valer, de outra maneira, que uma prática discursiva é realmente um acontecimento histórico de forma que a questão do racismo, além das questões sociológicas, políticas, de educação e de práticas políticas analisadas por autores e autoras significassem o de fabricação de 'imagem equivocada' dos negros e das negras.

Autores aqui utilizados sobre o racismo e a discriminação racial na Enfermagem puderam, de maneira coerente, apontar que realmente a Enfermagem continua a exercer uma prerrogativa de que este campo de saber é para mulheres de outras etnias.

Com o desmonte de conceitos a respeito da continuidade discursiva no decurso histórico foi possível, por uma *lógica ao avesso* repensar a própria história em sua dispersão. Deu-se deste modo, a reflexão de 'o que se diz e como se diz' numa das questões fundamentais, centralizada em um sujeito que, discursivamente ainda não é, mas virá a ser, através de concepção de uma identidade coletivo-social que trate de suas especificidades.

Acompanhando o pensamento foucaultiano, concordo com a reflexão a respeito de que é necessário deixar em suspenso discursos históricos. Esta suspensão propicia que se olhe para além do que está dito ou não.

A respeito do anulamento de discursos em torno de enfermeiras afro-descendentes, vale a pena insistir na seguinte reflexão: Existe modo mais interessante que o de evitar discussões ao redor da 'cor humana', através de omissões em processos discursivos?

Entendo que a análise a respeito de discursos produzidos permitiu que eu compreendesse melhor as circunstâncias que corroboraram para que as enfermeiras negras não aparecessem em posições e lugares no mesmo espaço discursivo dentro da REBEn.

Neste cenário, nada mais prudente pensar que, os discursos, mesmo que seus sentidos não se apresentem em conformidade com o que deve estar na *ordem*, são dispositivos que de outra maneira, geram poderes. O poder de acomodar, aceitar passivamente, mas também de transgredir, de rebelar, de contestar, de [re]inventar.

Um saber, de outra maneira, mostra que, mesmo que de forma arbitrária, o discurso é uma contingência na história. Ele é ao mesmo tempo algo imutável, mas e ainda algo em constante mutação, porque circula, movimenta, sacode, abala, transforma.

Desejo fortemente que o trabalho sirva para confrontar e atritar os não lugares e as não posições de enfermeiras negras na história discursiva da Enfermagem. Anseio poder ter enxergado sem lentes. Um anseio, sem dúvida saudável, porque por ele me transformei.

Aspiro continuar a *discursar* em defesa de um campo de saber que, ao ter silenciado sobre 'não lugares e não posições discursivos' de enfermeiras negras instituiu, uma lógica perversa em mais uma "falha histórica" sobre a inserção e as importantes contribuições que as negras dão à Enfermagem.

O que esperar, então, a partir de uma análise de discurso que está na 'ordem do dia' como aqueles produzidos historicamente na Enfermagem a respeito de enfermeiras? E tais discursos estiveram realmente na ordem do dia?

Uma vontade de não encerrar por aqui. De não se resguardar. Vontade de continuar a colaborar para inserir a vez e a voz às mulheres negras em periódicos

de tamanha relevância como a REBEn. Mais que isto, pretensão explícita de contribuir para a visibilidade da afro-descendente.

Tudo que apresentei aqui neste significou certa dose de atrevimento. Uma ousadia, antes impensada por mim. Atribuo ao termo atrevimento o sentido de pensar o discurso sempre em deslocamentos, desnivelando verdades, destruindo – de certo modo – saberes/poderes constituídos a partir das tramas que se estabeleceram historicamente. Isto, parece agora implicar, em certos ‘encerramentos temporários’ na interpretação e na análise dos mesmos discursos de forma a atribuir-lhes um caráter indefinido.

Desculpe o leitor, pela recorrência de certas passagens, mas prefiro insistir veementemente ao redor de algumas circunstâncias teórico-analíticas, não por insegurança do que aqui foi construído, mas talvez, ainda, como forma de contribuir com as mulheres negras que necessitam ser pensadas em sua *contra-história*.

As inquietudes que vivo no presente momento referem-se a esta busca frenética que realizei sobre como os discursos operaram ou operam sobre os lugares e as posições ocupadas por enfermeiras não negras. E a constatação de que as profissionais negras ‘não existem’, em razão da impossibilidade temporária e provisória de separar um discurso de sua própria prática e das práticas sócio-políticas.

A posição que ocupei aqui foi a de argumentar sobre lugares e posições também por mim vividos, mas principalmente porque fui também capturada pelos discursos elaborados a partir das concepções das informantes, em suas narrativas e nas reflexões a partir do GD.

Em certo sentido, tornei-me outro sujeito, ao romper com certas apatias a respeito de presença de mulheres negras na Enfermagem. Os riscos expostos, não foram calculados, mas desejados e acabaram tornando-se compatíveis com a própria aventura de investigar e escrever. Afinal aventurar-se requer desafios. Exige pensar-se em incertezas.

Os novos contornos que se constituíram possibilitaram localizar noções de incertezas, desejos, desafios e aventuras, através de outras múltiplas. O que rendeu a seguinte questão confessada a mim por uma enfermeira:

Que idéia escrever sobre enfermeiras [e ainda por cima] negras?!

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.

AGUIAR, E. B. de. **Ética** – instrumento de Paz e Justiça. João Pessoa: T4essitura, 2002.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ASSIS, J. F. de. Mulheres Negras: Um Ensaio de como se dá a Inserção destas trabalhadoras no espaço empresarial. **Revista África e Africanidades**. Ano I – nº. 2 – Agosto/2008. Rio de Janeiro: PUC, 2008.

ATKYNSON, L. D; MURRAY, M.E. **Fundamentos de Enfermagem**: Introdução ao Processo de Enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara, 1993.

AVENDAÑO, C. GRAU, P e YUS, P. Riscos para a Saúde das Enfermeiras do Setor Público no Chile, In: Oliveira, E. e Scavone, L. (orgs.) **Trabalho, Saúde e Gênero na Era da Globalização**. Goiânia: AB Editora, 1997.

BADER, S. **As Artimanhas da Exclusão** – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2006.

BHABHA, H.K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

_____. **O Compromisso com a Teoria**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BASTHI, A. Mulheres Negras em ação: a hora e a vez do oeste paulista. **Programa Políticas da Cor na Educação Brasileira**. Laboratório de Políticas Públicas/UERJ, 2007.

BAKTHIN, M. (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Identidade**. São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BOURDIEU, P; J. C. PASSERON. **A Reprodução** – Elementos para uma teoria do Sistema de Ensino. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1982.

BUTLER, J. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do “Sexo”, In: **O Corpo Educado** - Pedagogias da Sexualidade. Louro, G. L. (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAMPANHA “ 16 DIAS DE ATIVISMO PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES”. Violência de Gênero e Raça atinge mulheres negras no Brasil, In: **Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento**. Brasília-DF, 2008. Disponível em www.mulheresnegras.org.br. Acesso em 10/03/2009.

CAMPOS, P. F. de S; OGUISSO, T; FREITAS, G.F. de. Cultura dos Cuidados: Mulheres Negras e Formação da Enfermagem Profissional Brasileira. In: Cultura de los Cuidados. **Revista de Enfermería y Humanidade**. Asociación de História y Antropología de Los Cuidados. Valencia: Editor Consejo de Enfermería de La Comunidad Valenciana - Gráfica Estilo Alicante, 2007.

CARPOZOV, A. R. L. a Identidade Étnica. In: **Mulher Negra**: Preconceito, Sexualidade e Imaginário. Pernambuco: Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CASTEL, R. **A Dinâmica dos Processos de Marginalização** – da vulnerabilidade à desfiliação. Salvador: Caderno CRH. nº. 26, 27 jan./dez,1997.

COELHO, E. de A. C. Gênero, Saúde e Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. V.58, n 3, maio/junho. Brasília, 2005.

COSTA, M. V. Estudos Culturais: para além das fronteiras disciplinares. In: COSTA, M. V. (org.). **Estudos Culturais em Educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: UFRGS, 2000.

COSTA, A. A. A; SARDENBERG, C. M. B. Rede Regional Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, v. 46, nº.2, 171-175, abr./jun., 1993.

COSTA, S. A Construção Sociológica da Raça no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, nº. 1, 2001, p.33-61.

_____. **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

CUNHA Jr., H. **Textos para o Movimento Negro**. São Paulo: EDICON, 1992.

DÁVILA, J. Ética da Palavra e Vida Acadêmica, In: GONDRA, J. e KOHAN, W. (orgs). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. São Paulo: Ed. Autores Associados, 1998.

DENNING, M. **A Cultura na Era dos Três Mundos**. O que há de errado nos Estudos Culturais; p. 158-178. São Paulo: Francis, 2005.

ECO, H. **Como se faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva S.A., 2003.

EDITORIAL. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, v.48, nº. 2, p. 107, 1995.

EGGERT, E. Supremacia Masculina: Questões iniciais para um debate sobre Violência contra Mulheres e Educação. **Cadernos de Educação I FaE**; p. 223-232. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2006.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, S. I; NASCIMENTO, E. R. do. Transversalidade de Conteúdos nas Diretrizes Curriculares: o gênero no ensino da enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, jan./fev.; 57(1): 71-4, 2004.

FISCHER, R. M. B. Verdades em Suspense: Foucault e os Perigos a Enfrentar. In: **Foucault e a Análise do Discurso em Educação**. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Educação e Programa de Pós-Graduação em Educação, 2002.

FONTOURA, M. C. L. **A Produção Escrita das Mulheres Negras**. Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras. Florianópolis: Estudos Feministas, 12 (N. E): 264, set-dez, 2004.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, M. **Estruturalismo e Teoria da Linguagem**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

_____. **A Hermenêutica do Sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal; p.16-17, 1988 c.

_____. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal; p. 13, 1988 d.

_____. **História da Sexualidade, 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

_____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Vigiar e Punir** – História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. “Lê sujet et lê pouvoir”. DE, vol. IV, n 306, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GARDELIN, M. **O Negro e Descendentes na Sociedade do Rio Grande do Sul - 1635 a 1975**. Cadernos 2º, 4º e 5º. Caxias do Sul: UCS, 1976.

GASTALDO, D. M; MEYER, D. E. A Formação da enfermeira: ênfase na conduta em detrimento do conhecimento. **Revista Brasileira de Enfermagem -REBEn**. Brasília, nº. 42, jan./dez, 1989.

GUATTARI, F. **Cartographies Schizoanalytiques**. Paris: Galilée, 1989.

GÊNERO E RAÇA, EM REVISTA – Debate com os Editores da Revista Raça Brasil. In **Cadernos Pagu**. Campinas, 1996. p. 241-296.

GEOVANINI, T. et al. **História da Enfermagem** – Versões e Interpretações. Rio de Janeiro: Livraria e Editora REVINTER Ltda. 2002.

GERMANO, R. M. **Educação e Ideologia da Enfermagem no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, N. L. **Mulheres Negras e Educação: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta**. ONG Criola. www.criola.org.br. Acesso em 22/09/2008.

GOMES, N. L. Educação, Raça e Gênero: relações imersas na Alteridade. In **Cadernos Pagu**. Campinas, 1996. p. 67-82.

GONÇALVES, L. A. O. SILVA, P. B. G. Movimento Negro e Educação In: **Revista Brasileira de Educação**, nº. 15; set/out./nov./dez 2000.

GONDRA, J. KOHAN, W. (orgs.). **Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES, A. S. A Questão Racial na Política Brasileira (os últimos quinze anos). In: **Tempo Social**. São Paulo: USP, 2001.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa** – racionalidad de la acción. Madrid: Taurus, 1987b.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa** – crítica de la razón funcional. Madrid: Taurus, 1987c.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

HARDT, M; NEGRI, A. MULTIDÃO. **Resistência**; p. 97-135; 247-290. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAGARDE y de los RIOS, M. **Los Cautiverios de las mujeres**: madresposas, monjas, putas, presas y locas. Universidad Nacional Autónoma de México, 1990.

LAIA, M. A; SILVA, M. A. Mulher no Mercado de Trabalho: Um olhar sobre as Desigualdades Raciais. **Inserção das Mulheres Negras no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de São Paulo** – 1995-2000. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Secretaria de Economia e Planejamento. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. www.seade.gov.br – acesso em 22/09/2008.

LOPES, M. J.; MEYER, D.E.; WALDOW, V. R. **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: ARTMED, 1996.

LOURO, G. L. **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, M. SILVESTRIN, C. B. **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

MACCOBY, E.E. Role Taking in Childhood and its Consequence for Social Learning. **Child Development**. 1959; vol.30, p.239-252.

_____. Gender as a social category. **Developmental Psychology**, 1988, 24, 755-765 [Links].

_____. Gender and relationships. **American Psychologist**. 1991, 46, 538-539 [Links].

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Metodologia do Trabalho Científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: 2007.

MARTINS, C. J. Utopias e Heterotopias na obra de Michel Foucault, In: Rago, M.; Orlandi, L. L; Veiga-Neto, A. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzchianas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

MARTINS, J. de S. **A Sociedade Vista do Abismo** - Novos Estudos sobre a Exclusão, Pobreza e Classes Sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

MEYER, D. E. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem - REBEn**. Brasília, v.57, nº. 1 jan./fev.; p 13-18, 2004.

_____. Reproduzindo Relações de Poder de Gênero e de Classe no Ensino de Enfermagem. **Dissertação de Mestrado**. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MEDEIROS, R. M; STEDILE, N; CLAUS, S. M. **Construção de Competências em Enfermagem**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MENEGHEL, S. N. (org.). **Rotas Críticas – Mulheres Enfrentando a Violência**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2007.

MILL, S. **A Sujeição das Mulheres**. Texto Integral. Tradução: GINZA, D. São Paulo: Escala, 2006.

MINAYO, M. C. de S. **o Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MIRANDA, C. M. L; SOBRAL, V. R. S. Os Álibis da Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, 44(1): 22-29, jan./mar., 1991.

MUNANGA, K. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In: SPINK, M. J. P (org.) **A Cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

_____. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. **Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB – Rio de Janeiro, novembro de 2003.**

NASCIMENTO, E. P. **Hipóteses sobre a Nova Exclusão Social**: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Salvador: Cadernos CRH.: nº 21, p. 29-27; jul./dez, 1994.

NASCIMENTO, E. L. **O Sortilégio da Cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: SUMMUS, 2003.

NASCIMENTO, E. S. do; SANTOS, G. F. dos; TEIXEIRA, V. M. N. Noções sobre Enfermeira na Revista Brasileira de Enfermagem: reflexão sobre Ideal, Ciência e Arte. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, v.55, nº 3, p. 306-313, mai./jun., 2002.

NIETSCHE, E. A. O Micro poder no Processo de Trabalho dentro da Estrutura Hospitalar: vivenciando uma história. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, v.49, nº.3, p. 373-390, jul./set., 1996.

NÓBREGA-THERRIEN, S. M. Dominação e Resistência no Trabalho da Enfermeira. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, v. 54, nº. 3, p. 420-426, jul./set., 2001.

OLIVEIRA, A. da R. **MARX e a EXCLUSÃO**. Pelotas: Seiva, 2004.

OLIVEIRA, E. M.; SCAVONE (orgs.). **Trabalho, Saúde e Gênero na Era da Globalização**. Goiânia: AB Editora, 1997.

OLIVEIRA, L. “**Os Excluídos ‘Existem’**”? – Notas sobre a elaboração de um novo conceito. RBCS, nº. 33; ano 12; fev., 1997.

ORLANDI, E. P. **Discurso e Leitura**. Campinas: Editora da Universidade de Campinas e Cortez Editora, 2000.

PÊCHEUX. M. **A Análise de Discurso**: Três Épocas. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso”**, Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. Campinas: UNICAMP, 1997.

PEREIRA, W. R; BELLATO, R. O Trabalho da Enfermeira – A Pertinência da Categoria Analítica do Gênero para o seu Estudo. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, v.49, nº. 4, p.485-496, out./dez., 1996.

PISANO, M. **El Triunfo de La Masculinidad**. 2001. Disponível em www.creatividadfeminista.org/libro. Acesso em 28/10/2008.

_____. **Julia, quiero que seas feliz**. Chile: Lom Ediciones, 2004.

RAGO, M. Libertar a História, In: Rago, M.; Orlandi, L. L.; Veiga-Neto, A. (orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze – ressonâncias nietzchianas**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

RASSI, S. T. **Negros na Sociedade e na Cultura Brasileiras II**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

_____. **Construção de Identidade e Inclusão Social do Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte: UEMG, 2005.

REVEL, J. **FOUCAULT – conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, M. Exclusão: problematizando o conceito. **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 25, nº. 1. São Paulo: jan./jun., 1999.

SAFFIOTI, H. Equidade e Paridade para obter igualdade. In: **O Social em Questão**. v. 1. Rio de Janeiro: PUC, nº. 1, 1997.

_____. Diferença ou Indiferença: gênero, raça/etnia, classe social, In: **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Caderno nº. 8. GODINHO, T. e SILVEIRA, M. L (orgs.). Coordenação Especial da Mulher. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004.

SANT' ANNA, W. **Desigualdade de Etnias Raciais e de Gênero no Brasil**. As Revelações Possíveis dos Índices de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento ajustado ao Gênero. Araraquara: FACILE, 1993.

SANTOS, B. de S. **Um Discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, C. I. C. dos; BRASIL, E. M. D. **Orientando sobre Normas para Trabalhos Técnico-Científicos**. UNISINOS: São Leopoldo, 2008. Disponível em www.scribd.com/doc. Acesso em 16/03/2009.

SANTOS, M. Ser Negro no Brasil Hoje, In: **Etnografia desde los cuerpos: Encuentros insospechados**. Antroposmoderno. São Paulo: Folha de São Paulo, 2003.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: **Revista Educação e Realidade**, v.20, nº. 2, jul./dez, 1995.

SILVA, T. T. da. **Como utilizar as Palavras Alheias**. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SILVA, M. S. A. da. **A Trajetória da Mulher Negra na Enfermagem em Nível de Terceiro Grau** – Um percurso pela História da Enfermagem no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Anna Nery/UFRJ, 2002.

SILVA T. T. da (org.) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, T. T da. (org.) **Liberdades Reguladas**: A Pedagogia Construtivista e outras Formas de Governo do Eu. Petrópolis: Vozes, 1999.

STREY, M. N. O Sofrimento emocional de mulheres em busca de ajuda. In: MENEGHEL, S. N. (org.). **Rotas Críticas** – Mulheres Enfrentando a Violência. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2007.

SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão** – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social. Petrópolis: Vozes, 2006.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma Introdução teórica e conceitual, In: **Identidade e Diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

VIEIRA, N. F. C; ALVES, M. D. D; MELO, F. N. de P. Transitoriedade do Poder nas Lideranças de Enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn**. Brasília, 44(1): 43-48, jan./mar.1991, p.43-47.

VENTURI, G; BAKANI, V. Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. Disponível em www.fpa.org.br. Acesso em 24/03/2009.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

TOMÉ, G. de F. Racismo: o negro e as condições de sua inserção no mercado de trabalho brasileiro no final da década de 90. **Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá. Quadrimestral – Nº. 06 – Abr./Mai/Jun./Jul., 2008.

WELLER, V. Gênero e Juventude. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216; janeiro-abril/2005.

_____. Grupos de Discussão na pesquisa com Adolescentes e Jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. **Revista Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006.

ZIONI, F. Exclusão Social: noção ou conceito? **Revista Saúde e Sociedade**. Vol. 15, n.3. p 15-29. Set-Dez, 2006.

APÊNDICE A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Roseana Maria Medeiros, portadora da Carteira de Identidade nº. 5002819067, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação – Strito Sensu da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, por meio deste instrumento legal baseado na Resolução nº. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, solicito sua participação como informante na pesquisa que estou realizando com a temática: Discursos produzidos sobre Enfermeiras Negras na Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn.

Para tanto, solicito à colega enfermeira que responda o roteiro entregue e, posteriormente participe da discussão com as demais informantes a respeito da mesma temática. O comprovante de que sou aluna regular do referido curso é o ATESTADO de Defesa de Qualificação de Tese de Doutorado em Educação, ocorrida em julho de 2009.

Esclareço ainda, que sua participação é voluntária e, portanto poderá desistir a qualquer momento. As informações prestadas servirão como mais um recurso de análise crítico-reflexiva em torno da temática, não gerando ônus, nem compensação financeira. A informante terá sua identificação pessoal mantida em sigilo.

Porto Alegre, Janeiro de 2010.

Informante – Identidade nº.

Roseana M. Medeiros – Doutoranda em Educação/UNISINOS
(e-mail: roseanam51@gmail.com)

Testemunha – Identidade nº.

APÊNDICE B

UNISINOS - Programa de Pós-Graduação em Educação

Nivelamento: Doutorado

Temática: Discursos produzidos na REBEn sobre Enfermeiras e Enfermeiras Negras

1. Caracterização da Informante

Idade: _____ Estado Civil: _____

Nº. de Filhos: _____

Profissão: _____

Há quanto tempo exerce a profissão (em anos) _____

Possui Especialização: Sim [] Não []:

Qual (is) _____

Atua em que área: Curativa [] Preventiva [] Formação Técnica []

Formação no Ensino Superior [] Outra [] – qual?

1. Como você conheceu ou conhece a REBEN? _____

2. Você é ou foi assinante do referido periódico? _____

a) Se é assinante – o que te chama atenção no periódico? _____

b) Se não é assinante, qual (is) razão (ões)?

3. Você já leu alguma matéria na referida revista a respeito de enfermeiras negras? Sim [] Não []

a) Em caso positivo o quê? Como você percebeu a matéria?

b) Em caso negativo por qual (is) razão (ões) você atribui para esta questão?

4. Como você enfermeira negra se percebe na profissão? _____

5. Você poderá incluir aqui observações, sugestões e outros, se quiser:

Obrigada pela colaboração!

Roseana M. Medeiros - Doutoranda em Educação/UNISINOS
(e-mail: roseanam51@gmail.com)

APÊNDICE C

UNISINOS - Programa de Pós-Graduação em Educação

Nivelamento: Doutorado

Temática: Discursos produzidos na REBEn sobre Enfermeiras e Enfermeiras Negras

- 1) Após criterioso rastreamento e análise de artigos, editoriais, resumos de Dissertações, de Teses ou outros materiais referentes à temática da Mulher, não localizei matérias sobre enfermeiras negras na REBEN. Como vocês percebem esta questão?

- 2) Além do que vocês acabaram de discutir o que é necessário para mudar esta realidade?

Roseana M. Medeiros - Doutoranda em Educação/UNISINOS
(e-mail: roseanam51@gmail.com)

